



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MERIELEM FRASSON DA SILVA

**BIBLIOTECA ESPECIALIZADA E ACESSO À INFORMAÇÃO DE
INTERESSE PÚBLICO**

**Vitória (ES)
2023**

MERIELEM FRASSON DA SILVA

**BIBLIOTECA ESPECIALIZADA E ACESSO À INFORMAÇÃO DE
INTERESSE PÚBLICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa 2: Memória, Representação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento

**Vitória (ES)
2023**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S586b Silva, Merielem Frasson da, 1978-
Biblioteca especializada e acesso à informação de interesse
público / Merielem Frasson da Silva. - 2023.
208 f.

Orientadora: Lucileide Andrade de Lima do Nascimento.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Biblioteca especializada. 2. Ciência da Informação. 3.
Biblioteconomia. 4. Informação Governamental. 5. Acesso à
Informação. I. Nascimento, Lucileide Andrade de Lima do. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 001

Merielelem Frasson da Silva

**BIBLIOTECA ESPECIALIZADA E ACESSO À INFORMAÇÃO DE
INTERESSE PÚBLICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Vitória (ES), 24 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr^a Lucileide Andrade de Lima do Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
(Orientadora)

Prof.^a Dr^a Daniele Achilles Dutra da Rosa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
(Membro Externo)

Prof.^a Dr^a Rosa da Penha Ferreira Costa
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
(Membro interno)

Prof.^a Dr^a Brisa Pozzi de Sousa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
(Membro Externo suplente)

Prof. Dr. Maira Cristina Grigoletto
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
(Membro interno suplente)



ATA DA 25ª SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Em 24 de março de 2023, às 14 horas e oito minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelas Professoras Doutoras Lucileide Andrade de Lima do Nascimento (orientadora), Maira Cristina Grigoletto (PPGCI/UFES) e Daniele Achilles Dutra da Rosa (UNIRIO) para a defesa da dissertação de **Merieleem Frasson da Silva**, com o título: BIBLIOTECA ESPECIALIZADA E ACESSO À INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO. Todos os participantes da banca se reuniram em modo remoto e de forma voluntária, por meio de videoconferência, através da plataforma Google Meet. Estando presentes os examinadores e a mestranda a presidente da banca deu início à sessão passando a palavra à aluna. Após exposição de aproximadamente 30 minutos por parte da discente, os examinadores formularam as arguições, sendo todas respondidas pela mestranda. Em seguida, a presidente da sessão e respectiva banca saíram da sala remota para outra, para que a banca pudesse deliberar. Ao final das deliberações, a banca retornou à sala remota em que ocorreu a defesa. Com a palavra, a presidente da sessão leu a decisão da banca examinadora que deliberou pela **APROVAÇÃO** da examinanda com recomendação de produção de publicações sobre a pesquisa. Por fim, a presidente da sessão informou que a aprovada fará jus ao diploma de **Mestra em Ciência da Informação** depois de cumpridos todos os requisitos para a conclusão do curso, a saber: entrega da versão final da dissertação (em meio digital) com os ajustes indicados pela banca examinadora e os demais requisitos estabelecidos na Resolução n. 01/2020 do PPGCI/UFES. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora e pela mestranda.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCILEIDE ANDRADE DE LIMA DO NASCIME
Data: 24/03/2023 17:15:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento
Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br MAIRA CRISTINA GRIGOLETO
Data: 18/04/2023 21:52:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

[assinatura digital]
Profa. Dra. Maira Cristina Grigoletto

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIELE ACHILLES DUTRA DA ROSA
Data: 22/04/2023 12:55:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

[assinatura digital]
Profa. Dra. Danielle Achilles Dutra da Rosa
UNIRIO

Documento assinado digitalmente
gov.br MERIELEM FRASSON DA SILVA
Data: 23/05/2023 18:33:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Merieleem Frasson da Silva
Mestranda

A Portaria nº 08, de 1º de julho de 2021 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (PRPPG/UFES) autoriza a participação de examinadores na sessão pública de defesa de dissertação por meio de videoconferência.

À minha mãe

AGRADECIMENTOS

À Deus, por sempre me abençoar com novas oportunidades como esta, no momento de dor e luto, me fazendo compreender que ele cuida dos seus, através de seus semelhantes.

Ao meu companheiro de vidas Rodrigo de Castro Cosme e nossas filhas Clara e Liz, minha base e apoio para seguir em frente.

À minha mãe Marleni Frasson da Silva (*in memoriam*), sua presença me descansava, sua força me ajudava a resistir, agora suas raízes me sustentam e me trouxeram até aqui.

Ao meu pai Lucino Vargas da Silva, exemplo de paciência e amor incondicional aos filhos, netos e netas.

À minha professora e orientadora, Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento, suas palavras são sementes, que ficam e brotam, com o tempo e a maturidade, ao longo da graduação, da minha atuação profissional e agora no mestrado.

Aos colegas do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), que incentivam e apoiam meu trabalho, defendem o órgão e a Biblioteca Rui Tendinha.

Aos colegas bibliotecários (as) pelas parcerias nas atividades profissionais, pelo auxílio nas muitas questões que surgiram nessa caminhada e por aceitarem participar desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo e aos colegas de mestrado, que se tornaram rede de apoio nesse momento de desafio.

À sociedade que financia políticas de bem-estar social como a universidade pública de qualidade.



Autoria: @malvados

RESUMO

O Estado do Espírito Santo possui diversas bibliotecas especializadas funcionando em órgãos e empresas do governo. Esse estudo investiga as bibliotecas especializadas nos três poderes do Estado do Espírito Santo e sua contribuição no acesso à informação de interesse público. Em específico, mapeia as bibliotecas especializadas existentes; discute o estado da arte junto a Biblioteconomia e Ciência da Informação; identifica o quadro situacional das bibliotecas especializadas; caracteriza o papel dessas bibliotecas e reflete sobre a biblioteca especializada na gestão e no acesso à informação de interesse público. O método utilizado é a pesquisa exploratório-descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Nos procedimentos metodológicos, se instrumentalizou com as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. O levantamento bibliográfico e documental foi realizado em bases de dados como *Illinois Digital Environment for Access to Learning and Scholarship*, Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação e informação, entre outras, além do estudo preliminar. Na pesquisa de campo foi aplicado questionário online aos profissionais responsáveis pelas bibliotecas especializadas e as instituições que não possuem bibliotecas. Para a análise dos dados, foi utilizado uma matriz de maturidade de acesso à informação. Conclui que a biblioteca especializada está sofrendo os impactos das políticas informacionais adotadas, mas persiste e tem papel relevante nas instituições governamentais estadual.

Palavra-chave: Biblioteca Especializada. Informação governamental. Biblioteconomia. Ciência da Informação.

ABSTRACT

The State of Espírito Santo has several specialized libraries working in government agencies and companies. This study investigates the specialized libraries in the three powers of the State of Espírito Santo and their contribution to accessing information of public interest. Specifically, it maps existing specialized libraries; discusses the state of the art in Librarianship and Information Science; identifies the situational framework of specialized libraries; characterizes the role of these libraries and reflects on the library specialized in the management and access to information of public interest. The method used is exploratory-descriptive research with a qualitative and quantitative approach. In methodological procedures, it was instrumented with bibliographical, documental and field research. The bibliographical and documental survey was carried out in databases such as Illinois Digital Environment for Access to Learning and Scholarship, Reference Database of Journal Articles in Information and Information Science, among others, in addition to the preliminary study. In the field research, an online questionnaire was applied to professionals responsible for specialized libraries and institutions that do not have libraries. For data analysis, an information access maturity matrix was used. It concludes that the specialized library is suffering the impacts of the adopted informational policies, but persists and plays an important role in state government institutions.

Keyword: Special Library. Government Information. Librarianship. Information Science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa com dados do Estado do Espírito Santo	38
Figura 2 – Acesso à Informação e bibliotecas no Espírito Santo	43
Figura 3 – Reprodução da estrutura da integração programática da Cepa-ES.	47
Figura 4 – Reprodução da entrega de kits de publicações do projeto Sementes do Conhecimento	61
Figura 5 – Desenho do concurso de desenhos realizados pelo Incaper.	61
Figura 6 - Agradecimento ao serviço prestado pela servidora da biblioteca em artigo publicado no periódico Biota Neotropica.....	62
Figura 7 – Publicação em anais cita biblioteca especializada como fonte de informação gratuita.	63
Figura 8 – Citação com link do repositório da Biblioteca Rui Tendinha em	63
Figura 9 - <i>Dashboard</i> do site da Biblioteca Rui Tendinha	64
Figura 10 - Origem da biblioteca especializada	66
Figura 11 - Agrupamento por semelhança	74
Figura 12 - Mapeamento das bibliotecas especializadas existentes nas três esferas do poder.	105
Figura 13 – Gênero dos responsáveis pelas bibliotecas	109
Figura 14 – Pergunta sobre nível de escolaridade.	109
Figura 15 - Pergunta relativa a formação acadêmica de profissionais atuando em bibliotecas especializadas.	110
Figura 16 – Participação em comissões.	111
Figura 17 – Resultado da pergunta sobre o número de profissionais atuando em bibliotecas.	112
Figura 18 – Pergunta sobre o período de criação de bibliotecas especializadas.	113
Figura 19 – Pergunta sobre estrutura institucional	113
Figura 20 – Pergunta relativa à organização interna da estrutura das bibliotecas pespecializadas.....	114
Figura 21 – Documentos que orientam as ações da biblioteca especializadas.	116

Figura 22 – Documentos de formalização das bibliotecas especializadas.....	117
Figura 23 – Pergunta sobre recursos.....	117
Figura 24 – Tipos de publicações do acervo.....	118
Figura 25 – Código de classificação adotado.	119
Figura 26 – Código de catalogação adotado.	120
Figura 27 – Tipo de informação disponibilizada.	120
Figura 28 – Modalidades de aquisição	121
Figura 29 – Trabalhadores das instituições públicas.....	122
Figura 30 – Tipo de atendimento realizado pela biblioteca especializada.....	122
Figura 31 – Tipo de atendimento realizado na biblioteca especializada.....	123
Figura 32 – Tipo de público atendido pela biblioteca especializada. ...	123
Figura 33 – Software utilizado na gestão das bibliotecas especializadas.....	124
Figura 34 – Uso de repositórios digitais.	124
Figura 35 – Tipo de repositório utilizado nas bibliotecas especializadas.....	125
Figura 36 – Métricas utilizadas em bibliotecas especializadas.....	125
Figura 37 – Armazenamento de informações digitais pelas instituições.	126
Figura 38 – Dados estatísticos para melhoria contínua.....	127
Figura 39 – Inclusão digital em bibliotecas especializadas.....	127
Figura 40 – Serviços oferecidos pelas bibliotecas especializadas.....	131
Figura 41 – Canais de atendimento utilizados pelas bibliotecas especializadas.....	132
Figura 42 – Tipos informações disponibilizadas em formato digital pela biblioteca especializada.....	133
Figura 43 – Pergunta sobre a cobrança pelo acesso à informação.....	133
Figura 44 - Pergunta sobre tipos de pedidos de informação atendidos pelas bibliotecas especializadas.	134
Figura 45 - Maturidade das bibliotecas especializadas no acesso à informação.....	136
Figura 46 - Coleta de dados, no Arquivo Público do Espírito Santo	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ambientes de informação e respectivos instrumentos legais	34
Quadro 2 – Acesso à informação e instrumento legal	35
Quadro 3 – Bibliotecas especializadas do Sistema de Agrícola Estadual (1975-1989)	48
Quadro 4 – Dados da Biblioteca Rui Tendinha (Incaper)	50
Quadro 5 – Finalidades de algumas bibliotecas especializadas.....	72
Quadro 6 – Descrição dos procedimentos da pesquisa.	84
Quadro 7 - Bibliotecas especializadas do Estado do Espírito em 1979	87
Quadro 8 - Levantamento preliminar de bibliotecas especializadas nas três esferas do poder estadual (2021).....	89
Quadro 9 - Amostra	96
Quadro 10 - Estrutura do questionário.....	97
Quadro 11 - Níveis de evidência de acesso à informação de interesse público em bibliotecas especializadas.....	99
Quadro 12 - Número de unidades fechadas e abrindo por esfera	101
Quadro 13 - Ambiente de informação por poder.....	101
Quadro 14 - Tipos de Bibliotecas Especializadas Encontradas na Pesquisa	102
Quadro 15 - Bibliotecas especializadas por tipo e temática do acervo, levantadas na pesquisa.....	103
Quadro 16 - Redes mais citadas na pesquisa.	112
Quadro 17 - Bibliotecas especializadas capilarizadas com outras bibliotecas em outras regiões do estado.....	115
Quadro 18 - Tamanho do acervo da biblioteca e do quadro de funcionários das instituições	119
Quadro 19 - Informações digitais não disponibilizadas pelas instituições.	128
Quadro 20 - Área, estrutura e acessibilidade das bibliotecas especializadas.....	129

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACARES	Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo
ACAR-MG	Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
ADERES	Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo
AEL	Academia Espírito-Santense de Letras
AGERH	Agência Estadual de Recursos Hídricos
AGLINET	<i>Agricultural Library Network</i>
AGRINTER	Sistema Interamericano de Informação e Documentação Agrícola
AGRIS	<i>International Information System for the Agricultural Sciences and Technology</i>
AIA	Associação Internacional Americana
AINFO	Sistema de Gestão do Acervo Documental e Digital da Embrapa
ALA	<i>American Library Association</i>
ALES	Assembleia Legislativa do Espírito Santo
APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
ARSP	Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo
ASLIA	<i>Australian Library and Information Association</i>
ATER	Assistência técnica e a extensão rural
BANDES	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
BANESTES	Banco do Estado do Espírito Santo
BEAGRIS	Bibliotecas Estaduais de Agricultura
BINAGRI	Biblioteca Nacional de Agricultura
BRACARIS	Sistema Brasileiro de Informação sobre Pesquisa Agrícola em

Andamento

BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
BRT	Biblioteca Rui Tendinha
CARIS	<i>Current Agricultural Research Information System</i>
CASES	Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo
CBMES	Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo
CEAG-ES	Centro de Assistência Gerencial do Espírito Santo
CEASA-ES	Centrais de Abastecimento do Espírito Santo
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CESAN	Companhia Espírito-Santense de Saneamento
CETURB-ES	Companhia Estadual de Transporte Coletivo
CIDA	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEC	Companhia de Desenvolvimento Econômico
CODESA	Companhia Docas do Espírito Santo
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DCM	Departamento de Comunicação e Marketing
DE-ES	Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo
DEPEI	Biblioteca Setorial do Departamento de Pelotização
DEPLANO	Departamento de Planejamento e Organização
DETRAN/ES	Departamento Estadual de Trânsito
DIO-ES	Diário Oficial do Espírito Santo
DP-ES	Defensoria Pública do Espírito Santo

EBBC	Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria
EBIA	Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial
EMATER/ES	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMCAPA	Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária
EMCAPER	Empresa Capixaba de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural
EMES	Escola de Música do Espírito Santo
EMESPE	Empresa Espírito-santense de Pecuária
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
ESESP	Escola de Serviço Público do Espírito Santo
ETA	Escritório Técnica de Agricultura
FAMES	Faculdade de Música do Espírito Santo
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAPES	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FCES	Fundação Cultural do Espírito Santo
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
GTTC	Gerência de Transferência de Tecnologia e Conhecimento
IASES	Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICDDR,B	<i>International Centre for Diarrhoeal Disease Research</i>

IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
Ideals	<i>Illinois Digital Environment for Access to Learning and Scholarship</i>
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IFLA	<i>International Federation of Library Association</i>
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INL	Instituto Nacional do Livro
INOVA	Fundação de Inovação em Saúde
IPAJM	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo
IPEM-ES	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Espírito Santo
ITCF	Instituto de Terras, Cartografias e Florestas
JUCEES	Junta Comercial do Estado do Espírito Santo
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MPES	Ministério Público do Espírito Santo
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MPES	Ministério Público do Espírito Santo
NEAB/UDESC	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina
NIT	Núcleo de Informação Tecnológica
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCES	Polícia Civil do Espírito Santo
PEC-ES	Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PGE/ES	Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
PMES	Polícia Militar do Estado do Espírito Santo
PNLD PNLL	Programa Nacional do Livro e do Material Didático Plano Nacional do Livro e da Leitura
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROCON	Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor
PRODEST	Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
REDARTE/RJ	Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro (Redarte/RJ)
REF	<i>Research Excellence Framework</i>
RTV/ES SIA	Rádio e Televisão Espírito Santo Serviço de Informação Agrícola no Ministério de Agricultura
SEAG-ES	Secretaria de Agricultura do Espírito Santo
SEAMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SECOM	Superintendência de Estadual de Comunicação Social
SECONT	Secretaria de Estado de Controle e Transparência
SECTIDES	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico
SECULT-ES	Secretaria da Cultura do Espírito Santo
SEDOC	Setor de Biblioteca e Documentação
SEDU-ES	Secretaria de Educação do Espírito Santo
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEG	Secretaria do Governo do Estado
SEGER	Secretaria de Gestão e Recursos Humanos
SEIIC	Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais
SEJUS	Secretaria de Justiça

SEP	Secretaria de Estado de Economia e Planejamento
SESA	Secretaria de Saúde
SESP	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
SESPORT	Secretaria de Estado, Esporte e Lazer
SETADES	Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
SETUR-ES	Secretaria de Estado de Turismo
SNIDA	Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SIDOC	Sistema de Documentação
SIMA	Serviço de Informações do Mercado Agrícola
SITCE	Sistema de Informação Técnico-Científica
SLA	<i>Special Library Association</i>
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNCTIs	Sistemas Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação
SUDESTE/RIAA	Rede Sudeste de Repositórios Institucionais
TCE/ES	Tribunal de Contas do Espírito Santo
TDCIs	Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação
TJ/ES	Tribunal de Justiça do Espírito Santo
TRE/ES	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
TRT-17	Tribunal Regional do Trabalho
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E BIBLIOTECA ESPECIALIZADA	28
2.1 Contexto histórico Brasil	28
2.2 Informação e Biblioteca Especializada	32
2.3 Contexto histórico do Estado do Espírito Santo (ES)	37
2.4 Acesso à Informação e a Biblioteca Especializada em Agricultura: breve histórico	43
2.4.1 Biblioteca Rui Tendinha: aspectos históricos e breve trajetória de atuação	50
3 BIBLIOTECA ESPECIALIZADA	64
3.1 Conceito	70
3.2 Organização e Categorias	73
3.3 A discussão sobre a Biblioteca Especializada no Brasil: uma análise a partir da BRAPCI	77
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	83
4.1 Caracterização do Objeto	83
4.2 Sujeitos da Pesquisa	83
4.3 Caracterização da Pesquisa	83
4.4 Levantamento Bibliográfico e Documental	85
4.5 Estudo Preliminar	86
4.6 Levantamento de Dados (Survey)	94
4.6.1 População e Amostra	95
4.6.2 Estrutura do Questionário	96
4.6.3 Pré-teste	97
4.6.4 Coleta de Dados	97
4.7 Análise e Interpretação dos Resultados do <i>Survey</i>	98
4.8 Aspectos Éticos	100
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS LEVANTADOS A PARTIR DO SURVEY	100
5.1 Tipos de Bibliotecas Especializadas do Espírito Santo.	102
5.2 Mapeamento das Bibliotecas Especializadas	104
5.3 Pesquisa <i>Survey</i>	108

5.3.1 Administração	108
5.3.2 Acervo	117
5.3.3 Usuário	121
5.3.4 Tecnologia	123
5.3.5 Estrutura	128
5.3.6 Serviços	130
5.3.7 Acesso à Informação de Interesse Público	132
5.3.8 Maturidade	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE A	171
APÊNDICE B	172
APÊNDICE C	176
APÊNDICE D	185
APÊNDICE E	188
APÊNDICE F	194
APÊNDICE G	196
APÊNDICE H	198
APÊNDICE I	209
ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA ACADÊMICO	216
ANEXO B – ANUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES	222

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação e à transparência, são pilares da democracia e possuem legislação própria, mas seguem divididas nos diversos ambientes organizacionais. De um lado, informações, que se identificam com a promoção do livro e da leitura, ligadas à Política Cultural e ao Ministério da Cultura e do outro lado, às informações técnico-científicas, que segundo Garcia Martinez (2003), tratando do caso da Espanha, deveriam estar ligadas a Política de Informação e ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

No Brasil, essa divisão fragmentou a informação, reforçada pelas políticas informacionais adotadas nas reformas da administração pública. Neste cenário, tem-se informação contábil, dados, bibliotecas públicas que funcionam como apoio à cultura e às bibliotecas especializadas.

No âmbito estadual essas instituições também estão divididas. A cooperação e a multidisciplinaridade entre elas, têm potencial para transpor o paradigma da biblioteca e buscar a centralidade no contexto social (Capurro; Hjordland, 2003). Esse é um caminho para alinhar políticas e estratégias para o acesso e apropriação da informação de interesse público, direito garantido pela Constituição Federal do Brasil (Brasil, 2016a).

Dessa forma, o estudo de uma única biblioteca não seria suficiente para representar o objeto de estudo desta pesquisa. É importante investigar as bibliotecas especializadas, que compõem os quadros de governos. Nesta pesquisa, o interesse dirige-se ao Governo do Estado do Espírito Santo, bem como, às atividades desenvolvidas, tratando do acesso à informação de interesse público, a partir das bibliotecas especializadas.

Realizamos assim, de modo introdutório, uma breve digressão sobre minha trajetória profissional e as motivações que conduziram a realização desta pesquisa neste contexto.

Me formei em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no ano de 2008, mas atuo em bibliotecas especializadas privadas e públicas desde 2004. Inicialmente, fui contratada por uma empresa terceirizada para trabalhar no centro de documentação da Vale S.A. A seguir, fui estagiária e assistente de pesquisa no Centro de Documentação Mídia Impressa da Rede Gazeta. Passei rapidamente pelo Núcleo de Informação Tecnológica (NIT) no Sesi/Senai Civit. Me

tornei 'concurseira' e ingressei na Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), saindo em 2012. Nesse mesmo ano, entrei no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), através de concurso, preenchendo a vaga para 1 (uma) bibliotecária, onde atuo profissionalmente até o momento.

No Incaper, os servidores tinham expectativa quanto a contratação de uma profissional bibliotecária. Saudosos das bibliotecas da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa) e da Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Estado do Espírito Santo (Emater/ES), anteriormente reconhecidas como de referência no estado, mas que após incorporações e novos arranjos dos governos, estas instituições foram subsumidas, restando aos servidores a convivência com uma biblioteca pequena e sem a dinâmica atuação da profissional bibliotecária.

O instituto possui uma sede e 77 escritórios locais, laboratórios e fazendas, instalados nos municípios do Espírito Santo (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, 2022a). O órgão não surgiu como Incaper, sua trajetória começou com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (Acares), incorporada pela Emater/ES. Esta por sua vez incorporou a Emcapa e passou a se chamar Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Emcaper). Em 2000, a Emcaper tornou-se autarquia e passou a ser denominada Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, 2022b). Todas essas instituições tiveram bibliotecas, que foram fundindo-se ou perdendo-se no tempo.

Após tomar posse no cargo, as atividades a serem desenvolvidas na biblioteca, foram transmitidas pela bibliotecária aposentada Cleuza Zanetti Monjardim e por dois colegas de nível técnico, Fernando Moreira Luiz e Wilson José Ribeiro, que atuavam no setor. Tomei conhecimento da tentativa de fechamento da unidade durante as fusões institucionais ocorridas, mas os servidores saíram vitoriosos, destacando-se Rui Tendinha, que lutou para que a biblioteca não fosse fechada (Biblioteca Rui Tendinha, 2022).

Durante esse tempo, tenho buscado nortear as atividades observando as características de uma biblioteca especializada, que aos poucos se apresentou também híbrida, temática e pública. Híbrida por mesclar usuários e disponibilizar parte das informações em formato digital (Serra, [2015?]). Temática, pelo "[...] acervo especializado em uma área da ciência ou da cultura" (Araújo; Vergueiro, 2013, p.

34). E pública, por estar localizada em uma autarquia estadual, financiada pelo poder público e de atendimento igualitário (Koontz *et al.* 2013). Essas nuances possuem limitações, dada a atuação da biblioteca especializada. Ela não possui um público tão heterogêneo como os que frequentam a biblioteca pública, mas assume quase todas as funcionalidades de uma.

Conforme fui conhecendo a instituição, percebi o potencial da Biblioteca Rui Tendinha (BRT). Destacando-se a capilaridade institucional, com unidades descentralizadas localizadas nos municípios do estado, além do processo de adoção de tecnologias, através metodologias de extensão rural, fundamentado “[...] nos princípios da participação, da dialogicidade e troca de saberes, do planejamento participativo e da gestão social [...]” (Ruas *et al.*, 2006, p. 3), emergindo os seguintes questionamentos:

Por que algumas informações estão disponíveis e outras não? Por que a produção editorial e técnico-científica é direcionada ao público-alvo definido, mas não alcança outros públicos interessados pela mesma informação? Por que a biblioteca especializada não está ligada a outras redes? Por que não faz parte de projetos do instituto ou do governo? Qual a condição das demais bibliotecas especializadas na administração estadual? Quais instrumentos protegem as informações produzidas pela atividade pública estadual?

Essas perguntas me motivaram a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES).

Institutos estaduais são um dos operadores dos Sistemas Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTIs), executando atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) (Brasil, 2016b). No Estado do Espírito Santo, instituições como o Incaper, realizam esse papel. A autarquia tem como competências, a execução de políticas públicas, atividades de estudos, pesquisas, processos, sistemas, programas e projetos para o desenvolvimento rural sustentável, além de gerar, validar, difundir e transferir conhecimentos e tecnologias (Espírito Santo, 2018a).

Assim como outras instituições, o Incaper produz, recebe e troca informações nas atividades que desenvolve. Essas informações são fontes qualificadas e atualizadas sobre temas representativos acerca das descobertas e dos avanços da ciência (Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2021), representam o resultado

de trocas comunicacionais, de experiências com o agricultor, provocando reflexões e mobilização para a mudança social (Freire, 2014). E também são, informações de natureza orgânica, geradas nas atividades administrativas do órgão e inorgânica, recebidas por instituições parceiras utilizadas com diferentes objetivos (Lousada; Valentim, 2010).

Na administração pública estadual, a biblioteca especializada é uma das instituições utilizadas na gestão dessas informações. A Biblioteca está incluída nas atividades de suporte ao Instituto, através da disseminação de informações, ou seja, na difusão, uma das etapas do processo de transferência de tecnologia. A transferência de tecnologia foi definida pelo servidor Rui Tendinha da seguinte forma:

[...] normalmente sob ação dos serviços de assistência técnica e de extensão rural, deve ser realizada através de métodos próprios, que levem o produtor a ter informações para a tomada de decisões que visem a melhoria das condições de trabalho e a utilização de técnicas apropriadas, com base num processo educativo (Teixeira, 1987, p.1).

Esse processo se retroalimenta até a apropriação da informação, comprovada pela adoção de uma tecnologia socializada. A biblioteca é vista nessa dinâmica como difusionista. Na Ciência da Informação, essa mentalidade procede da constatação das desigualdades de acesso à informação. Após a Segunda Guerra Mundial, a UNESCO e outras instituições, buscaram promover a igualdade mediante diversos tipos de ambientes informacionais, com leituras e fontes predeterminadas (Araújo, 2009).

Nessa pesquisa entendemos que o campo da Ciência da Informação pode contribuir para situar a biblioteca especializada, na gestão governamental no tempo presente. Deste modo, é importante frisar que a Biblioteca Rui Tendinha (BRT), enquanto biblioteca especializada, nasceu em meio ao modelo de comunicação difusionista que nacionalmente perdurou até a metade da década de 70, mas atravessou a história e sofreu transformações nesse percurso.

Fabris (2016), registrou no diagnóstico organizacional da BRT, projetos de inclusão pela informação, desenvolvidos pela biblioteca em três esferas de atuação. Porém, a biblioteca não está contemplada em políticas micro e macros. Ela exerce suas atividades de forma segmentada e não em sua totalidade, como constatou a pesquisadora Nascimento (2015). Na investigação de ambientes e fluxos de informação do café, no Instituto. Nascimento (2015, p. 228), aponta que:

Questões ligadas à biblioteca, ao arquivo institucional, ao fluxo de informação e respectiva gestão do conhecimento explícito produzido (nas publicações técnico-científicas geradas) não estão conectadas ou percebidas em sua interdependência, complementariedade e com os processos de comunicação e produção de conhecimento instituídos (Nascimento, 2015, p. 228).

Essa forma de atuar repercute no processo que envolve a biblioteca especializada e o acesso à informação, fragmentando-o. Além disso, na pesquisa de Nascimento (2015), os gestores entrevistados, apontaram a condição da biblioteca, como resultado de características próprias da administração pública, não sendo possível intervir, pois estão fora desse eixo de decisão.

Se a Biblioteca está instalada no órgão e é de responsabilidade do gestor público esse argumento não se aplica. Por outro lado, os dados indicam que o Governo tem escolhido as informações com as quais deseja tratar, de modo geral, aquelas protegidas por instrumento legal (Brasil, 2021). Outras, por sua vez, passam por fluxos formais ou informais, que terminam na missão institucional, dificultando a gestão dos processos de preservação, uso, reuso, apropriação, transparência e controle social.

Se por um lado o gestor local e o governo não se responsabilizam pelas informações descentralizadas na estrutura da administração pública, por outro, nessa mesma estrutura, encontra-se o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado. Esse sistema engloba, a Biblioteca Pública Estadual e as bibliotecas municipais. Esta por sua vez, está ligada à Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult/ES) e à Secretaria Especial de Cultura, hoje Ministério da Cultura (Espírito Santo, 2014). Esse sistema permite que haja proteção e cooperação mútua.

Bibliotecas especializadas que estão nos três poderes do Estado, como a Biblioteca Rui Tendinha, estão à margem do sistema. Não estão categorizadas como bibliotecas públicas ou como bibliotecas de informação científica, ligadas ao IBICTI. A UNESCO reafirma essa segmentação de modo ambíguo, reconhecendo como umas das missões da biblioteca pública.

Promover a preservação e o acesso significativo às expressões culturais e ao patrimônio, a valorização das artes, o acesso aberto ao conhecimento científico, à pesquisa e à inovação, expressos na mídia tradicional, bem como ao material digitalizado e nato digital (IFLA/UNESCO, 2022, p.1, tradução nossa, grifo nosso).

A biblioteca especializada tem restrições quanto a sua função, delimitada pela missão institucional, mas assume aspectos da biblioteca pública, que merecem ser aprofundadas em outros estudos. Fomentar divisões também não é a proposta desta pesquisa, para incorrer em repetições que dificultam situar as bibliotecas especializadas, sob regimes e políticas de informações de grande abrangência.

Nessa direção levanta-se um **problema de pesquisa**, que ao final permitirá questionar o problema delimitado: As Bibliotecas Especializadas dos três poderes do Estado do Espírito Santo, contribuem para o acesso à informação de interesse público?

As questões apresentadas e o problema de pesquisa, dirigem-se à realização de um diagnóstico organizacional das bibliotecas especializadas do Estado do Espírito Santo. A Ciência da Informação, tem como foco refletir sobre o papel atual e as contribuições dessas instituições no acesso à informação de interesse público.

Quanto ao **objetivo geral**, pretende-se investigar como as bibliotecas especializadas dos três poderes do Estado do Espírito Santo, contribuem para o acesso à informação de interesse público. De modo subsequente, os **objetivos específicos** propõem um conjunto de ações operacionalizantes e de concretização do objetivo geral:

- Mapear as bibliotecas especializadas em atividade junto aos Órgãos Públicos e Autarquias do Estado do Espírito Santo;
- Discutir o estado da arte da temática biblioteca especializada junto à literatura em Biblioteconomia e Ciência da Informação;
- Identificar o quadro situacional de bibliotecas especializadas junto a administração pública do Estado do Espírito Santo;
- Caracterizar o papel das bibliotecas especializadas em atividade junto aos Órgãos Públicos e Autarquias do Estado do Espírito Santo;
- Refletir a participação das Bibliotecas Especializadas na gestão e no acesso às informações de interesse público do Estado do Espírito Santo.

Para atingir os objetivos apresentados, a estrutura deste trabalho foi organizada da seguinte maneira: a primeira seção contém a introdução, com a motivação, o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa. Na segunda seção foi desenvolvida a revisão de literatura referente a política de informação e biblioteca especializada. Na terceira seção, o resultado das pesquisas bibliográfica e

documental, abordando o estado da arte sobre biblioteca especializada, no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. A seguir, foram descritos os procedimentos metodológicos e pôr fim a análise dos resultados.

2 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

Sob o cenário de amplo acesso à informação e abertura de dados, instituído ao longo de governos, torna-se relevante analisar a política de informação vigente, que rege fluxos, processos e relações formais e informais do país.

Esta seção visa apresentar as políticas de informação nacionais do país. Esta etapa da pesquisa contextualiza a reflexão sobre a participação das Bibliotecas Especializadas na gestão e no acesso às informações de interesse público de âmbito geral e, em específico, tratando do Estado do Espírito Santo.

2.1 Contexto histórico Brasil

Na Espanha, as políticas de informação do país partem da criação de bibliotecas reais no século XVIII (Terra, 2009). No Brasil, pode-se dizer que esse processo se inicia com o simbolismo da vinda da família real ao Brasil, trazendo volumes para montar a biblioteca da corte e a sucessiva abertura de bibliotecas públicas no país (Castro, 2000), distribuindo informação através dos livros.

Mas, considerando a política de informação como um conjunto de leis, regras e procedimentos em “[...] nível orgânico ou institucional (micropolítica) ou em nível nacional, regional ou internacional (macropolítica) [...]” (Montviloff, 1990, p. 7) e o seu tangenciamento a outras normas (acesso, liberdade, privacidade, abertura, utilidade, custo e benefício, sigilo, segurança e propriedade intelectual) (Overman; Cahill, 1990), seu marco inicial, materializou-se na Constituição Política do Império do Brasil, outorgada pelo Imperador Dom Pedro I, em 25 de março de 1824, garantindo a liberdade de expressão e a comunicação.

Paulatinamente outros dispositivos foram criados, adotados, adaptados e até suprimidos em períodos de crise, influenciando no direito à informação (Cintra, 2016). De forma subsequente, a própria Constituição proporcionou a regulação correspondente ao tema, como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 que,

segundo Cintra (2016, p. 61), “[...] dispôs pela primeira vez em âmbito constitucional sobre a ‘prestação de informação’ conforme previsto no artigo 150, §8º”.

Na atualidade, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2016), assumiu o princípio da publicidade e outros direitos que garantem o acesso à cultura, à memória, às inovações científicas, ao direito de receber informação pública, particular ou coletiva, à Política Nacional de Arquivos (1991) e ao *habeas data*¹ (Cintra, 2016).

De forma sequencial, ao final da década de 1990, muitos países estavam envolvidos em escândalos de corrupção e essas leis e programas publicados pelo governo, foram consideradas deficitárias. O Brasil passou a receber pressão externa para assinar acordos e tratados no combate à corrupção e transparência (Campos, 2015).

Esse mesmo período, marcou a mudança na política de gestão pública com a adoção do projeto Neoliberal² por parte do governo brasileiro, momento em que assumiu seu ingresso na chamada Sociedade da Informação, instituindo-se o governo eletrônico e o Programa Sociedade da Informação (SocInfo), colocando o governo federal como um centro de ações do Programa para acelerar a economia utilizando tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs)³ (Campos, 2015).

Esses antecedentes criaram clima interno para multiplicar instrumentos de combate à corrupção, como a aprovação da Lei da Transparência, a Lei Complementar nº 131 de maio de 2009 (Brasil, 2009), Lei Complementar nº. 135 de 2010 (2010a) mais conhecida como a Lei da Ficha Limpa, a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011 (Brasil, 2011a), entre outras. Os autores Gama, Gama, Duque e Almeida (2014), descrevem essa fase, como de conversão da

¹ O *habeas data* objetiva “[...] assegurar o acesso de uma pessoa às informações que existam sobre ela própria” (Cintra, 2016, p. 70).

² “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados” (Harvey, 2008, p. 2).

³ “O conceito de Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) tem sido substituído pelo de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC)” (Scorsolini-Comin, 2014, p. 448).

contabilidade pública para padrões internacionais, implementando um novo modelo de governança, alterando o sistema de informação contábil do governo federal.

Na atualidade, o Brasil está convergindo para a economia de dados, pressupondo mudanças na legislação, para se adequar às exigências da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Brasil, 2020). Essas mudanças estão materializadas em decretos e programas, como os que instituíram a Política de Dados Abertos (Brasil, 2016), a Estratégia Brasileira de Transformação Digital (E-Digital) (Brasil, 2018a), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) ou Lei nº 13.709, de 2018 (Brasil, 2018b) e a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, o Ebia. (Brasil, 2021b).

Essas legislações e programas apresentados, representam um recorte das políticas de governança informacional brasileira e se apresenta fragmentada. Terra (2009), afirma não haver somente uma política de informação e sim várias. Cada país desenvolve seu modelo de governança em informação de acordo a realidade regional.

Terra (2009), ainda destaca as mudanças nas políticas de informação do ocidente, impulsionadas pela corrida tecnológica, consequência também da Segunda Guerra Mundial. Segundo a pesquisadora, inicialmente as políticas de informação eram voltadas para a ciência e tecnologia, depois, governos passaram a orientar-se na telecomunicação e na infraestrutura informacional. Na Sociedade da Informação, os ambientes de informação perderam espaço para a difusão acelerada, apoiada em tecnologias de comunicação e informação. Na atualidade a política de informação ocidental está ligada ao mercado tecnológico para o desenvolvimento econômico e social (Terra, 2009).

A Ciência da Informação esclarece essa fragmentação em fundamentações de teóricos como Nélide González de Gomez e Sandra Braman. O regime de informação caracteriza e condiciona todos os regimes. Os instituídos e os informais, ambiente no qual as informações são produzidas e disseminadas em diferentes canais, para o público (González de Gomez, 2002).

Os processos e fluxos de comunicação e de informação perpassam todas as outras políticas “[...] em um plexo de relações por vezes indiscerníveis, as políticas de comunicação, cultura e informação [...]” (González de Gomez, 2002, p. 35), e representa a política informacional vigente, manifestando a dificuldade da

modernidade, em estabelecer políticas de informação que se entrelaçam de forma interdisciplinar.

Em complemento, González de Gomez (2002) explica que a governança, instituída na década de 1990 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para países em desenvolvimento, deslocou-se funcionalmente para atender ao propósito capitalista, sob a justificativa utilitária de tornar a gestão pública mais eficaz e eficiente e fomentar a participação social. O estado por sua vez foi aparentemente deixando de ser burocrático, através de novos modelos de gestão e vem se tornando cada vez mais informacional.

No estado informacional, governos utilizam a informação e as TDICs para mudar o eixo de poder, impactando as políticas de informação (Braman, 2004). A governança, como “[...] conjunto dos mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade [...]” (Diniz, 1996, p. 13), preconiza o desenvolvimento de ações e políticas públicas para esse fim, no entanto, a técnica nem sempre caminha junto à governabilidade, alterando esse propósito.

Essas alterações de configuração nas políticas de informação flutuam entre interesses econômicos e políticos, visando atender demandas do mercado globalizado e são orientadas à criação de infraestrutura de tecnologia de comunicação de massa, convertida em acesso (Aun, 1999).

Terra (2013) destaca quatro pontos centrais à política de informação: “[...] o acesso universal, o livre acesso às redes de informação, a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e o respeito pela diversidade cultural e linguística na criação de conteúdos” (Terra, 2013, p. 23). Contudo, as interfaces abrangentes desses pontos, são suprimidas, transformando a política informacional em um quebra-cabeças, correspondente às normas relativas às telecomunicações, radiodifusão, educação, inovação, segurança, privacidade, satélite, disseminação, algoritmo, arquivos, bibliotecas etc. (Milevski, 1986).

De forma disciplinar, esses temas nem sempre se comunicam entre si, mas a informação é o agente semântico agregador desses regimes, correndo em fluxos formais e informais de informação, não sendo impeditivo para a elaboração de uma política nacional.

2.2 Informação e Biblioteca Especializada

A biblioteca pública constitui-se por ofício como um ambiente de acesso e consolidação do direito à informação, porém, ainda é predominantemente observada sob o ponto de vista da cultura e da promoção do livro, pela administração pública (Paiva, 2008). A administração pública, por sua vez, quando se utiliza de bibliotecas especializadas nos processos de gestão, o faz como recurso de sobrevivência institucional (Wilson, 2006). Na prática essa divisão ou perspectiva reduzida da função informativa das bibliotecas, em geral, resulta em equívocos.

A informação é um recurso importante, tanto para a gestão pública quanto para a biblioteca pública, que é um espaço de cidadania e apropriação dessa informação. A informação é um fenômeno estudado em campos teóricos interdisciplinares, mas a legislação brasileira divide o acesso à informação, em campos ou o restringe a áreas específicas. Morin (2015), atribui à divisão das ciências a explicação para esse fenômeno. Para o autor, as instituições se separaram e fragmentaram o conhecimento, dificultando reconhecê-lo de forma global. Perdeu-se a noção do todo na divisão racionalizada das ciências.

Na crise dessa divisão, Boaventura (Santos, 1987) entende que o conhecimento e a informação são indissociáveis. Informação e conhecimento na Ciência da Informação (CI), pertencem ao mesmo campo epistêmico e se referem ao mesmo fenômeno (Borko, 1968), ou seja, conhecimento e informação são inseparáveis. Silva e Ribeiro (2020), descrevem como um dos equívocos a serem superados no âmbito da CI, correntes teóricas que tratam informação e conhecimento como uma única coisa, materializada no documento físico. Separar informação, conhecimento, dados, é uma nuance de problemas relacionados ao acesso à informação atual.

Outro equívoco descrito pelos autores Silva e Ribeiro (2020), é a fragmentação de disciplinas coirmãs, mantidas dessa forma, pela interdisciplinaridade entre elas e a dificuldade de inovar nesse campo com a integração dessas disciplinas. No Brasil, na divisão racional da ciência, a Biblioteconomia está sob a influência de duas correntes, a francesa (humanista) e a americana (tecnicista), se apresentando dividida. Uma com foco na cultura, no livro e na leitura e a outra na Documentação.

Embora Castro (2000) afirme ter havido a transição dessas correntes, a divisão entre as bibliotecas públicas e outros tipos de bibliotecas como as especializadas, ainda permeia a atualidade. A título de exemplo citamos o Decreto-Lei nº 23, de 21 de dezembro de 1937 que regulamentou o Instituto Nacional do Livro (INL). O INL tinha o foco no livro e nos serviços da biblioteca pública (Suaiden, 2000). Essa instituição trouxe a biblioteca pública para o cenário nacional e acompanhou suas diversas fases: do fomento ao mercado editorial, da escolarização da biblioteca pública, por falta de bibliotecas escolares, até a instituição da política nacional de livros.

O INL perdurou até 1992, quando foi substituído pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e incorporado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), mas permaneceu orientado à cultura e ao livro no âmbito das bibliotecas públicas (nacionais, estaduais e municipais), conforme argumentado por Paiva (2008). Outra atribuição do INL, era auxiliar o antigo Ministério da Cultura a implantar políticas culturais, em geral relacionadas ao livro e à leitura (Siqueira; Machado; Lück, 2018).

Por outro lado, em 1938, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) para modernizar o serviço público. O DASP foi responsável por realizar serviços de organização documental e publicidade. Diversos ministérios implantaram esses serviços como os da saúde, educação e agricultura (Castro, 2000). Dos serviços criados com o DASP, nem todos trouxeram avanços para a demanda de informação especializada. Para resolver esse problema, o governo criou, em 1954, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Sob a influência da corrente americana e através da bibliotecária Lydia Sambaquy, o serviço de publicidade, mudou seu foco para a Documentação (Fonseca, 1973).

Mais tarde, em 1976, o IBBBD se transformaria no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Castro, 2000) que, ao longo do tempo, desenvolveu convênios, redes de cooperação interna e externa e serviços de informação em ciência e tecnologia (Takahashi, 2000).

Suaiden (2000), descreve o contexto histórico de criação do INL e do DASP, um momento confuso e de dificuldade de priorização por parte do governo. Nesse período, ficou caracterizado que as bibliotecas especializadas tinham mais recursos que as demais tipologias de bibliotecas. Essa conjuntura delimitou o início da Biblioteconomia no Brasil, seguindo uma divisão caracterizada entre a biblioteca

pública, apoiada pelo INL, e a biblioteca especializada, com ações realizadas pelo IBBD (Oddone, 2006), delineando determinadas políticas de informação adotadas na atualidade, apontadas nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Ambientes de informação e respectivos instrumentos legais

Ambientes de informação	Instrumentos legais
Biblioteca Pública	Plano Nacional do Livro e da Leitura (Decreto nº 7.559, de 2011) (Brasil, 2011b)
	Proler (Decreto nº 519, de 1992). (Brasil, 1992a)
	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (Decreto nº 520, de 1992). (Brasil, 1992b)
Biblioteca Escolar	Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares (Lei nº 12.244, de 2010). (Brasil, 2010b)
	Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) (Decreto nº 9099, de 2017).
Biblioteca Pública Especializada	Sem instrumento legal.

Fonte: Dados compilados pela autora durante a pesquisa.

No Quadro 1, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e o Proler se apresentam como políticas públicas tratando da democratização do livro e da leitura (Brasil, 1992a; Brasil, 2011a). O SNBP define que bibliotecas devem atuar como agentes culturais e na promoção do livro e da leitura (Brasil, 1992b). Já a Lei nº 12.244, de 2010, conceitua a biblioteca escolar como uma coleção em diversos suportes, utilizada para pesquisar, estudar e ler, corroborando com o viés da cultura e do livro (Brasil, 2010b). E por fim, o Decreto nº 9.099, de 2017, dirige-se à democratização do acesso às fontes de informação e cultura a partir do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (Brasil, 2017). Observa-se nesse mesmo quadro, as bibliotecas especializadas sem instrumento legal regulamentador.

Embora o Quadro 1 apresente o instrumento regulatório, tratando de ambientes de informação e de livros, as transformações baseadas em TDICs na contemporaneidade refletem um momento de ruptura com a biblioteca tradicional, sustentada por coleções de livros (Aquino, 2004). As TDICs propiciaram a circulação ampla da informação imaterial ou digital, disseminada independente do suporte, do tempo e do espaço. Corroborando com a Lei de Acesso à Informação (LAI), mais

avançada e abrangente ao estabelecer que a informação pode permitir a produção do conhecimento e de saberes em qualquer suporte ou formato (Brasil, 2011b).

Quadro 2 – Acesso à informação e instrumento legal

Acesso à informação	Instrumentos legais
Transparência	Lei nº 12.527, de 2011 (LAI). (Brasil, 2011b) Lei Complementar nº 131, de 2009 (Lei da Transparência). (Brasil, 2009)
Dados	Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). (Brasil, 2018b)

Fonte: Dados compilados pela autora durante a pesquisa.

No Quadro 2, constam as principais leis concernentes ao acesso à informação e aos dados. De forma paralela, através de acordos assinados com países centrais, o Brasil vem instituindo, leis que regulam o acesso à informação. Dentro desse arcabouço, é importante salientar a LAI, amparada na Lei da Transparência prevendo o acesso às informações contábil e financeira de instituições públicas, com o objetivo de combater a corrupção (Gama; Rodrigues, 2017).

Cabe novamente registrar mudanças relevantes ocorridas após 2016, no tocante ao acesso a dados. O Governo federal alterou o modelo de governança e aderiu a economia de dados, instituindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (BRASIL, 2018b). A LGPD se harmoniza ao acesso à informação, regulamentando o acesso à dados (Pinheiro, 2021).

Observa-se nas regulamentações arroladas nos Quadros 1 e 2, divisões no acesso à informação utilizada para a transparência e dados e outras dirigidas aos ambientes de informação, como as bibliotecas públicas e escolares, incumbidas das informações relativas à cultura. As bibliotecas especializadas, por sua vez, não possuem instrumento legal, ficando a cargo da gestão institucional.

Nesse espectro, Campos (2015) destaca, que o acesso à informação no Brasil é de cunho neoliberal, proveniente de reformas administrativas e de acordos assinados com países centrais e não trouxe exatamente grandes transformações na cultura democrática do país. De caráter ideológico os portais da transparência,

fazem com que se presuma a igualdade de acesso, sem considerar a realidade de exclusão no Brasil. Nesse sentido, ilude quanto à efetiva possibilidade de participação social, do cidadão, junto ao governo, na tomada de decisão em situações, de fato, pouco relevantes (Araújo, 2006).

Nessa investigação, a informação só pode ser assim considerada se houver assimilação da mensagem (Fadel *et al.*, 2010) e reduzir as assimetrias é de extrema importância (Campos, 2015). O agente público tem esse papel, pois na gestão pública, a informação flui como elo entre governo e sociedade, demandando estratégias de comunicação que permitam ao cidadão desenvolver-se e provocar transformações (Santos, 2016).

Sob esse enfoque, o agente público deve primar pela comunicação da informação pública de qualidade, evitando que a sociedade fique sujeita a desinformação, principalmente em momentos de crise, muitas vezes provocada por políticos e por conglomerados informacionais (Runciman, 2018).

Batista (2010) alerta para a necessidade de implementação de ambientes públicos com essa função. Bibliotecas são espaços de ações de apropriação da informação através da mediação “[...] mediar leitura é tão fundamental tanto quanto disponibilizar documentos (impressos ou eletrônicos) aos leitores” (Rasteli; Cavalcante, 2014, p. 52). Nesta pesquisa compreende-se a biblioteca especializada como um desses ambientes.

Bibliotecas especializadas de instituições públicas, desempenham função importante no acesso à informação de interesse público. Esse direito depende de sistemas de informação, da organização e da recuperação efetiva, para se tornar acessível.

Bibliotecários rotineiramente, recuperam informações, respondendo a pedidos de informação, por bibliografias, integrando documentos às respostas, convertendo para o formato apropriado, agregando documentos de diversas disciplinas, com informações ainda não publicadas ou em articulação com outras bibliotecas e profissionais (Ashworth, 1967).

A informação é o fundamento das bibliotecas e as políticas de bibliotecas e arquivos, são parte de modelos de políticas de informação nacionais (Milevski, 1986). A informação impulsionada pela agenda neoliberal e pelo imperativo tecnológico, tem tido caráter utilitário, promovendo a invisibilidade da biblioteca

(Ramos Junior, 2021), modificando o conceito de informação, não observando, ou reconhecendo a polissemia do termo.

Existe falta de clareza quanto ao termo informação e isso afeta a política de informação, “[...] há a tendência de naturalização dos conceitos ou de assunção de conceitos inadequados, de entendimento em senso comum ou de expressões sem conteúdo e significado” (Silva; Pinheiro, 2011, p. 1638).

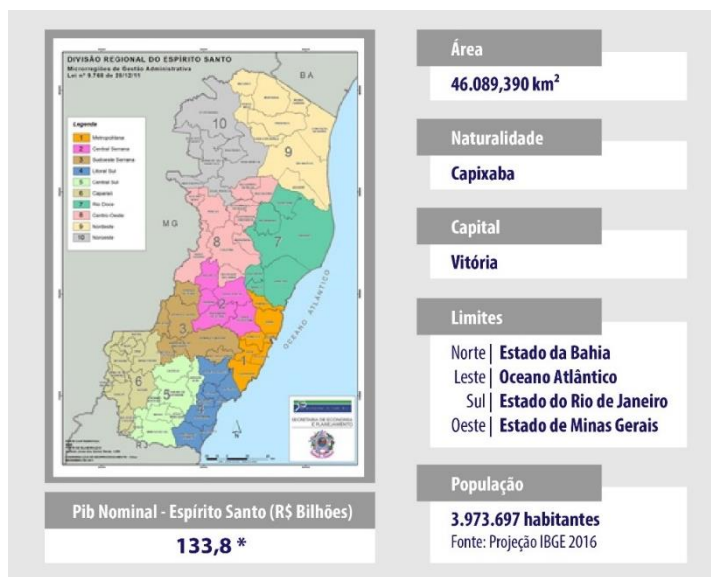
Esse fenômeno se explica, em função do avanço tecnológico e mudanças de paradigma, há a ênfase “[...] na informação científica e tecnológica a partir da valorização da ciência como ‘força produtiva’” (González de Gomez, 1990, p. 17). Uma das formas de pensar a informação pode ser como recurso e mercadoria, mas na Ciência da Informação, o conceito de informação mais importante é o de força constitutiva na sociedade (Braman, 1989).

Dessa forma, o contexto nacional apresentou em cadeia as políticas de informações adotadas, seus desdobramentos nas instituições segmentadas, perpassando pelas consequências como imprecisões quanto ao termo informação.

2.3 Contexto histórico do Estado do Espírito Santo (ES)

A observação dos fenômenos dessa pesquisa, ocorreram no Estado do Espírito Santo. Esse estado, está localizado no Sudeste do país e possui 4.064.052 habitantes, localizados nos seus 78 municípios (Figura 1).

Figura 1 – Mapa com dados do Estado do Espírito Santo



Fonte: (GOVERNO ES, ©2015-2023a).

Desse número de habitantes, 2.931.472 pertencem a zona urbana e 583.480 estão na zona rural (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). A economia do estado é diversificada, sendo o maior exportador de pelotas de minério, o segundo maior produtor de café, petróleo e gás no Brasil, além de possuir um fundo soberano no valor de R\$ 955.624.334,92 (GOVERNO ES, ©2015-2023b).

Ao mesmo tempo, a pobreza no estado acelerou com a pandemia e hoje 26,3% da população capixaba vive nessa condição e 6,7% da população está em situação de vulnerabilidade extrema (Instituto Jones dos Santos Neves, 2022a). O Espírito Santo, também se destaca com nota 10 no Ranking Nacional da Transparência (Alves, 2021)

As ações de proteção ao cidadão e o combate dessas, dentre outras desigualdades no estado, são operacionalizadas pela estrutura que dá suporte ao governo. Essa estrutura está dividida em instituições do poder executivo composto pelas secretarias, autarquias, órgãos, empresas públicas e fundações, do poder legislativo representado pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) e pelas instituições do poder judiciário.

Nessa estrutura, observa-se grande circulação de informações, recebendo tratamentos distintos, refletindo as políticas de informação adotadas no âmbito nacional. No estado, a divisão entre biblioteca pública, biblioteca especializada e o acesso à informação e dados, também se apresentam bem distintas. Sobre esses temas, buscou-se informações no histórico da Secretaria de Cultura (Secult/ES), especificamente

no site institucional, no portal Ales Digital⁴ e em *sites* do governo do estado, a sua representação.

O ponto de partida, é a atuação conjunta da Biblioteca pública e do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), na organização das informações até o ano de 1943. Essas duas instituições foram separadas após a reforma administrativa do interventor Jones dos Santos Neves (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, ©2015-2023). A biblioteca pública passou a fazer parte da Secretaria de Educação e Cultura, que mais tarde (1967) foi dividida, transformando-se em duas secretarias, uma delas a Secult/ES, responsável pelo patrimônio e por políticas culturais (Espírito Santo [2017]).

Em seu histórico, a Secult/ES, destaca a reforma ocorrida com a Constituição de 1988 (Brasil, 2016), garantindo o direito e a proteção à cultura, refletido na Constituição Estadual de 1989 (Espírito Santo, 1989a). Nesse percurso, é importante considerar o Decreto nº 3.054-N, de 2 de outubro de 1990 (Espírito Santo, 1990), na gestão do governador Max Mauro⁵. Esse decreto estabeleceu o Sistema de Bibliotecas Públicas e Escolares do Estado do Espírito Santo, subordinado à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura. Esse sistema cobriu todas as bibliotecas sem distinção, as da administração pública estadual, classificadas como especializadas, as municipais, escolares e comunitárias, no entanto, a lei não descreveu, os objetivos ou como seria atuação conjunta entre elas (Espírito Santo, 1990).

Outra mudança importante ocorreu em 1996, através da Lei Complementar nº 76, durante o governo de Vitor Buaziz⁶. Essa gestão criou a Secretaria de Estado da Cultura e Esportes e a Coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas (CSEB). O Arquivo Público do Estado voltou a fazer parte dessa estrutura (Espírito Santo, 1996). Em 1997, através do Decreto nº 4.084, o governo publicou as atribuições da CSEB, entre elas, assessorar as bibliotecas públicas estaduais, municipais e comunitárias, por meio de estudos quanto às necessidades da comunidade local, elaborar projetos e aprovar recursos (Espírito Santo, 1997).

⁴ Este portal pode ser acessado a partir do link: <http://www3.al.es.gov.br/> .

⁵ Governo de Max Mauro (PMDB) durante o período 1987-1991.

⁶ Governo de Vitor Buaziz (PT) durante o período 1995-1999.

Em 2007 aconteceu outra reforma. O Governador Paulo Hartung⁷ reestruturou a Secretaria de Cultura e regulamentou o Conselho Estadual de Cultura (CEC), através da Lei Complementar nº 391, de 10 de maio de 2007 e incluiu a representação da Biblioteca Pública no CEC a partir da Câmara de Literatura e Biblioteca (Espírito Santo, 2007). Nessa reestruturação foi criada a Gerência do Sistema Estadual de Bibliotecas cujo objetivo era “[...] planejar, coordenar e executar a supervisão e o controle das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas públicas estaduais, administrando os espaços físicos da Biblioteca Pública Estadual e suas subsidiárias [...]” (Espírito Santo, 2007).

Em 2012 o Estado aderiu ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), implantado no âmbito federal no ano de 2003 (Oliveira Filho, 2014). Dois anos após essa adesão, o então Governador Renato Casagrande⁸, através da Lei nº 10.296, de 2014, instituiu o Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo (PEC-ES). Seguindo a tendência do trabalho em rede, criou o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais (SEIIC). Essa lei estabeleceu a “[...] rede de museus, bibliotecas, arquivos e outros centros de documentação, públicos ou privados com o objetivo de democratizar seu acesso” (Espírito Santo, 2014).

No diagnóstico final, realizado pelo Fórum Estadual de Elaboração do Plano Estadual de Cultura (2013-2023), a Biblioteca Pública foi reconhecida como um equipamento cultural adotando-se terminologia utilizada pelo Plano Nacional de Cultura, conforme Lei nº 12.343, de 2010 (Brasil, 2010). O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Espírito Santo (SEBP-ES) foi tratado como um setor organizado, uma jurisdição cultural da Secult/ES compreendendo: a Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio da Rocha, bibliotecas do Sistema Transcol⁹, biblioteca móvel e as bibliotecas municipais no âmbito do Estado (Espírito Santo, 2014)¹⁰.

Ocorreram em anos posteriores outras reestruturações na Secretaria de Cultura do estado, mas esse plano explicitou a divisão entre as bibliotecas públicas,

⁷ Governo de Paulo Hartung (PSB) durante o período 2003-2007.

⁸ Governo de Renato Casagrande (PSB) durante o período 2011-2015.

⁹ O Sistema Transcol é o sistema de transporte coletivo da Grande Vitória no estado do Espírito Santo (CETURB ES, 2021).

¹⁰ Em 2023, o Governo Renato Casagrande publicou o Decreto Lei nº 5293-R, de 31 de janeiro de 2023, estabelecendo nova formação da SEBP/ES ampliando para comunitárias e pontinhos de leitura (Espírito Santo, 2023a).

através da adesão às diretrizes da cultura no âmbito federal, deixando as bibliotecas públicas especializadas, fora do SEBP-ES. As bibliotecas especializadas, desde então, ficaram a cargo de parcerias público-privadas, do orçamento próprio dos órgãos públicos e do gestor local (Espírito Santo, 2014). Essa ação governamental, desde a sua homologação, vem impactando a atuação, presença e permanência das bibliotecas especializadas, como também o provisionamento e o acesso à informação de interesse público, como grave consequência das mudanças e reformas de governo (Marcial *et. al.*, 2020).

Registra-se que, a biblioteca pública enquanto equipamento cultural, pode ser tanto a estrutura física como as práticas de cultura (Coelho, 1997). Cultura e informação por vezes se confundem, devido ao conceito abrangente da primeira e as conexões próprias da informação (Silva; Ribeiro, 2020). Bufrem e Santos (2009, p. 164) esclarecem que na Ciência da Informação, a informação é um elemento da cultura, pois está associada ao conhecimento e a comunicação.

Os autores Santos e Davel (2018) problematizam a centralidade da ação cultural na oferta de serviços pelos equipamentos, não permitindo ações integradoras e as trocas territoriais. Flusser (1983), destaca a ação cultural fundamentada na ausência de conhecimento prévio para apreciar a arte, eliminando o papel educativo da ação cultural e o pensamento crítico do público. Esse direcionamento, para a difusão cultural, é fruto da gestão do antigo INL e tem se perpetuado (Paiva, 2008). Nesse paradigma prevalece o valor patrimonial e não o informacional.

Bernardino (2017) pondera sobre o esforço importante de transformar, biblioteca em um território informacional sendo premente:

[...] reconhecer a identidade da biblioteca pública, a globalização dos aspectos relacionados aos construtos local e global dessas possibilidades e, sobretudo, humanizar os serviços como requisito para uma aproximação entre a oferta e a demanda de informações (Bernardino, 2017, p. 95).

No Manifesto da UNESCO/IFLA (2022, p.1, tradução nossa) consta também como funções da biblioteca pública, fornecer “[...] acesso livre e ilimitado ao conhecimento, pensamento, cultura e informação”, acesso a dados, acesso ao conhecimento científico, acesso a biblioteca (UNESCO/IFLA 2022). Mas o que tem

prevalecido, são as estruturas de poder que mantêm a biblioteca como essencialmente orientada ao apoio à cultura (Foucault, 1979).

Por outro lado, as informações produzidas, não relativas as culturas perpassam outros fluxos formais e informais. No estado, registra-se em arquivos no Portal Ales Digital, requerimentos de pedidos de informação em 1970. Na legislação esse tema foi tratado inicialmente em documentos, como a Constituição Estadual promulgada em 1989, cujo documento, definiu que a Assembleia Legislativa poderia fazer pedidos de informação, por escrito, ao Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e ao Procurador Geral da Justiça, além de criminalizar a recusa e o não atendimento à solicitação formalizada (Espírito Santo, 1989a).

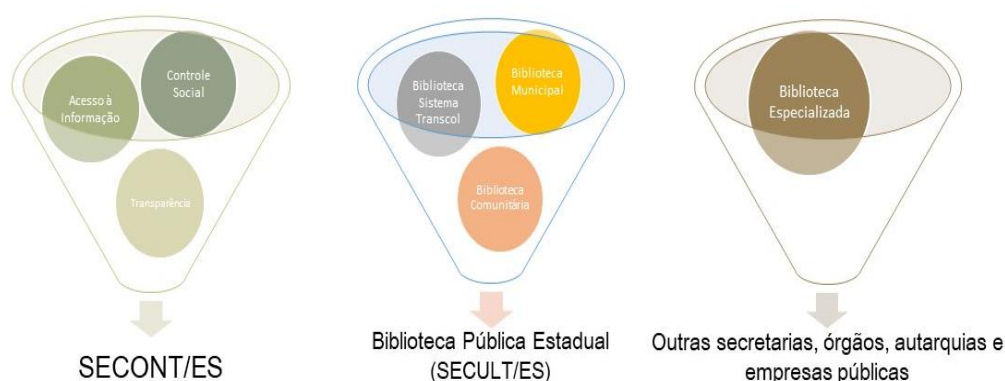
Nessa mesma constituição ficou previsto no artigo 57, tornar acessível a Constituição

A imprensa oficial e demais gráficas do Estado, da administração direta ou indireta, promoverão edição popular do texto integral desta Constituição, que será posta, gratuitamente, à disposição das escolas, bibliotecas, cartórios, sindicatos, igrejas e outras instituições representativas da comunidade (Espírito Santo, 1989a, não paginado).

Esse artigo 57, se mostra relevante pelo cunho difusionista e pela preocupação da administração pública em disseminar a informação juntos aos formadores de opinião, como a igreja e sindicatos e ao mesmo tempo, designa os ambientes de guarda e consulta à informação.

Na atual estrutura da administração pública do estado, o acesso à informação está sob a gestão da Secretaria de Controle e Transparência (Secont). A Secont é responsável por supervisionar a administração pública visando o combate a corrupção, a manutenção da transparência das contas públicas, a apuração das responsabilidades e a criação de novos canais de comunicação para o controle social (Espírito Santo, @2015-2023). As divisões das ações de acesso à informação no âmbito do estado do ES estão representadas pela Figura 2.

Figura 2 – Acesso à Informação e bibliotecas no Espírito Santo



Fonte: Produzido durante a pesquisa.

A Figura 2 apresenta a reprodução das ações da esfera federal e a divisão entre biblioteca pública (orientada à cultura), biblioteca especializada (orientada à administração ou suporte à gestão), o acesso à informação (orientada à transparência e combate à corrupção).

A Ciência da Informação, ultrapassa esses limites, pois tem na sua gênese a preocupação com a expansão e recuperação da informação (Oliveira, 2005) pela interdisciplinaridade, restabelecendo a conexão a partir de um único objeto científico, a informação (Silva, 2014).

Essas conexões podem ser produzidas com ações integradoras para alinhar a gestão pública às iniciativas efetivas de acesso e apropriação da informação, dando suporte à gestão pública, provendo a sociedade com informações de interesse público e coletivo e combater as desigualdades, sejam sociais ou de conhecimento.

2.4 Acesso à Informação e a Biblioteca Especializada em Agricultura: breve histórico

O acesso à informação registrado em livros e outros impressos de forma institucionalizada, manifestou-se no Estado do Espírito Santo de forma inédita em bibliotecas de instituições de ensino.

A primeira biblioteca de ensino noticiada foi a do Colégio de Santiago (1556) e depois a Biblioteca Pública no Liceu da Vitória (1855). Na história, a Biblioteca do Colégio de Santiago foi fechada e parte do acervo queimado (1794) e a Biblioteca

pública no Liceu da Vitória foi consumida pelas térmitas (Oliveira, 2008). Após esse período (1879), foi criada a Biblioteca Provincial. Bibliotecários e livreiros doaram livros e dinheiro para a Biblioteca Provincial de Vitória e no ano seguinte Domingos Gomes Barroso, foi nomeado como bibliotecário responsável por ela (IBICT, 2013).

No interior do Estado do Espírito Santo, o acesso à informação em ambientes de informação especializados encontra-se registrado a partir de julho de 1883, no município de Cachoeiro de Itapemirim (ES). Nesse município foi criado o Grêmio Bibliothecário Cachoeirense, com um conceito semelhante ao de centro de documentação ou de biblioteca especializada.

Sob a responsabilidade de Bernardo Horta de Araújo, neto do Barão de Itapemirim, o grêmio era uma biblioteca pública mantida por sócios e particulares (advogados, médicos, empresários da indústria etc.), objetivando a instrução pública. O acervo era composto por publicações de Ciências Naturais, um pequeno museu, coleção de minerais, fibras têxteis e numismática (Afonso Claudio, 1889).

Nessa trajetória, o acesso às informações, também se dava pela oralidade, nas estações experimentais. No Brasil, as estações experimentais foram criadas a partir da organização do ensino de agronomia pela Lei nº 8.319, de 1910 (Brasil, 1910). As estações são ambientes de experimentos, observação e troca de informações entre agricultores e profissionais da agronomia (Brasil, 1910). No estado, uma das primeiras estações foi a estação de cacau instalada na fazenda Goytacazes no Rio Doce.

No final da década de 1920 as informações especializadas em agricultura também circulavam entre agrônomos e agricultores através de eventos, cursos e visitas patrocinadas pela Secretaria de Agricultura. Em 1929 foi fundada a Sociedade Rural de Cachoeiro de Itapemirim que realizou o 1º Congresso Agropecuário do Espírito Santo. Nesse evento foram apresentadas 30 teses com assuntos diversos (Silva, 1929). Agricultores também podiam pegar publicações disponibilizadas pela Secretaria de Agricultura, em um depósito de máquinas (Secretaria..., 1930).

Na década de 1940 o acesso às informações agrícolas, no cenário nacional, começou a se alterar positivamente com a criação do Serviço de Informação Agrícola no Ministério de Agricultura (SIA). O ministério contava com uma biblioteca central, dividida em seções (documentação, publicação, divulgação, imprensa, etc.). Eram realizadas atividades de difusão de informações pelo país, disseminando

publicações, prestando suporte a eventos de extensão, serviços de radiodifusão, acompanhamento de estudos desenvolvidos no mundo, elaboração de informativos, entre outras atividades (Vieira, 1955).

Essa biblioteca ganhou mais uma seção em 1954, a de Extensão Rural, em adequação à cooperação público-privada estabelecida entre Estados Unidos (USA) e Brasil, representado pelo Ministério da Agricultura. O objetivo era formar uma nova mentalidade na população rural, operacionalizada com a difusão em massa pelo serviço de extensão rural, introduzido no país em 1948 (Mendonça, 2010).

No Estado do Espírito Santo, esse serviço foi implantado em 1956 com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (Acares). A Acares estava organizada a partir de três divisões vinculadas ao Departamento Técnico: Divisão de Extensão, Divisão de Agricultura e a Divisão de Informação. A Divisão de Informação possuía os setores de produção de material, de divulgação, de artes gráficas e impressão, divulgação e treinamento (Pülchen, 1964). Essas áreas eram responsáveis pela produção das publicações impressas, divulgação e intercâmbio de informações com outras instituições e pela capacitação dos técnicos em comunicação.

As informações publicadas, eram distribuídas no estado para as unidades descentralizadas da Acares, assim como as publicações recebidas da Biblioteca central do Ministério da Agricultura. O acúmulo desse material formou pequenos acervos, nos escritórios locais situados em diversos municípios do Estado. Esse material servia para atualizar a equipe técnica do escritório e difundir tecnologias para as comunidades locais (Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Espírito Santo, 1965).

A partir de 1972, a palavra biblioteca começa a fazer parte dessa estrutura, ligada ao Departamento de Planejamento e Organização (Deplano) da Acares, cuja responsabilidade era a supervisão das atividades da biblioteca e documentação técnica da sede da instituição. Essa data, coincide com a iniciativa do governo brasileiro de criar um Centro Nacional de Documentação Agrícola, culminando com o Projeto PNUD/FAD/BRA/72/G2, financiado pela *Food and Agriculture Organization (FAO)*.

O projeto deu origem ao Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola (Snida). Em 1974, também foi criado o Sistema Brasileiro de Informação sobre Pesquisa Agrícola em Andamento (Bracaris), para organizar as informações

da pesquisa brasileira, cadastrando pesquisadores e os projetos desenvolvidos. Nesse mesmo período a Biblioteca central do Ministério da Agricultura foi extinta e o acervo incorporado à Biblioteca Nacional de Agricultura (Binagri) (Finkelstein, 1981).

Com esse projeto, as informações agrícolas do país foram interligadas a diversas bases de dados internacionais. A *Agricultural Library Network (Aglinet)*, a rede de bibliotecas voluntárias interligou o sistema a *International Information System for the Agricultural Sciences and Technology (AGRIS)*, o Sistema Internacional sobre Ciência e Tecnologia Agrícola, o *Current Agricultural Research Information System (Caris)* e o Sistema Interamericano de Informação e Documentação Agrícola (Agrinter) (Curco Filho, 1979; Robredo, 1980; Finkelstein, 1981).

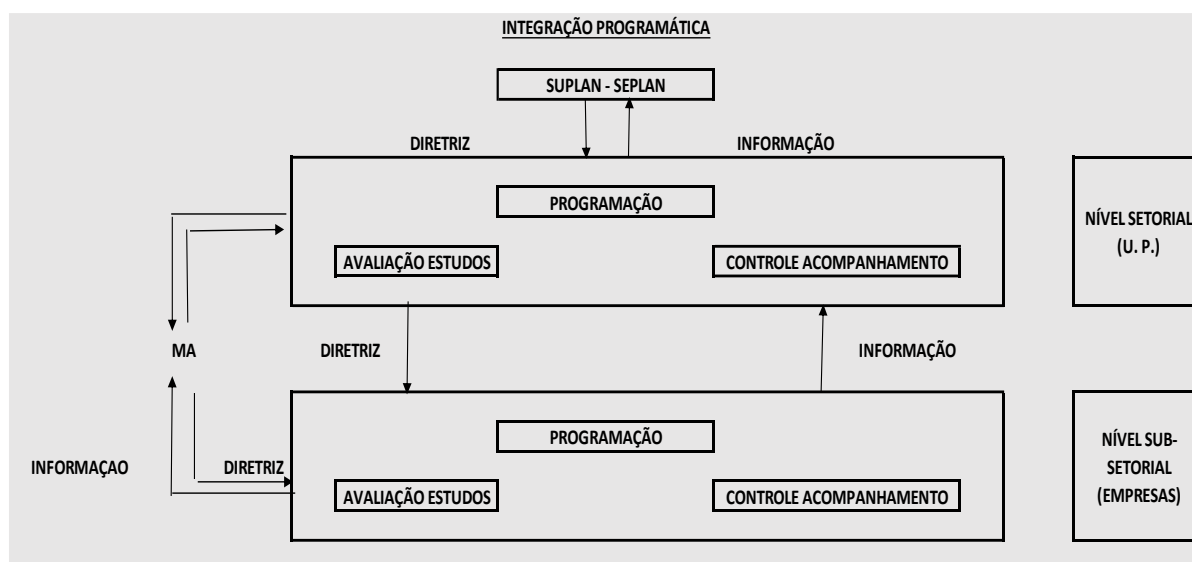
A Binagri coordenou o Snida de forma descentralizada, implementando Bibliotecas Estaduais de Agricultura (Beagris). De modo concomitante, a Embrapa criou o Sistema de Informação Técnico-Científica (Sitce) e o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), criou o Sistema de Documentação (Sidoc). Ao longo do tempo, esses sistemas foram sendo incorporados à Binagri (Finkelstein, 1981).

Com a política nacional de descentralização, os estados absorveram os serviços de extensão rural. No Estado do Espírito Santo, foi criado o Sistema Público de Agricultura (1975), composto pelas empresas: Acares que passou a ser designada como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo (Emater/ES), a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa), a Empresa Espírito Santense de Pecuária (Emespe), a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola (Cida), a Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo (Cases), as Centrais de Abastecimento do Estado do Espírito Santo (Ceasa-ES) e Instituto de Terras, Cartografias e Florestas (ITCF).

Esse sistema era coordenado pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa-ES). A Cepa-ES, foi criada através de articulação nacional com o Ministério da Agricultura, a Companhia de Desenvolvimento Econômico (Codec) e o governo estadual. Além dessa conexão nacional, a Cepa-ES, também fazia parte da Snida. Outras instituições do sistema de agricultura estadual, também estavam ligadas a Snida, a Secretaria de Agricultura do Estado (Seag) (Finkelstein, 1981), a Emcapa, fazia parte do Sitce da Embrapa (Acosta-Hoyos, 1976) e a Emater/ES, que seguia as diretrizes do Sibrater.

A Cepa-ES tinha como pilar a informação, para atingir o objetivo de elaborar o planejamento agropecuário estadual alinhado ao governo federal (Espírito Santo, 1977). Sua estrutura previa a organização e o acesso às informações internas e externas, do objeto de ação, de ambiente, da organização e de sistemas concorrentes, gerando conteúdo e instrumentos de diretriz e informação (Figura 3).

Figura 3 – Reprodução da estrutura da integração programática da Cepa-ES.



Fonte: (Espírito Santo, 1977, p. 14).

A Área de Informação e Coordenação e os setores da Biblioteca e do Serviço de Informações do Mercado Agrícola (Sima)¹¹ eram utilizados como suporte a essas atividades (Espírito Santo, 1977).

¹¹ O Sima é um serviço nacional, criado no estado em 1973, com o objetivo de organizar e disseminar informações do mercado agrícola (ESPÍRITO SANTO, 1977).

Quadro 3 – Bibliotecas especializadas do Sistema de Agricultura Estadual (1975-1989)

BIBLIOTECAS DO SISTEMA DE AGRICULTURA				
BIBLIOTECA SEAG				
Área M²	Acervo	Equipe	Usuários	Serviços
90 m ²	3 mil	2 bibliotecários 1 auxiliar administrativo 1 estagiário	Agrônomos, economistas, veterinários, técnicos agrícolas e a comunidade	Boletim Informativo Bibliográfico, normalização da produção editorial e intercâmbio e levantamento bibliográfico
BIBLIOTECA ITCF				
Área M²	Acervo	Equipe	Usuários	Serviços
23,4 m ²	1 mil	Não informado	Engenheiros agrônomos e florestais, geólogos, economistas, administradores, técnico agrícola e auxiliares administrativos	Não informado
BIBLIOTECA EMCAPA				
Área M²	Acervo	Equipe	Usuários	Serviços
220,4 m ²	19 mil	1 bibliotecário, 3 auxiliares administrativos e 3 estagiários	Engenheiros agrônomos e de pesca, economistas doméstico, técnico agrícola, veterinários, produtores rurais e outras entidades.	Notificação corrente, editoração, bibliografias, pesquisa bibliográfica, intercâmbio, supervisão das unidades central, regional e local, descentralização da informação e automação.
BIBLIOTECA EMATER/ES				
Área M²	Acervo	Equipe	Usuários	Serviços
71 m ²	12 mil	1 bibliotecário, 2 auxiliares de biblioteca, 1 auxiliar administrativo e 1 estagiário de biblioteconomia.	Agrônomos, biólogos, técnico agrícola, estudantes universitários e de nível médio, funcionários administrativos	Sumário de periódicos, normalização da produção editorial, pesquisa bibliográfica, notificação corrente, intercâmbio, disseminação seletiva, banco de bibliografias (BABI), sistema automatizado de pesquisas, sistema de informação de projeto de pesquisa (SIPP), sistema cooperativo de base de dados, banco de teses, banco de traduções, Comut, etc.

Fonte: Sobrinho *et al.* (1989 p. 6-12).

Essas bibliotecas coletavam informações internas e externas com diversos objetivos e estavam interligadas às redes internacionais através da Snida. No curso

da história, apesar da crise nacional, na década de 1980 o Espírito Santo cresceu, passou por um processo de modernização tecnológica e recebeu recursos federais para o desenvolvimento da economia (Villaschi Filho; Felipe; Oliveira, 2011).

Nesse mesmo período houve a tentativa de privatização do sistema de agricultura. O então secretário de agricultura Paulo Marcos Lomba Galvão, instituiu portarias para estudos de racionalização, resultando na fusão de seis instituições (Emater/ES, Emcapa, Emespe, Cida, ITCF e Cases). Essa fusão não ocorreu como previsto, mas, como efeito da fusão foram centralizados os acervos das bibliotecas (Espírito Santo, 1989b).

Na década de 1990, o país abre a economia e o estado alinha-se aos requisitos da globalização aderindo, aos ditames das políticas neoliberais como a racionalização, privatização, etc. Os autores Ventura e Girelli (2014) destacam o alinhamento da política nacional às políticas globalizantes como fator de desestruturação do sistema de agricultura. A Embrapa passou a receber menos recursos e reduziu os repasses até parar, impactando as empresas regionais, como a Emcapa. A Emater/ES, por sua vez, perdeu a coordenação nacional com as políticas de racionalização da economia.

Duarte (2012), ressalta que esse período foi o de aniquilamento do sistema agrícola. Em 1996, o sistema da Seag-ES foi reestruturado e reduziu de sete para quatro instituições, mantendo a Emater/ES, a Emcapa, o Ceasa, criando o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf). Em 1999 houve a fusão entre Emater/ES e Emcapa dando origem à Emcaper. A Emcaper foi transformada em autarquia, em 2001, recebendo a atual denominação (Incaper) e hoje conta com apenas uma biblioteca, a Rui Tendinha.

Com essa fusão, o acervo da Biblioteca da Seag-ES¹² resultante das fusões e novos acúmulos, foi enviado novamente ao Emcaper e as bibliotecas das estações experimentais da Emcapa foram desativadas. Os acervos das unidades locais da Emater/ES foram desarticulados do sistema de informação, no entanto, acervos de algumas unidades locais do atual Incaper ainda são preservados, pelos servidores que atuam nessas unidades (Biblioteca Rui Tendinha, 2022). Apresentamos no Quadro 4 os dados relativos à Biblioteca Rui Tendinha.

¹² No volume 1 da publicação ES SÉCULO 21 - Levantamento Bibliográfico Sobre o Estado do Espírito Santo consta registro de que o acervo da SEAG, já havia incorporado seu acervo ao da Emater/ES (atual Incaper) (Barros *et al.*, 1991).

Quadro 4 – Dados da Biblioteca Rui Tendinha (Incaper)

BIBLIOTECA RUI TENDINHA				
Área	Acervo	Equipe	Usuários	Serviços
9m ²	25 mil	1 bibliotecário e 1 assistente de suporte	Servidores do Incaper e de outros órgãos, consultores, estudantes, agricultores, comunidade local e viajantes.	Sumário corrente, ficha catalográfica, auxílio a normalização, pesquisa bibliográfica, disseminação para as unidades locais do Incaper, difusão da informação nas redes sociais, clube de leitura, atualização do site da biblioteca, etc.

Fonte: Produzido durante a pesquisa.

Diante do exposto, é possível concluir que bibliotecas especializadas em agricultura estão em declínio, no âmbito do Estado do Espírito Santo. O pesquisador Daniel Gevehr (2016) explica que os ambientes de memória estão em crise em decorrência das transformações advindas da modernidade. Para o autor esses espaços só têm significado porque o sujeito atribui e dá sentido a eles “Os lugares de memória – espalhados por nossas cidades – constituem-se, dessa maneira, em materializações dos sentimentos e dos interesses predominantes em cada época” (Gevehr, 2016, p. 954).

Araripe (2004) afirma que a educação é essencial para valorização do patrimônio. O autor pontua, que a falta de educação e as desigualdades sociais, geram a ruína desse ambiente. Gevehr (2016) corrobora com Araripe (2004) argumentando que é necessário ensinar crianças e jovens sobre os ambientes não virtuais, ricos em memória. Esses espaços permitem aprender sobre o passado, em um contexto social de imaterialidade da informação, na qual passado e presente se confundem. No caso da biblioteca especializada, são espaços reduzidos, criados sem planejamento, sem nenhum tipo de tratamento arquitetônico, tornando mais difícil sua visibilidade como bem público.

2.4.1 Biblioteca Rui Tendinha: aspectos históricos e breve trajetória de atuação

Para compreender a dimensão do objeto deste estudo e a contribuição da CI nessa investigação, acrescentou-se à pesquisa a contextualização histórica e socioeconômica do Brasil e do Espírito Santo, envolvendo a trajetória da Biblioteca Rui Tendinha. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, selecionando e analisando periódicos do estado, encontrados na hemeroteca da Biblioteca Nacional

e documentos históricos do Incaper, armazenados na Biblioteca Rui Tendinha (relatórios, atas, informativos e outras publicações institucionais). Salientamos também que, realizamos a descrição da trajetória da Biblioteca Rui Tendinha por sugestão de um dos componentes da banca de qualificação.

Para se chegar a Biblioteca Rui Tendinha, é necessário caracterizar as circunstâncias do surgimento da Acares, a instituição que deu origem ao Incaper e a biblioteca especializada do órgão. O cenário, data a crise de 1929, envolvendo os Estados Unidos, e a criação do Estado de Bem-estar social, para recuperar o país e rivalizar com o trabalhismo e o socialismo soviético. O Estado de bem-estar social criou diversas políticas públicas garantidas ao indivíduo pelo Estado (Silva, 1992).

Nesse ritmo, o Brasil realizou sua primeira reforma administrativa em 1936, introduzindo a burocracia de Max Weber substituindo o patrimonialismo. Mas, em 1938 com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), foi instituída a primeira autarquia, descentralizando a administração indireta no Brasil (Pereira, 1996).

A seguir, o Brasil, atendendo ao mercado interno, entrou para a modernidade através do imperialismo e se aliou ao bloco capitalista na Guerra Fria (Prado Júnior, 2006). O governo Dutra teve essa característica de alinhamento automático aos americanos, chegando a criar em 1948 a missão Brasil-Estados Unidos, para adaptar a economia brasileira aos interesses desse país, a Missão Abbink (Silva, 1992).

A extensão rural foi introduzida no Brasil nesse governo, com apoio do governo americano. A atividade de extensão rural nasceu nos Estados Unidos visando aumentar a produtividade e teve como base a escola clássica¹³ como instrumento de ensino e educação de populações rurais. As atividades da extensão eram norteadas por reuniões, palestras, feiras e pela difusão de informação com a impressão de folhetos (Olinger, 1996).

Em 1948, a partir do convênio entre o Governo de Minas Gerais e a Associação Internacional Americana (AIA), a extensão rural se estabeleceu no Brasil, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG). Já em 1955 foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência

¹³ “Essa escola recorria a métodos rígidos e mecanismos punitivos para manter a disciplina e obter a obediência dos funcionários, sufocando conflitos e resistências através de sanções e ameaças” (Paula, 2002, p. 131).

Rural (ABCAR), como órgão diretor das unidades estaduais que estavam sendo instaladas nos estados, entre eles o Espírito Santo (Divulgação Agronômica, 1963).

No estado, na década de 1950, a principal atividade dos agricultores do era o café. A agricultura sustentava a economia, portanto precisava de um serviço institucionalizado para ajudar os agricultores que sofriam com a baixa produtividade e as péssimas condições de vida no campo (Fassio; Castro, 2006).

Para atender as reivindicações da população rural foi criada a Associação de Crédito e Assistência Técnica e Rural (Acares), através de convênio entre o Governo do Estado, o Escritório Técnico de Agricultura (ETA) e o Centro do Comércio do Café de Vitória, assinado em 1956. A Acares era uma instituição sem fins lucrativos, de caráter educacional, para melhorar as condições de vida da população rural e aumentar a produtividade, com a ajuda do crédito rural supervisionado (Fassio; Castro, 2006).

Como já informado, a estrutura da Acares estava dividida em Departamento Técnico, Divisão de Extensão, Divisão de Agricultura e a Divisão de Informação. A Divisão de Informação era responsável pela produção e disseminação do material gráfico e audiovisual. Eram produzidos folhetos, cartazes, panfletos e demais veículos.

O chefe dessa divisão deveria ser um engenheiro-agrônomo com experiência ou um técnico em informação de nível superior e a aquisição de obras para auto capacitação, ficava a cargo do especialista da área, que deveria solicitar bibliografias aos chefes das unidades (Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Espírito Santo, 1962). Essa divisão mais tarde deu origem à biblioteca da Acares.

Cabe destacar que esse período é antecedente a introdução da Ciência da informação (CI) no Brasil. Essa prática é apontada em estudos iniciais da CI no mundo, indicando a comunicação oral e documentação, para difundir novas práticas, designado pela Unesco, como forma de combater as desigualdades no acesso à informação, principalmente na agricultura e na saúde (Araújo, 2014).

No decorrer dos anos, a Acares foi se expandindo pelos municípios do estado, criando novos escritórios locais. Essa ação, muitas vezes era fruto das reivindicações de comunidades rurais e de líderes políticos que cediam terrenos e instalações para abrir o escritório local. Nesses escritórios também foram se acumulando os acervos documentais e bibliográficos para prover ao técnico e à comunidade com o acesso à informação.

À medida que a atividade foi se expandindo e a Acares foi recebendo recursos, o estado foi deixando outras áreas descobertas e com o café em decadência, essas ações dirigidas à cafeicultura começaram a ser contestadas. O argumento utilizado foi o da existência de ligação estreita entre a instituição e os Estados Unidos. Seu dirigente, o engenheiro Pedro Merçon, embora fosse um agrônomo brasileiro, foi acusado de estimular os agricultores a 'rezar' a cartilha americana. A educação individualista e a criação de uma nova mentalidade por uma potência americana, angariou críticos ferrenhos (Lindenberg..., 1960).

Esse período ficou registrado na história como a 'crise do café'. Devido ao excedente de produção de café no país, a baixa produtividade e elevados índices de broca, um programa do Governo Federal erradicou os cafezais do Estado, com consequências sociais e econômicas desastrosas, provocando o maior êxodo rural da história (Silva *et al.*, 2016).

De 1960 a 1963, a Acares passou por um período de transição com a revisão de métodos de ação, para se adequar ao crédito rural orientado e superar a crise do café, caracterizado por: concentração de esforços e prioridade no aspecto econômico, planejamento anual, intensificação da comunicação mecanicista com métodos difusão da informação em massa.

Com base em planejamentos realizados no âmbito nacional como o Plano Salte¹⁴ e Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, a instituição elaborou seu próprio planejamento trienal, o Plano Diretor. O Plano Diretor questionou o enquadramento do Espírito Santo na política da Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (Gerca), direcionada aos grandes produtores de café e a necessidade de ações de bem-estar social, como a distribuição de renda, diversificação agrícola, educação alimentar, materno-infantil, juventude rural (Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Espírito Santo, 1963).

Enquanto isso, o golpe militar se delineava no Brasil. O Governo de João Goulart (Jango)¹⁵, tomou posse mesmo contra a vontade de militares e interrompeu a subserviência do Brasil, desenvolvendo uma política independente, nacionalista, recebendo o apoio de movimentos sociais e dos trabalhadores.

¹⁴ O Plano Salte, foi criado no Brasil em 1950, prevendo investimentos nas áreas de transporte, saúde, energia alimentos (Teixeira, 1996).

¹⁵ Governo de Jango durante o período 1961-1964.

Também estreitou relações com a União Soviética, desencadeando a ira americana e das classes burguesa e militar brasileira. Militares com apoio do governo americano engendraram várias ações para desestabilizar o governo, até que em 1964 Jango foi golpeado e a ditadura militar se instalou no Brasil (Silva, 1992).

A Ditadura se caracterizou pela censura, eleições indiretas, perseguição e assassinato de inimigos políticos, governo de decretos, de atos institucionais etc. Os impactos também foram sentidos na Acares. Nesse período os salários ficaram atrasados, ex-funcionários e documentos ficaram presos pela Comissão de Investigação Sumária (CIS), a Acares sofreu ataques da mídia, a instituição era patrulhada, dentre outras situações, descritas por Pülchen (1972).

Com militares no poder criou-se o ambiente propício para mais uma reforma administrativa nacional, aprovada em 1967 através do Decreto-Lei nº 200. Essa reforma previa a descentralização, a transferência das atividades de bens e serviços aos estados, período de expansão de empresas públicas. Essa reforma também trouxe para a administração pública os princípios do gerencialismo, como “[...] racionalidade administrativa, planejamento e o orçamento, a descentralização e o controle dos resultados” (Pereira, 1996, p. 13).

A Acares também fez suas reformas. Normas e estatutos foram reformulados, ações foram racionalizadas, foi implantada a política de contenção de gastos, novos critérios na gestão de pessoas, etc. (Pülchen, 1972). Nessa reformulação a palavra biblioteca aparece pela primeira vez nos documentos institucionais. A Acares colocou a biblioteca subordinada ao Departamento de Planejamento e Organização (Deplano), a qual era responsável por estabelecer o sistema de documentação, arquivo e administrar a biblioteca da instituição (Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Espírito Santo, 1972).

Na década de 1970, ocorreram diversas transformações na economia, política e tecnologia. A agricultura americana deu um salto com a Revolução Industrial e os países centrais reconheceram que a fome era um problema mundial. Acreditando que esse problema se resolveria mudando a forma de produzir e como resposta a Fundação Rockefeller criou o pacote tecnológico ‘Revolução Verde’ (Alves; Tedesco, 2016).

Sob influência dos EUA, o regime militar encontrou abertura para implantar a Revolução Verde no Brasil. Seguindo o modelo mundial, procurou desenvolver o

campo para neutralizar movimentos contrários ao regime, difundindo tecnologias para produção em larga escala, visando aumentar a produtividade (Alves; Tedesco, 2016). A economia do Brasil nessa época, estava baseada na exportação do café e almejava passar a industrial com a adoção do modelo de desenvolvimento rural baseado na difusão de pacotes tecnológicos (Peixoto, 2008).

Esse movimento, não representou o cenário externo da CI. No final da década de 1960, a CI estava se espalhando pelo mundo incluindo na pauta a função social da informação (Araújo, 2014), mas por aqui preponderou o difusionismo.

Seguindo a reforma administrativa de 1967 e a política de descentralização, o governo militar autoritário estatizou a extensão rural em meados da década de 1970, criando a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). As estruturas das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACARs) foram absorvidas pelos estados, se convertendo em empresas públicas de assistência técnica e extensão rural (Ematers), ligadas ao Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), antiga Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (Peixoto, 2008).

No Espírito Santo, o governo de Christiano Dias Lopes (1967-1971) entrou com a política desenvolvimentista para superar a crise, instituiu isenções fiscais, atualização dos processos agropecuários, incentivo ao cooperativismo, fomentou a inseminação artificial dos rebanhos e a mecanização agrícola (CEPDOC, 2021).

Após essa fase, também seguindo a agenda nacional, em 1975, o Governo Élcio Álvares (1975-1979), transformou a Acares em Emater/ES, com os mesmos objetivos iniciais da Acares, mas a Embrater alterou esse propósito para “[...] um enfoque mais intensivo na difusão do uso ou da incorporação da tecnologia para mudança dos sistemas produtivos” (Duarte, 2012, p. 23).

Embora na década de 1970 movimentos tenham começado a se contrapor ao modelo de difusão imposto aos países em desenvolvimento, a Emater/ES manteve o modelo de difusão em massa, atendendo às demandas de políticas agrícolas nacionais.

As mudanças ocorreriam somente após o milagre econômico e a abertura do regime político no Brasil. Nesse período, abriu-se espaço para o agricultor familiar. Em 1983, com a troca de administração a Emater/ES passa a sofrer críticas e começa a rever seus métodos. A partir de seminários, debates e avaliações internas, a Emater/ES mudou para um novo conceito de comunicação social e passou a

praticar o humanismo crítico, com a introdução da visão de Paulo Freire de extensão como educação, caracterizada pelo diálogo, troca de experiências e saberes, mudando a comunicação entre a agricultor e extensão para a dialógica (Espírito Santo, 1987).

Na CI esse fenômeno é visto como a evolução dos estudos em Política e Economia da Informação. Foi introduzido o caráter ideológico da informação e os ambientes de informação se revelaram aparelhos de dominação. Com o tempo chegou-se ao consenso de que cada sociedade deveria cuidar dos seus sistemas de informação. Essa tendência foi mais forte no campo da educação, sob a influência de Paulo Freire (Araújo, 2014).

A biblioteca da Emater/ES, nessa fase, estava sistematizada em uma biblioteca central instalada na sede em Vitória (ES) e gerenciava 82 unidades de documentação, localizadas em escritórios locais e fazendas da empresa, fruto do acúmulo de publicações utilizadas na atualização dos técnicos e da produção editorial própria, utilizada na difusão.

Outras instituições também foram criadas no Estado, sendo institucionalizada a primeira organização do sistema agrícola do Estado com sete instituições: Emcapa, Emater/ES, Emespe, Cida, Cases, Ceasa e ITCF.

Abre-se espaço na história para a Emcapa, instituída em 1973, com a finalidade de promover pesquisa, constituir-se como um centro de documentação para sistematizar, divulgar conhecimentos e manter uma relação estreita com a extensão rural (Espírito Santo, 1973). Com a Emcapa, o Espírito Santo passou a não depender de pesquisas externas ao Estado, estabeleceu-se uma relação articulada com a Emater/ES e a “[...] extensão rural passou a ter papel mais significativo na difusão tecnológica” (Duarte, 2012, p. 22).

A Emcapa também possuía uma biblioteca, localizada em Cariacica (ES), que recebia recursos e contava com um prédio exclusivo de aproximadamente 500 m². No final da década de 1980, a Emcapa possuía a Coordenação de Difusão e Documentação, dividida em três áreas: Área de Informação Meteorológica, Área de Difusão de Tecnologia e a Área de Informação e Documentação, na qual ficava a Biblioteca (Biblioteca Rui Tendinha, 2022). No Governo estadual de Eurico Resende, houve uma tentativa de descentralização das atividades de pesquisa, mas foi declinada pelo secretário Kleber Mendonça que não concordava com a medida e por pressão dos pesquisadores do órgão.

A descentralização acabou ocorrendo no governo de Gerson Camata. Esse governo utilizou o mesmo planejamento do governo anterior. Entre 1984 e 1985, com a política pública de descentralização da sede da Emcapa, houve também a descentralização das bibliotecas, sendo subdividida em quatro, com quatro bibliotecários atuando em cada unidade, um na Sede (Vitória), outra no Centro Serrano (Domingos Martins), em Linhares e em Pacotuba (Cachoeiro de Itapemirim) (Biblioteca Rui Tendinha, 2022).

Com a tentativa de privatizar o sistema de agricultura estadual e a política de racionamento de recursos, sem lograr êxito, o governo fundiu os acervos das bibliotecas, embora as bibliotecárias Angela Borges Daher, Marlene Barreto de Souza, Cleuza Zanetti Monjardim e Cláudia de Oliveira Barros Feitosa, que atuavam no sistema, tenham realizado estudos e emitido pareceres contrários a essa fusão (SEAG-ES, 1989). Em 1991, o acervo da Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo (Seag-ES) foi incorporado ao acervo da Emater/ES, também com parecer das desfavorável dos bibliotecários do sistema (Barros *et al.*, 1991).

Essas reformas coincidem com a adesão de países latinos à política neoliberal, pressionados por países centrais. O Brasil foi um dos últimos a adotar essa política, para renegociar dívidas, realizando o ajuste econômico. A economia passou a ser gerenciada pelo Banco Mundial e pelo FMI desde o ano de 1989, se iniciando nos governos de Fernando Collor, assumindo uma agenda reformista, e Fernando Henrique Cardoso, que instituiu o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) no ano de 1995 (Moraes, 2001).

O PDRAE trouxe o Brasil para o modelo da Nova Gestão Pública. Globalização e competitividade foram inseridas na administração pública para trazer agilidade aos processos, visando reduzir custos e alcançar resultados (BRASIL, 1995). Sob o preceito do estado mínimo, a Embrater foi extinta, as atividades de extensão rural ficaram a cargo dos estados e municípios e o modelo de assistência técnica e a extensão rural (Ater) ficou desorganizado. A Emater/ES e a Emcapa perderam a coordenação nacional e se tornaram dependentes do Governo Estadual.

Entre 1992 e 2003 ocorreram diversas tentativas de desmonte da Emater/ES e da Emcapa pelo governo estadual, com a diminuição de recursos, demissão, atraso salarial, não realização de concursos culminando na incorporação da Emcapa pela Emater/ES em 1999 (Duarte, 2012).

A justificativa para a incorporação, foi a de integração e redução de custos da máquina pública. A Emcapa foi incorporada pela Emater/ES, dando origem a Emcaper. Essa fusão trouxe benefícios como a sinergia entre pesquisadores e extensionistas, mas também causou transtornos como a descontinuidade de atividades, falta de normas ou regulamentos, entre outras, ainda sentidas na atualidade.

Antes da fusão, a Emcapa também possuía um *site*, com a URL <emcapa.es.gov.br>. Nesse período disponibilizava alguns *folders* em formato digital. Após a fusão e se tornar Emcaper (2000) a instituição ganhou outro *site*: <<http://www.emcaper.com.br/incaper.htm>>. Coincidindo com a reestruturação da Prodest no ano de 2000 e com o início do Programa de Governo Eletrônico do Estado Brasileiro. Em 2001, quando o Incaper se tornou uma autarquia assumiu o endereço <<https://incaper.es.gov.br/>>¹⁶.

Silva (2014, p. 310) destaca que na dinâmica da globalização a “[...] informação deixa de ter uma compreensão sócio-cognitiva crítico-social” e passa a ser utilizada como produto em função do mercado. Na emergência das novas tecnologias e difusão rápida de informações, bibliotecas especializadas perderam espaço no Estado.

No caso das bibliotecas do sistema agrícola estadual, as bibliotecas viram seus acervos unificados na sede (Vitória), sem planejamento ou preocupação com a preservação, já na denominada Emcaper, nesse mesmo período, cogitou-se o fim da biblioteca, mas o Coordenador de Difusão e Transferência de Tecnologia, Rui Fernando Frota Tendinha de Pimentel Teixeira, o Rui Tendinha, não permitiu, atuando em defesa da permanência da Biblioteca (Biblioteca Rui Tendinha, 2022).

Em 2001, o Incaper se tornou uma autarquia sendo criada a Área de Documentação e Informação sob a supervisão do profissional bibliotecário, subordinada ao Departamento de Comunicação e Marketing (DCM). Entre as atribuições do DCM, descritas no Decreto Lei Decreto nº 1316-R, de 2004 consta, assessorar o instituto na formulação de uma “[...] política de comunicação, difusão e transferência de tecnologia, divulgação, editoração, articulação, informação e documentação da autarquia [...]” (Espírito Santo, 2004).

¹⁶ Essas informações foram conferidas no *site* <https://web.archive.org/> que arquiva páginas de *internet*.

No estudo realizado por Nascimento (2015), os pesquisadores que correspondem ao grupo de cientistas do Incaper, apontaram que um dos setores mais importantes era do Departamento de Comunicação e Marketing (DCM) e nessa mesma investigação ao serem questionados sobre fontes consultadas, a biblioteca da instituição não foi considerada.

Com o acesso à internet, a aceleração no processo de avaliação por pares e a difusão científica, a demanda por informação atualizada foi canalizada para a internet. Mas a biblioteca, ganhou novas funções para esse público, como a de depositária da produção institucional e difusora dessa informação, potencializando o impacto das pesquisas desenvolvidas pelo instituto.

Outra causa para esse afastamento foi a falta de investimento nas bibliotecas especializadas. A partir da década de 1990, a política de racionamento e ajuste fiscal cortou recursos para essas unidades. As bibliotecas especializadas passaram a sobreviver de doações e com o acervo de memória institucional da qual são depositárias (Feitosa, 1995). A capacitação e a autoeducação promovida pela biblioteca especializada (Burstein; Schult; Delatre, 1977) recaiu sobre cada profissional, o que se mostra uma impropriedade do Governo desejoso de eficiência e inovação no serviço público.

Ao longo dos anos a Nova Gestão Pública foi se instalando nos estados. No Espírito Santo, iniciou-se em 2011. Também em 2011 o Incaper foi autorizado a realizar um concurso público, para diversos cargos, um deles de bibliotecário, pois o órgão estava sem o profissional. Embora o governador, Renato Casagrande, tenha se articulado com movimentos sociais e realizado seminários, o seu modelo de gestão tem como subsídio o Programa ES-2025 do ex-Governador Paulo Hartung (Zoghbi, 2015).

Nesse mesmo ano, com uma equipe recém convocada, o Incaper, assim como outros órgãos, começou a realizar o planejamento estratégico. Essa elaboração provocou reformas e novas exigências, que implicaram no acesso à informação de forma ágil e personalizada, com a democratização de técnicas e pesquisas pela internet (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, 2013).

Em 2012, a Biblioteca perdeu a maior parte do espaço de leitura, abrigando a equipe do Departamento de Comunicação e Marketing (DCM), com a prerrogativa de falta de espaço para os novos concursados. No ano de 2013, através de uma

parceria com a Embrapa e o Incaper, o servidor Rodrigo de Castro Cosme do Centro de Processamento de Dados do Incaper (CPD), implantou o Sistema Ainfo, de gerenciamento de informações bibliográficas impressas e digitais, na biblioteca Rui Tendinha. Também em 2013, a partir de um concurso interno realizado entre os servidores do Incaper, a biblioteca recebeu o nome de Biblioteca “Rui Tendinha”, em homenagem a esse servidor falecido em dezembro de 2000.

O Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (Prodest) desenvolveu novos sites de governo, com a ferramenta Orchard¹⁷, cuja a finalidade era a de “[...] propagar conhecimentos e informações para os servidores públicos e demais segmentos sociais” (Chieppe, 2017).

Nessa migração, documentos armazenados no site institucional foram enviados para a BRT, para realizar o armazenar no repositório digital. Marcial *et al.* (2020), constatou que essa ação acarreta perdas de informação digital, no diagnóstico das bibliotecas especializadas da administração pública federal.

No caso do Incaper, com a biblioteca essa perda foi menor, os arquivos corrompidos foram recuperados com autores ou por outras bibliotecas parceiras e os incompatíveis com o repositório, foram armazenados em mídia. Nesse mesmo ano o Incaper, lançou o novo site da Biblioteca Rui Tendinha, usando essa plataforma, customizada pela Aliana Pereira Simões, web designer do quadro de funcionários do Instituto.

Em 2018, o resultado do planejamento estratégico culminou na aprovação de novo organograma. A Biblioteca Rui Tendinha perdeu a autonomia, deixando de ser uma área e passou a integrar a Gerência de Transferência de Tecnologia e Conhecimento (GTTC). No ano de 2019 a Biblioteca também perdeu a sala de estoque. A produção editorial excedente passou a ocupar estantes do arquivo inativo e algumas estantes da biblioteca.

Em 2022, o governo do estado reestruturou as carreiras e concursados da área-meio passaram a pertencer ao quadro da Secretaria de Gestão de Recursos Humanos (SEGER). Entre as consequências que essa mudança pode gerar, são novas fusões, pois, alguns órgãos ficaram com servidores somente de área meio,

¹⁷ “O CMS Orchard é uma ferramenta grátis, de código-fonte aberto e construído em MVC ASP.NET. O desenvolvimento é apoiado pela NET Foundation” (Espírito Santo, @2015-2024)

além de possível debandada de servidores para outras unidades e a descontinuidade das atividades (Espírito Santo, 2022a).

Mesmo com essas dificuldades, é importante destacar os avanços engendrados pela Biblioteca, um deles o 'Projeto Sementes do Conhecimento'. As informações do Instituto eram em sua maioria publicadas no formato impresso e dirigidos ao agricultor (a).

Com o projeto foram distribuídos *kits* de publicações do Incaper para escolas famílias agrícolas e continuamente essas escolas recebem os lançamentos de publicações da editora institucional, conforme demonstrado na Figura 4.

Figura 4 – Reprodução da entrega de kits de publicações do projeto Sementes do Conhecimento



Fonte: Oliveira & Borges (2015, p. 36).

Também foram realizados concursos de desenho e poesia. Esse projeto beneficiou cerca de 45 escolas e mais de 10 mil alunos (Figura 5).

Figura 5 – Desenho do concurso de desenhos realizados pelo Incaper.



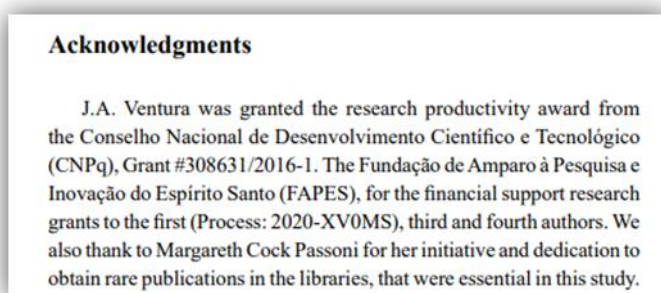
Fonte: INCAPER (2016).

Outra iniciativa foi a adoção do sistema de gestão de biblioteca com repositório digital. Com esse sistema o Incaper passou a organizar e disseminar a produção editorial, técnico-científica e parte da memória institucional, disponibilizando mais informações em formato digital e utilizando estratégias orientadas ao uso de múltiplos canais de informação (como o sumário corrente) e de redes sociais.

À medida que essas e outras ferramentas digitais foram sendo incorporadas as atividades da biblioteca, também foram surgindo métricas e novas formas de observar o conhecimento apropriado como as citações em trabalhos científicos. Entre 2013 e 2015, não havia menções aos *links* da biblioteca em sites ou trabalhos acadêmicos. As *URLs* de *links* do repositório digital, começam a surgir em citações a partir de 2016. Na atualidade, embora o Incaper receba bastante citações e o site da biblioteca acumule ao menos 90 mil acessos anuais, registra-se a ocorrência de citações variando entre 30 a 40 *URLs* do repositório institucional encontradas em trabalhos acadêmicos ao ano¹⁸.

A Figura 6, exemplifica recortes em trabalhos publicados com menções e citações. Na figura 6, o leitor agradece os serviços prestados pela servidora para conseguir uma fonte de informação, utilizada no artigo.

Figura 6 - Agradecimento ao serviço prestado pela servidora da biblioteca em artigo publicado no periódico Biota Neotropica.

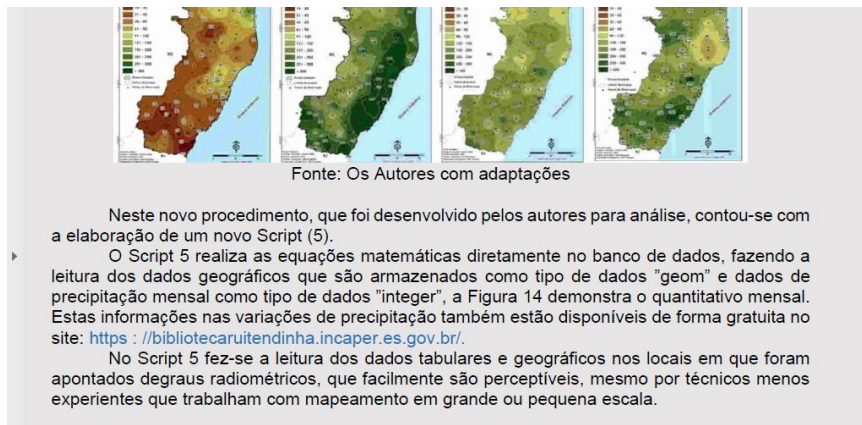


Fonte: Reproduzido do artigo do autor Martins *et al.* (2022).

Na Figura 7, os autores citam os dados disponibilizados e acessados na Biblioteca citando inclusive a Biblioteca como fonte de informação gratuita.

¹⁸ Essas informações são monitoradas através de alertas do Google Acadêmico pela biblioteca.

Figura 7 – Publicação em anais cita biblioteca especializada como fonte de informação gratuita.

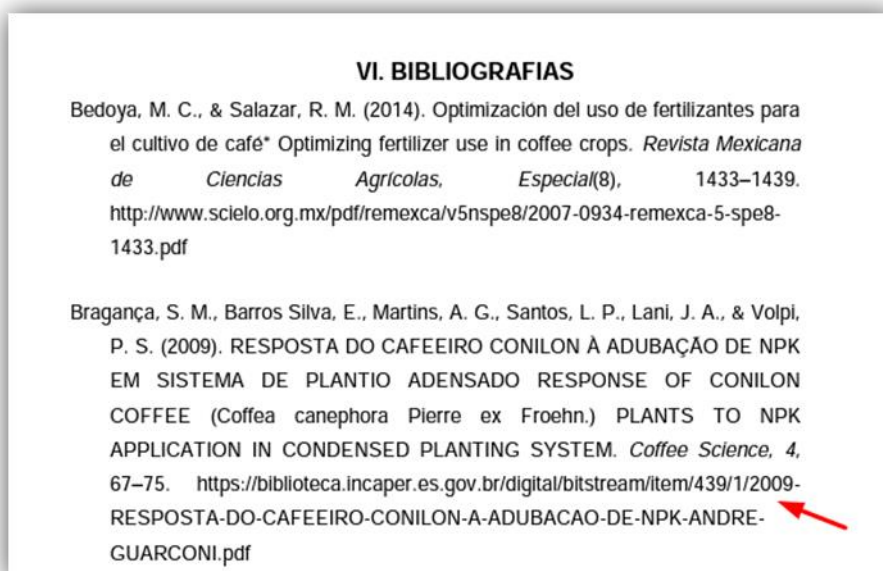


Fonte: Reprodução do artigo de Nasser Júnior; Moro (2021).

As Figuras 6 e 7 demonstram a contribuição da biblioteca especializada no acesso às informações, representado pelo conhecimento apropriado pelos leitores e publicados em trabalhos científicos. Outro vestígio, são as citações de *links* de repositórios da biblioteca especializada.

Na Figura 8, apresenta-se o *link* da URL do repositório digital da biblioteca, acessado pela *internet* de outro país e com o aproveitamento das informações contidas no documento, resultando em uma citação.

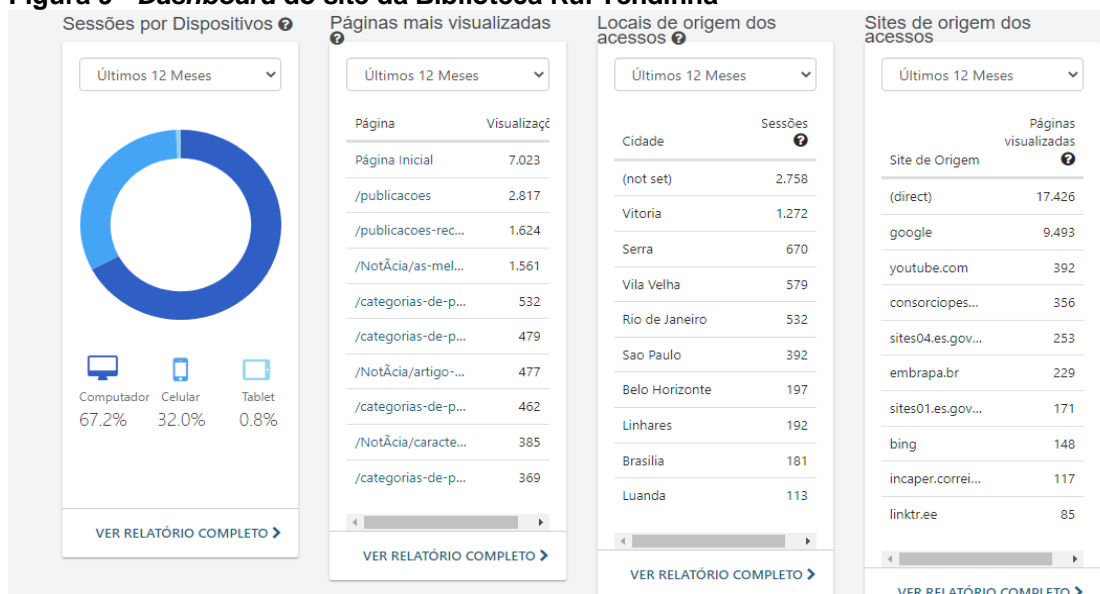
Figura 8 – Citação com link do repositório da Biblioteca Rui Tendinha em trabalho científico publicado no Equador



Fonte: Reprodução de Lopez (2021).

O site da Biblioteca implantado em 2017, também fornece outras métricas. A Figura 9 foi gerada no site da Biblioteca com dados do *Google Analytics*, demonstrando os dados de acesso, como o dispositivo, visualizações de páginas, páginas mais acessadas, local de origem dos acessos e os sites que geram fluxo até a página da biblioteca.

Figura 9 - Dashboard do site da Biblioteca Rui Tendinha



Fonte: Biblioteca Rui Tendinha (2022).

Para concluir, a Biblioteca conseguiu organizar e democratizar as informações em formato digital, também facilitou o acesso ao acervo geral impresso, que até aquele momento não estava disponível na *web*. Embora existam evidências da efetividade das ações da biblioteca, sua estrutura física não avança no ritmo da *internet*. Até o momento a Biblioteca não apresenta rubrica de recursos para suprir as necessidades da unidade central e das salas de leitura das unidades descentralizadas e melhorar as ações de apropriação da informação e letramento digital.

3 BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

Na interdisciplinaridade da Ciência da Informação (CI), na Biblioteconomia e na Documentação, é possível observar a divisão entre bibliotecas públicas, bibliotecas especializadas, práticas e processos de acesso à informação e a sua conjugação utilizando um fenômeno em comum, a informação.

A biblioteca especializada é um objeto de estudo complexo, permeado por divisões que se manifestaram junto à história da Biblioteconomia e Documentação. Apresenta classificação diversificada, além de diversas nomenclaturas de designação. Para compreender esse objeto, na primeira parte desta seção, buscou-se na historicidade a origem do campo, a partir do levantamento bibliográfico de documentos, buscando por informações relevantes para serem analisadas e consultadas durante a pesquisa (Galvão, 2011).

Considerando o reduzido número de documentos acessíveis, em âmbito nacional e a qualidade das informações identificadas sobre as instituições *Special Library Association (SLA)* e *American Library Association (ALA)*, optou-se pela realização de levantamento bibliográfico na base de dados *Illinois Digital Environment for Access to Learning and Scholarship (Ideals)*, da Universidade de Illinois nos Estados Unidos, pela interface de busca e pelo número de documentos históricos disponibilizados em acesso aberto.

Para cobrir períodos a partir da década de 70, utilizou-se a revisão sistemática, de publicações recuperadas na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), utilizando o termo Biblioteca Especializada, no período entre 1972-2021.

Na segunda parte desta seção, analisou-se a evolução das bibliotecas especializadas através da recuperação de produções científicas que discutem a biblioteca sob aspectos globais. Esta seção atende a um dos objetivos de pesquisa dirigidos à discussão do estado da arte da temática biblioteca especializada, junto à literatura em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A seguir, serão analisados documentos que retratam a biblioteca especializada sob o viés humanista abordando a origem, aspectos de um conceito em transformação e as divisões dos tipos de bibliotecas.

3.1 Origem

A origem da biblioteca especializada, nos Estados Unidos (EUA) e no Brasil está ligada a instituições utilizadas de modo estratégico por governos, no cenário pós-guerra, de grande produção de informação (Figura 10). Nos EUA, representados pela divisão histórica entre ALA e pela SLA e no Brasil, entre o INL e o IBBD,

influenciados respectivamente pelas correntes francesa e americana (CASTRO, 2000).

Figura 10 - Origem da biblioteca especializada



Fonte: Produzido durante a pesquisa.

A biblioteca especializada tem raiz na história americana. No final do século XIX, os Estados Unidos viveram um momento de grande industrialização na reconstrução do país, fazendo surgir diversas instituições de informação, públicas e privadas. Os comitês organizados pela SLA demonstram essa extensão. A instituição congregou bibliotecas, museus, associações e instituições, com acervos especializados de diversas temáticas, administrados pelas iniciativas públicas e privadas (Special Libraries, 1910).

A biblioteca especializada, desde a sua origem, vem apresentando diversas designações. Nesta pesquisa, essas terminologias também representam o mesmo objeto de investigação, a biblioteca especializada das três esferas do poder do Estado do Espírito Santo.

Inicialmente as bibliotecas especiais, eram constituídas para apoiar a profissionalização de trabalhadores, impulsionados pela necessidade de mão de obra especializada, no contexto da sociedade industrial americana. Mas a visão desse perfil de biblioteca foi se alterando, voltando-se para a educação popular, buscando o progresso da sociedade (Shera, 1952).

Em 1935, por diferenças observadas quanto à forma de tratar informação voltada à indústria, bibliotecários saíram da ALA e sob o *slogan* “[...] *Putting Knowledge to Work* [...]” (Shera, 1952, p. 195), que em tradução livre significa ‘Botando a Informação para Trabalhar’, formaram a SLA. Esse movimento dividiu a Biblioteconomia e as bibliotecas “[...] tornando quase impossível, o bibliotecário pensar nas funções da biblioteca na sociedade contemporânea” (Shera, 1952, p. 191, tradução livre).

Henkle (1952), destaca que a biblioteca especializada nasceu como um serviço especializado, realizado em bibliotecas públicas e são especiais em maior e menor grau, dependendo do tipo de biblioteca. A bibliotecária americana Rose Vormelker (1952), conhecida por ter instalado centros de guerra e defesa em bibliotecas na Segunda Guerra Mundial, problematiza que, nem toda biblioteca pública possuía esse serviço, em geral por falta de recursos.

Vormelker (1952), considera que, algumas bibliotecas públicas são tão boas em disseminar informação quanto às bibliotecas industriais. Nesse sentido pode-se entender que essa é uma das características da biblioteca especializada (Morley, 1939). Em complemento, Rose Vormelker (1952) destaca que essa é uma atividade especializada, prestada, no tempo e na forma necessária, de maneira confiável por um profissional qualificado (Vormelker, 1952).

Ashworth (1967) relembra que as bibliotecas mais antigas eram especializadas. Para o autor as mudanças ocorridas na sociedade e com o “[...] avanço da ciência se criou bibliotecas especializadas em informação sob novas formas [...]” (Ashworth, 1967, p. 1).

Sob as análises do humanista Shera (1952) é possível concluir que a biblioteca especializada se adapta às necessidades de quem a propõe e refletem as ideias de uma comunidade, nessa perspectiva toda biblioteca é especial. Todas as bibliotecas são especiais, mas a divisão histórica ocorrida nos EUA, entre bibliotecas públicas e especializadas, também impactou a Biblioteconomia e a Documentação no Brasil, inicialmente sob a influência da corrente francesa, mas que no final da década de 1930 passou a receber influência americana em São Paulo, no *Mackenzie College*.

A bibliotecária Etelvina Lima que ajudou a fundar a Escola de Biblioteconomia, em Belo Horizonte, destaca diferenças nas teorias e práticas dessas correntes. Pode-se destacar entre elas, o currículo humanista da Escola Francesa e o uso do código da Vaticana pela Biblioteca Nacional, enquanto São Paulo usava o código da Ala (Castro, 2000).

A especialização da profissão de bibliotecário, também recebeu influências dessas correntes e teve duas instituições representativas. O Dasp foi criado em 1938 para racionalizar o serviço público e diminuir a burocracia. Também pôs em prática ações para controlar o excesso de documentos. Esse órgão, junto com a biblioteca e a bibliotecária Lydia Sambaquy realizaram diversas ações de controle

bibliográfico, capacitações, publicações, até alcançar-se o reconhecimento do curso de Biblioteconomia (Castro, 2000).

Em fase posterior, foi criado o IBBD, vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), visando a organização das informações de cunho científico e tecnológico no Brasil. Diversas ações foram desenvolvidas, como a capacitação de bibliotecários para organização e tratamento de documentos. Através de acordos com países estrangeiros também se incentivou a “[...] criação de bibliotecas especializadas e Escolas de Biblioteconomia [...]” (Castro, 2000, p. 247), cabe destacar algumas disciplinas obrigatórias do curso oferecidos no período, como informação científica, biomédica, industrial, tecnológica e biblioteca especializada (Castro, 2000).

No IBBD, Lydia Sambaquy com outros profissionais provocaram uma mudança paradigmática na Biblioteconomia ao orientarem as atividades para a informação científica. Abriram o caminho para a Ciência da Informação, através da criação do curso de mestrado, para socializar teorias trazidas de fora do Brasil, diferentes das praticadas no país e mais ligadas à área de informática (Corrêa, 2008).

Mais tarde, o IBBD foi transformado em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Em 1985, com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) ocorreu o esvaziamento do CNPq e o Ibict passou a ser subordinado a esse mesmo ministério. Mesmo com revezes, tanto o CNPq, quanto o Ibict seguem desempenhando atividades que contemplam a informação científica e tecnológica do país (Cunha, 2005).

A Biblioteconomia praticada atualmente no Brasil é uma mescla de correntes de pensamentos, construída por meio da troca de experiências entre abordagens tecnicistas e humanistas. Hubner, Silva e Atti (2021) consideram que a harmonização entre as correntes humanista e tecnicista, propicia reflexões quanto ao futuro do profissional bibliotecário, em um contexto social e cultural mais abrangente.

O bibliotecário especializado já foi considerado um profissional elitizado e caro na sociedade industrial (Vormelker, 1952), isso é passado. Na atualidade a formação profissional é mais homogênea, o número de cursos de graduação e capacitações aumentaram e os bibliotecários estão atuando em diversas áreas (Castro, 2000).

Pode-se dizer que o bibliotecário hodierno é o que está atento às transformações da sociedade e se adapta às dificuldades. Como as transformações encontradas na formação de uma aromateca, pela equipe da Biblioteca do Senac Saúde e Beleza, em Florianópolis (SC) (Cavaglieri; Padilha; Prado, 2017), igualmente a biblioteca especializada em Agropecuária, localizada em Natal (RN), que conseguiu ofertar serviço de qualidade mesmo sem recursos (Felipe, 2018).

Aliás, as bibliotecas, em geral, não têm orçamento próprio e dependem do agente público para se manter, de leis de incentivo que desfrutam pouco ou quase nada ou de doações (Siqueira; Machado; Lück, 2018). As pesquisadoras Carvalho e Goulart (2003), após análise da institucionalização das bibliotecas universitárias, identificaram o formalismo, que consiste na distância entre a prática e a realidade. Mesmo as bibliotecas universitárias que possuem apoio do governo e da comunidade acadêmica, são implantadas por simbolismo e formalidade e sua consolidação passa por dificuldades.

Outra questão remete à falta de instrumento legal e às discontinuidades na administração pública colocando a existência e a manutenção das bibliotecas especializadas a cargo de gestores das instituições, fazendo com que tenha de provar sua utilidade diariamente. Esse quadro reflete a necessidade de formalização de políticas de informação, nacional e/ou estadual, abrangentes, contemplando questões relativas à biblioteca especializada, às políticas de preservação, ao acesso à informação até à sua sustentabilidade (Marcial *et al.*, 2020).

As novas tecnologias facilitaram o acesso à informação, mas também transformaram de forma crítica, a situação das bibliotecas especializadas. A sociedade, sob um senso comum, acredita que toda informação está disponível e acessível a todos pela *internet*, como consequência bibliotecas estão cada vez sem investimento e fechando (Mitchell *et al.*, 2012).

A divisão histórica relatada por Shera (1952) que ocorreu com a expansão da produção social de informação e das novas tecnologias têm afetado as bibliotecas especializadas. Elas estão dissociadas uma das outras, transformando os estudos encontrados na literatura em casos isolados, faltando estudos de ampla cobertura.

Ampliar a visão a respeito da biblioteca especializada e debater questões de forma detalhada sobre esse ambiente é uma tendência e pode fortalecer essas instituições. A seguir, serão descritos os aspectos conceituais acerca da biblioteca especializada levantados a partir de trabalhos publicados na área.

3.1 Conceito

O conceito de biblioteca especializada, está relacionado à sua dedicação exclusiva a um assunto (Ashworth, 1967; Brasil, 2021c). Figueiredo (1979a), a diferenciou das demais não só pelo assunto, mas também pelos objetivos da instituição que a mantém e que também norteiam as ações dessa mesma instituição.

Targino (1984) afirma que as bibliotecas especializadas não são a extensão da biblioteca pública, pois possuem vida própria e atendem a grupos especiais. Grupos especiais são usuários de alto nível (Figueiredo, 1979a), escolarizados, com graduação e pós-graduação (Marcial *et al.*, 2020).

Na emergência da informação impulsionada pelas novas tecnologias, esse perfil de usuário especial se modifica: “[...] são usuários de características específicas, exigentes, objetivos e criteriosos [...]” (Silva; Cavalcante; Barbosa, 2012, p. 3), isto é, indivíduos escolarizados, com acesso à informação e que sabem o que buscar.

O usuário ou o ser informacional de Smit (2012) possui uma relação contextualizada com a informação. Suas vivências determinam a necessidade informacional.

Sob o paradigma social “[...] a informação é uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido que, por sua vez, pode provocar transformações nas estruturas, pois gera novos estados de conhecimento” (Araújo, 2001, p. 2). Nesse aspecto, a biblioteca especializada deve facilitar o acesso à informação e “[...] encontrar todos os caminhos de direção da informação” (Miranda, 2007, p.88) e o seu alvo é o usuário (Vieira; Lucas, 2018).

No caso específico das bibliotecas especializadas em Ciência e Tecnologia (C&T) passaram a divulgar a ciência para o público leigo e constituírem-se em um espaço científico e cultural (Caribé, 2011).

Na administração pública federal, Marcial *et al.* (2020) buscam o reposicionamento estratégico das bibliotecas especializadas, baseados nessa mudança de perspectiva. A informação e o conhecimento ganharam maior relevância, através de serviços informacionais, utilizando tecnologias digitais de comunicação e informação (TDCs) para se tornarem eficientes e acessíveis. Nessa dinâmica de biblioteca eficiente, pode-se dizer que a biblioteca especializada foi

compiladora de dados (Felipe, 2018), centro processador de informação (Maia; Passos; Costa, 1991) e é depositária do legado institucional (Nascimento, 2018).

Na contemporaneidade a biblioteca especializada foi definida na Espanha como:

[...] uma biblioteca ou centro de documentação que depende de uma instituição pública ou privada, cujos fundos documentais, tratam de um tema específico, ou grupo de temas afins, com o objetivo de apoiar a tomada de decisão institucional, facilitar o acesso à informação sobre um tema, ou prestar serviços técnicos para o desenvolvimento de pesquisas do próprio corpo técnico de uma instituição ou de usuários externos. As bibliotecas especializadas podem ser organizadas em rede e realizar acordos de cooperação para prestar melhores serviços (Espanha, 2010, p. 3, tradução livre).

Essa definição produzida pelo Consejo de Cooperación Bibliotecária (CCB) da Espanha, reflete as tendências e os esforços da Comisión Técnica de Cooperación de Bibliotecas Especializadas vinculada ao CCB de classificar essas bibliotecas para reconhecimento das diversas tipologias, culminado na produção de uma classificação temática e também em esforços de revisão de normas técnicas, como a norma ISO 2789 (Espanha, 2019; 2018).

Outrossim, as atividades desenvolvidas pela biblioteca especializada, não estão se dissociando da sociedade, como pode ser observado na classificação temática do CCB, observando-se o contexto espanhol (Espanha, 2018). A biblioteca especializada, que resiste ao tempo, não é a do tipo moderna ou a que possui tecnologia de ponta, pois essa é a realidade com recursos disponíveis. A biblioteca do futuro que é agora, une ciência e sociedade, estabelecendo relações entre a mudança e a sua repercussão no meio social (Saldanha, 2017).

A responsabilidade social e os serviços criados com o intuito de promover ações inclusivas junto à sociedade diferenciam esse espaço (Reyes, 2011). A biblioteca especializada realiza o papel social semelhante aos oferecidos por outras bibliotecas: oportunizando o acesso à informação, disponibilizando o espaço para múltiplas atividades e para a convivência (Vilela; Leopoldo; Chierghini, 2018).

Ao seu redor constrói-se relações sociais, agrupa-se diferentes classes e impulsiona-se a inclusão utilizando a informação em diferentes meios. A informação é transformada em conhecimento e a Biblioteca Pública, especializada ou não, se constitui como “[...] lugar social desse fenômeno [...]” (Bernardino; Suaiden, 2011, p. 36), ambiente de apropriação do conhecimento.

O acervo especializado não é fator impeditivo para estender o campo de ação da biblioteca especializada. Aliado ao acervo, o corpo institucional, composto por técnicos, em determinada área, permite que sejam construídas ações materiais e imateriais de compartilhamento e apropriação de informação (Cardoso, 1994).

Bibliotecas especializadas mesmo com especificidades, realizam ações externas à instituição que as abrigam, sem perder o foco na missão institucional (Caribé, 2017). Compõem a paisagem social e estão entrelaçadas ao fazer institucional, sem a biblioteca, esse fazer perde o vigor (Araripe, 2004). O conceito de biblioteca especializada, de atendimento restrito a um público específico, contribui para minimizar os impactos econômicos e sociais dessa instituição.

Nesse prisma, o conceito tradicional de biblioteca especializada, embora seja amplamente citado, vem sendo adaptado para comportar essa biblioteca em transformação. De modo geral, para atingir a missão, instituições têm se utilizado da biblioteca para atender o público externo e expandir sua atuação, compartilhando informações que impactam a sociedade, podendo transformar o sujeito e o meio social.

No Quadro 5 apresentamos finalidades ou missão sinalizadas nos artigos recuperados. Das finalidades levantadas podemos dimensionar, em certa medida, os perfis dessas bibliotecas especializadas.

Quadro 5 – Finalidades de algumas bibliotecas especializadas

Atualmente as atividades realizadas pela biblioteca da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos estão voltadas para o atendimento à satisfação do usuário e à conservação do acervo. São através das atividades que podemos propiciar ao cidadão uma visão de mundo mais abrangente, onde a imaginação, a criatividade, a pesquisa, a disseminação da informação e a cidadania cultural estarão sempre presentes (Cavalcante, 2012, p. 7).

Instituto Vital Brazil, que tem como objetivo o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de animais peçonhentos, especificamente cobras, aranhas e escorpiões, observa-se que a organização estabeleceu como responsabilidade social, levar a informação científica de forma decodificada ao público em geral e não somente a comunidade científica da área. Nesse contexto a biblioteca da instituição, que se caracteriza como uma biblioteca especializada, passou também a desenvolver serviços e produtos para uma clientela que teoricamente não se caracterizaria como sua, porém não extrapolou a área temática (Caribé, 2017, p. 200).

As bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira auxiliarão na preservação e no resgate da memória e história, além dos aspectos econômicos e sociais das populações de origem africana. Além disso, a disseminação da informação sobre estas populações trará maior visibilidade e proporcionará maior conhecimento quanto à sua cultura, religião, história e sua parte na construção do nosso país (Lima *et al.*, 2018, p. 13).

As Bibliotecas Especializadas orientam-se para a construção do conhecimento de determinado público. Nesta ótica, bibliotecas pertencentes ao setor agropecuário quando fornecem informações relevantes para o apoio técnico e extensão rural, auxiliam técnicos, extensionistas e educadores, contribuindo para a atualização de conhecimentos técnicos dos servidores vislumbrando aprimorar o programa de transferência de tecnologia para agricultores que procuram maximizar o rendimento e a qualidade dos produtos agrícolas com a execução de métodos essenciais (Felipe, 2018, p. 25).

Fonte: Compilado durante a pesquisa.

O Quadro 5 foi compilado com os dados levantados na Brapci, buscando o indicativo de mudanças ocorridas no percurso da história da biblioteca especializada. O que se encontrou foram ajustes ao conceito de biblioteca especializada para comportar as transformações decorridas, apresentando-se como finalidades dessas instituições.

Cavalcante (2012), apresenta a biblioteca especializada como ambiente de cidadania cultural. O Instituto Vital Brasil, utiliza a biblioteca para difusão científica (Caribé, 2017). Esse mesmo ambiente é utilizado para preservar a memória africana e combater o racismo (Lima *et al.*, 2018) e se estende ao meio rural, como suporte as atividades da extensão, cuja função, é socializar informações e trocar experiências com o produtor rural (Felipe, 2018).

É importante considerar as bibliotecas especializadas como unidades culturais que colaboram na formação do homem e da sociedade, permitem circular novas ideias através da investigação que produzem, além de sensibilizar a comunidade, compartilhando novos conhecimentos, provocando mudanças e cumprindo um papel social e econômico (Gutiérrez Meléndez, 1983).

Elas são estruturas de riqueza e potencial “[...] na geração do conhecimento, que se materializa em diversos suportes impressos ou eletrônicos, que por sua vez são consultados para obter novas contribuições para o conhecimento científico” (Garcia, 1996, não paginado) e para todos os outros conhecimentos, provocando a alteração da realidade.

3.2 Organização e Categorias

Investigar como as bibliotecas especializadas eram organizadas e como elas têm se organizado, permite compreender e provocar reflexões quanto à transdisciplinaridade apontada por González de Gomez (1990), buscando relações,

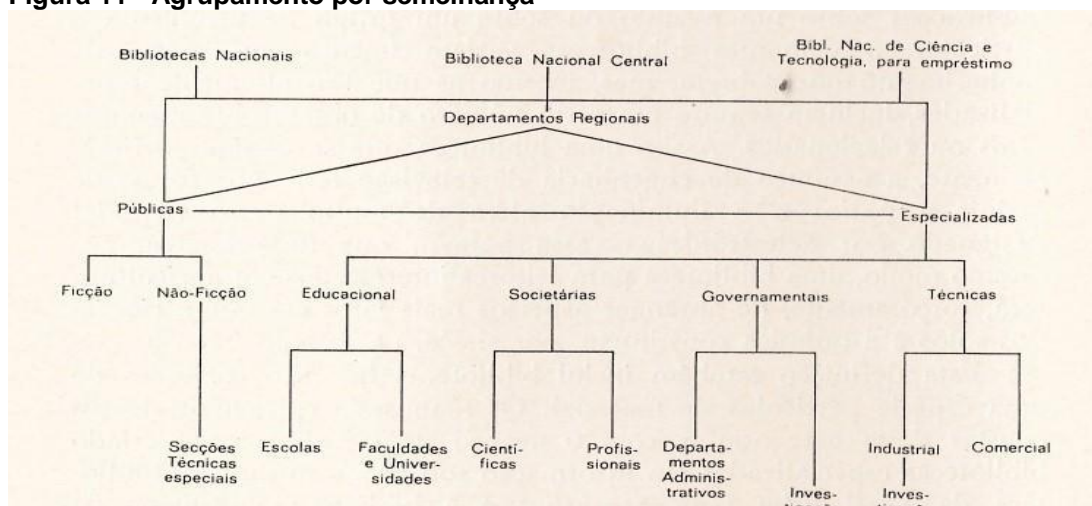
padrões e processos, em resposta às demandas de diferentes realidades desses ambientes informacionais.

Na gênese, a SLA (em 1910) se dividiu em comitês de trabalho, congregando diversos tipos de bibliotecas e instituições, como: biblioteca de seguros, de tecnologias e engenharias, manufaturas, publicidade, sociologia, biologia etc. Atualmente, para essa instituição, as bibliotecas especializadas atuam no suporte de profissionais. Segundo a ALA, bibliotecas especializadas são as de ambientes especializados como organizações, hospitais, militares, museus, empresas privadas e governo, podendo atender populações específicas, como cegos e deficientes físicos, enquanto outras são dedicadas a coleções especiais (American Library Association, 2021).

Na literatura de Biblioteconomia Especializada, elaborada por Ditmas (1950), as bibliotecas especiais estavam subdivididas em quatro tipos: governamentais mantidas pelo poder público, comerciais ou industriais, de sociedades científicas e instituições profissionais e de universidades e faculdades.

Ashworth (1967) apresentou e agrupou as bibliotecas por semelhanças, conforme representado na Figura 11.

Figura 11 - Agrupamento por semelhança



Fonte: Extraído de Ashworth (1967, p. 2).

Na estrutura proposta por Ashworth (1967), a biblioteca especializada aparece subdividida em educacional, societárias, governamentais e técnicas, conforme representado na Figura 11. Ashworth (1967) avaliando a biblioteca especializada classificou-a, à época, como pequena e insuficiente para atender às demandas de

informação, mas identificou práticas de cooperação entre elas que as mobilizavam para prestar serviços de grande relevância.

Gutiérrez Meléndez (1983), descreve três tipos de organização bibliotecária sob a perspectiva social: bibliotecas de diferentes tipos na mudança da estrutura social, a organização da biblioteca com um grupo profissional e a organização do pessoal dentro de uma biblioteca de forma individual. Para o autor, diferentes tipos de bibliotecas atravessam o desenvolvimento da sociedade.

Sob o efeito das tecnologias, o conhecimento na sua forma tradicional se desmaterializou, ultrapassando o suporte impresso, fluindo pela *web*, acarretando a quebra de hierarquia de fluxos de informação (Latour, 2004). A biblioteca especializada vem se adaptando às mudanças, encontrando formas de se perpetuar na história. Antes hierarquizadas, as bibliotecas especializadas procuram se agrupar e suprir a ausência de coordenação e sistematização.

A fragmentação das bibliotecas públicas e especializadas, relatadas por Shera (1952), impactou profundamente as bibliotecas especializadas, dificultando a reflexão sobre questões globais do campo. Essa divisão se apresenta hoje em diversas sociedades.

Na África, a autora Mostert (2009) expõe o desafio de agrupar a biblioteca especializada por existir diferentes tipos. A autora cita a abordagem de agrupamento do professor sul-africano Ocholla (1993). Ele propõe organizar essas bibliotecas por “[...] funcionalidade, distribuição territorial, propriedade, localização, conveniência administrativa e posição no sistema social” (Mostert, 2009 apud Ocholla, 1993, p. 27, tradução nossa).

Na Austrália e na Nova Zelândia, essas bibliotecas estão ligadas à indústria e cada uma recebe uma nomenclatura, tornando difícil comparações estatísticas quanto ao crescimento e ações da biblioteca especializada em relação a de outros países (HENCZEL; RALPH; SIBTHORPE, 2009). Porém, a *Australian Library and Information Association (Aslia)*, adotou o diretório de bibliotecas especializadas (Special Library Directory), organizando-as por regiões, ampliando a rede de troca de informações (*AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION*, 2021).

A Espanha se organizou em rede de cooperação bibliotecária junto às bibliotecas nacional-regionais, públicas, universitárias, escolares e especializadas, essas por último foram classificadas de forma temática. Classificando-as como as de

instituição religiosa, da administração pública, de institutos de pesquisa, de associações e sindicatos, de empresas e comércios, de arquivos e museus e de instituições sanitárias (Espanha, 2018).

Instituições importantes como a Ifla dividem as bibliotecas em tipologias, tais como: bibliotecas acadêmicas e de pesquisa, bibliotecas de arte, bibliotecas do governo, bibliotecas de saúde e biociências, bibliotecas jurídicas, bibliotecas que atendem pessoas com dificuldades de leitura, serviços de biblioteca e pesquisa para parlamentos, bibliotecas metropolitanas, bibliotecas nacionais, bibliotecas públicas, bibliotecas escolares, bibliotecas de ciência e tecnologia e bibliotecas de ciências sociais (IFLA, 2022).

A Estônia, considerada pela Forbes como o país mais digital do mundo (Pacete, 2021), adequou a legislação de bibliotecas com a implantação do governo digital, considerando as transformações sociais e econômicas, definindo estratégias e redes de bibliotecas, para apoiar o desenvolvimento do país e assegurar o acesso à informação a todos os seguimentos da sociedade (Lepik, 2014).

No Brasil identifica-se realidades peculiares. A professora brasileira Cesarino (1978) dividiu as bibliotecas especializadas como “[...] pertencentes a instituições governamentais, particulares ou associações [...]” (Cesarino, 1978, p. 238). Em 1989 existiam 1.494 bibliotecas especializadas no Brasil (García, 1996). Em 1994, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) relatou a dificuldade de produzir-se estatísticas relativas à biblioteca especializada na América Latina e Caribe. García (1996) pontua que a ausência de estatísticas dificulta a realização de estudos maiores, visando avaliar o impacto regional e global da biblioteca especializada na economia e na sociedade.

Mais recentemente, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), iniciou o cadastramento de bibliotecas através de plataforma própria, com o objetivo de obter dados e indicadores sobre as bibliotecas brasileiras e contribuir com *Ifla Library Map of the World* (LMW). Nesse levantamento as bibliotecas foram divididas em 7 categorias: comunitária, escolar, especial, especializada, governamental, pública e universitária (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições, 2022).

No presente, essas bibliotecas estão em diversos ambientes e operam a partir de distintas temáticas. Atuam de forma individual ou organizadas em sistemas

institucionais. Algumas estão se organizando em redes, impulsionadas pelo acesso aberto e amparadas pelo trabalho voluntário para dar mais visibilidade ao conhecimento (Fachin; Araújo, 2018), como as redes de repositórios, criadas com apoio do IBICT.

Outras experiências brasileiras podem ser citadas: a Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro (Redarte/RJ) com mais de 30 bibliotecas de museus, centros culturais, universitárias etc. (Redarte, ©2018) São Paulo buscou inspiração nas bibliotecas especializadas da França convertendo bibliotecas públicas em bibliotecas temáticas e híbridas (Araújo; Vergueiro, 2013).

A diversidade de temas e categorias de bibliotecas também se manifesta na literatura científica da Brapci (2021). No levantamento realizado, foram encontradas bibliotecas de instrumentos musicais, de pesquisas energéticas, agricultura, matemática, de institutos federais, universitárias, prisionais, de estudos afro-brasileiros, educação, de ciência e tecnologia, industrial, para deficientes etc.

Por mais complexo e difuso que essas estruturas possam parecer, “[...] todas se preocupam com a organização da informação objetivando sua disponibilização” (Smit, 2012, p. 92). O estudo da informação é relativamente novo e a biblioteca especializada, enquanto instituição que organiza e deixa fluir a materialidade ou os artefatos que acolhem essa informação, foi uma das mais impactadas pelo aumento exponencial da informação socialmente produzida e pelo uso de novas tecnologias. A seguir será analisado a biblioteca especializada, na produção científica do Brasil, a partir da amostra levantada, durante a pesquisa bibliográfica realizada.

3.3 A discussão sobre a Biblioteca Especializada no Brasil: uma análise a partir da BRAPCI

Nesta subseção discute-se o estado da arte da temática biblioteca especializada junto à literatura em Biblioteconomia e Ciência da Informação, nesta etapa tratando da produção científica brasileira.

A revisão sistemática da literatura sobre a biblioteca especializada foi realizada a partir da coleta de dados bibliográficos no dia 15 de julho de 2021 na Brapci. A Brapci indexa periódicos (nacionais e internacionais) e anais de congressos, como os do ISKO Brasil, o Encontro Brasileiro de Bibliometria e

Cientometria (EBBC), o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), dentre outros oriundos, em sua maioria, das disciplinas de Biblioteconomia e de Ciência da Informação. A pesquisa realizada nessa base de dados propicia visão ampliada do campo, além do acesso direto e sistematizado a mais de 60 revistas científicas.

Para a revisão utilizou-se o descritor: *Biblioteca Especializada*. Foram realizadas buscas do termo em português utilizando o singular e o plural. Utilizou-se também buscas com o operador booleano *AND* e com o termo na língua inglesa *Special Library*. O período coberto pelo levantamento compreendeu o intervalo de 1972-2021. Finalizadas as buscas levantou-se conjuntamente 138 registros a serem depurados.

Para a depuração e análise utilizou-se o título, o resumo e as palavras-chave. Como critérios de inclusão na amostra considerou-se publicações de contexto amplo, tratando da biblioteca especializada e de exclusão da amostra, artigos que descrevem ou tratam de bibliotecas especializadas específicas. Na sequência foram eliminados seis registros repetidos e 23 registros de artigos em língua estrangeira que tratam de uma biblioteca especializada estrangeira ou brasileira, em específico.

Para fins da análise pretendida delimitamos como amostra os artigos que abordam a biblioteca especializada na sua integralidade. A partir deste critério foram analisados os 109 artigos restantes da primeira seleção, a partir dos respectivos títulos, resumos e palavras-chave. No desfecho foram apurados 25 artigos que analisam a biblioteca especializada sob amplo espectro. A análise empreendida neste artigo, debruçou-se sobre os 25 artigos recuperados que atenderam aos critérios da amostra, conforme representado na Tabela 1.

Tabela 1 - Biblioteca especializada em publicações indexadas na Brapci (1972-2021)

Década de 1970					Total por período	
Ano da publicação	1974	1977	1978	1979	7	
Artigos publicados	1	2	2	2		
Década de 1980						
Ano da publicação	1981	1982	1984	1985	1988	8
Artigos publicados	1	1	1	1	4	
Década de 1990						
Ano da publicação	1993		1994	1998	3	
Artigos publicados	1		1	1		
De 2000 a 2021						
Ano da publicação	2014		2017	2018	7	
Artigos publicados	2		4	1		
Total					25	

Fonte: Produzida durante a pesquisa.

Na **década de 1970** foram levantados sete artigos. 75% desses artigos foram publicados por mulheres. Nos anos de 1972 e 1973 não foram recuperados artigos relevantes. No entanto, observou-se que o primeiro artigo publicado em 1974, corresponde ao início do período de industrialização do país, conhecido como 'Milagre Econômico' (Lago, 1990). Observa-se nesse período temáticas relacionadas à implementação de serviços (SANTO, 1974), ao perfil de bibliotecas especializadas em estudos brasileiros no exterior (Bellotto, 1977), às funções educacional, social e cultural da biblioteca especializada de empresa (Lopes; Denizot; Nascimento, 1977), ao papel das bibliotecas especializadas em sistemas de informação (Cesarino, 1978) e nos processos de transferência da informação (Figueiredo, 1979b).

Em 1978 e 1979, despontam respectivamente as autoras Cesarino e Figueiredo, nas discussões sobre o tema em estudo. Destaca-se uma preocupação (com terminologia, processos e finalidades) comum às autoras relativa à comparação entre bibliotecas especializadas e outras bibliotecas ou centros de documentação como: biblioteca universitária, centros de documentação e centros de análise de informação (Cesarino, 1978; Figueiredo (1979a; 1979b).

Observa-se nas oito publicações levantadas na **década de 1980** que, as questões globais relacionadas à biblioteca foram pouco discutidas, pelo menos no período entre os anos 1981 e 1985 (quatro publicações). Nesse período os temas dirigiram-se de forma mais pragmática às questões técnicas da biblioteca especializada como: materiais não convencionais nas coleções, processos de expurgo e de empréstimo entre bibliotecas (Silva, 1981; Campello, 1982; 1985; Mayrink, 1984). Nessas discussões identifica-se a influência da Ciência da Informação, pelo tangenciamento de temas relacionados aos colégios invisíveis e livre acesso à informação. Em 1988, ocorre uma retomada de publicações, com outros quatro artigos publicados no mesmo ano relacionados à gestão, se destacando a discussão sobre automação de bibliotecas e a implementação de microcomputadores. Observa-se novamente o uso de análises comparativas entre usos e práticas em bibliotecas especializadas e universitárias (Dias, 1988; Macedo; Zapata; Barbosa, 1988; Targino, 1988; Tazima, 1988).

Surpreendentemente a **década de 1990** acolheu a publicação de apenas três artigos, tratando de processos de gerenciamento documental e controle de qualidade, consultoria em informática para bibliotecas e relações entre a biblioteca especializada e a virtual no contexto empresarial ou em ambientes de negócio

(Maura, 1993; Rezende; Marchiori, 1994; Valls, 1998). Esse período marca a adesão ao projeto neoliberal, período no qual diversos ambientes de informação perderam espaço para a difusão acelerada de informações através de novas tecnologias (Terra, 2009).

A partir dos **anos 2000**, identifica-se nova curva de crescimento a partir da segunda década do século XXI. As publicações sobre o tema reaparecem em sete artigos, somente a partir de 2014, apresentando maior volume no ano de 2017. As preocupações acentuadas na maioria das publicações, nesse período, remetem ainda às práticas e problemáticas de natureza técnica: acessibilidade arquitetônica, gestão de coleções e gestão da informação (Giacomuzzi; Moro, 2014; Santa Anna, 2017; Lucas; Damian, 2017; Miranda, 2018).

Destaca-se nesse conjunto outros três artigos, mais analíticos, dirigidos à aplicação de princípios e leis da Biblioteconomia, ao futuro das bibliotecas e à análise da biblioteca especializada no âmbito da Ciência da Informação (Santo; Santos, 2014; Saldanha, 2017; Souza; Oliveira, 2017). As autoras Espirito Santo e Santos (2014) apontam para a pouca visibilidade da biblioteca diante do contexto digital e para a necessidade de a biblioteca utilizar recursos de avaliação e de gestão de processos para demonstrar os resultados das práticas empreendidas.

Saldanha (2017), desenvolve um processo reflexivo a partir da percepção de uma ausência de propostas sobre políticas de inovação para a biblioteca no século XXI. O autor propõe uma análise de base biblioteconômico-informacional recorrendo a cinco abordagens de autores históricos e contemporâneos, para apresentar pautas sobre a biblioteca especializada do futuro ou, sobre um papel transformador do real para essa instituição. Souza e Oliveira (2017) discutem os efeitos dos processos históricos e evolutivos entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação sobre a biblioteca especializada na atualidade.

Considerando o quadro de publicações periódicas que acolheram os artigos levantados e as respectivas localidades em que se encontram situados, observa-se que, no início da década de 1970 até o final dos anos 1980, essa produção se concentrou em três periódicos no eixo Belo Horizonte e Brasília: Revista de Biblioteconomia da UFMG, Revista de Biblioteconomia de Brasília e Ciência da Informação, conforme representado no Tabela 2. A partir da década de 1990 as publicações ficaram pulverizadas apresentando proveniência em publicações de vários outros estados (Tabela 2).

Tabela 2 - Periódicos que acolheram a temática Biblioteca Especializada (1972-2021).

Periódicos e Anais de eventos	Localidade	Quantidade de artigos	Percentual de cobertura (%)
Revista de Biblioteconomia de Brasília	Belo Horizonte (MG)	7	28
Revista de Biblioteconomia da UFMG	Brasília (DF)	6	24
Ciência da Informação	Brasília (DF)	4	16
Informação & Informação	Londrina (PR)	1	4,0
RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	Campinas (SP)	1	4,0
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	São Paulo (SP)	1	4,0
Revista ACB	São José (SC)	1	4,0
Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação	São Cristovão (SE)	1	4,0
BIBLOS	Rio Grande (RS)	1	4,0
Ciência da Informação em Revista	Maceió (AL)	1	4,0
Anais do ENANCIB (18ª edição)	Marília (SP)	1	4,0
Total		25	100

Fonte: Produzido durante a pesquisa.

Sobre as autorias, foram identificados 34 autores (27 autoras e sete autores) entre os 25 artigos recuperados na Brapci, segundo critério definido para a amostra. Considerando as características de produção observou-se que 18 artigos foram produzidos em autoria única (10 autoras e seis autores), 6 artigos em coautoria (10 autoras) e dois artigos com três autores cada (quatro autoras e dois autores), conforme representado na Tabela 3. Considerando a produtividade dos autores observa-se que apenas duas autoras (CAMPELLO; 1982; 1985; FIGUEIREDO, 1979a; 1979b) apresentaram mais de uma publicação no período analisado.

Tabela 3 - Artigos por ano e autores que acolheram a temática Biblioteca Especializada (1972-2021).

Ano	Autores	Quantidade de artigos no período
1974	Espirito Santo (1974)	1
1977	Bellotto (1977)	2
	Lopes; Denizot; Nascimento (1977)	
1978	Cesarino (1978)	2
	Sambaquy (1978)	
1979	Figueiredo (1979a; 1979b)	2
1981	Silva (1981)	1
1982	Campelo (1982)	1
1984	Mayrink (1984)	1
1985	Campelo (1985)	1
	Dias (1988)	
1988	Macedo; Zapata; Barbosa (1988)	4
	Targino (1988)	
	Tazima (1988)	
1993	Maura (1993)	1

1994	Rezende; Marchiori (1994)	1
1998	Valls (1998)	1
2014	Espirito Santo; Santos (2014) Giacumuzzi; Moro (2014)	2
2017	Lucas; Damian (2017) Saldanha (2017) Santa Anna (2017) Souza; Oliveira (2017)	4
2018	Miranda (2018)	1
Total		25

Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Durante a revisão da literatura apresentada neste capítulo, discutiu-se a evolução da biblioteca especializada, considerando aspectos relativos à origem, conceitos e formas de organização. Na historicidade apresentou-se divisões ocorridas na Biblioteconomia e Documentação, na era industrial americana, influenciando a biblioteca especializada. Constatou-se a contribuição dessas disciplinas e da Ciência da Informação na constituição de sua origem, conforme apontado por Souza e Oliveira (2017).

Poucos dados globais foram encontrados, impossibilitando dimensionar questões relativas a esse ambiente de informação, como relações, impactos econômicos e sociais. No entanto, os trabalhos analisados nesta investigação, demonstram a biblioteca especializada em processo de transformação, em busca da ampliação do seu campo de ação.

A biblioteca especializada embora complexa e difusa, tem na pesquisa produzida no campo da Ciência da Informação uma aliada capaz de religar artefatos desconectados na emergência tecnológica, através do seu objeto, porém, respeitando suas especificidades.

Sob esse aspecto, as instituições apontadas no estudo têm por razão discutir a cisão relatada por Shera (1952) e as incertezas provenientes dessa divisão, em processos e relações conforme analisado por González de Gomez (1990), na crescente produção de informação e a necessidade de torná-la acessível a todos.

As novas tecnologias e o aumento exponencial de informação, fragmentaram as relações que circundavam essas bibliotecas. Teoricamente, as substituições tecnológicas ao mesmo tempo em que fragilizam a biblioteca especializada, apresentam recursos para melhoria da eficiência e inovação, seja quanto ao uso de tecnologias de informação, como também por equipes que atuam nesse ambiente de

informação a reinventarem para permanecer, porém essas considerações demandam mais investigações.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção apresenta-se o planejamento do percurso metodológico utilizado durante a atividade de pesquisa, incluindo os instrumentos de coleta de dados, quando aplicável.

4.1 Caracterização do Objeto

O objeto deste estudo são as bibliotecas especializadas instaladas em instituições nas três esferas do poder público do Estado do Espírito Santo.

4.2 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são os profissionais que atuam na biblioteca especializada, nas três esferas do poder público do Estado do Espírito Santo.

4.3 Caracterização da Pesquisa

A Ciência da Informação é uma ciência social e interdisciplinar, desenvolvida a partir de questões concernentes à informação (Saracevic, 1996). A administração pública está inserida em um contexto de grande circulação de informação, utilizada como recurso (Alves; Duarte, 2015), que permeia contextos sociais, através da geração do conhecimento e o processamento de informações, que atingem a sociedade, transformando a realidade (Castells, 2002).

Sob esse prisma, os atores do estudo se entrelaçam ao objeto, em razão voluntária ou involuntária, de forma interdisciplinar através da informação, logo, optou-se por metodologias mistas. A pesquisa qualitativa visa a dispersão ou expansão das informações e a quantitativa demarca e mede com precisão as informações (Sampieri; Collado; Lucio, 2007).

A pesquisa exploratório-descritiva foi constituída considerando o objetivo geral dirigido à investigação de características, classificação e interpretação de fenômenos, relativos à biblioteca pública especializada do Estado do Espírito Santo.

Quanto aos objetivos específicos, foram operacionalizados a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

A dimensão qualitativa da pesquisa foi viabilizada a partir de levantamento bibliográfico e documental, observando-se na pesquisa bibliográfica o estado da arte da literatura da área sobre a temática bibliotecas especializadas e na pesquisa documental a caracterização do objeto e do ambiente de pesquisa estudado. A revisão da literatura se apoiou no método dedutivo e no percurso histórico de surgimento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação trazendo para a realidade do Brasil e do Estado do Espírito Santo, os efeitos ou ecos das ações e políticas do campo.

A dimensão quantitativa da pesquisa, que concerne à identificação, mapeamento e caracterização da biblioteca especializada, foi realizada por meio de pesquisa de campo, instrumentalizada por levantamento de dados ou *survey*, através de questionário *online*, diagnosticando o quadro situacional dessas unidades.

Com os resultados levantados e analisados, se refletiu sobre o papel das bibliotecas especializadas na gestão e no acesso à informação, considerando-se o ambiente estudado. Essa etapa também poderia ser complementada com entrevistas, visita técnica e por novo levantamento documental. O estudo seguiu o percurso metodológico descrito no Quadro 6.

Quadro 6 – Descrição dos procedimentos da pesquisa.

Objetivos específicos	Procedimentos metodológicos	Tipos de fontes levantadas	Aspectos a serem desdobrados
Identificar as bibliotecas especializadas em atividade junto aos Órgãos Públicos e Autarquias do Estado do Espírito Santo	Levantamento preliminar	Sites de órgãos do Governo do Estado. Organograma e documentos de gestão institucional. Mapa das bibliotecas públicas.	Verificação da existência de outras bibliotecas especializadas, além da Biblioteca Rui Tendinha em funcionamento em órgãos públicos do Estado.
Discutir o estado da arte da temática biblioteca especializada junto à literatura em Biblioteconomia e Ciência da Informação	Pesquisas bibliográfica e documental	Documentos da ALA e da SLA. Bibliografia sobre o início da Documentação e Biblioteconomia no Brasil. Levantamento bibliográfico junto à Brapci.	Reconhecimento do momento em que o campo começou a fragmentar-se. A discussão do tema no Brasil.

Mapear o quadro situacional de bibliotecas especializadas	<i>Survey</i>	Dados produzidos a partir de questionário	Diagnóstico Situacional. Participação das Bibliotecas Públicas Especializadas nos processos de gestão e acesso às informações de interesse público.
	Observação	Dados produzidos a partir de entrevistas e visita técnica	Diagnóstico Situacional. Participação das Bibliotecas Públicas Especializadas nos processos de gestão e acesso às informações de interesse público.
Caracterizar o papel das bibliotecas públicas especializadas em atividade junto aos Órgãos Públicos e Autarquias do Estado do Espírito Santo.	Pesquisas bibliográfica, documental e <i>Survey</i>	Levantamento bibliográfico e documental. Dados produzidos a partir de questionário, entrevistas e visita técnica	Descrição do papel e o perfil das bibliotecas especializadas e em atividade no estado do Espírito Santo Detalhamento da historicidade do acesso à informação na agricultura do Estado.
Discutir a participação das Bibliotecas Públicas Especializadas nos processos de gestão e acesso às informações de interesse público	<i>Survey</i>	Levantamento bibliográfico e documental e dados produzidos a partir de questionário, entrevistas e visita técnica	Discussão, à luz da literatura e dos dados levantados, sobre a participação das Bibliotecas Públicas Especializadas nos processos de gestão e acesso às informações de interesse público no estado do Espírito Santo.

Fonte: Produzido pela autora durante a pesquisa.

4.4 Levantamento Bibliográfico e Documental

Esta etapa foi operacionalizada a partir da pesquisa bibliográfica e documental, gerando como produtos descritivos: pesquisa documental e bibliográfica, trazendo as políticas de informação e a biblioteca especializada, contextualizando o Brasil e o Espírito Santo (seção 2), a revisão sistemática de literatura apresentada na seção 3, o estudo preliminar apresentado na seção 4.5.

A pesquisa bibliográfica é utilizada para gerar novos conhecimentos a respeito de um objeto de estudo pouco explorado. Como critérios, foram definidos a seleção do material utilizando como tema Biblioteca Especializada, obras em português e inglês e as fontes de pesquisa disponibilizadas em bases de dados que possuem periódicos, teses, dissertações etc. (Lima; Mioto, 2007).

Para a construção do estado da arte durante foram consultadas as publicações e documentos selecionados da *Illinois Digital Environment for Access to Learning and Scholarship* (Ideals), o repositório da Universidade de Illinois (©2023), apresentado no item 3. Considerou-se divisões e mudanças ocorridas na sociedade, decorrente da inserção de novas tecnologias e respectivos impactos junto à literatura em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Foram observadas as divisões históricas através de documentos da Ala e da SLA. Essa discussão foi trazida para o universo brasileiro, delineando as características do objeto pesquisado.

No levantamento bibliográfico e documental relativo à política de informação nacional e bibliotecas, procurou-se leis e normas que representam a política informacional praticada no Brasil e a participação da biblioteca especializada nessas políticas, apontando para as bibliotecas especializadas sob a perspectiva do suporte da informação.

Na revisão sistemática no item 3.4, foram levantados artigos na Brapci, referentes ao tema biblioteca especializada buscou-se um mapeamento panorâmico a partir de uma base de dados representativa da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

4.5 Estudo Preliminar

O estudo preliminar realizado, permitiu conhecer o objeto, o ambiente de pesquisa e perceber a viabilidade da proposta de pesquisa. Foi realizada a experimentação indireta utilizando o método comparativo.

O estudo preliminar foi desenvolvido como estratégia de ambientação da pesquisa. Nesta etapa utilizou-se como marco zero um documento oriundo do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), publicado em 1978 que apresenta um levantamento tratando das bibliotecas do ES. O IJSN, é atualmente é a autarquia responsável por subsidiar o governo, com informações para desenvolver políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo (Instituto Jones dos Santos Neves, 2022b).

O IJSN elaborou esse levantamento visando conhecer e propor melhorias para as bibliotecas, pois, havia preocupação com a preservação da memória do estado, resultando no documento “Bibliotecas – Espírito Santo” organizado por Arleida da Penha Badke. Esse documento gerou uma listagem de bibliotecas

públicas, especializadas, universitárias e escolares existentes no estado, nesse período (Badke, 1979). Não foram encontradas listas com bibliotecas especializadas do estado, posteriores a essa data, logo o documento se apresenta valioso, por constituir-se até o momento, como o único a sistematizar e publicizar esse registro.

A partir dessa lista foram extraídas as bibliotecas especializadas de instituições e empresas públicas. O total levantado foi de 15 bibliotecas em 14 instituições, conforme arrolado no Quadro 7.

Quadro 7 - Bibliotecas especializadas do Estado do Espírito em 1979

N.	Instituição	Unidade de Informação
1	Secretaria de Educação (Sedu/ES)	Biblioteca Arabelo do Rosário
2	Fundação Cultural do Espírito Santo - FCES	Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo
3	Secretaria da Administração e Recursos Humanos/Arquivo Público	Biblioteca Mário Aristides Freire
4	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES	Setor de Biblioteca e Documentação (SEDOC)
5	Secretaria de Estado da Agricultura (Seag/ES)/Comissão Estadual de Planejamento (Cepa/ES)	Biblioteca Carlos Brás Cola
6	Centro de Assistência Gerencial do Espírito Santo (Ceag/ES)	Setor de Documentação e Divulgação
7	Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan)	Seção de Documentação
8	Escola de Música do Espírito Santo (EMES)	Biblioteca Jones dos Santos Neves
9	Departamento de Imprensa Oficial (DIO)	José Duarte Siqueira
10	Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo	Biblioteca da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo Núcleo de Controle de Legislação e Jurisprudência
11	Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA)	Biblioteca da Emcapa
12	Academia Espírito-Santense de Letras	Biblioteca Saul Navarro
13	Secretaria de Estado de Planejamento do Espírito Santo (SEPL-ES-DIT-B)	Departamento de Informações Técnicas
14	Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)	Biblioteca regional do Departamento de Estrada
		Biblioteca Setorial do Departamento de Pelotização - (DEPEI)

Fonte: (BADKE, 1979).

Diante da constatação da existência dessas unidades de bibliotecas especializadas na gestão pública no final da década de 1970, foi realizado novo levantamento no âmbito desta pesquisa, no ano de 2021. Esse novo levantamento objetivou conhecer o quadro de bibliotecas especializadas existentes no tempo presente, em órgãos, autarquias e empresas públicas do governo estadual.

No método comparativo é possível observar mudanças no objeto de estudo, as “[...] continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais” (Schneider; Schimitt, 1998, p. 1).

Para coletar os dados, foi utilizado como referência órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas do estado, que fazem parte da estrutura do Governo do Estado. As fundações foram adicionadas ao estudo em atenção as mudanças na gestão pública do estado e suas semelhanças com as organizações sociais (Ibañez; Vecina Neto, 2007), uma tendência pela qual a administração pública vem seguindo.

A coleta de informações foi realizada no *site* do Governo do Espírito Santo¹⁹, na sequência em outros sites de instituições públicas. Para complementar, foram realizadas consultas por e-mail e através de ligações telefônicas para esses órgãos. Os critérios de inclusão e exclusão de instituições no novo levantamento, foram adotados, de acordo com o agrupamento por semelhança de Ashworth (1967, p.2), eliminando a Biblioteca Pública Estadual Levy Curcio da Rocha, as bibliotecas do Sistema Transcol e mantendo as bibliotecas da Academia Espírito-santense de Letras, classificada anteriormente como bibliotecas especializadas pelo IJSN.

No primeiro documento (Badke, 1979) menciona-se a biblioteca da Procuradoria Geral do Estado (PGE), como biblioteca jurídica. Porém, outras bibliotecas jurídicas de instituições estaduais, foram adicionadas ao levantamento, tendo por base as autoras Vilela, Leopoldo e Chierghini (2018, p. 9), que consideram as bibliotecas jurídicas “[...] inseridas na tipologia de biblioteca especializada, visando atender a um grupo específico de usuário no âmbito jurídico”. Nesse estudo elas foram categorizadas de acordo com o agrupamento de Ashworth (1967, p.2), como governamentais, prestando suporte nas ações da administração pública. Do mesmo modo os ambientes de informação da Assembleia Legislativa do Estado.

As bibliotecas da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico (SECTIDES), foram mantidas na pesquisa pois, “[...] dão suporte a atividades de ensino e pesquisa. Entre as instituições que as possuem, algumas têm o ensino e a pesquisa como atividades

¹⁹ O site do Governo do estado do Espírito Santo pode ser acessado a partir do link: <https://www.es.gov.br/autarquias-e-orgaos>.

finalísticas” (Marcial et al., 2021, p. 20). As bibliotecas de museu e de arquivo também foram inseridas por ter essa mesma finalidade (ANDRADE, *et al.*, 2017). As bibliotecas prisionais e socioeducativas, também estão neste estudo, pois são especiais em termos de leitor e especificidade do acervo (Araújo; Oliveira, 2008).

Também foram incluídas instituições com ambiente de informação contemplando ou não a presença de profissional bibliotecário responsável pela unidade. Foram eliminadas instituições que possuem somente repositório digital ou biblioteca virtual, sem a estrutura de uma biblioteca tradicional na articulação desse serviço. Uma vez que, a diferença da biblioteca digital com repositório digital integrado, representa a expansão da biblioteca tradicional, através de serviços online oferecidos a comunidade de usuários (Oliveira; Carvalho, 2011), a virtual depende da realidade virtual de elementos de interatividade virtual (Marchiori, 1997).

No novo levantamento, o número total de órgãos e instituições aumentou para 62, e o número de bibliotecas e centros de documentação levantados na administração aumentaram de 15 unidades para 25 unidades de informação em 23 instituições públicas do estado, dentre as 62 instituições levantadas, conforme listado no Quadro 8. Essas bibliotecas são de diversas temáticas (meio ambiente, agricultura, legislativa, jurídica, segurança, prisional, educacional, música, saúde etc.).

Quadro 8 - Levantamento preliminar de bibliotecas especializadas nas três esferas do poder estadual (2021)

Levantamento de Bibliotecas Públicas Especializadas vinculadas ao governo do Estado Do Espírito Santo (2021)				
N.	Órgão	Possui Biblioteca?		Unidade
		Sim	Não	
1	Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (ADERES)		x	
2	Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH)		x	
3	Agência de Regulação do Serviço Público (ARSP)		x	
4	Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES)	x		Biblioteca Senador João Calmon
		x		Centro de Memória Deputado José Luiz Claudio Corrêa

5	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)	x		Biblioteca de Apoio
6	Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP)		x	
7	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES)	x		Centro de Documentação e Memória/Biblioteca
8	Centrais de Abastecimento (CEASA/ES)		x	
9	Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES)		x	
10	Companhia Espírito-santense de Saneamento (CESAN)		x	
11	Defensoria Pública do Espírito Santo (DP-ES)		x	
12	Defesa Civil Estadual		x	
13	Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo (DER/ES)		x	
14	Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/ES)		x	
15	Diário Oficial do Espírito Santo (DIO/ES)		x	Biblioteca José Duarte Siqueira (desativada)
16	Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP)		x	Biblioteca Isis Dessaune de Almeida (desativada)
17	Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES)	x		Biblioteca Fames
18	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES)		x	
19	Fundação de Inovação em Saúde (INOVA)		x	
20	Fundação da Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES)			
21	Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES)	x		Biblioteca do espaço pedagógico

22	Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi)		x	Biblioteca multimídia
23	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF)		x	
24	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA)	x		Biblioteca IEMA
25	Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)	x		Biblioteca IJSN
26	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER)	x		Biblioteca Rui Tendinha
27	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM)		x	
28	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Espírito Santo (IPEM/ES)		x	
29	Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES)		x	
30	Museu de Arte do Espírito Santo Dionísio Del Santo (Maes Museu)	x		
31	Polícia Civil do Espírito Santo (PCES)		x	
32	Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE/ES)	x		Biblioteca da PGE
33	Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES)	x		Biblioteca Coronel PM Francisco Eugênio Assis (Academia da Polícia Militar)
34	Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON)		x	
35	Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (PRODEST)		x	

36	Rádio e Televisão Espírito Santo (RTV/ES)		x	
37	Secretaria de Agricultura (SEAG)		x	
38	Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SDH)		x	
39	Secretaria de Educação (SEDU/ES)	x		Bibliotecas escolares e o Sedu Digital para apoiar professores
40	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA)			
41	Superintendência de Estadual de Comunicação Social (SECOM)		x	
42	Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB)			
43	Secretaria do Governo do Estado (SEG)		x	
44	Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER)		x	
45	Secretaria de Justiça (SEJUS)	x		Biblioteca do Centro Prisional de Cariacica e outras
46	Secretaria de Estado Mobilidade e infraestrutura (SEMOBI)		x	
47	Secretaria de Estado da Saúde (SESA)	x		Centro de Estudos Hospital Nossa Senhora da Glória
48	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SESP)		x	
49	Secretaria de Estado, Esporte e Lazer (SESPORT)			
50	Secretaria de Estado de Turismo (SETUR-ES)		x	Arquivo
51	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico (SECTIDES)	x		CEET Talmo Luiz Silva
		x		CEET Vasco Coutinho
52	Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT)		x	Repositório digital
53	Academia Espírito-santense de Letras (AEL)	x		Biblioteca Saul de Navarro
54	Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES)		x	
55	Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP)		x	
56	Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES)	x		Centro de memória e algumas unidades tem setor com alguns livros que podem ser retirados pelos funcionários para leitura e pesquisa.
57	Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ)	x		Possui uma biblioteca ativa, catalogada no BiBLIVRE e com projetos de leitura

58	Tribunal Regional do Trabalho (TRT)	x		Biblioteca Jaime Gurivitz
59	Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ/ES)	x		Biblioteca Desembargador Homero Mafra
60	Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE/ES)	x		Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
61	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE/ES)	x		Biblioteca Desembargador Eurípedes Queiroz do Valle
62	Ministério Público do Espírito Santo (MPES)	x		Biblioteca Elias Faissal (Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional)

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa.

Outra situação são órgãos listados no primeiro levantamento (Quadro 7), que continuaram existindo, mas não se apresentou bibliotecas na estrutura organizacional, são eles: o Diário Oficial, que se tornou digital em 2017 e passou a disponibilizar seus fascículos via *web*²⁰ a partir do ano de 2000.

A Secretaria de Educação (Sedu/ES) também desativou o acervo da biblioteca especializada que, por dedução, servia ao corpo docente das escolas públicas estaduais e hoje conta com a Sedu Digital²¹ e a Rede de bibliotecas escolares, essas foram mantidas no novo levantamento, também em função da categorização de Ashworth (1967, p. 2).

Outras instituições, a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) e a Secretaria de Economia e Planejamento (Sep) também deixaram de ter bibliotecas. Além dessas, a Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Esesp), que não aparece no primeiro levantamento, mas foi incluída no estudo por dar suporte às atividades de ensino e conhecimento na administração pública. Essa instituição teve biblioteca, mas foi desativada em 2017.

A virtualização de bibliotecas especializadas já preocupava Rezende e Marchiori (1994). Para as autoras, a utilização de sistemas e serviços de informação digitais vinham pressionando bibliotecas tradicionais e como alerta aos bibliotecários recomendaram a revisão dos serviços, sob risco de desaparecimento da profissão e das bibliotecas tradicionais.

Não se sabe ao certo o que acontece com os acervos de bibliotecas, de órgãos que “optam” por não ter mais uma unidade de informação. Os autores Marcial *et al.*, (2020) descrevem situação semelhante no diagnóstico realizado com

²⁰ O Diário Oficial do ES pode ser acessado através do link:

https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/diario_oficial

²¹ Sedu Digital pode ser acessado no link <https://sedudigital.edu.es.gov.br>

as bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileira. Os autores atribuem esse fenômeno a fatores como a falta de instrumentos legais para proteger essas bibliotecas e respectivos acervos, geralmente, a cargo do reconhecimento da gestão institucional, resultando em prejuízos decorrentes da falta de preservação desses acervos e a perda, por efeito, da memória do país.

Poucos são os casos registrados como o da Seag-ES, um órgão importante que consta na listagem de 1979 (Badke, 1979) e continua existindo, porém não possui biblioteca, mas usufrui do acervo do Incaper. Outra situação de instituição extinta refere-se à Emcapa que teve parte do acervo enviado à nova instituição, neste caso também o Incaper. Outro ponto observado foi a privatização da Vale, antiga CVRD, caso especial no qual os acervos deixaram de ser públicos passando para a posse da iniciativa privada.

No caso das instituições jurídicas, todas as instituições possuem bibliotecas, o mesmo não ocorre com as secretarias e órgãos do estado que atuam em outras áreas. Nem todas as unidades do estado possuem bibliotecas e sim salas de leitura, sem a assistência de um bibliotecário e sistematização, faz parecer estatisticamente contribuindo para sua invisibilidade.

Órgãos e autarquias como o Incaper têm escritórios e fazendas instaladas em todos os municípios do estado. A Secretaria da Fazenda (Sefaz-ES) possui agências descentralizadas, a Secretaria de Justiça (Sejus) possui 36 unidades prisionais, o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) possui 12 unidades, a Secretaria de Educação (Sedu) possui bibliotecas escolares e a Sedu Digital que funciona como suporte às atividades dos professores, com uma cobertura que também ultrapassa os limites da Grande Vitória.

4.6 Levantamento de Dados (Survey)

O método comparativo preconiza a investigação mais aprofundada sobre um fenômeno (Schneider; Schimitt, 1998). Creswell (2007) descreve três tipos de abordagem da pesquisa descritiva, dentre elas os procedimentos sequenciais. Nele o pesquisador pode expandir o estudo utilizando um método em decorrência de outro, elaborando ou expandindo os resultados de um método com outro método. Para expandir a investigação será realizada a coleta de dados através do método *survey*, com a aplicação de questionário via *web*.

A técnica “[...] *survey* pode adotar uma perspectiva explicativa/confirmatória” (Paranhos *et al.*, 2013, p. 11). No caso desta pesquisa, será utilizado como corte as informações do levantamento produzido por Badke (1979) para identificar e diagnosticar as bibliotecas especializadas existentes na administração pública, além de confirmar informações do levantamento realizado em 2021 (Quadro 8).

4.6.1 População e Amostra

O universo da pesquisa é composto pela amostra levantada em 2021, com 60 instituições das quais 25 possuem bibliotecas especializadas.

Para o estudo foram selecionadas duas populações (Quadro 9). O estado tem cerca de 50 mil servidores públicos em seu quadro (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019), logo, para evitar a dispersão da pesquisa, optou-se por dois tipos de amostras dependentes.

Amostra 1 – A primeira amostra será a não probabilística, de seleção racional ou intencional. Essa amostra “[...] consiste em selecionar um subgrupo da população, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 98). A amostra é estratificada e proporcional (Barbeta, 2012), correspondente ao número de instituições que possuem bibliotecas especializadas estaduais e o questionário aplicado a 25 servidores que atuam nessas bibliotecas, pois, algumas têm mais de uma unidade de informação. Essa amostra também pode se expandir, dependendo do número de bibliotecas independentes existentes nas instituições.

Amostra 2 – A segunda amostra será a probabilística aleatória simples “[...] cada elemento da população tem oportunidade igual de ser incluído na amostra” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 99). Essa amostra é composta por instituições que não apresentaram em sua estrutura bibliotecas especializadas, com objetivo de confirmar as informações do Quadro 8. No levantamento preliminar, registra-se a proporção de 37,1% das instituições da administração pública estadual que possuem bibliotecas especializadas.

Quadro 9 - Amostra

Extratos	Quantidade
Amostra 1 - Instituições estaduais que possuem bibliotecas especializadas	25
Amostra 2 - Instituições estaduais que não possuem bibliotecas especializadas	37
Total	62
Proporção de bibliotecas especializadas nas três esferas do poder estadual	40,3%

Fonte: Produzido durante a pesquisa.

4.6.2 Estrutura do Questionário

Para elaborar questionário da primeira amostra, foram utilizados se utilizou os autores Ashworth (1967) e a Lei de Acesso à Informação, para a categoria acesso à informação e os quesitos estabelecidos por Almeida (2011) e Sousa, (2020) para o diagnóstico situacional.

Segundo Almeida (2011, p. 53) o diagnóstico organizacional realizado com métodos das ciências sociais permite “[...] avaliar o estado da organização num determinado momento”. O autor selecionou quesitos para avaliar a estrutura e a gestão das bibliotecas, como: aspecto físico, mobiliário, estrutura organizacional, recursos humanos, acervo, processamento técnico, qualidade da indexação, recuperação da informação, acesso à informação, informatização, serviços, projetos, treinamento de usuário, relação com outras instituições, administração, planejamento, comunicação e avaliação.

Sousa (2020), enxugou esses quesitos e inseriu padrões preconizados por leis, declarações ou diretrizes, referentes a essas áreas, para nortear o diagnóstico. Avaliou a estrutura física, estrutura organizacional, acessibilidade, recursos humanos, usuários, acervo e serviços e criou um instrumento de diagnóstico para bibliotecas de institutos federais.

No questionário desta pesquisa, foram estabelecidos como prioridade o diagnóstico organizacional e o acesso à informação, definindo-se 7 (sete) categorias, conforme apresentado no Quadro 10.

Quadro 10 - Estrutura do questionário

OBJETIVOS	CATEGORIAS	INDICADORES
<p>Mapear o quadro situacional de bibliotecas especializadas;</p> <p>Caracterizar o papel das bibliotecas públicas especializadas em atividade junto aos Órgãos Públicos e Autarquias do Estado do Espírito Santo;</p>	Administração	Qualificação profissional, quadro de pessoal, normas institucionalizadas, comissões, racionalização em sistema e orçamento.
	Acervo	Tema predominante, números do acervo, modo de aquisição, suporte e a classificação utilizada.
	Usuário	Número de usuários, empréstimos e tipo de demanda.
	Tecnologia	Tecnologia utilizada, estatística, indexação, inclusão digital.
	Estrutura física	Tamanho, acessibilidade e divisões.
	Serviços	Tipos de serviços oferecidos pela biblioteca
Discutir a participação das Bibliotecas Públicas Especializadas na gestão e no acesso às informações de interesse público do Estado do Espírito Santo.	Acesso à informação	Canais de comunicação, tipos de informação disponibilizada, tipo de pedidos de informação, apropriação da informação e melhoria contínua.

Fonte: Produzido durante a pesquisa.

Embora Almeida (2011) tenha contemplado o acesso à informação no diagnóstico, esse item foi expandido, utilizando a Lei de Acesso à Informação, pertinente à pesquisa.

4.6.3 Pré-teste

O pré-teste é importante para identificar problemas nas questões e identificar possíveis questões que podem gerar dúvidas ao respondente, esclarecer ambiguidades, e calcular do tempo de resposta (Barbeta, 2012). O pré-teste foi aplicado ao percentual de 15% da amostra 1.

4.6.4 Coleta de Dados

A coleta de dados aconteceu em 3 (três) etapas. A primeira etapa através do estudo preliminar (descrito na seção 4.5), a segunda etapa levantamento empírico e comparativo das instituições com biblioteca. Na terceira etapa a confirmação das informações através de questionário as amostras 1 e 2.

A população da pesquisa ficou constituída pelas 62 instituições levantadas no estudo preliminar (conforme descrito na 4.5). Na segunda etapa da pesquisa foram elaboradas 49 perguntas dividida em 7 blocos (conforme seção 4.6.2), para serem aplicadas na Amostra 1. Na terceira etapa foi aplicado o mesmo questionário para confirmar as instituições que não possuem bibliotecas.

4.7 Análise e Interpretação dos Resultados do Survey

Almeida (2011), destaca a avaliação de desempenho com atribuição de juízo de valor, na atuação das instituições, no caso dessas bibliotecas, não é possível estabelecer níveis pois elas estão sob o domínio interno das instituições. Nesta pesquisa, a análise estatística descritiva das categorias será utilizada para identificar e caracterizar as bibliotecas especializadas, conhecer a realidade em que estão inseridas, os pontos fortes e fracos, utilizando as informações da estrutura física e organizacional no gerenciamento de fluxos organizacionais (Valentim, 2002) e de serviços de disseminação da informação.

No acesso à informação enquanto conhecimento apropriado, não foi encontrado parâmetros ou índices objetivos que medem a apropriação da informação, porém, na pesquisa científica se utiliza índice de citações em periódicos científicos e recentemente métricas alternativas como menções na mídia e em redes sociais.

Richard Smith (2018), analisa os critérios de impactos numéricos e considera a inserção de critérios de impactos mais plurais. O autor informa que adaptou os relatórios de *Impact Research Excellence Framework* (REF) e aplicou a *International Centre for Diarrhoeal Disease Research, Bangladesh* (ICDDR,B), utilizando um sistema com pontuação de 1 a 5, buscando evidências do impacto através de índices como: número de beneficiados, beneficiados por países ou redução de custos.

Bibliotecas, de alguma forma proveem o acesso à informação, seja por bibliografias ou por outros caminhos como traçou Achworth (1967), porém, neste estudo, serão utilizados indicadores objetivos, também em escala de cinco níveis, buscando evidências de acesso à informação nas bibliotecas especializadas. Os critérios de evidências utilizado será a estrutura de acesso que a instituição possui para atendimento, disponibilização da informação e a sua apropriação.

Para discutir as evidências da participação das bibliotecas especializadas, no acesso à informação de interesse público, seja informação digital ou impressa, na pesquisa será utilizada a matriz de evidências readaptadas de Smith (2018), utilizando-se também de escala de 1 a 5. Esse modelo é semelhante aos modelos de maturidade utilizados para avaliar qualidade na engenharia de software, objetivando a melhoria contínua, observada através de uma escala evolutiva (DRUMOND *et al.*, 2018).

Quadro 11 - Níveis de evidência de acesso à informação de interesse público em bibliotecas especializadas

NÍVEIS	CRITÉRIOS
1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação
4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.

Fonte: Readaptado de Smith (2018).

Desse modo, o modelo proposto, apresenta o nível 1 representando a menor evidência e o Nível 5 a maior evidência. O primeiro nível representa bibliotecas especializadas que não disponibilizam informações na *internet*. No Nível 2, a biblioteca disponibiliza as informações *web*, ou automatização, sem padronização de processos ou estrutura de acesso. O Nível 3, o acesso à informação está organizado e padronizado e existem evidências do seu acesso. No nível 4, além da estrutura, organização e padronização é possível acompanhar o acesso à informação, a apropriação e o desempenho através de métricas. No Nível 5, a diferença está na utilização de métricas para a melhoria contínua.

4.8 Aspectos Éticos

A pesquisa foi realizada de acordo com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que trata de pesquisas em seres humanos (Brasil, 2012). Os riscos e as garantias na execução da pesquisa, estão no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A).

A pesquisa, demanda aplicação de questionário e entrevista que será realizada com os trabalhadores de órgãos públicos do estado e a visita técnica, incluindo levantamento de dados *in loco*. Para realização dos procedimentos previstos foi solicitada a autorização de pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa Social da Ufes, conforme processo 65330722.0.0000.5542 e também a (APÊNDICE B) ao Governo do Estado do Espírito Santo para permitir a execução da pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS LEVANTADOS A PARTIR DO SURVEY

O questionário foi encaminhado para as 62 instituições levantadas. Obtivemos a resposta de instituições com bibliotecas nas amostras 1 e 2. Na primeira amostra relativa ao grupo de instituições que possuem bibliotecas, 17 profissionais de 16 instituições responderam. Dessas, 2 (duas) bibliotecas e 1 (centro de documentação) estão fechados.

Na primeira amostra, o Banestes, havia informado possuir biblioteca, nessa etapa, foi informado pela ouvidoria a inexistência de bibliotecas ou centro de documentação. Essa ausência de registro também pode ser decorrente da falta de profissional responsável pelas unidades, cabendo mais investigações relativas a memória institucional (Garcia, 2012).

Nessa mesma amostra não se conseguiu a confirmação, da permanência do ambiente de informação Centro de Estudos do Hospital Nossa Senhora da Glória, mas foi mantido para registro. Também nessa amostra, o Conselho Estadual de Saúde informou estar montando uma biblioteca e surgiu um centro de documentação de meio de comunicação, da TV Ales. O Quadro 12, descreve o número de unidades fechadas e em processo de estruturação por esfera de governo.

Quadro 12 - Número de unidades fechadas e abrindo por esfera

ESFERA	UNIDADES FECHADAS	MONTANDO NOVA
Executivo	3	1
Legislativo	0	0
Judiciário	0	0
Total	3	1

Fonte: Produzido após a coleta de dados.

Na amostra 2, foram enviados questionários para 37 instituições, responderam ao questionário 20 instituições. Nessas 20 respostas, aparecem 2 (duas) bibliotecas antes não registrada nos estudos anteriores, a da Fapes e a do ICEPi. A Setur respondeu com base em biblioteca de mídias, não foi considerado na pesquisa, mas se reconhece a necessidade de uma biblioteca para atuar na unidade.

A SDH/ES, respondeu não ter biblioteca, porém ela foi incluída na pesquisa, pois em alguns Centros de Referência da Juventude (CRJ) possuem bibliotecas. Essas bibliotecas surgem pela iniciativa do Governo do Estado realizando a previsão já no projeto de construção do CRJ (Campos, 2022) e as que não tem essa previsão, a própria comunidade toma a iniciativa de começar a montar uma (Silva, 2022). Também se constatou que se observando os três poderes, a biblioteca especializada encontra-se presente em todos os órgãos do poder judiciário e do legislativo, o mesmo não acontece no executivo, conforme sistematizado no Quadro 13.

Quadro 13 - Ambiente de informação por poder

PODERES	N. INSTITUIÇÕES	N. AMBIENTES DE INFORMAÇÃO
Executivo	36	19
Legislativo	1	4
Judiciário	6	6

Fonte: Dados da pesquisa.

No somatório geral de bibliotecas levantadas, considerando as amostras pesquisadas foram identificadas 27 instituições que acolhem ambientes de informação. A seguir serão descritos os tipos de bibliotecas encontradas na pesquisa, conforme quadro comparativo abaixo:

5.1 Tipos de Bibliotecas Especializadas do Espírito Santo.

No universo pesquisado, foram encontrados diferentes tipos de bibliotecas especializadas. Na seção 3.3 descrevemos o levantamento das categorias e formas de organização das bibliotecas especializadas à luz da literatura da área. Nesta etapa da pesquisa buscamos também a identificação dessas tipologias no espectro pesquisado.

Apresentamos também os tipos e definições que mais se aproximam das bibliotecas especializadas encontradas na pesquisa, conforme sistematizado no Quadro 14.

Quadro 14 - Tipos de Bibliotecas Especializadas Encontradas na Pesquisa

TIPOS DE BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS ENCONTRADAS NA PESQUISA	DEFINIÇÃO
Acadêmica ou universitária	Bibliotecas ligadas a instituições de ensino superior, destinadas a atender as necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores e alunos universitários (Araújo; Oliveira, 2005).
Arquivos e museus	Bibliotecas cujos acervos se relacionam com a missão do arquivo ou museu que serve e estão ao serviço dos trabalhadores do Centro e dos investigadores da área (Espanha, 2012, tradução livre).
Associação	Objetivo desse tipo de biblioteca é oferecer seus serviços aos membros (Espanha, 2012, tradução livre).
Finanças e economia	Bibliotecas que acumulam acervo econômico, financeiro e por extensão fazendária (Mello, 1954)
Centro de Pesquisa	Bibliotecas dependentes de instituição dedicada à pesquisa que possuam acervo de recursos especializados no tema ou assuntos sob investigação da instituição da qual dependem (Espanha, 2012, tradução livre).
Segurança Pública	Bibliotecas ligadas a instituição de segurança pública, cujos acervos são específicos de Ciências Policiais e Segurança Pública (Nogueira; Santos; Erleer, 2022).
Escolares	Biblioteca “ligada a um estabelecimento de ensino, fundamental ou médio, destinada a alunos e professores.” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 51).
Infanto-juvenil	Bibliotecas que correspondem a centro de informação, centro de incentivo à leitura ou centro de socialização (Duro, 1979, p. 2013).
Profissionalizante	Bibliotecas orientadas a Educação Profissional e Tecnológica (Silva; Cavalcante; Paletta, 2021).

Jurídicas	Biblioteca que atende ao poder judiciário, subsidiando decisões processuais e auxiliando juristas no cumprimento da justiça (Miranda, 2004).
Legislativa	Biblioteca de órgãos Poder Legislativo que assessoram e promovem a informação de natureza técnico-científica nessa área (Dias, 1990).
Prisionais	É a biblioteca em espaços de privação de liberdade com função educativa e sociocultural e de atender às necessidades informacionais dos reeducandos (Zamite, 2022).
Saúde	Bibliotecas que estão à disposição de profissionais de saúde e o acervo reúne fontes sistematizadas de informação em saúde (Informativo REDEBIBLIOSUS, 2023).
Meio de Comunicação	Bibliotecas de meios de comunicação (Espanha, tradução livre 2012).
Centro de Recursos	Centros de recursos em campos distintos (Espanha, tradução livre 2012).
Socioeducativa	Bibliotecas que dão suporte a instituição de sócioeducação e as salas leitura ou bibliotecas criadas para atendimento dos adolescentes privados de liberdade, no acesso ao livro e à leitura (Torres; Casimiro, 2019).

Fonte: Compilado durante a pesquisa.

No estado, não foi constatado a existência de redes de bibliotecas especializadas, porém, algumas bibliotecas participam de redes nacionais. É importante frisar, que as bibliotecas jurídicas, de saúde e universitárias possuem redes nacionais consolidadas. Nem todas as instituições de todas as tipologias, responderam ao questionário, no Quadro 15 foram elencadas as 18 unidades de informação que responderam identificando as tipologias e temáticas do acervo.

Quadro 15 - Bibliotecas especializadas por tipo e temática do acervo, levantadas na pesquisa

TIPOS DE BIBLIOTECAS	UNIDADE DE INFORMAÇÃO	TEMÁTICA DO ACERVO
Acadêmica ou universitária	Biblioteca Jones dos Santos Neves	Música
Segurança Pública	Biblioteca Cel PM Francisco Eugênio de Assis	Direito, Ciências Policiais e Segurança Pública.
Finanças e Economia	Biblioteca do Bandes	Economia
Arquivos e Museus	Biblioteca Maria Stella de Novaes	Obras sobre o Espírito Santo e Obras escritas por capixabas
Finanças e Economia	Biblioteca "Lendo Sefaz"	Acervo técnico, sendo jurídico, contábil/financeiro, administrativo e literatura
Centro de Pesquisa	Biblioteca Rui Tendinha.	Agricultura

Saúde	Conselho Estadual de Saúde (CES)	Saúde
Jurídica	Biblioteca PGE	Direito
Legislativa	Centro de Memória e Bens Culturais José Luiz Claudio Corrêa	Fotografias
Centro de Pesquisa	Biblioteca Fapes	Pesquisa e inovação
Legislativa	Biblioteca Senador João Calmon	Jurídica
Centro de Pesquisa	Biblioteca do ICEPi	Saúde
Centro de Pesquisa	Biblioteca Instituto Jones Santos Neves	Pesquisa e literatura capixaba
Associação	Biblioteca Saul Navarro	Arte e literatura
Jurídica	Biblioteca Ministro João Lyra Filho	Controle externo da administração pública
Centro de Recursos	Centro de Informação e Documentação (Cidoc)	Meio Ambiente
Escolar	Sistema de Bibliotecas Escolares Estaduais	Educação Básica
Profissionalizante	Biblioteca Ceet Vasco Coutinho	Livros especializados para cursos técnicos

Fonte: Dados da pesquisa.

Com essas informações as unidades podem ser organizadas em uma rede única com todas as unidades, para trocar experiências e manter a biblioteca dinâmica. Ou podem se organizar com outras tipologias, em diversos tipos de redes de bibliotecas. Outra opção de reestruturação, seria converter algumas delas, em temáticas, como fez o Governo de São Paulo (Araújo; Vergueiro, 2013).

Com as informações coletadas, também foi possível perceber como o setor cultural está deficitário, tanto no acesso e difusão ao livro e a literatura, pelos baixos valores de premiação dos editais e promoção de eventos, quanto à cobertura do SEBP/ES, excluindo as bibliotecas: escolares, prisionais, socioeducativas e as infanto-juvenis do CRJ do plano de difusão.

5.2 Mapeamento das Bibliotecas Especializadas

O mapeamento das bibliotecas especializadas nas três esferas da administração estadual, se constituiu como um dos objetivos desta pesquisa. O mapeamento realizado, não corresponde ao número de respostas de instituições que responderam ter bibliotecas, pois, não representaria a realidade institucional. O resultado é semelhante ao estudo preliminar e visa subsídio a futuras pesquisas.

No mapa, as bibliotecas foram separadas pelos tipos encontrados (13) e se acrescentou o termo 'Extensão' para bibliotecas ou salas de leitura que recebem ou

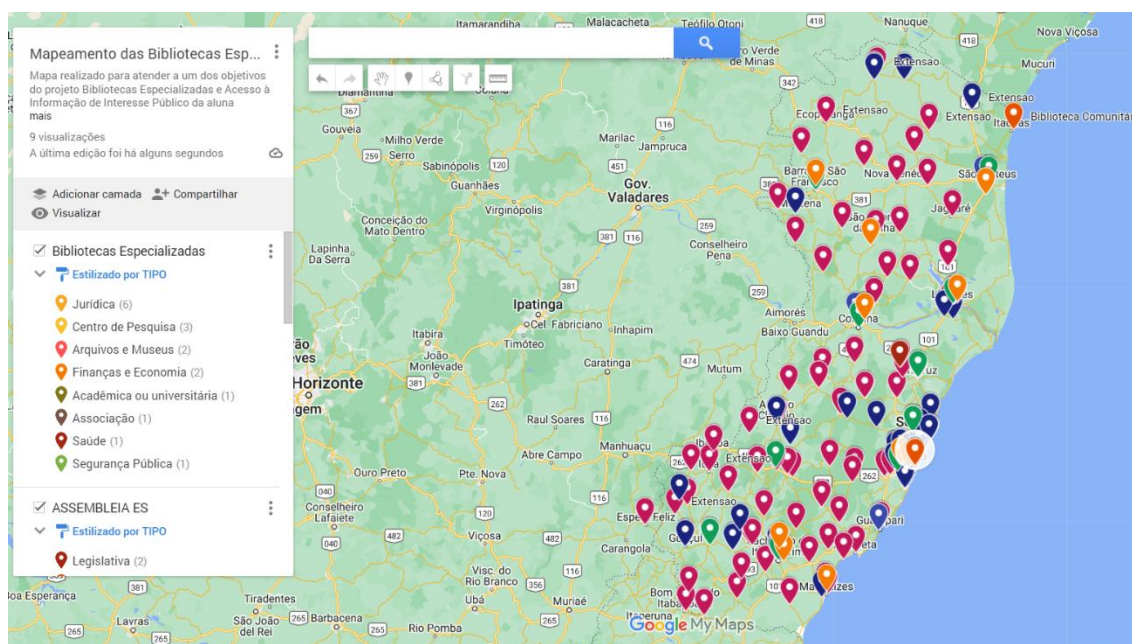
não assistência de unidades centrais com ou sem a atuação do profissional da informação.

Essas unidades podem ser salas de leitura, unidade de documentação local, minibibliotecas, bibliotecas comunitárias, etc. Os acervos dessas unidades não estão necessariamente catalogados, mas possuem regras informais de funcionamento, sendo utilizadas para atender as necessidades institucionais e/ou da comunidade.

Se manteve a tipologia, nos casos do Iases, Sejus/ES e SDH/ES, por não possuírem unidades centrais, somente para demarcar o tipo. Da mesma forma a Sedu/ES, com a assessoria prestando assistência as salas de leitura das unidades escolares.

Na Figura 12, encontra-se representado o mapeamento²² das bibliotecas especializadas existentes nas três esferas do poder. Esse mapeamento foi produzido e registrado no Google Maps.

Figura 12 - Mapeamento das bibliotecas especializadas existentes nas três esferas do poder.



Fonte: Produzido durante a pesquisa com dados da Sedu/ES, Sefaz/ES, Incaper, SDH/ES.

De acordo com os dados levantados observa-se que a maioria das bibliotecas especializadas estão concentradas em Vitória (ES) e somente duas estão localizadas na Região de Cariacica (ES), a do lema e a da Academia de Polícia

²² Acesse o mapa no Google Maps no link:

https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1ryASm0LuaxbmCsGlg_tJkfy-gyLB4dM&usp=sharing

Militar. A Sejus/ES, o Iases, o Incaper, o lema, SDH/ES, Sedu/ES e a Sefaz/ES, possuem extensões ou salas de leituras descentralizadas em outras regiões do estado, somente a Ales, tem uma setorial interna.

No Iases as bibliotecas estão ligadas ao psicopedagógico. A Sejus/ES não possui bibliotecário e alguns apenados realizam o trabalho na biblioteca para redução de pena (Zamite, 2022). Os dados da Sejus/ES para o mapeamento foram coletados do 'Plano Estadual de Educação para pessoas privadas de liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Espírito Santo' realizado pela Sedu/ES e pela Sejus/ES em 2021 (Plano..., 2021).

Na Sedu/ES, por sua vez as bibliotecas estão ligadas a Assessoria de Apoio Curricular e Educação Ambiental. As bibliotecas escolares estão organizadas como sistema, no entanto, cada diretor de escola é responsável pela biblioteca de cada unidade escolar. Embora esteja organizada em um sistema, cabe destacar o número de bibliotecas cadastradas no Mapa²³ das Bibliotecas da Sedu/ES, o número de bibliotecários atuando nessa secretaria (1) um e o número de escolas estaduais (435 escolas, 350 com bibliotecas) e a necessidade de cumprir a Lei nº 12.244, de 2010, que prevê a universalização das bibliotecas escolares (Espírito Santo, 2023b).

Uma unidade de informação que apresenta potencial de expansão é a da Biblioteca da Academia da Polícia Militar. Essa expansão poderia ser em rede com as jurídicas ou a oferta de serviços as demais unidades da Polícia Militar.

Da mesma forma, a SDH/ES pode utilizar as bibliotecas de forma estratégica e coordenar ações em conjunto com CRJs. A Sejus/ES apresenta situação similar, possui bibliotecas para atender o direito a redução da pena e educação, mas também precisa de uma biblioteca central com bibliotecário, para ações coordenadas, implementando novos serviços para essa população e para a instituição com informação estratégica.

Igual situação ocorre com o Iases, a biblioteca deixando de significar somente trabalho ou leitura, para assumir papel ativo no acesso à informação e letramento. Uma das referências de atuação na área socioeducativa é a Biblioteca Cláudio Tourinho Saraiva, do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE/RJ). Essa biblioteca atua com uma central especializada em socioeducação, prestando

²³ Acesse o Mapa das Bibliotecas escolares estaduais no link: <https://curriculo.sedu.es.gov.br/blogteca/mapa-das-bibliotecas/>

suporte ao corpo técnico e as salas de leitura das unidades, oferecendo diversos serviços e atividades (Torres; Casimiro, 2019).

A organização das bibliotecas com extensões em minibibliotecas ou salas de leitura, é complexa sem profissionais da informação. Em recente decisão, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/ES) isentou o governo atual de culpa, pela não universalização das bibliotecas escolares (Conselho Regional e Biblioteconomia, 2023). O Governo do Estado por sua vez, usou o estado mínimo e a compra de um pacote educacional digital, no valor de R\$ 8.115.320,88, como investimento em bibliotecas (GOVERNO..., 2022).

Essa decisão desconsiderou a desigualdade no acesso digital e reforça a visão reduzida que o Estado tem das bibliotecas. A justiça por sua vez poderia ter cobrado ao Estado o planejamento para cumprir a lei. A biblioteca especializada com extensões, são as que disseminam informações de qualidade de forma descentralizada.

De modo estratégico, o Incaper está dividido em 11 regionais²⁴ responsável pelas unidades locais. Organizado de forma esquemática, a instituição poderia ter 11 bibliotecas regionais, fazendo a cobertura das salas de leitura em seu raio de ação, cobrindo o estado todo. Essas salas de leitura atendem a comunidade com informações do próprio órgão e possuem acervo geral de editoras externas. O mesmo pode ser realizado pela Sedu/ES e pela Sejus/ES, usando estratégias semelhantes por bibliotecas do campo e urbanas ou por município, etc.

Já a Sesa/ES, é uma instituição que perdeu de modo significativo diversos ambientes de informação. Em período anterior ao ano de 2006, a Sesa/ES possuía pelo menos 6 (seis) ambientes de informação, inclusive em hospitais (Diretório da REDE BVS, 2006). Em 2006, a Sesa/ES passou a ter apenas um ambiente de informação (Diretório da REDE BVS, 2006) e em 2022, a Sesa/ES não cadastrou nenhuma biblioteca na Rede BiblioSUS (REDE BIBLIOSUS, 2023b). Com a pandemia de COVID-19, o sistema de saúde se viu envolto a informações falsas e diante da urgente necessidade de implementar mais pesquisas na área de saúde. O surgimento das bibliotecas do Conselho de Saúde e do ICEPi, demarcam esse cenário.

²⁴ Mapa das unidades do Incaper disponível no seguinte link: https://incaper.es.gov.br/Media/incaper/imagens/2018_UNIDADES_ADM_INCAPER.jpg

A biblioteca do Conselho de Saúde é uma biblioteca para dar suporte aos profissionais do conselho e da área de saúde e está em fase de montagem. A biblioteca do ICEPi, em uma biblioteca que dá suporte a um instituto de pesquisa, com vistas ao desenvolvimento de pesquisa e inovação em saúde.

Por fim a biblioteca da Fapes e as bibliotecas profissionalizantes. A Fapes, além do fomento à pesquisa, poderia capitanear ações que possam descomprimir as bibliotecas de outras instituições como as das escolas profissionalizantes do governo.

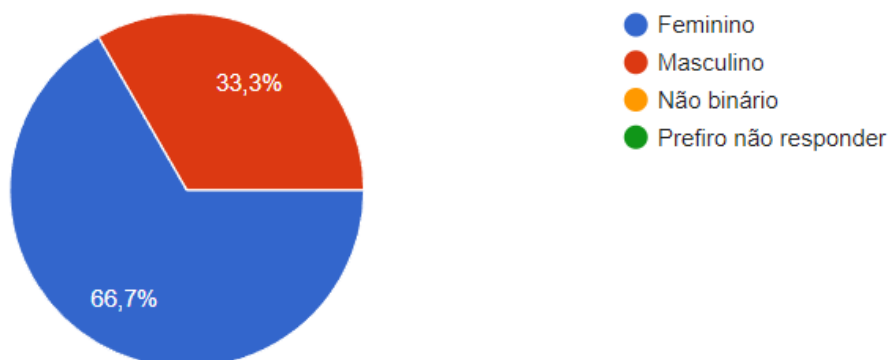
5.3 Pesquisa *Survey*

A seguir serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa detalhado na seção 4.6.2 tratando da estrutura do questionário/formulário online aplicado durante o *survey*. Descrevemos os 7 (sete) primeiros blocos de perguntas, correspondentes a avaliação situacional das bibliotecas especializadas e ao acesso à informação.

5.3.1 Administração

Os resultados ora descritos e representados na Figura 13 são relativos as Amostra 1 e 2 de instituições com bibliotecas especializadas. No bloco de perguntas sobre a administração das bibliotecas, a primeira pergunta busca saber qual o gênero dos profissionais atuando em bibliotecas especializadas. Das 18 respostas obtidas, 66,6% (doze) responderam ser do gênero feminino e 33,3% (seis) masculino. A pesquisa confirma, uma profissão que permanece historicamente feminina, mas nas últimas décadas os homens também vêm ocupando cargos em bibliotecas (Silva, 2022). As populações LGBTQ+ não foram registradas na pesquisa.

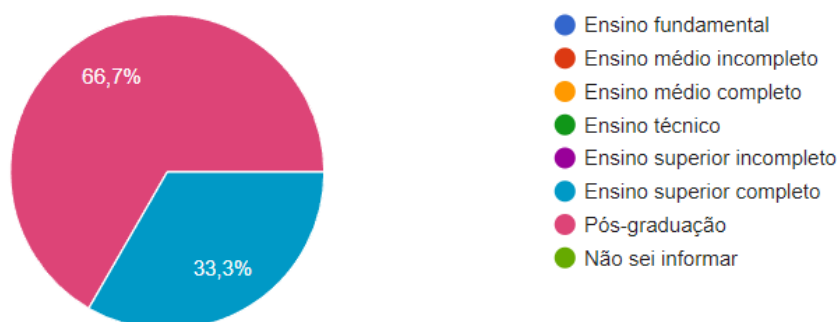
Figura 13 – Gênero dos responsáveis pelas bibliotecas



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Perguntados sobre a formação acadêmica, a maioria dos profissionais atuando em bibliotecas responderam possuir pós-graduação com (67%) e os demais (33,3%), disseram ser graduados, conforme representado na Figura 14.

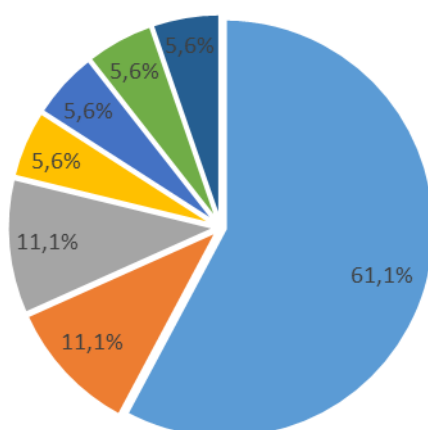
Figura 14 – Pergunta sobre nível de escolaridade.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Na questão de formação do profissional responsável pela biblioteca, 61,1 % (11) responderam possuir formação em Biblioteconomia e nas demais as formações variaram entre Arquivologia, Comunicação, Administração, Letras, etc, conforme detalhado na Figura 15. Esse valor de 38,9% (sete) representa o déficit de bibliotecários em bibliotecas especializadas do Estado.

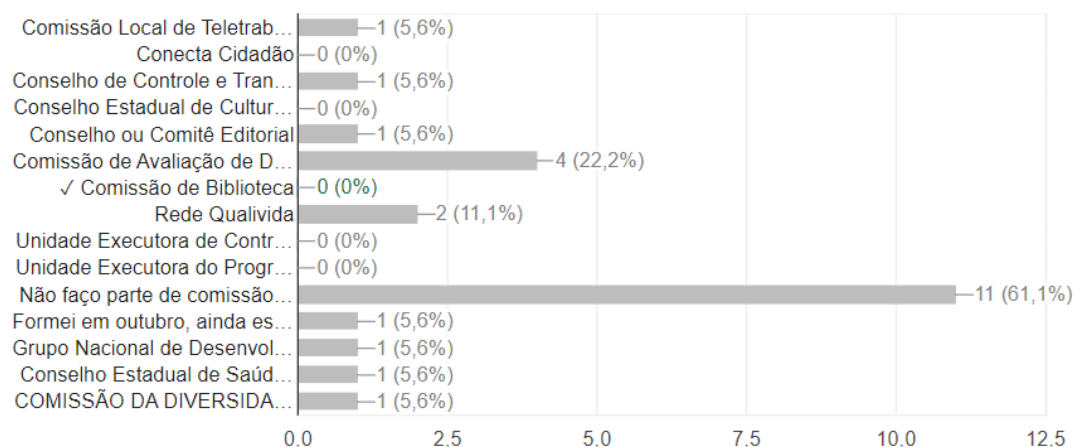
Figura 15 - Pergunta relativa a formação acadêmica de profissionais atuando em bibliotecas especializadas.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Considerando, a maioria das bibliotecas em funcionamento com no máximo dois bibliotecários, esse déficit revela-se maior. Este percentual de 38,9% também representa as bibliotecas especializadas resistindo sem a gerência de bibliotecários, resistindo desde a sua implementação, mantendo-se dada a necessidade institucional e sob o constante risco de fechamento durante processos de mudança de gestão. Por outro lado, bibliotecários estão buscando a recolocação no mercado de trabalho, atuando em outras áreas ou fazendo nova graduação para futura migração (Rodrigues *et al.*, 2022).

A participação em comissões foi outro ponto abordado na pesquisa. Essa participação por vezes indica a articulação do profissional com a instituição e com entidades externas, ou a falta de profissional em determinadas áreas, destacando pessoas de outras áreas para preencher o espaço. O Governo do Estado, possui diversos tipos de comissões, comitês, além de conselhos representativos, que foram listados na pergunta tratando da participação em comissões.

Figura 16 – Participação em comissões.

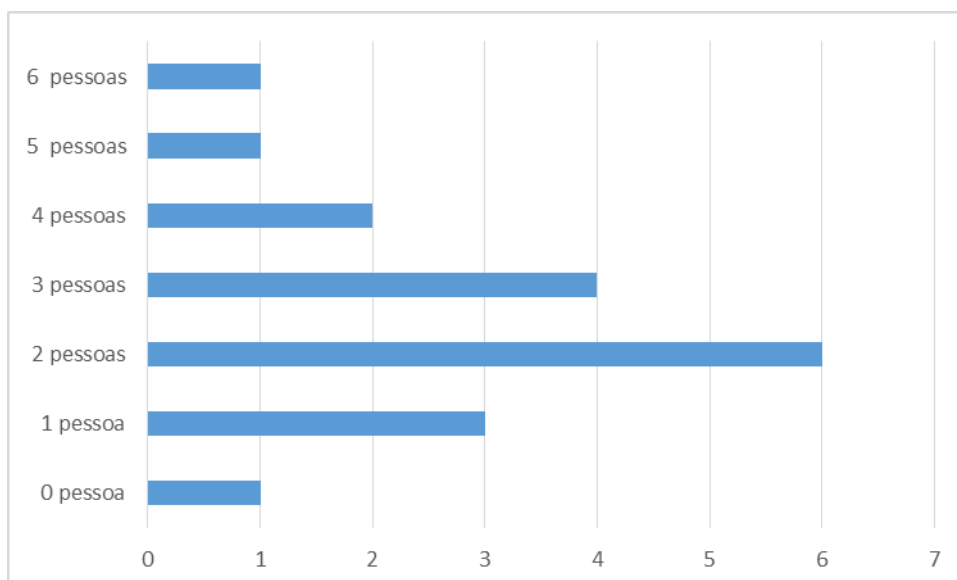
Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Em observação à Figura 16 identifica-se que, dos (18) respondentes, 61,1% (11) informou não participar de comissões e somente 5,6% (um) participa de comissão de transparência. No entanto, o dado mais contundente nessa pergunta, são os 22,2% (quatro) de bibliotecários participando de Comissões de Avaliação de Documentos (CADs) e 0,0% (0) nenhum bibliotecário atuando em comissão de bibliotecas, o contrário não foi constatado na pesquisa.

Diferente das CADs, previstas em lei (Brasil, 2019), as comissões de bibliotecas não têm esse respaldo, mesmo sendo importantes na demarcação das políticas de desenvolvimento de coleções. Ao mesmo tempo, esse número representa parte do déficit de arquivistas, para assumir as atividades demandadas na gestão de arquivos de órgãos do governo estadual. Outro ponto, é o acúmulo de funções, entrando para a discussão os desdobramentos da reestruturação do cargo de analista executivo pela Lei Complementar nº 1.005, de 1 de abril de 2022 (Espírito Santo, 2022a), tornando o cargo genérico.

Perguntados sobre o número de pessoas atuando nos ambientes de informação, a maioria respondeu 2 (duas) pessoas, 1 (um) bibliotecário e 1 (um) profissional de nível médio ou 1 (um) estagiário. Nos casos entre 4 (quatro) à 5 (cinco) pessoas atuando, o número de bibliotecários não ultrapassa a quantidade de 2 (dois). E na situação em que se tem 6 (seis) pessoas, todos são profissionais de outras áreas que se revezam para cuidar da biblioteca, conforme explicitado na Figura 17.

Figura 17 – Resultado da pergunta sobre o número de profissionais atuando em bibliotecas.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Tratando da participação em redes de cooperação, identificou-se que somente 27, 7% (cinco) das instituições participam de redes de cooperação: Fames, Incaper, Iema, Sefaz/ES e o TCE/ES. A participação em redes, permite o fortalecimento externo da unidade de informação e a atualização do profissional da informação. Apresentamos no Quadro 16 as redes informadas.

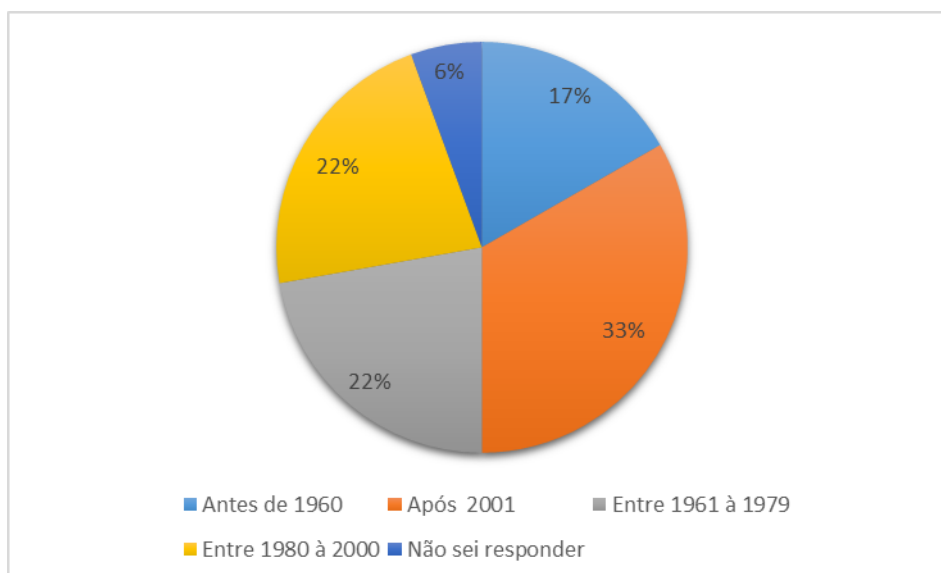
Quadro 16 - Redes mais citadas na pesquisa.

INSTITUIÇÕES	REDES DE COOPERAÇÃO
FAMES	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU)
SEFAZ/ES	Grupo Nacional de Desenvolvimento Fazendário (GDFAZ)
INCAPER	Rede Sudeste de Repositório (RIIA)
TCE/ES	Bibliocontas
IEMA	Rede Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (Renima) / Rede BiblioSus

Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Perguntados sobre a data de criação das bibliotecas 33% respondeu terem sido criadas após 2001, 22,2% responderam terem sido criadas 1980 a 2000, também 22,2% responderam terem sido criadas entre 1961 a 1979, 16,7 % respondeu a criação ser anterior a 1960.

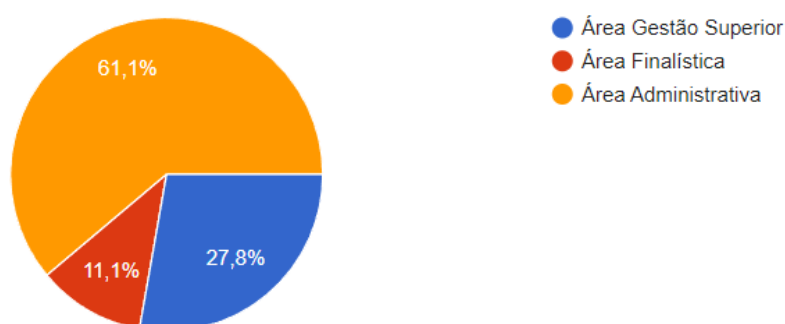
Figura 18 – Pergunta sobre o período de criação de bibliotecas especializadas.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Na questão relacionada a estrutura organizacional das bibliotecas especializadas, sinteticamente demonstrada na figura 19, observa-se que 61,1% (11) das bibliotecas informaram que estão ligadas à administração da instituição, 27,8% (cinco) à gestão superior e somente 11,1% (duas) estão ligadas à área finalística. A biblioteca especializada norteia-se pela missão institucional, quando ligada a administração, fica distante dos objetivos da instituição, esse posicionamento impacta o acesso à recursos e aos serviços oferecidos pela unidade. A biblioteca ligada área-fim na estrutura institucional, terá menos obstáculos para interpor no acesso aos recursos de projetos. Esse dado, também revela a visão das instituições, ao ligar a biblioteca a administração e não reconhecer a sua função no suporte ao cumprimento da missão institucional.

Figura 19 – Pergunta sobre estrutura institucional



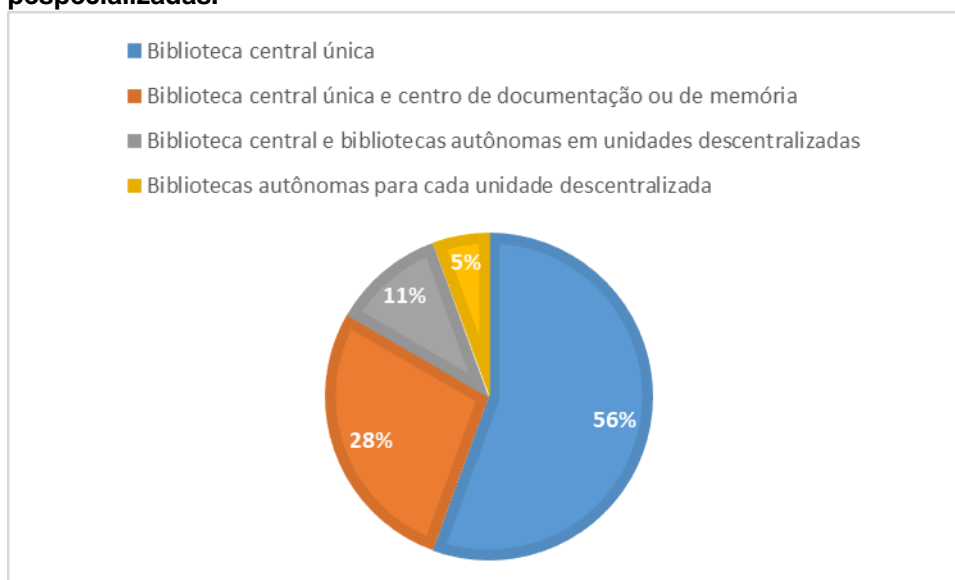
Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Outra questão formulada reflete o mapeamento realizado na seção 5.2 e a falta de sistematização das bibliotecas. Na pesquisa 55,6% (dez) são de bibliotecas com centrais únicas, 27,8% (cinco) são de bibliotecas com central única com centro de documentação e memória, 11,1% (dois) são bibliotecas centrais com unidades descentralizadas e 5,6% (um) são bibliotecas autônomas para cada unidade descentralizada, conforme sistematizado na Figura 20. Observa-se que 16,7% (três) dessas bibliotecas especializadas poderiam estar organizadas em um sistema.

As instituições com unidades descentralizadas têm a potencialidade de se organizar de forma sistemática e alcançar resultados no acesso à informação qualificada. Através da disseminação da informação de interesse público produzida em instituições, cujo objetivo é promover a transformação social.

Essas bibliotecas especializadas ultrapassam os limites da região da Grande Vitória e são fundamentais em regiões em que o acesso à internet e ao conhecimento institucionalizado ainda é restrito.

Figura 20 – Pergunta relativa à organização interna da estrutura das bibliotecas pespecializadas.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

As instituições com unidades descentralizadas têm a potencialidade de se organizar de forma sistemática e alcançar resultados no acesso à informação qualificada. Através da disseminação da informação de interesse público produzida em instituições, cujo objetivo é promover a transformação social. Essas bibliotecas especializadas ultrapassam os limites da Grande Vitória e são fundamentais em regiões em que o acesso à internet e ao conhecimento institucionalizado é restrito.

A instituição lema também pode se capilarizar em unidades de preservação. A Sedu/ES, possui 435 escolas, mas somente 53 estão no Sistema de Bibliotecas Escolares do Estado. O Iases e a Sejus/ES, são essenciais em socializar a informação a um público restrito e desprivilegiado. A SDH, também tem enorme potencial de penetrar em comunidades, ampliando o acesso a políticas públicas, disseminadas através da informação institucional qualificada. Os dados revelam que esses órgãos e instituições ainda mantêm a estrutura das bibliotecas funcionando de forma desarticulada e sem a capilaridade necessária nos locais e setores que mais demandam seus recursos e serviços de informação. O Quadro 17 explicita as bibliotecas que apontaram um modo de atuação mais capilarizada e articulada com outras bibliotecas.

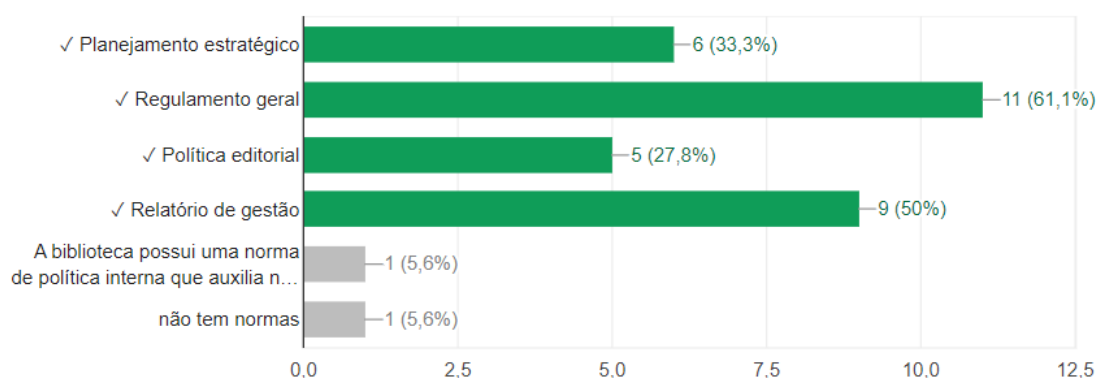
Quadro 17 - Bibliotecas especializadas capilarizadas com outras bibliotecas em outras regiões do estado.

INSTITUIÇÕES COM BIBLIOTECAS CAPILARIZADAS	EXTENSÃO
Incaper	92
Iases	5
Iema	1
Sedu/ES	53 - 475
Sefaz/ES	12
Sejus/ES	27
SDH	2

Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Sobre as normas/documentos que norteiam as atividades das bibliotecas especializadas, a maioria respondeu se balizar-se pelo regulamento geral da instituição (61,1%) (11) 50% (nove) pelo relatório de gestão, 33,3% (seis) pelo planejamento estratégico e 27,8% (cinco) pela política editorial institucional, o restante dos respondentes 11,2% (dois) confundiu a questão com as normas da biblioteca. A Figura 21 explicita as respostas obtidas.

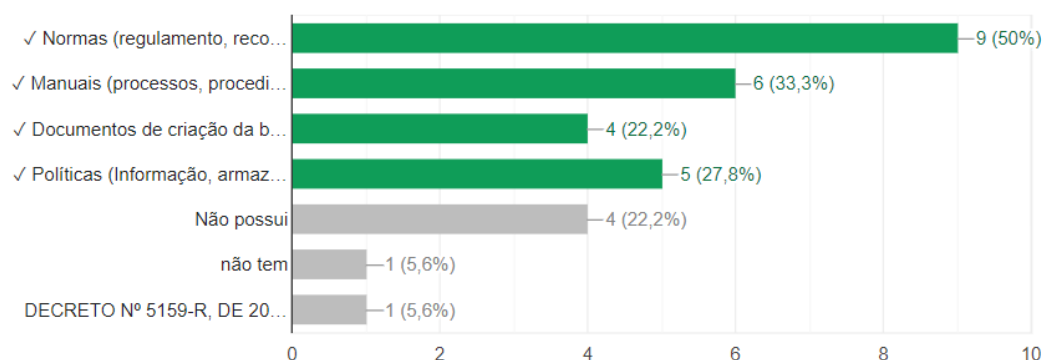
Figura 21 – Documentos que orientam as ações da biblioteca especializadas.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

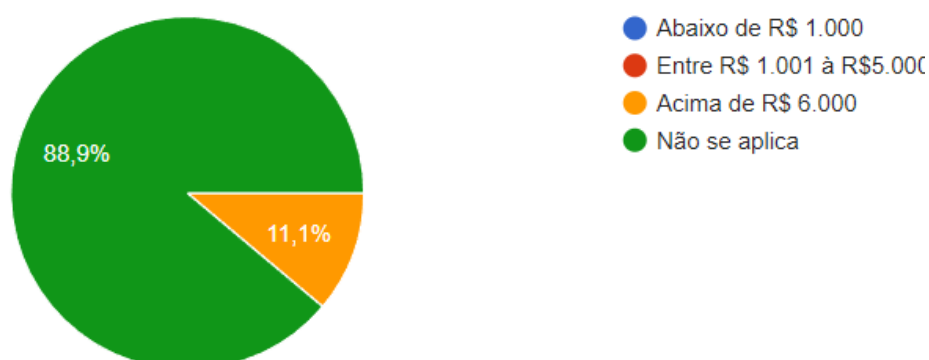
A formalização das bibliotecas especializadas foi outro ponto abordado. Normas e documentos, auxiliam não só o processo de administração da biblioteca, mas também mantêm o histórico das atividades realizadas por ela. Em observação à Figura 22, identificamos que a maioria (72,2%) possui algum tipo de documento normalizador da biblioteca e de suas funções. 33% (seis) respondeu possuir manuais de processos e procedimentos, 27,8%, (cinco) respondeu ter políticas institucionalizadas, 22,2% (quatro) das bibliotecas especializadas possuem documento de criação. Somente 27,8% (nove) respondeu que a biblioteca especializada não possui normas e regulamentos.

Um dos respondentes citou o Programa Mais Leitores, no âmbito da rede escolar pública estadual do Espírito (Espírito Santo, 2022b). Esse programa é um avanço em termos de legislação e traz como um dos eixos a democratização do acesso à leitura, mas com o quadro reduzido de profissionais da informação, seu caráter é mais formalista, sem as implementações operacionalizantes e institucionalizantes de sua aplicação o definem como de baixa efetividade na prática. A rede de biblioteca escolar está bem estruturada em termos tecnológicos, mas ainda não conseguiu abranger todas as escolas do estado.

Figura 22 – Documentos de formalização das bibliotecas especializadas.

Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Na questão relativa aos recursos a maioria 44,4% (8) das bibliotecas especializadas informaram ter orçamento próprio, 22,2% (4) informaram que os recursos da biblioteca são oriundos de projetos, e 27,8 (6) informaram não ter recursos. No entanto, ao serem perguntados sobre os valores administrados pela biblioteca especializadas 88,9% (16) responderam não se aplicar. 11,1% (2) responderam administrar valor acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme representado na Figura 23.

Figura 23 – Pergunta sobre recursos.

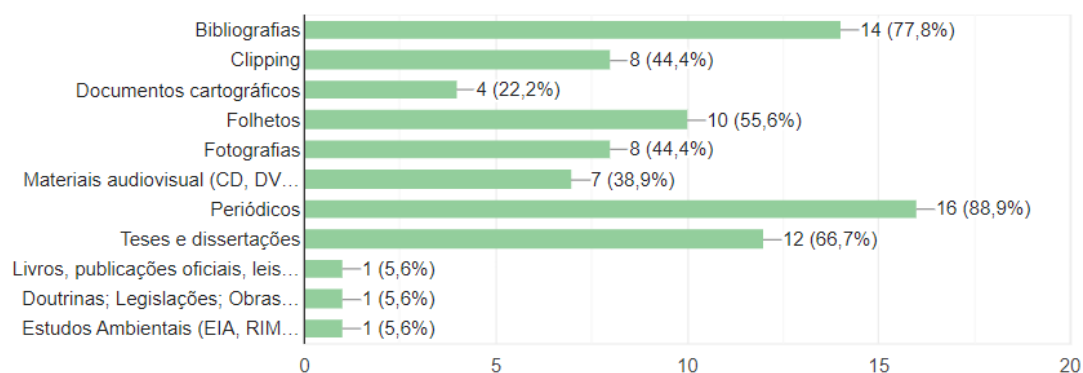
Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

5.3.2 Acervo

Este bloco de questões relaciona-se ao acervo. A primeira pergunta refere-se ao tipo de publicação que tem no acervo das bibliotecas especializadas. O resultado é diversificado, conforme detalhado na Figura 24. A maioria, 88,9% (16) possui periódicos, 77,8% (14) das bibliotecas analisadas possuem bibliografias, 66,7% (12)

possuem teses e dissertações no acervo, 55,6% (10) possuem folhetos, 55,6% (10) possuem fotografias, 44,4% (8) possuem *clipping*, 38,9% (8) possuem material audiovisual, 22,2% (4) possuem documentos cartográficos, entre outros.

Figura 24 –Tipos de publicações do acervo



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Os tamanhos dos acervos variam, de 300, em uma biblioteca que está iniciando como a do ICEPi, a mais de 15 mil títulos de um sistema de bibliotecas, ou 20 mil títulos em biblioteca especializada mais antiga como a do TCE. No Quadro 18 são apresentadas as unidades, o número aproximado de títulos do acervo, de funcionários das instituições e a período aproximado da criação da unidade de informação

Esse Quadro 18 precisa ser analisado com cuidado, demanda considerar outros aspectos além do tamanho do acervo e ponderar também sobre o número de usuários. Embora a Fames tenha mais de 100 funcionários, seria necessário inserir o número de matriculados para calcular a média de livros por pessoa. Nesse caso, resultaria em menos de 1 livro por pessoa.

Em instituições como o Incaper, tem-se o contrário, parece ter muitos livros por pessoa, uma média de 68, mas a instituição prestou assistência a quase 40 mil agricultores familiares em 2022. A biblioteca não assistiu 40 mil pessoas, mas deu suporte e ficou disponível para atender as demandas de informação. O acesso ao site da biblioteca também foi superior a 90 mil acessos em 2022.

Outros pontos a serem observados é a obsolescência do acervo e o tratamento do acervo histórico, pois, como foi apontado antes, 100% das bibliotecas

especializadas não possuem comissão de bibliotecas. As políticas de controle e preservação de acervo podem não estar sendo realizadas.

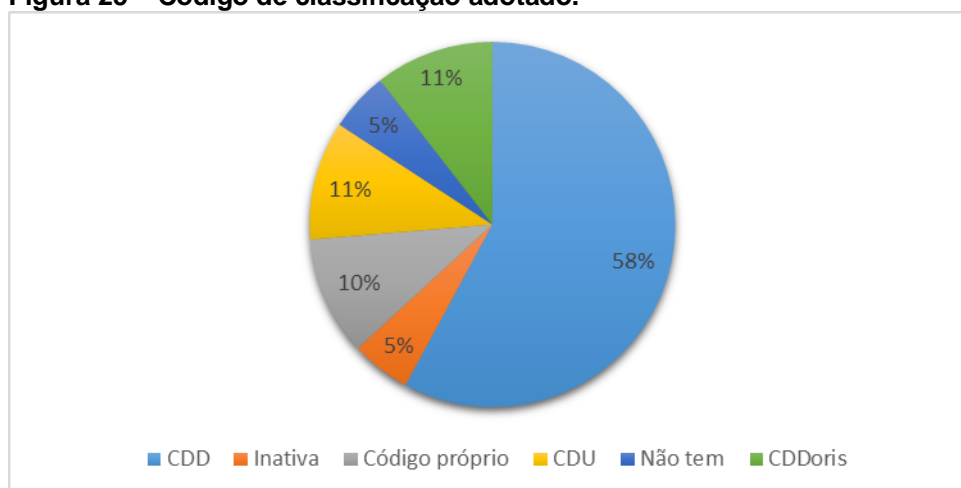
Quadro 18 - Tamanho do acervo da biblioteca e do quadro de funcionários das instituições

UNIDADE DE INFORMAÇÃO	N. DE TÍTULOS	N. DE FUNCIONÁRIOS	DATA DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES
Conselho Estadual de Saúde (CES)	300	100 ou mais	Após 2001
Biblioteca do Bandes	500	100 ou mais	Não sei responder
Biblioteca Fapes	500	Entre 50 à 99	Após 2001
Biblioteca Jones dos Santos Neves	613	100 ou mais	Entre 1980 à 2000
Biblioteca do ICEPi	817	Entre 50 à 99	Após 2001
Biblioteca "Lendo Sefaz"	2.000	100 ou mais	Após 2001
Biblioteca Instituto Jones Santos Neves	2.000	Entre 50 à 99	Entre 1980 à 2000
Centro de Informação e Documentação -CIDOC	4.069	100 ou mais	Entre 1980 à 2000
Biblioteca Ceet Vasco Coutinho	4200	Até 9	Após 2001
Biblioteca Maria Stella de Novaes	4500	Entre 50 à 99	Entre 1961 à 1979
Biblioteca PGE	6.000	100 ou mais	Entre 1980 à 2000
Biblioteca Senador João Calmon	6.458	100 ou mais	Entre 1961 à 1979
Biblioteca Cel PM Francisco Eugênio de Assis	8.064	Entre 50 à 99	Entre 1961 à 1979
Biblioteca Saul Navarro	10.000	Até 9	Antes de 1960
Sistema de Bibliotecas Escolares	15.383	100 ou mais	Antes de 1960
Biblioteca Ministro João Lyra Filho	20.000	100 ou mais	Antes de 1960
Biblioteca Rui Tendinha.	25.000	100 ou mais	Entre 1961 à 1979
Centro de Memória e Bens Culturais José Luiz Claudio Corrêa	Não informado	100 ou mais	Após 2001

Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Quanto ao código de classificação, a maioria 58% (10) respondeu usar a CDD e 11% (2) utiliza a CDU. Na pesquisa, explicitada na Figura 25, também aparece a Classificação Decimal de Direito (CDDoris), em duas instituições: TCE/ES e na Ales, usando ambos os códigos. O restante do percentual, são adaptações decorrentes das necessidades institucionais ou pela falta do profissional bibliotecário.

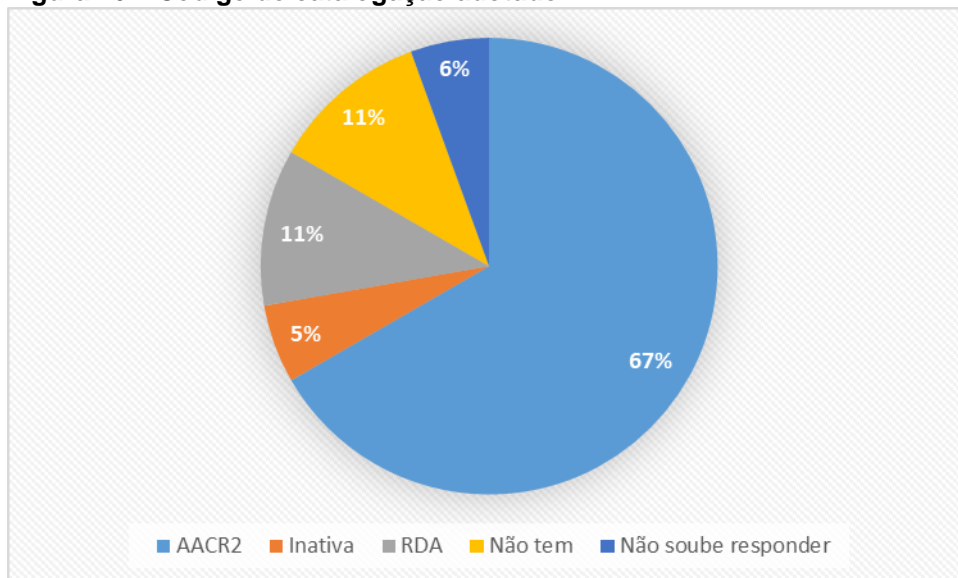
Figura 25 – Código de classificação adotado.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Na pergunta sobre o código de catalogação é o mesmo caso, a maioria 67% (12) utiliza a AACR2 e 11% (2) já adotou a RDA. O restante não utiliza nenhum código ou não soube responder, conforme sistematizado na Figura 26.

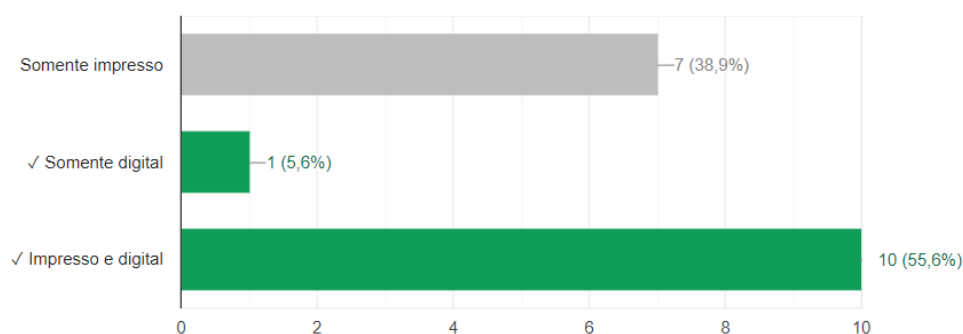
Figura 26 – Código de catalogação adotado.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Sobre o formato da informação disponibilizado pelas bibliotecas especializadas, 55,6% (10) informaram disponibilizar a informação nos formatos impresso e digital, 38,9% (sete) ainda disponibilizam somente informação impressa. 5,6% (um) jurídica disponibiliza informação somente em formato digital. Estes dados e percentuais foram representados na Figura 27.

Figura 27 –Tipo de informação disponibilizada.

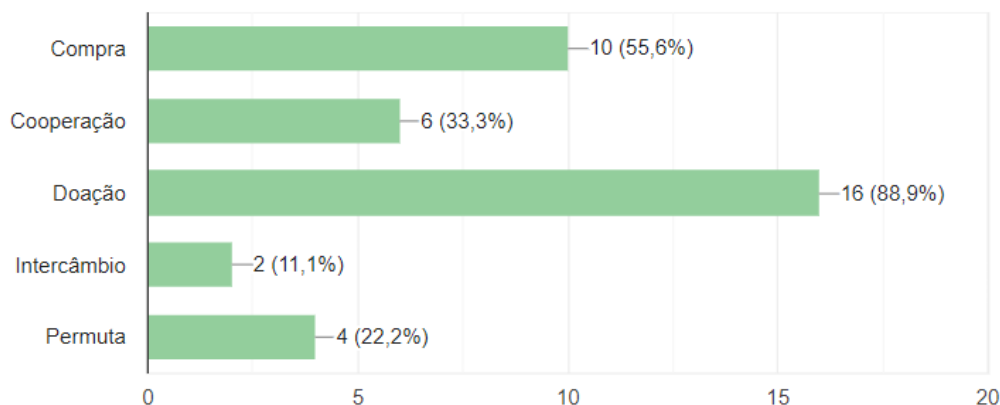


Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Na questão relativa a aquisição de publicações, a maioria 88,9% (16) das bibliotecas recebe publicações através de doações que são incorporadas ao acervo. 55,6% (10) realiza aquisição por compra, 33,3% (6) incrementa o acervo com a

cooperação, 22,2% (4) adquire as publicações por permutas e 11,1% (2) mantém o serviço de intercâmbio de publicações, conforme modalidades de aquisição representadas na Figura 28.

Figura 28 – Modalidades de aquisição



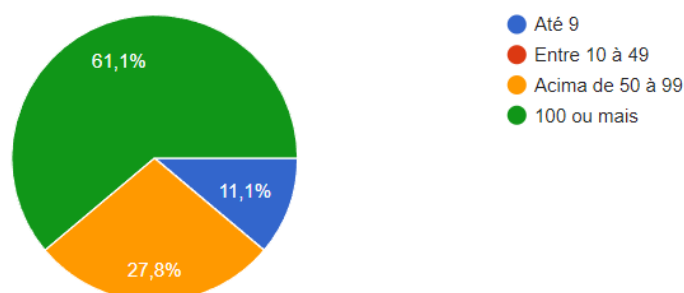
Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

A participação em redes estaduais e nacionais auxiliam na circulação, na troca de informações externas e internas e no incremento do acervo. O intercâmbio de informação e a permuta são bem aceitas em instituições de pesquisa e podem ser utilizadas por outras instituições, disseminando a produção institucional, além de articular parcerias para incorporação regular de novas publicações com menores custos.

5.3.3 Usuário

Nesta seção descrevemos os resultados tratando dos usuários da biblioteca especializada, conforme também representado na Figura 29. Na primeira questão relacionada aos usuários, foi questionado sobre o público interno atendido pela biblioteca especializada. A maioria 61,15% (11) atende a instituições com mais de 100 funcionários, portanto potenciais usuários. 27,8% (5) das instituições possuem entre 50 e 99 funcionários e 11,1% (2) possuem até 9 funcionários.

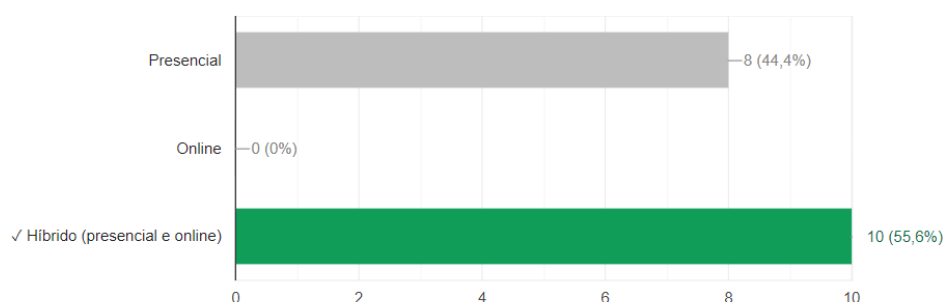
Figura 29 – Trabalhadores das instituições públicas.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

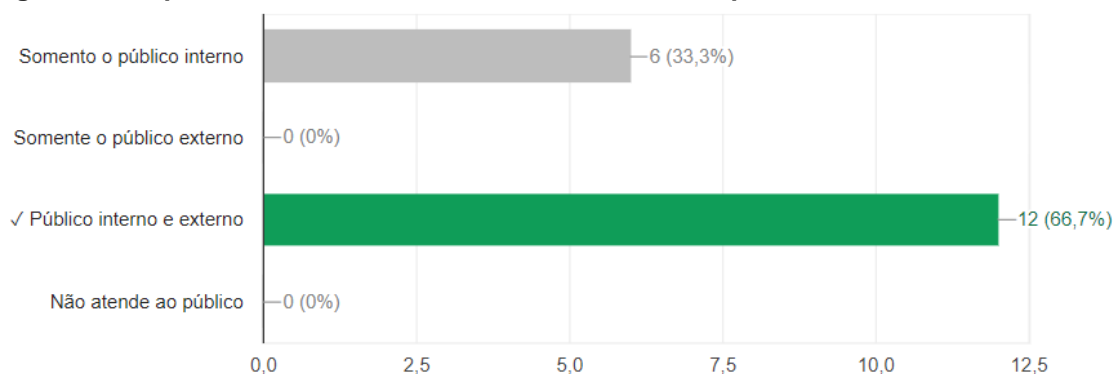
No quesito atendimento, pouco mais da metade das bibliotecas especializadas 55,6% (10) atende de forma híbrida, 44,4% (8) ainda atendem somente no formato presencial. Não identificamos registro de atendimentos exclusivamente online, conforme apresentado na Figura 30.

Figura 30 – Tipo de atendimento realizado pela biblioteca especializada.



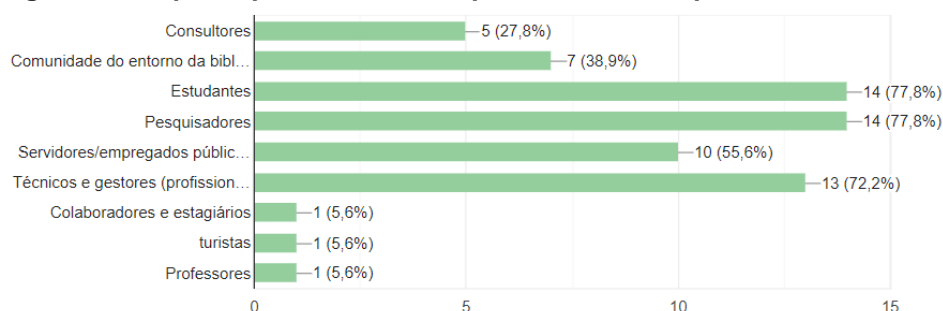
Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Na questão sobre o atendimento ao público nas bibliotecas especializadas os resultados (Figura 31) apontam para uma biblioteca especializada em transformação. Se antes a biblioteca especializada ao público interno e técnico, no caso específico das bibliotecas do Espírito Santo, 66,7% (12) dessas bibliotecas também estão abertas ao público externo. No entanto, 33,3% (6) só atendem somente ao público interno. Desse percentual, somente uma delas não faz esse atendimento pelo tipo de biblioteca, a escolar, as demais estão funcionando sem o profissional da informação.

Figura 31 – Tipo de atendimento realizado na biblioteca especializada.

Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Em relação ao público atendido pelas bibliotecas especializadas, observa-se que 77,8% (14) atendem estudantes e pesquisadores e 72,2% (13) atendem também aos técnicos e gestores institucionais. As bibliotecas especializadas atendem também pessoas de outras instituições 55,6% (10), que pode ser uma demanda reprimida de instituições que não possuem bibliotecas e a possibilidade de atuação em cooperação ampla com outros órgãos que possuem bibliotecas. Outra informação interessante, é o atendimento da comunidade do entorno da biblioteca especializada com 38,9% (7), suprimindo a falta de outros tipos de bibliotecas. Por fim, observa-se a diversificação do público externo atendido, como consultores, professores, turistas, etc. conforme registrado na Figura 32.

Figura 32 – Tipo de público atendido pela biblioteca especializada.

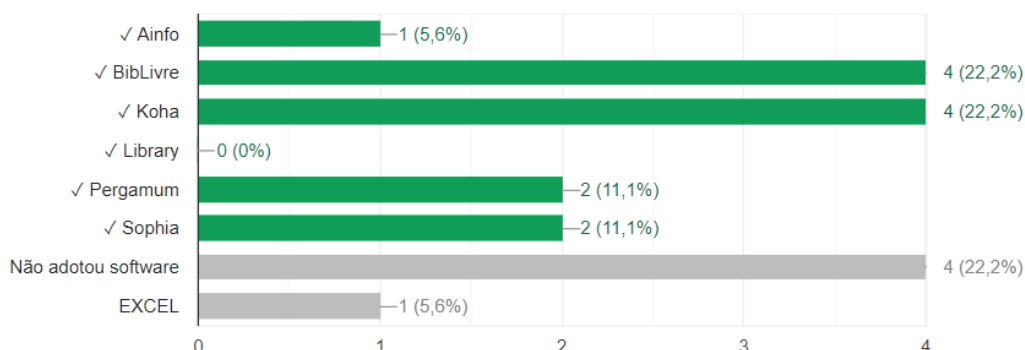
Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

5.3.4 Tecnologia

No bloco de questões relacionadas a adoção de tecnologias, buscou-se por bibliotecas automatizadas, com sistema de gestão ou as que não estão automatizadas. A figura 33 explicita que 72,2% (13) das bibliotecas especializadas

estão automatizadas. Os softwares mais adotados são os livres, o Koha e o BibLivre. E 27,8% (4) das bibliotecas não estão automatizadas. Dos softwares proprietários, os mais utilizados são o Sophia e o Pergamum. No Apêndice G, estão as respectivas instituições por sistema adotado.

Figura 33 – Software utilizado na gestão das bibliotecas especializadas.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Quanto ao uso de repositórios observa-se a partir da Figura 34 que somente 28% (5) das bibliotecas especializadas têm repositórios implantados e gerenciados por essas bibliotecas. 44% (8) responderam que a instituição não possui repositório e 22,2% (4) possuem repositório, mas a biblioteca não gerencia o repositório. Uma (5,6%) instituição respondeu estar em fase de implantação.

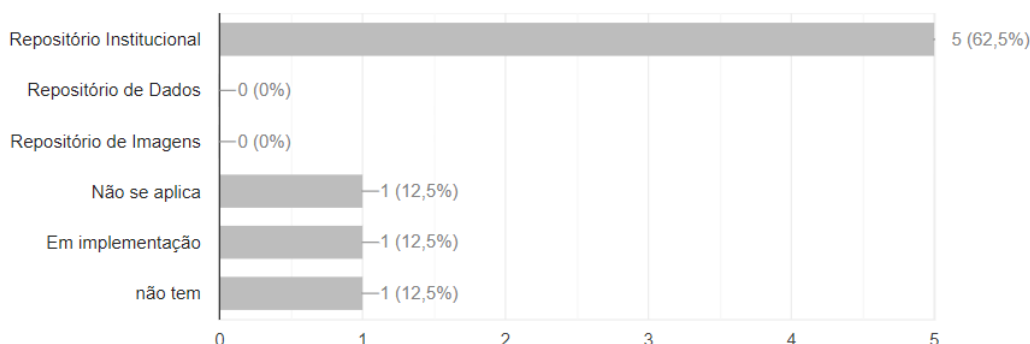
Figura 34 – Uso de repositórios digitais.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Observa-se a partir da Figura 35 que das bibliotecas especializadas que possuem repositórios 62,5% (5) desses são institucionais. Nenhuma das instituições pesquisadas possui repositório de dados ou imagens.

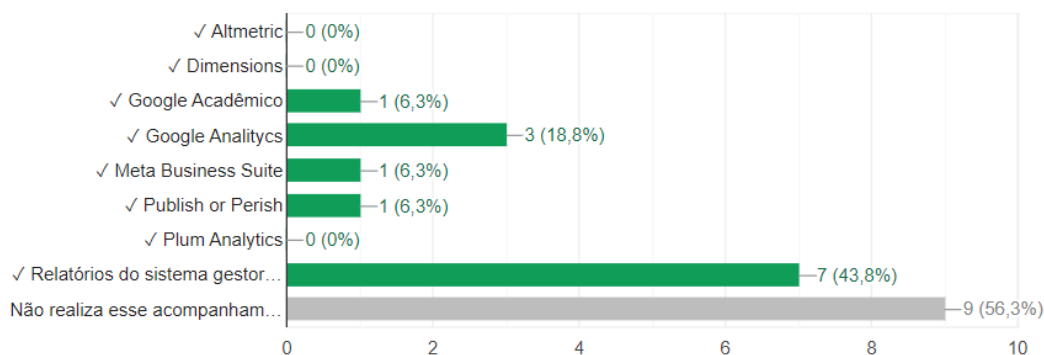
Figura 35 – Tipo de repositório utilizado nas bibliotecas especializadas.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Quanto ao acompanhamento das bibliotecas através de métricas, a Figura 36 destaca que maioria 56,3% (9) responderam não realizar nenhum tipo de acompanhamento e 43,8% (7) realizam através de relatórios do sistema gestor, adotado pela biblioteca especializada. Poucos 18,8% (3) realizam acompanhamentos através da coleta de dados web métricos, como *Google Analytics*, por índices de impacto 6,3% (1) e de engajamento 6,3% (1). Métricas mais avançadas que demandam a atuação de equipes da informática não são utilizadas.

Figura 36 – Métricas utilizadas em bibliotecas especializadas.

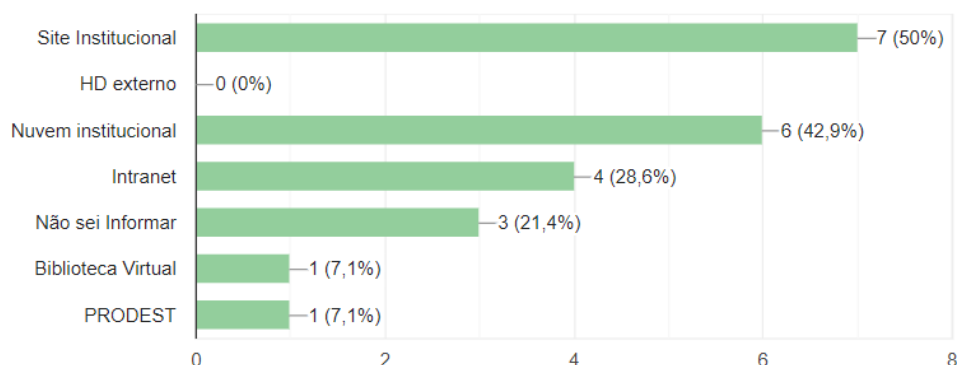


Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Outra questão respondida refere-se à lacuna relativa ao armazenamento de informações digitais. Perguntou-se sobre os locais de disponibilização das informações. A Figura 37 aponta que metade delas 50% (7) armazena no site institucional, outras 42,9% (6) armazenam na nuvem institucional, outras 28,6% (4)

armazenam na intranet, 21,4% (3) não souberam informar, 7,1% (1) respondeu na biblioteca virtual e um respondente indicou armazenamento na Prodest.

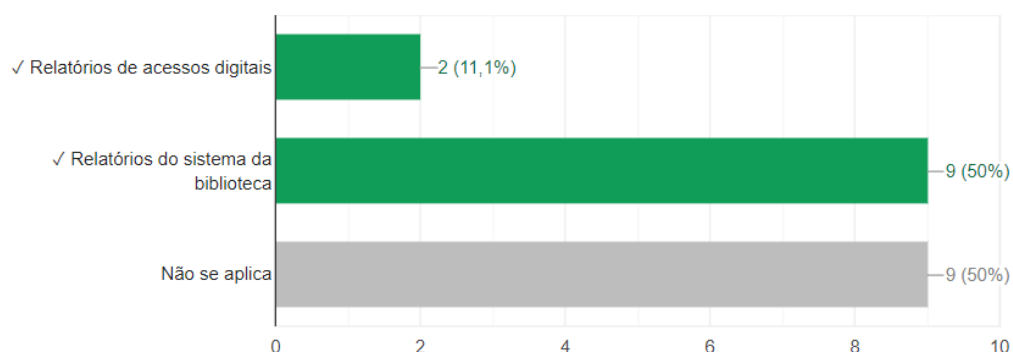
Figura 37 – Armazenamento de informações digitais pelas instituições.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

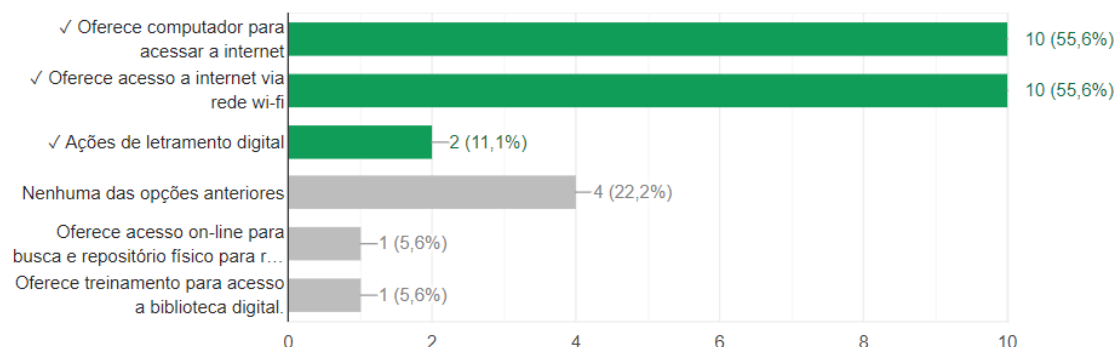
O ideal é que todas tenham repositórios, com sistema adequado à criação de bibliotecas digitais e que as informações sejam armazenadas em servidores da Prodest, o órgão do estado responsável pelas atividades relacionadas com a tecnologia da informação e comunicação. Diferente disso, podem ocorrer perdas, além da dificuldade de se recuperar as informações. O tipo de informação que pode ser perdida, varia de instituição para instituição, pode ser a produção acadêmica e técnico-científica da instituição, relatórios, imagens, estudos, normas, legislação, etc.

Outro problema decorrente da falta de repositório indexado, é a ausência de dados estatísticos e estratégicos para melhoria contínua e respectivo aperfeiçoamento das atividades de uma instituição. Metade 50% (9) das bibliotecas especializadas utilizam as informações do sistema de bibliotecas para melhoria contínua. Somente 11,1% (2) utiliza dados de acessos digitais e 50% (9) não possui essa estratégia de controle, conforme representado na Figura 38.

Figura 38 – Dados estatísticos para melhoria contínua.

Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Bibliotecas especializadas também representam a inclusão social. A inclusão digital é parte faz parte das ferramentas tecnológicas utilizadas pelas bibliotecas. Em análise à Figura 39 observa-se que mais da metade das bibliotecas possui computador para o usuário acessar a internet e rede *wi-fi* 55,6% (10), porém ações de letramento digital são desenvolvidos somente por 16,7% (três) e 27,8% (seis) não oferecem nenhuma das opções.

Figura 39 – Inclusão digital em bibliotecas especializadas.

Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Para saber o tipo de informação disponibilizada em formato digital pelas instituições sem repositório, questionou-se sobre quais informações as bibliotecas poderiam disponibilizar nesse formato. Considerando-se o Quadro 19 identifica-se que as respostas variam conforme a natureza institucional. As informações listadas no Quadro 19 efetivamente referem-se às que a sociedade está deixando de acessar remotamente.

Quadro 19 - Informações digitais não disponibilizadas pelas instituições.

INFORMAÇÃO INDISPONÍVEL PARA ACESSO
Monografias e teses
Relatório de usuário, extraído do sistema
Conferências, imagens, Portarias
Produções técnicas científicas da própria instituição
Estudos ambientais

Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Essas informações estão inacessíveis no contexto digital, podendo consultar-se somente de modo presencial e no caso das informações do tipo digital podem ser perdidas por falta de *backup*.

A recuperação da informação, também é afetada. Embora o sistema de biblioteca utilize operadores booleanos para a busca e não robôs como o Google, nuvens institucionais e a intranet, não apresentam a padronização necessária à efetivação de buscas ou até mesmo dispõem de ferramenta de busca ou dessa função.

5.3.5 Estrutura

Nesse bloco de perguntas, foram realizadas questões sobre a metragem, salas e acessibilidade das bibliotecas especializadas. Sobre a estrutura das bibliotecas, os resultados a partir do Quadro 20 indicam que as bibliotecas de centros de pesquisas e as profissionalizantes são as menores em metragem, com exceção da biblioteca do IJSN. As bibliotecas especializadas jurídicas, acadêmicas e de segurança pública são as maiores em metragem (Quadro 20).

Quanto à acessibilidade, nenhuma delas é completamente acessível, mas em algumas faltam poucos itens para se tornar acessível, principalmente ofertando publicações adaptadas. Com a restrição de recursos, uma das alternativas seria solicitar parceria com a Fundação Dorina²⁵.

²⁵ Maiores informações sobre a Fundação Dorina podem ser acessadas no link: <https://fundacaodorina.org.br/>

Somente três bibliotecas tem espaço *maker*, a da Sefaz/ES, da Fapes e a da Ales. Nas bibliotecas de centros de pesquisa o 'Movimento *Maker*'²⁶ só chegou na Fapes. Carece de ampliar tal oferta de serviços para as demais de pesquisa e também para as profissionalizantes.

Quadro 20 - Área, estrutura e acessibilidade das bibliotecas especializadas

UNIDADE DE INFORMAÇÃO	ÁREA M ²	ESTRUTURA	ACESSIBILIDADE
Biblioteca "Lendo Sefaz"	30 m ²	Auditório, Laboratório de Informática, Sala de Leitura, Sala de Estudo Individual, Sala multiuso/ <i>makerspace</i> , sala de acervo (geral, hemeroteca, outros)	Rampa para acessar a biblioteca, Acervo com formatos acessíveis
Biblioteca Ceet Vasco Coutinho	18 m ²	Laboratório de Informática, Sala de Leitura, Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros)	Equipe capacitada para atendimento especializado
Biblioteca Cel PM Francisco Eugênio de Assis	150 m ²	Sala de Leitura, Sala de Estudo em Grupo, Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros)	Rampa para acessar a biblioteca
Biblioteca do Bandes	150 m ²	Auditório, Sala de Leitura, Sala de Estudo em Grupo	Elevador para acessar a biblioteca
Biblioteca do ICEPi	9 m ²	Sala de Estudo em Grupo, Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros), Estação de atendimento	Elevador para acessar a biblioteca, Sinalização adequada, Equipe capacitada para atendimento especializado
Biblioteca Fapes	5 m ²	Sala de Leitura, Sala multiuso/ <i>makerspace</i>	Elevador para acessar a biblioteca
Biblioteca Instituto Jones Santos Neves	140 m ²	Sala de Leitura, Sala de Estudo em Grupo, Sala de vídeo	Elevador para acessar a biblioteca, Rampa para acessar a biblioteca, Sinalização adequada
Biblioteca Jones dos Santos Neves	103 m ²	Laboratório de Informática, Sala de Leitura, Sala de Estudo em Grupo, Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros)	Elevador para acessar a biblioteca, Acervo com formatos acessíveis
Biblioteca Maria Stella de Novaes	Não informado	Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros)	Elevador para acessar a biblioteca
Biblioteca Ministro João Lyra Filho	100 m ²	Sala de processamento técnico, Sala de acervo	Rampa para acessar a biblioteca,

²⁶ Maiores informações sobre a Revolução *Maker* podem ser acessadas no link: https://www.youtube.com/watch?v=qirEcF_0n8s

		(geral, hemeroteca, outros)	Sinalização adequada
Biblioteca PGE	80m ²	Sala de Estudo em Grupo, Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros)	Equipe capacitada para atendimento especializado
Biblioteca Rui Tendinha.	9 m ²	Sala de Leitura, Sala de Estudo Individual, Sala de processamento técnico, Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros)	Nenhuma das anteriores
Biblioteca Saul Navarro	Não informado	Sala de Leitura, Sala de processamento técnico, Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros)	Nenhuma das anteriores
Biblioteca Senador João Calmon	200 m ²	Sala de Leitura, Sala de vídeo, Sala de processamento técnico, Sala multiuso/makerspace, Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros)	Elevador para acessar a biblioteca, Rampa para acessar a biblioteca, Acervo com formatos acessíveis
Centro de Informação e Documentação (Cidoc)	80 m ²	Sala de Leitura, Sala de processamento técnico, Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros), Recepção, sala de guarda de materiais p doação e de projetos	Nenhuma das anteriores
Centro de Memória e Bens Culturais José Luiz Claudio Corrêa	40 m ²	Não se aplica	Nenhuma das anteriores
Conselho Estadual de Saúde (CES)	16 m ²	Auditório, Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros)	Rampa para acessar a biblioteca
Sistema de Bibliotecas Escolares	Metragens variadas conforme o projeto da escola	Sala de Leitura, Sala de Estudo em Grupo, Sala de Estudo Individual, Sala de vídeo, Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros)	Elevador para acessar a biblioteca, Rampa para acessar a biblioteca, Computadores adaptados, Sinalização adequada

Fonte: Dados da pesquisa.

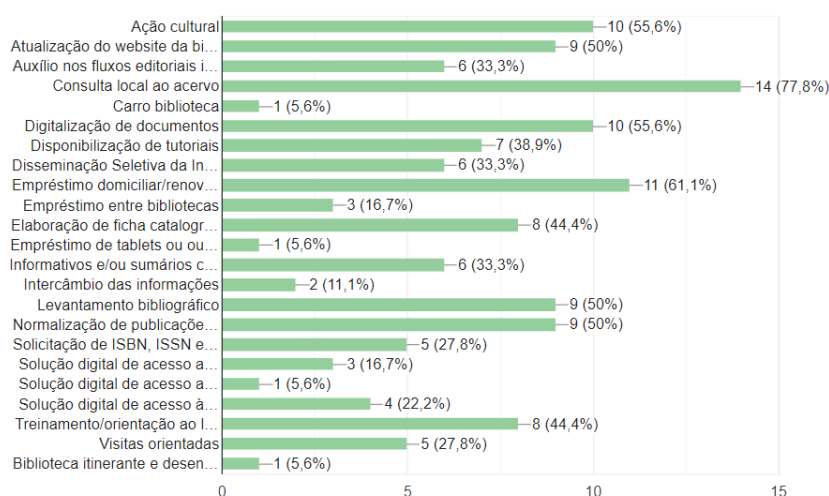
5.3.6 Serviços

Na questão relativa aos serviços, representada na Figura 40, as atividades tradicionais são as mais oferecidas pelas bibliotecas especializadas, como consulta local e empréstimo domiciliar com 77,8% (14) e 61,1% (11). Em seguida, ação cultural e digitalização de documentos com 55,6% (10). 50% (9) das bibliotecas realizam o levantamento bibliográfico e a normalização de documentos, 44,4% (8)

realizam capacitação para usuários e elaboram ficha catalográfica. 38,9% (7) disponibilizam tutoriais. 33,3% (6) fazem disseminação seletiva da informação e têm informativos ou sumários correntes. 27,8% (5) solicitam ISBN, ISSN e DOI para as publicações institucionais. 27,8% (5), oferecem visitas orientadas. Das soluções digitais que demandam recursos financeiros menos de 25,8% (5) têm acesso e, por fim, somente 5,6% (1) oferecem serviços de biblioteca itinerante, carro biblioteca e empréstimos de aparelhos eletrônicos.

Cabe lembrar que gerir uma biblioteca é estar em um ambiente que pode propiciar a síndrome de *Burnout*. São muitas atividades para um único profissional, sem orçamento e recursos (Carmo; Cruz-Riascos, 2021). Em instituições que valorizam a biblioteca, os bibliotecários estão divididos por atividades como bibliotecário de referência, de processamento técnico, de dados, etc. Não ofertar um serviço não significa ser um bibliotecário incompetente, significa que 1 (um) único profissional não consegue estruturar e manter todas as atividades, deixando de oferecê-las, priorizando as atividades emergenciais. Além de todas essas atividades, ainda existem as relacionadas ao processamento técnico, desenvolvimento de coleções, as salas de leitura ou bibliotecas autônomas para auxiliar na rotina de recursos e serviços de informação disponibilizados.

Figura 40 – Serviços oferecidos pelas bibliotecas especializadas.

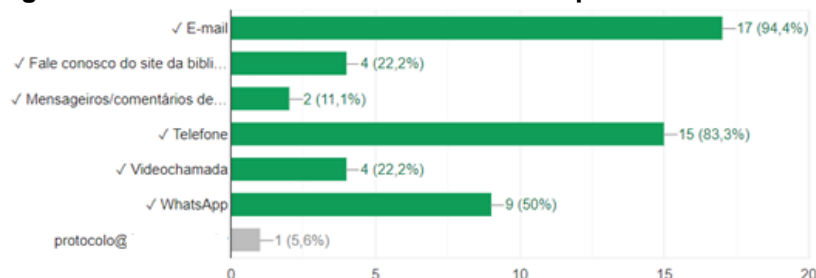


Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

5.3.7 Acesso à Informação de Interesse Público

O último bloco de perguntas, corresponde a um dos objetivos do projeto. Refletir e buscar vestígios da participação das bibliotecas especializadas no acesso à informação. Na primeira questão são abordados os canais de atendimento ao cidadão. A Figura 41 indica que os canais de atendimento mais usados são e-mail 94,4% (17) e telefone 83,3% (15), em terceiro lugar e metade 50% (9) das bibliotecas também atendem pelo aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Também somente 22,2% (4) realizam vídeo chamadas e utilizam o formulário do Fale Conosco do *site* para atendimento e 11,1% (2) respondem às mensagens diretas de redes sociais.

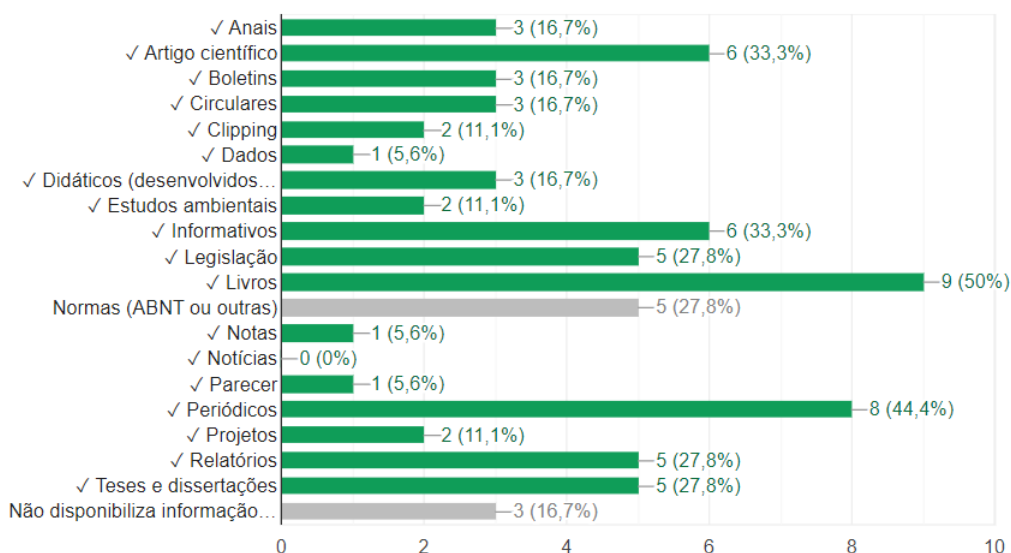
Figura 41 – Canais de atendimento utilizados pelas bibliotecas especializadas.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Já na disponibilização das informações em formato digital as respostas sistematizadas a partir da Figura 42 sinalizam que 50% (9) responderam que as bibliotecas especializadas disponibilizam livros digitais, em segundo lugar 44,4% (8) disponibilizam periódicos digitais, 33,3% (6) artigos científicos, 27,8% (5) relatórios, teses, dissertações e legislação. Em sua maioria são fontes de informação digitais produzidas institucionalmente e quanto menor o percentual mais específico da instituição, como pareceres, dados, projetos, estudos ambientais, etc. Somente 16,7% (3) não disponibilizam esse tipo de informação.

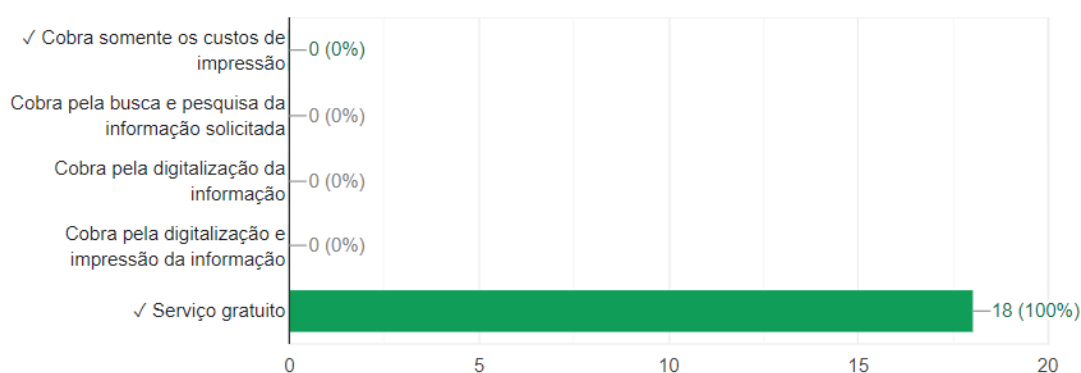
Figura 42 – Tipos informações disponibilizadas em formato digital pela biblioteca especializada.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

A Lei nº12.527, de 2011, a Lei de Acesso a Informação (Brasil, 2011), prevê serviço de busca e fornecimento de informação gratuito, exceto quanto aos custos para a reprodução de documentos. Nessa pesquisa, 100% (18) das bibliotecas especializadas oferecem o serviço gratuitamente, conforme apontado na Figura 43.

Figura 43 – Pergunta sobre a cobrança pelo acesso à informação.



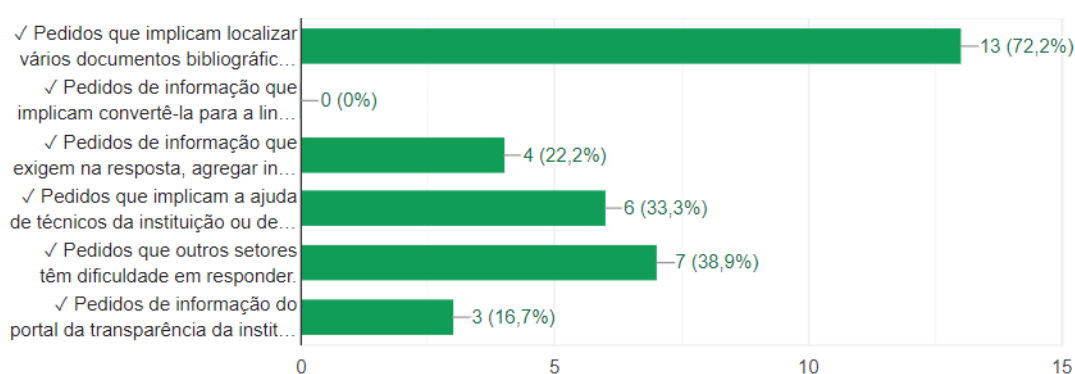
Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

Na próxima questão a pesquisa investigou tipos de informações solicitadas a biblioteca especializadas. Conforme apontado na Figura 44, 72,2% (13) das bibliotecas recebem pedidos que implicam em localizar documentos e bibliografias. 38,9% (7) recebem pedidos de outros setores. 33,3% (6) recebem pedidos que

implicam na ajuda de um técnico da instituição ou externo a instituição. 22,2% (4) recebem pedidos de informação que implicam agregar informações não publicadas e evidências comprovadas por documentos.

Somente 16,7% (3) atendem a pedidos de informação do portal da transparência e nenhuma delas recebe pedidos que precise converter-se em linguagem simples.

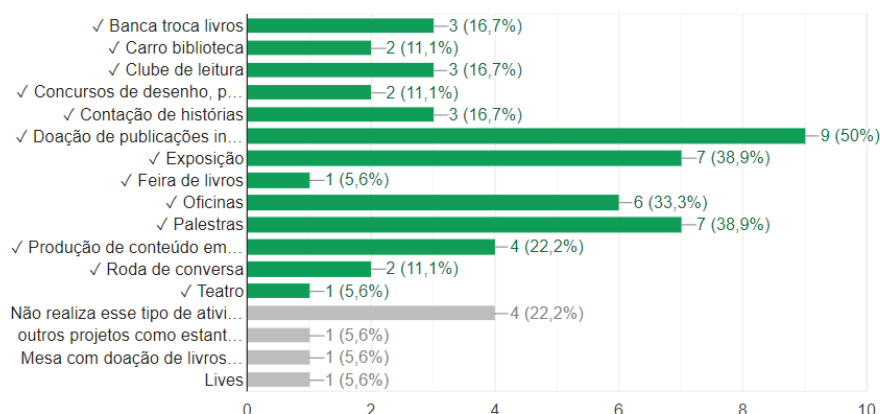
Figura 44 - Pergunta sobre tipos de pedidos de informação atendidos pelas bibliotecas especializadas.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

A mediação da informação foi outro ponto abordado pela pesquisa, conforme arrolado na Figura 45. Os dados sinalizam que 77,8% (16) realizam algum tipo de ação de mediação da informação e 22,2% (4) informaram não realizar esse tipo de atividade. Das iniciativas, o destaque é para a doação de publicação institucionais (50%), representando as bibliotecas especializadas contribuindo com a disseminação de informações através do formato impresso.

Figura 45 – Atividades de mediação realizadas pelas bibliotecas especializadas.

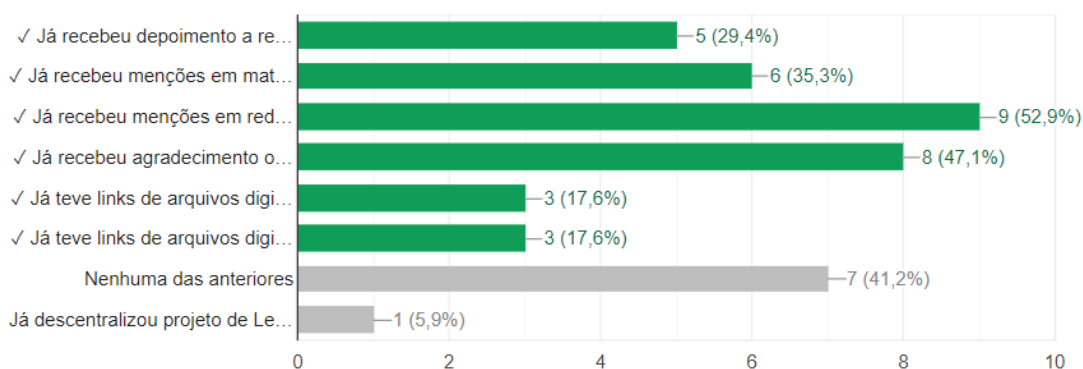


Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

A última pergunta relaciona-se à apropriação da informação. Embora todas as bibliotecas especializadas representem o acesso à informação, é importante encontrar o registro da apropriação da informação disponibilizadas por ela.

A pesquisa registrou, conforme pode ser observado a partir da Figura 46, que mais da metade 52,9% (9) já receberam menções em redes sociais, 47,1% (8) já receberam elogios em trabalhos acadêmicos ou redes sociais. 35,3% (6) já receberam menções em matérias jornalísticas. 29,4% (5) já receberam algum tipo de depoimento quanto à utilidade de publicações doadas. 17,6% (3) já tiveram links da biblioteca digital citados em produções acadêmicas no Brasil e no Exterior. No entanto, 41,2% (7) das bibliotecas não registraram apropriação até o momento.

Figura 46 – Métricas de apropriação da informação em bibliotecas especializadas.



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

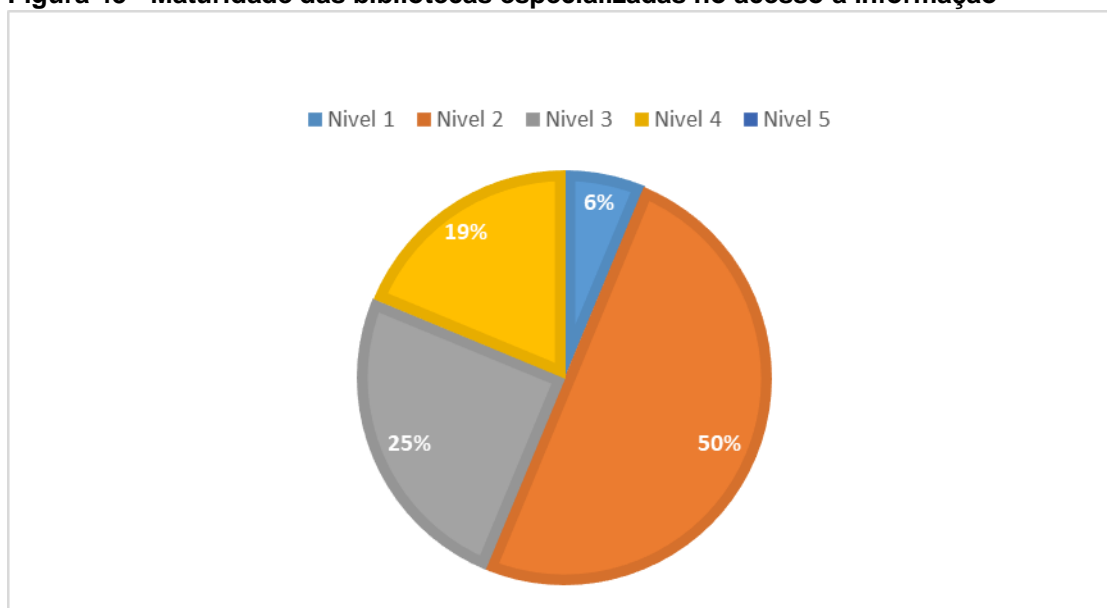
Nesse quesito, as bibliotecas que não possuem bases de dados online, repositórios e redes sociais estão em desvantagem. Esses registros também não dependem somente do acervo bibliográfico, mas também da produção editorial e técnico-científica da instituição.

5.3.8 Maturidade

Na seção 4.8 foram discutidos os níveis de maturidade das bibliotecas especializadas no acesso à informação de interesse público. Nessa etapa foram eliminadas 2 (duas) bibliotecas especializadas, uma fechada e a outra em fase de montagem. O resultado apontado nas respostas e disponibilizados a partir do Quadro 21 revelam que, a maioria das bibliotecas especializadas encontram-se

situadas no nível 2 de maturidade e nenhuma no último nível, o 5 (conforme Figura 47).

Figura 45 - Maturidade das bibliotecas especializadas no acesso à informação



Fonte: Dados produzidos durante a pesquisa.

As bibliotecas especializadas do nível 1, são as que não têm nenhuma estrutura. Nem corpo técnico, estrutura física ou automação. As especializadas do tipo profissionalizante, ainda estão em estágio inicial na automação e no acesso à informação. Faltam corpo técnico adequado e investimentos para avançar, a inovação requer uma biblioteca equipada e atualizada.

O ICEPi é uma biblioteca de centro de pesquisa automatizada, ainda no nível dois, por ter sido recém-criada, com potencialidade para sobrepor as demais e chegar ao nível 5.

As bibliotecas do nível 3, são as automatizadas, mas que não possuem evidência de acesso, mas isso nem sempre é regra. A indexação da base de registros, pode fazer com que subam de nível. Com exceção, a biblioteca Maria Stella de Novaes. Ela não está automatizada, mas possui evidência de apropriação, pois está apoiada nas ações do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Os tipos de bibliotecas que estão mais próximas do nível 5, são de 3 (três), instituições, o lema, IJSN e Incaper. As três bibliotecas estão no nível 4 e são as que têm repositório indexado. No entanto, a estrutura não está completa, faltam políticas, estrutura física, entre outros. No Apêndice I, estão relacionadas todas as bibliotecas especializadas e o nível atingido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dissertação foram discutidas a evolução da biblioteca especializada e em sua historicidade, apresentando-se as divisões ocorridas na Biblioteconomia e Documentação, durante a era industrial americana. Constatou-se a contribuição dessas disciplinas e da Ciência da Informação na constituição de sua origem, conforme apontado por Souza e Oliveira (2017).

Verificou-se a necessidade implantar ferramentas para coletar dados relativos às bibliotecas especializadas, pois, os impactos econômicos e sociais dessa instituição, estão prejudicados pela ausência de registros. No entanto, a investigação, com as informações coletadas, apontou para biblioteca especializada em processo de transformação.

A pesquisa também evidenciou as políticas informacionais adotadas no Brasil em reformas, seguidas por estados, muitas vezes sem a análise de risco dos seus impactos nas instituições. A aceleração da produção de informações e o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação, alterou a percepção de governos quanto à informação, mas manteve a instituição biblioteca sob a cultura.

A biblioteca especializada, distante desse aspecto, pela natureza das informações produzidas nas instituições, tem sofrido as consequências, necessitando de proteção legal. Uma evidência do impacto das políticas informacionais adotadas em reformas é o seu reflexo nas bibliotecas especializadas do Sistema Agrícola do Espírito Santo, reduzindo de quatro para uma.

O mapeamento das bibliotecas especializadas detectou o déficit de profissionais da informação, a ausência de coordenação estratégica e sistematização do acesso à informação em unidades regionalizadas e a ausência de redes de bibliotecas especializadas. Os dados do mapeamento, agregaram informações, possibilitando novas pesquisas, por tipo, por unidade institucional e pode ser uma ferramenta para registrar a extinção ou o surgimento de novas bibliotecas especializadas.

Sob o ponto de vista da maturidade no acesso à informação, todas as bibliotecas disponibilizam informações, a diferença está na estrutura, tipo, possibilidades de acesso e nos registros. Na coleta, bibliotecas apresentaram evidências de impacto no acesso à informação, com menções, citações dentro do

estado, no Brasil e no mundo, mas cada uma se desenvolve individualmente, necessitando de estratégias coletivas.

Quanto as bibliotecas especializadas analisadas. É importante registrar que o Estado possui 435 escolas, dessas 375 têm bibliotecas escolares, mas somente 53 estão no Sistema de Bibliotecas Escolares do Estado. O restante ainda não aderiu ao sistema. A Sedu/ES e o bibliotecário com a lei de universalização das bibliotecas (Lei 12.244/10) no encalço, está em sofrimento, para conseguir voluntários nas escolas e dar conta dessa demanda. Por outro lado, as bibliotecas especializadas de instituições como o Incaper, a Sejus/ES, o Iases e a SDH/ES, não possuem esse amparo legal e ainda não conseguiram se organizarem de forma sistematizada. Na Secretaria de Direitos Humanos, é importante disseminar as políticas públicas, desenvolvidas por essa secretaria para a sociedade, e nortear as ações que podem ser desenvolvidas nas bibliotecas implantadas em CRJs.

No sistema carcerário, biblioteca é sinônimo de trabalho de apenado, não seria problema se tivesse o objetivo de torná-la um organismo em crescimento. A gestão pública tem contemplado a segurança pública com ações de vigilância e inteligência artificial, isso não está alinhado à realidade dentro do sistema carcerário, conforme discutido na pesquisa de Zamite (2022).

Na saúde, as unidades de informação ressurgem após a pandemia, mas é preciso apurar o que houve com os acervos das unidades que deixaram de ser registradas. As bibliotecas de saúde junto a Sesa/ES, são essenciais na produção de informações e sua disseminação junto à sociedade, principalmente a públicos expostos a riscos. Elas têm o papel de cobrir a sociedade com temas, não atingidos pelos outros tipos de bibliotecas.

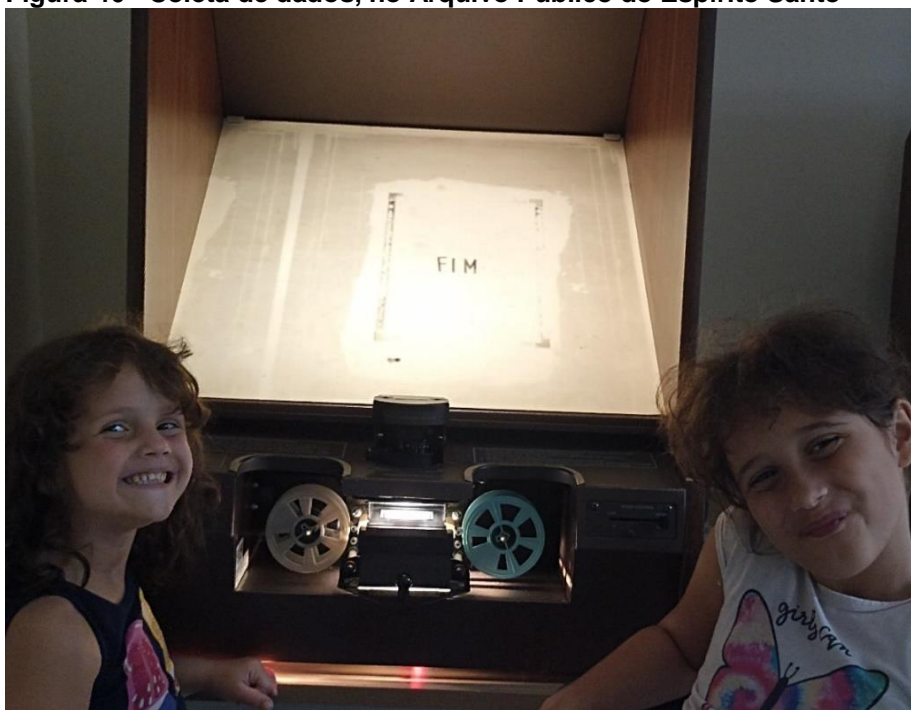
Em Ciência, Tecnologia e Inovação, no diagnóstico, as bibliotecas profissionalizantes e de centros de pesquisa, são as que estão em pior situação. Essas bibliotecas são suporte para os avanços e inovações necessárias, mas para isso precisam de investimento em pessoal qualificado e estrutura. A biblioteca da Fapes, pode conduzir a modernização desses espaços e implantar ferramentas, utilizando estratégias de amplitude, como a criação de repositórios de dados de pesquisas do estado, criação de portal de periódicos científicos do estado, etc, e desafogar outras instituições que estão nessa mesma busca de forma individualizada.

Na amostra em que as instituições não têm bibliotecas, é importante considerar a produção editorial e técnico-científica do corpo técnico institucional direcionados a sociedade ou financiados pelo estado, deixando como reflexão sobre os tipos de serviços que estão deixando de ser oferecidos à instituição e a sociedade sem ela.

Por fim é preciso considerar, as bibliotecas especializadas que funcionários preservam esperando um profissional da informação. Nesse sentido o Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) e a Associação de Bibliotecários do Espírito Santo (ABES), precisam trabalhar com novas estratégias, em articulação com esses profissionais, que geralmente são os que lutam internamente pela abertura de vagas em concursos para bibliotecários.

Em função dos limites da pesquisa e do tempo empenhado, pretende-se continuar coletando as informações e explorar novas formas de organização desses ambientes.

Figura 46 - Coleta de dados, no Arquivo Público do Espírito Santo



Fonte: Crédito da imagem: Rodrigo de Castro Cosme

REFERÊNCIAS

- ACOSTA-HOYOS, L. E. **Sistema de Informação Técnico-Científica da EMBRAPA 'SITCE'**. Brasília (DF): EMBRAPA-DID, 1976. 26 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/230445/1/Sistema-de-informacao.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.
- AFONSO CLAUDIO. Nós e os nossos. **O Cachoeirano**, Cachoeiro de Itapemirim (ES), p. 2, 16 fev. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217719&pesq=gremio%20bibliothecario&hf=memoria.bn.br&pqfis=1860>. Acesso em: 6 jun. 2021.
- ALES DIGITAL processo legislativo eletrônico. Vitória, [202?]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/>. Acesso em: 30 maio 2022.
- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília (DF): Brique de Lemos, 2011.
- ALVES, Cintia Bento. **Espírito Santo volta a ser 1º lugar em transparência no País. Notícia**, Vitória: GovernoES, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/espírito-santo-volta-a-ser-1o-lugar-em-transparencia-no-pais#:~:text=O%20Esp%C3%ADrito%20Santo%20%C3%A9%20novamente,ranking%20entre%20os%2027%20Estados>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- ALVES, Claudio Augusto.; DUARTE, Emeide Nóbrega. A relação entre a Ciência da Informação e a Ciência da Administração. **Transinformação**, Campinas, v. 27, p. 37-46, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116702>. Acesso em: 13 out. 2021.
- ALVES, Clóvis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. A revolução verde modernização e agricultura na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul–1960/1970. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 21, n. 45, 2016. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/6187>. Acesso em: 7 de. 2021.
- ANDRADE, Mariana Acorse Lins de; SANTANA, Leonardo Soares dos Santos de; CAPELLO, Soraia Santana Capello Soraia Santana; OLIVEIRA, Leandra Pereira de Oliveira Leandra Pereira de; SANTOS, Monique dos Santos Monique dos. Biblioteca do Museu Nacional: casos de sucesso, desafios e perspectivas futuras na seção de desenvolvimento de coleções. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 1500-1510, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3512>. Acesso em: 9 ago. 2022.
- AQUINO, Miriam Albuquerque. Metamorfoses da cultura: do impresso ao digital, criando novos formatos e papéis em ambientes de informação. **Ciência da informação**, Brasília (DF), v. 33, p. 7-14, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/19142>. Acesso em: 13 out. 2021.
- ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tinf/a/9kRv9WpprV9j5jM5NMNPBSL/?lang=pt#>. Acesso em: 13 out. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília (DF): Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/qhsrgPL7T6RbKKVbMwrPMNb/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 9 jan. 2022

ARAÚJO, Eliany Alvarenga Araújo; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. *In*: OLIVEIRA, Marlene de (coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.29-43.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Curitiba; Porto Alegre, v. 2, n.5, out 2001. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5227> . Acesso em: 19 mar. 2021.

ARAÚJO, Nelma Camefô de. A informação no contexto da política neoliberal. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 260-269, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/25255/14624> . Acesso em: 4 fev. 2022.

ARAÚJO, Beatriz Cristiane de; VERGUEIRO, Waldormiro de Castro Santos Vergueiro. Bibliotecas temáticas da cidade de São Paulo: a questão da imagem e identidade das bibliotecas públicas. **CRB8 Digital**, São Paulo, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/64797> . Acesso em: 4 fev. 2022.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Quem somos. História. Vitória, ©2015-2023. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 20 out. 2022.

ASHWORTH, Wilfred. **Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 1967.

AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION. **Especial Library Directory 2021**. 5. ed. Canberra: ASLIA, 2021. Disponível em: <https://read.alia.org.au/special-libraries-directory-2021-5th-edition>. Acesso em: 2 fev. 2021.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL DO ESPÍRITO SANTO. **ACARES**: normas e atribuições de seus funcionários. Vitória: ACARES, 1962. Não paginado.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL DO ESPÍRITO SANTO. **Desenvolvimento para a agricultura do Espírito Santo**: plano diretor 1963-1965. Vitória: ACARES, 1963. 172 p.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL DO ESPÍRITO SANTO. ACARES. **Manual técnico nível local**. Vitória: ACARES, 1965. Não paginado.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL DO ESPÍRITO SANTO. **Regimento do Deplano**. Vitória: ACARES, 1972. 8 p. Disponível em: http://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/1825/1/BRT-regimentodo_dpleano-Acares.pdf Acesso em: 9 de. 2021.

AUN, Marta Pinheiro. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. **Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 28, p. 115-123, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/8NzCHdQ9ct8Lhd7Zb5ZnQ9J/abstract/?lang=pt> Acesso em: 24 maio 2022.

BADKE, Arleida da Penha. **Bibliotecas - Espírito Santo**. Vitória: IJSN, out. 1979. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120720_ij00011_bibliotecas_es.pdf. Acesso em: 5 fev. 2021.

BARBETA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências sociais**. ed. rev., 8. reimpr. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

BARROS, A. M. de *et al.* **ES século 21**: levantamento bibliográfico sobre o Estado do Espírito Santo. Vitória: [s.n.], 1991. v.1.

BATISTA, Carmem Lúcia. **Informação pública**: entre o acesso e a apropriação social. 2010. Tese (Doutorado em Cultura e Informação). Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-05112010-110124/pt-br.php>. Acesso em: 29 maio 2022.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. As bibliotecas especializadas em estudos brasileiros no exterior: características e responsabilidade. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília (DF), v. 5, n. 2, 1977. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75565>. Acesso em: 25 maio 2022.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Políticas de construção de território local de atuação para a Biblioteca Pública. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/32937>. Acesso em: 8 dez. 2021.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p. 29-41, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37457> Acesso em: 9 dez. 2021.

BIBLIOTECA RUI TENDINHA. **Sobre**. Vitória: Incaper, 2022. Disponível em: <https://bibliotecaruitendinha.incaper.es.gov.br/sobre>. Acesso em: 29 mar. 2021.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, [s.l.], v. 19, n. 1, p. 1–5, 1968. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1329191>. Acesso em: 8 dez. 2021.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. *In*: BRAMAN, S. (ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004.

BRAMAN, Sandra. Defining information: an approach for policymakers. **Telecommunications policy**, [s.l.], v. 13, n. 3, p. 233-242, 1989. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0308596189900062> . Acesso em: 8 jun. 2021.

BRASIL. Decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910. Cria o Ensino Agrônomo e aprova o respectivo regulamento. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 1.046-1.122, 1913. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 dez. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília (DF), Senado, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf . Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 15 maio 1992b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0520.htm Acesso em: 5 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992. Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 14 maio 1992a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0519.htm Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado Brasília**. Brasília DF: MARE, 1995. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/PlanoDiretor/planodiretor.pdf> . Acesso em: 08 ago. 2021

BRASIL. **Lei Complementar Nº 135, de 4 de julho de 2010. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.** Brasília (DF), 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm Acesso em: 19 ago. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.** Brasília (DF), 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.** Brasília (DF), 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm Acesso em: 11 out. 2021.

Brasil. **Lei nº 12.343, de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura.** Brasília (DF): Casa Civil, 2010. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm . Acesso em: 18 set 2021.

BRASIL. **Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.** Brasília (DF), 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.559, de 1 de set. de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 1 set. 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm Acesso em: 4 nov. 2021.

Brasil. Ministério da Saúde (BR), Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília (DF); 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> . Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.** Brasília (DF), 12 maio 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. **Diário Oficial [da] República Federativa**

do Brasil, Brasília (DF), 19 jul. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Brasília (DF), 2018b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 9.319, de 21 de março de 2018. Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital**. Brasília (DF), 2018a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9319.htm Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências**. Brasília (DF), 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10148.htm Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº10.332, de 28 de abril de 2020. Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências**. Brasília (DF), 29 abr. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10332.htm . Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações. **Portaria MCTI nº 4.979, de 13 de julho de 2021. Altera o Anexo da Portaria MCTI nº 4.617, de 6 de abril de 2021, que Institui a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e seus eixos temáticos**. Brasília (DF), 15 jul. 2021b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mcti-n-4.979-de-13-de-julho-de-2021-332164912>. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. **Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2016-2022**. Brasília (DF), 2016b. Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf. Acesso em: 2 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Sistema de Bibliotecas Públicas. **Tipos de Bibliotecas**. 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1/tipos-de-bibliotecas>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial da Cultura. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Tipos de bibliotecas: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP. Brasília (DF): SEC, 2021. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/tiposdebibliotecas/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

BRASIL. Controladoria Geral da União. Portal da Transparência. Brasília (DF): CGU, [20--?]. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2021.

BUFREM, Leilah Santiago; SANTOS, Sandra de Fátima. Ciência da informação e uso metodológico da etnografia. **ETD: Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 148–174, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/921>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BURSTEIN, S.; SCHULT, M. da L. F.; DELATTRE, D. G. A biblioteca na empresa: atualização, auto-educação e especialização do pessoal. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília (DF), v. 5, n. 2, p. 663–668, 1977. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/28799>. Acesso em: 5 mar. 2022.

CALERO LÓPEZ, Alex Alfredo. **Efeito do potássio na produção e qualidade do fruto no cultivo de café na região costeira do Equador**. Babahoyo: Universidad Técnica de Babahoyo, 2021. (Tutor: Ing. Agr. Xavier Alberto Gutiérrez Mora, MSc). Disponível em: <http://dspace.utb.edu.ec/handle/49000/9220#:~:text=El%20potasio%20contribuye%20directamente%20a,y%20sabor%20de%20la%20bebida>. Acesso em: 2 dez. 2021.

CAMPELLO, Bernadete dos Santos. Empréstimo entre bibliotecas: situação nas bibliotecas especializadas e universitárias de Belo Horizonte. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 1985. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76522>. Acesso em: 25 maio 2022.

CAMPELLO, Bernadete dos Santos. Materiais não convencionais em bibliotecas especializadas: relatórios técnicos, teses e dissertações, normas técnicas e patentes. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 1982. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76041>. Acesso em: 25 maio 2022.

CAMPOS, Kamila de Mesquita. **O acesso à informação pública e as novas tecnologias de informação e comunicação sob o neoliberalismo no Brasil: os portais da transparência como instrumento ideológico**. 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)- Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/808/1/Dissertacao-KamilaMesquitaCampos.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

CAMPOS, Danielly. Estado Presente: obras do CRJ Guarapari em ritmo acelerado. **GOVERNO ES**, Vitória, 8 mar. 2022. Disponível em:

<https://www.es.gov.br/Noticia/estado-presente-obras-do-crj-guarapari-em-ritmo-acelerado>. Acesso em: 6 fev. 2023.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science of Technology**, New York, v. 37, p. 343-411, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/infoconcept.html>. Acesso em: 3 jul. 2022.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, 1994, p. 107-114. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76140>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. **Comunicação científica para o público leigo no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)—Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9003/1/2011_RitadeC%C3%A1ssiadoValeCarib%C3%A9.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. A biblioteca especializada e o seu papel na comunicação científica para o público leigo. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 10, n. 1, p. 185–203, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2511>. Acesso: 24 jun. 2021.

CARMO, Ana Gláucia de Lima Sebastião do; CRUZ-RIASCOS, Sonia Aquiar. **Fatores estressores e a Síndrome de Burnout em bibliotecas universitárias**. Informação em Pauta, Fortaleza, v. 6, n. especial, maio 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/60769/1/2021_art_aglscarmosacruz-riascos.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

CARVALHO, Cristina.; GOULART, Sueli. Formalismo no processo de institucionalização das bibliotecas universitárias. **Revista De Administração Pública**, v. 37, n. 4, p. 921-938, 2003. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4137> . Acesso em: 27 jul. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília (DF): Thesaurus, 2000.

CAVAGLIERI, Marcelo; PADILHA, Tamara Padilha; PRADO, Jorge Moisés Kroll do. Implantação de uma aromateca de óleos essenciais em uma biblioteca especializada. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 192–204, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/126390>. Acesso em: 8 jul. 2021.

CAVALCANTE, Annelise Pimentel. Organização de unidades de informação: relato de experiência da biblioteca da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE

BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 15., 2012, Juazeiro do Norte, CE. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/download/17423/14205/48562>
Acesso em: 25 jul. 2021.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Panorama da ciência brasileira: 2015-2020. **Boletim Anual OCTI**, Brasília (DF): CGEE, v.1, jun. 2021. 196 p. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE_Pan_Cie_Bra_2015-20.pdf. Acesso em: 2 jul. 2022.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Bibliotecas especializadas, centros de documentação, centros de análise da informação: apenas uma questão de terminologia? **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, 1978, p. 218-241. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77414>. Acesso: 22 jul. 2021.

CETURB ES. História. Vitória, ©2015-2024a Disponível em <https://ceturb.es.gov.br/historia> . Acesso em: 19 maio 2021.

CHIEPPE, Maria Luiza Belote. **Prodest desenvolve novos sites para órgãos estaduais**. Vitória: Prodest, 2017. Disponível em: <https://prodest.es.gov.br/Not%C3%ADcia/prodest-desenvolve-novos-sites-para-orgaos-estaduais>. Acesso em: 16 out. 2021.

CHRISTIANO DIAS LOPES FILHO: verbete. [Rio de Janeiro]: FGV, CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cristiano-dias-lobes-filho>. Acesso em: 15 out. 2021.

CINTRA, Maria Eduarda Ribeiro. **Lei de Acesso à Informação no Brasil: sua implementação e seus desafios**. Brasília (DF), 2016. Dissertação (Mestrado em Direito)-Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília (UnB), Brasília (DF), 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22544/3/2016_MariaEduardaRibeiroCintra.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

Incaper. Concurso de desenhos do Balanço Social 2016. Incaper, 2016. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/concurso-de-desenhos-do-balanco-social-2016#prettyPhoto>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ESPANHA. Ministério da Cultura. Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Comisión Técnica de Cooperación de Bibliotecas Especializadas (España). **Situación de las bibliotecas especializadas en España (según datos estadísticos del INE 2006)**. Madrid, abr. 2010. Disponível em: <https://www.ccbiblio.es/wp->

[content/uploads/Situacion de las bibliotecas especializadas en Espana abril 2010.pdf](#). Acesso em: 12 jan. 2021.

ESPAÑA. Ministério da Cultura. Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Comisión Técnica de Cooperación de Bibliotecas Especializadas. **Clasificación temática de Bibliotecas Especializadas 2018**. Madrid, 2018. Disponível em: https://www.ccbiblio.es/wp-content/uploads/CTCBE_Clasificacion_tematica_bibliotecas_especializadas.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

ESPAÑA. Ministério da Cultura. Consejo de Cooperación Bibliotecaria. **Nuevos documentos sobre clasificación y tipología de bibliotecas especializadas en España**. Madrid, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://www.ccbiblio.es/nuevos-documentos-sobre-clasificacion-y-tipologia-de-bibliotecas-especializadas-en-espana/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA. 6. Região. TCE-ES arquiva ação que previa obrigar o governo capixaba a cumprir a Lei Federal 12.244. **Boletim CRB6**, Belo Horizonte, 6 fev. 2023. Disponível em: <https://crb6.org.br/materias/tce-es-arquiva-acao-que-previa-obrigar-governo-capixaba-a-cumprir-a-lei-federal-12-244/> . Acesso em: 22 fev. 2023.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. **Os usos do computador e a definição do campo da Ciência da Informação em relação a Biblioteconomia no Brasil: uma análise sociotécnica**. 2008. 245 f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91932/263123.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 10 jun. 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
CUNHA, Murilo Bastos da. IBICT: 51 anos. **Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 34, n. 1, p. 7–8, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/PqJmZSTrTGBb6Qphj5MQyZJ/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 22 jul. 2021.

CUNHA, Murilo; CAVALCANTI, Cordélia. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília (DF): Brique de Lemos, 2008.

CURVO FILHO, P. F. Informação e documentação agrícola na comunicação rural. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 37-46, 1979. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/136/136>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DIAS, Eduardo José Wense. Trabalho gerencial em bibliotecas especializadas/centros de informações no Brasil. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, 1988. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36679>. Acesso em: 25 maio 2022.

DIAS, Eduardo José Wense. A biblioteca legislativa e seus objetivos. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília (DF), v. 27, n. 107, p. 277-286, 1990. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/175805>. Acesso em: 15 fev. 2023.

DINIZ, E. Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. **Revista do Serviço Público**, Brasília (DF), v. 47, n. 2, p. 5-22, 1996. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/693>. Acesso em: 21 jun. 2021.

DIRETÓRIO DA REDE BVS. *In*: BIBLIOTECA VIRTUAL DE SAÚDE. Diretório da Rede BVS. São Paulo: Rede BVS, 2006a. Disponível em: http://centros.bvsalud.org/index.php?region=AL&country=BR&subreg=SE&state=ES&prefix=BR_general&subprefix=BR_participantsUnits. Acesso em: 20 set. 2022.

DITMAS, E. M. R. The literature of special librarianship. **Aslib Proceedings**, London, v. 2, n. 4, p. 217–243, 1950. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb049377/full/html>. Acesso em: 7 jul. 2021.

DRUMOND, Geisa Meirelles; MÉXAS, Mirian Picinini, MEIRIÑO, Marcelo Jasmim, QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Maturity of the book purchasing process in university libraries. **Knowl Process Manag**, Durham, v. 25, p. 54 – 63, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/kpm.1559>. Acesso em: 18 jan. 2022.

DUARTE, D. do N. **As diferentes abordagens da ação extensionista e suas implicações para o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper**. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/2660/1/BRT-asdiferentesabordagensdaacaoextensionistaesuasimplicacoesparaoincaper-duarte.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

DURO, Yvette Zietlow. Dimensão atual da biblioteca infanto-juvenil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 3/4, p. 211-222, 1979. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/18309>. Acesso em: 22 fev. 2023.

GOVERNO ES. Economia diversificada. Vitória, ©2015-2023a. Disponível em: <https://www.es.gov.br/economia-diversificada-2#:~:text=A%20economia%20do%20Esp%C3%ADrito%20Santo,e%20grande%20pr odor%20de%20a%C3%A7o>. Acesso em: 23 jul. 2022.

GOVERNO ES. ES em dados. Vitória, ©2015-2023b. Disponível em: <https://www.es.gov.br/es-em-dados>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Espírito Santo, 05 de outubro de 1989**. Vitória, 1989. Disponível em:

https://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_internet/downloads/c_est.pdf Acesso em: 14 dez. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. RELATÓRIO da Comissão Especial para Racionalização da Biblioteca do Sistema Público Agrícola Estadual. Vitória: SEAG, 1989b. Não paginado.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº 1.005, de 1 de abril de 2022. Altera a Lei Complementar nº 633, de 10 de agosto de 2012, para reestruturar a carreira de Analista do Executivo, e dá outras providências.** Vitória, 2022a.

Disponível em:

<https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec10052022.html#a2>

Acesso em: 1 abr. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº 886, de 4 de abril de 2018.**

Dispõe sobre a transformação da Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – EMCAPER em Autarquia. Vitória, 2018. Disponível em:

<https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec8862018.html>.

Acesso em: 18 nov. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei Complementar nº 391, de 10 de maio de 2007.

Reorganiza a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura - SECULT e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 10 maio 2007. Disponível em:

<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LC391.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei complementar nº76, de 22 de janeiro de 1996. Cria a Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providencias. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 23 jan. 1996. Disponível em:

<https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Legisla>

[%C3%A7%C3%A3o/Lei%20Complementar%20N%C2%BA%2076.pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Legisla/C3%A7%C3%A3o/Lei%20Complementar%20N%C2%BA%2076.pdf) . Acesso em:

12 nov. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei nº 10.296, de 12 de novembro de 2014. Institui o Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo – PEC-ES, cria o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais – SEIIC e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 12 nov. 2014. Disponível em:

<https://secult.es.gov.br/Media/secult/Leis/Lei%2010.296%20->

[%20Plano%20Estadual%20de%20Cultura.PDF](https://secult.es.gov.br/Media/secult/Leis/Lei%2010.296%20-%20Plano%20Estadual%20de%20Cultura.PDF). Acesso em: 10 nov. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Ordinária 2.821/1973. Autoriza o Poder Executivo a instituir uma empresa pública sob denominação Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA), com sede e foro na Capital do Estado.** Vitória, 1973. Disponível em:

<http://www3.al.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=7726&ano=1973> . Acesso em: 20

out. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto nº 4.084, de 27 de janeiro de 1997.

Regulamenta a Secretaria de Estado da Cultura e Esportes – SECES. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 28 jan. 1997. Disponível em:

<https://secult.es.gov.br/Media/Secult/Leis%20Institucionais/DECRETO%20N%C2%BA%204.084-N,%20DE%2027%20DE%20JANEIRO%20DE%201997%20-%20REGULAMENTA%20A%20SECRETARIA%20DE%20ESTADO%20DA%20CULTURA.pdf> . Acesso em: 12 nov. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 3.054-N, de 2 de outubro de 1990. Institui o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e Escolares e dá outras providências.** Vitória, 1990.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 5293-R, de 31 de janeiro de 2023. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Espírito Santo - SEBP/ES e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, edição No. 25.917, Sessão Executivo, 31 jan. de 2023a.

Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/diario_oficial. Acesso em: 4 mar. 2023.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 5159-R, de 20 de junho de 2022. Institui o Programa Mais Leitores no âmbito da rede escolar pública estadual do Espírito Santo e demais providências.** Vitória, 2022b. Disponível em: <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2022/07/DECRETO-No-5159-R-DE-20-DE-JUNHO-DE-2022-Mais-leitores.pdf> . Acesso em: 12 fev. 2023.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto nº 1316-R, de 27 de abril de 2004. O Governador do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 91, inciso III, da Constituição Estadual, e considerando o disposto no art. 29 da Lei Complementar n.º 194, de 04/12/2000, publicada no Diário Oficial em 05/12/2000 e republicada em 29/12/2000, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 2273993. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 2004.

Disponível em: [http://incaper.es.gov.br/Media/incaper/PDF/legislacao_rh/dd272-decreto-1316-r\(1\).pdf](http://incaper.es.gov.br/Media/incaper/PDF/legislacao_rh/dd272-decreto-1316-r(1).pdf). Acesso em: 18 nov. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Agricultura. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. **Estrutura operacional da omissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado do Espírito Santo.** Vitória: CEPA-ES, 1977. 19p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Cultura do Estado do Espírito Santo. **Plano Estadual de Cultura 2013-2023.** Vitória, [2014?]. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/Media/Secult/Importacao/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20CULTURA%20DO%20ES%20-%20DIAGN%C3%93STICO%20FINAL.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Educação. **Dados educacionais: Censo Escolar.** Vitória, 2023b. Disponível em: <https://educacao.sedu.es.gov.br/dados-educacionais>. Acesso em: 6 fev. 2023.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Fundo Soberano ES.** Vitória, [2019]. Disponível em: <https://fundosoberano.es.gov.br/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Cultura. **Apresentação**. Vitória, [2017]. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/conselho-estadual-de-cultura>. Acesso em: 17 dez. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Prodest Tecnologia da Informação. **Orchard - Serviço**. Vitória: PRODEST, @2015-2024. Disponível em: <https://secont.es.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Controle Social. **Quem somos**. Vitória: SECONT, @2015-2023. Disponível em: <https://prodest.es.gov.br/orchard-servico>

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Agricultura e Pesca do Espírito Santo. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Comunicação na EMATER/ES: versão preliminar para análises e debates**. Vitória: Emater-ES, 1987. Disponível em: <http://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/2212/1/BRT-comunicacao-naemateres-Emater.pdf> Acesso em: 4 nov. 2021.

FABRIS, Rosana Cardoso Scalco. Diagnóstico situacional da Biblioteca Rui Tendinha do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER). 2016. Monografia (Graduação em Biblioteconomia)-Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitoria, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/2002/1/TCC-Biblioteca-RuiTendinha.pdf> . Acesso em: 3 jan. 2019.

FACHIN, Juliana; ARAUJO, Nelma Camêlo. Fontes de informação especializadas de acesso aberto. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 3, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/109116> . Acesso em: 27 jul. 2021.

FADEL, Bárbara. *et al.* Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-31. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/110767/ISBN9788579831171.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FASSIO, L. H.; CASTRO, L. L. F. de. (Org.). **Incaper 50 anos: um documento histórico sobre o meio rural capixaba**. Vitória: Incaper, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/743/1/livro50anosincaper.pdf>. Acesso em: 3 set. 2021.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DE INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Plataforma das Bibliotecas Brasileiras**. São Paulo: FEBAB, 27 dez. 2022. Disponível em: <https://febab.org/2022/09/27/plataforma-bibliotecasbr/>. Acesso em: 7 jan. 2023.

FEITOSA, C. de O. B. F. **Relatório de visita técnica as bibliotecas da EMCAPA**. Vitória: EMCAPA, 1995.

FELIPE, Cláudia Simone. Percepções sobre a qualidade dos serviços e produtos informacionais de uma biblioteca especializada em agropecuária: estudo de caso.

Biblionline, João Pessoa, v. 14, n. 3, p. 20–30, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/44389>. Acesso em: 9 set. 2021

FIGUEIREDO, Nice Menezes. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **R. Biblioteconomia**, Brasília (DF), v. 7, n. 1, p. 9–25, 1979a. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/16855>. Acesso em: 30 mar. 2021.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. O Processo de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 8, n. 2, 1979b. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/133>. Acesso em: 25 maio 2022.

FINKELSTEIN, G. **Análise da adequação do modelo das bibliotecas estaduais de agricultura (BEAGRIs), para descentralizar, a nível dos estados, a operação do Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola (SNIDA), coordenado pela Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI)**. 1981. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação)-Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Biblioteconomia, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 1981. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3476310>. Acesso em: ago. 2021.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, 1983. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71176>. Acesso em: 14 jan. 2021.

FOMENTO para o progresso capixaba. **Divulgação Agrônômica**, [s.l], n.10, p. 24-35, 1963. Disponível em: <http://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/744/1/ACARES-ES.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

FONSECA, Edson Neri da. Origem, evolução e estado atual dos Serviços de Documentação no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília (DF), v. 108, n. 1, p. 37–52, 1973. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2416>. Acesso em: 9 dez. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Levantamento bibliográfico e pesquisa científica. *In*: FUNDAMENTOS de Epidemiologia. Barueri: Manole, 2011. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002499360>. Acesso em: 30 jun. 2022

GAMA, Janyluce Rezende; DUQUE, Claudio Gottschalg; ALMEIDA, José Elias Feres de. Convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública vis-à-vis as estratégias top-down e bottom-up. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 183-206, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122014000100008>. Acesso em: 27 maio 2022.

GAMA, Janyluci. Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. A transparência das contas públicas e o novo padrão internacional da informação contábil governamental. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 234–268, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/21475>. Acesso em: 9 dez. 2021.

GARCIA, Jesus Fco. Las Bibliotecas Especializadas y su incidencia en el contexto económico y social de América Latina. *In*: IFLA GENERAL CONFERENCE, 62., 1996, Beijing. **Conference Proceedings**. Beijing, 1996. p. 1–12. Disponível em: <http://archive.ifla.org/IV/ifla62/62-garc.htm>. Acesso em: 23 jun. 2021.

GARCIA, Lucia. Banestes lança sua nova marca. **Notícias Banestes**, Vitória, 10 maio 2012. Disponível em: https://www.banestes.com.br/informes/informes_10.htm. Acesso em: 6 fev. 2023.

GARCÍA MARTÍNEZ, Ana Teresa. Política bibliotecaria: convergencia de la política cultural y la política de información. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, Malaga, v. 18, n. 71, p. 25-37, abr./jun.2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/353/35307104.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

GEVEHR, D. L. A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade: questões para o ensino de história. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 67, p. 945-962, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/3BwwJbPMpDKvB6L7pGGScvd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 dez. 2021.

GIACUMUZZI, Gabriela da Silva; MORO, Eliane Lourdes da Silva. Acessibilidade arquitetônica em diferentes tipologias de bibliotecas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. Especial VIII SENABRILLE, 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/324>. Acesso em: 25 maio 2022.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 19, n. 2, 1990. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/332>. Acesso em: 24 maio 2022.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 31, n. 1, 2002. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>. Acesso em: 24 maio 2022.

GOVERNO anuncia novidades para a Volta às Aulas 2022 da Rede Estadual. GOVERNO ES, Vitória, 28 jan. 2022. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-anuncia-novidades-para-a-volta-as-aulas-2022-da-rede-estadual>. Acesso em: 22 fev. 2023.

GUTIÉRREZ MELÉNDEZ, Ricardo. “Biblioteca y sociedad”. *In*: ENCUESTRO DE BIBLIOTECARIOS DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO, 1., 1982, México. **Anales [...]**. México: UNAM, 1983. p. 393.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HENCZEL, Sue; RALPH, Gillian; SIBTHORPE, Julie . Special Librarian. *In*: ABDULLAHI, Ismail (Ed.). **Global Library and Information Science**: a textbook for students and educators. With Contributions from Africa, Asia, Australia, New Zealand, Europe, Latin America and the Caribbean, the Middle East, and North America. Walter de Gruyter, 2009. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/global-library-and-information-science-a-textbook-for-students-and-educators/>. Acesso em: 29 dez. 2021.

HENKLE, Herman H. Introduction: What is Special ? **Library Trends**, Illinois, v. 1, n. 2, p. 169–172, 1952. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/5461>. Acesso em: 7 jun. 2021.

HUBNER, Marcos Leandro Freitas; SILVA, José Fernando Modesto; ATTI, Alessandra. Origens do ensino de biblioteconomia no Brasil. **BIBLOS**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 35, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12105> . Acesso em: 29 nov. 2021.

IBAÑEZ, Nelson; VECINA NETO, Gonzalo. Modelos de gestão e o SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. suppl, p. 1831-1840, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/v12s0/06.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil**: Espírito Santo: panorama. Brasília (DF): IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>. Acesso em: 25 out. 2021.

IBICT – Instituto Brasileira de Ciência e Tecnologia. **Apêndice B – Relação bibliográfica**. Brasília (DF): IBICT, 2013. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13063371/apendice-b-relacao-bibliografica-ibict>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ILLINOIS DIGITAL ENVIRONMENT FOR ACCESS TO LEARNING AND SCHOLARSHIP [repositório]. Illinois: IDEALS, ©2023. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/> . Acesso em: 10 jul. 2021.

INFORMATIVO BVS: BiblioSus. *In*: BIBLIOTECA VIRTUAL DE SAÚDE. Rede BiblioSus. São Paulo: REDE BVS, novembro, 2006. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/informativo_bvs/bibliosus4.html. Acesso em: 11 fev. 2023.

IFLA. **Divisões, Seções e Mesas Redondas**. IFLA, 2022. Disponível em: <https://iflalacro.tripod.com/hp/oqeaifla1.html#d2> . Acesso em: 22 out. 2021.

IFLA-UNESCO. Public Library Manifesto 2022: 2022. Disponível em: <https://t.co/iLDQ1dPGu5> . Acesso em: 01 ago. 2022.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Missão, Visão e Valores**. Vitória: Incaper, 2022a. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 19 jan. 2022.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **História**. Vitória: Incaper, 2022b. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/quem-somos> . Acesso em: 28 jul. 2021.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Planejamento estratégico do Incaper: 2011 - 2026**. Vitória: Incaper, 2012. 32 p. (Incaper. Documentos, 213). Disponível em: <http://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/632/1/Livro-sintese-PEI-Incaper-com-capa-FINAL.pdf> . Acesso em: 19 dez. 2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Evolução da Pobreza no Brasil e no Espírito Santo entre 2012 e 2021**. Vitória: IJSN, 2022a. (Nota Técnica 68). Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/6264-nt-68-evolucao-da-pobreza-no-brasil-e-no-espírito-santo-entre-2012-e-2021> . Acesso em: 20 jun. 2022.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Quem Somos**. Vitória: IJSN, 2022b. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/institucional/quem-somos> . Acesso em: 30 maio 2022.

KOONTZ, Christie *et al.* **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública** 2. ed. inteiramente rev. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura de Portugal; IFLA, 2013. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf> Acesso em: 01 jul. 2022.

LAGO, L. A. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, M. (Org.). **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. **Tramas da Rede**, p. 39–63, 2004. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/64-JACOB-BIBAL-POR.pdf> . Acesso em: 20 out. 2021.

LEPIK, Aira. An ongoing process of modernization: libraries and librarianship in Estonia. **Library Trends**, [s.l.], v. 63, n. 2, p.183-196, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271842634_An_Ongoing_Process_of_Modernization_Libraries_and_Librarianship_in_Estonia . Acesso em: 9 dez. 2021.

LIMA, Graziela dos S. *et al.* Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 88-103, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1056> . Acesso em: 9 ago. 2021.

LIMA, Tema Cristina Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v.10, n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf> . Acesso em: 2 fev. 2021.

LINDENBERG transfere prerrogativas do governo a organismo orientados pela política colonialista dos Estados Unidos. **Folha Capixaba**, Vitória, 29 out. 1960. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100706&Pesq=pedro%20merc%3%a7on&pagfis=3127>. Acesso em: 20 out. 2021.

LOPES, Jeanete da Silveira; DENIZOT, Eliane Ribeiro; NASCIMENTO, Cecília Maria Pereira do. Biblioteca de empresa com função educacional, social e cultural. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília (DF), v. 5, n. 2, 1977. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75452>. Acesso em: 25 maio 2022.

LOUSADA, M.; VALENTIM, M. L. P. A relação entre a informação orgânica e a gestão documental. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 361-384.

LUCAS, Elaine Rosângela. de Oliveira.; DAMIAN, Ieda Pelógia Martins. Gestão da informação no serviço de referência: análise de publicações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., Marília, 2017. **Anais [...]** Marília: ANCIB, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/24. Acesso em: 25 maio 2022.

MACEDO, Casimiro M.; ZAPATA, Júlio; BARBOSA, Maria Cristina F. Sistema "Z" de classificação: catalogação para o gerenciamento de bibliotecas automatizadas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília (DF), v. 16, n. 2, p. 227-238, 1988. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76487>. Acesso em: 25 maio 2022.

MAIA, Cristiane; PASSOS, Edilenice; COSTA, Sely Maria de Souza. Informação científica e tecnológica e desenvolvimento econômico e social: a contribuição da biblioteca especializada. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16, 1991, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: APBEB, 1991. v. 2. p. 683-691. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/17765/3/EVENTO_%20Informa%c3%a7%c3%a3oCient%c3%adficaTecnol%c3%b3gica.pdf. Acesso em: 6 out. 2021.

MANIFESTO IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MARCHIORI, Patricia Zeni. "Ciberteca" ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação [online]**, 1997, v. 26, n. 2, p. 115-124. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/qTfrHqkrCGHfqGH9qBW4SmN/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MARCIAL, Elaine Coutinho *et al.* **Diagnóstico das bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. (Texto para Discussão, n. 2574). Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10130/1/td_2574.pdf. Acesso em: 8 jul. 2021.

MARTINS, David dos Santos *et al.* Diversity, distribution and host plants of armored scale insects (Hemiptera: Diaspididae) in Espírito Santo, Brazil. **Biota Neotropica [online]**, v. 22, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bn/a/KMRMLxh5g3MpzXRT6nx8jkk/?lang=en>. Acesso em: 4 jul. 2022.

MAURA, Mariano A. Consultoria informatológica em revisão: uma alternativa para serviços de informação personalizados. **Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 22, n. 3, 1993. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/484>. Acesso em: 25 maio 2022.

MAYRINK, Paulo Tarcísio. Expurgo de publicações em bibliotecas especializadas. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 1984. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/73657>. Acesso em: 25 maio 2022.

MEDEIROS, Ana Lúcia Silva. Biblioteca e cidadania. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 13, p. 10-45, 2010. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/682/1/MEDEIROS%2C%20A.%20L.%20-%20Biblioteca%20e%20cidadania%20-%20Sinais%20sociais.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

MELLO, Cecília Bandeira de. O acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. **Revista do Serviço Público**, Brasília (DF), v. 4, n. 1, p. 83-85, 1954. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/5689>. 22 jan. 2023.

MENDONÇA, S. R. Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-19610). **Tempo**, Niterói, v. 15, n. 29, p. 139–165, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167016571006>. Acesso em: 9 dez. 2021.

MILLÁN-RÁFALES, María-Carmen. Las bibliotecas especializadas y los centros de documentación : situación en el Sistema Andaluz de Bibliotecas y Centros de Documentación. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, 2003, n. 73, p. 9-39. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/5895/1.haslightboxThumbnailVersion/73f1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MILEVSKI, Sandra N. **Public Laws of the 98th Congress Relating to Information Policy**: Report No. 85-215 S. Library of Congress, Washington, D.C. Congressional Research Service, mar. 1986. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED272208.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Gestão de coleções para bibliotecas especializadas: uma perspectiva teórica para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 5, n. 2, p. 95-105, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35932>. Acesso em: 25 maio 2022.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. *In*: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília (DF): Thesaurus, 2004. p. 137-152

MITCHELL, Andrea L.; LACROIX, Sheila; WEINER, Barbara S., IMHOLTZ, Claire; GOODAIR, Christine. Collective amnesia: reversing the global epidemic of The role. **Addiction**, [s.l.], n. 107, p. 1367-1368, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1360-0443.2012.03813.x> . Acesso em: 13 dez. 2021.

MONTVILOFF, Victor. **Políticas nacionales de información: manual para la formulación, aprobación, ejecución y funcionamiento de una política nacional de información**. París: Programa General de Información y UNISIST/ UNESCO, 1990.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?**. São Paulo: SENAC, 2001.

MORIN, Edgar. **O Método 3: conhecimento do conhecimento**. 5.ed. Porto Alegre: 2015.

MORLEY, Linda H. Special Library Policies and Methods. **Bulletin of the Medical Library Association**, [s.l.], v. 28, n. 1, p. 11–16, 1939. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC233629/pdf/mlab00285-0016.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2021.

MOSTERT, Janneke. Special Librarian. *In*: ABDULLAHI, Ismail (Ed.). **Global Library and Information Science: a textbook for students and educators**. With Contributions from Africa, Asia, Australia, New Zealand, Europe, Latin America and the Caribbean, the Middle East, and North America. Walter de Gruyter, 2009. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/global-library-and-information-science-a-textbook-for-students-and-educators>. Acesso em: 29 dez. 2021.

NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do Nascimento. **Ambientes e fluxos de informação sobre café no Incaper: uma análise sob a noção de regime de informação**. Brasília, 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2015. Disponível em: <http://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/1885/1/TESE-LucileideAndradedeLimadoNascimento-Incaper.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2019.

NASCIMENTO, Elisa Silva do. A Biblioteca de Políticas de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2016., p. 77–81, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/2322>. Acesso em: 29 ago. 2021.

NASSER JUNIOR, Radagaz; MORO, Joseney Rodrigues. Tecnologias a serviço do avaliar e o uso do escritório para melhorar o desempenho e a produtividade. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS*, Goiania, 2021. **Anais** [...]. Goiania: Ibape Nacional, 2021. Disponível em: <https://ibape-nacional.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2021/11/15-TECNOLOGIAS-A-SERVI%C3%87O-DO-AVALIADOR-E-O-USO-DO-ESCRIT%C3%93RIO-PARA-MELHORAR-O-DESEMPENHO-E-A-PRODUTIVIDADE.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2022.

NOGUEIRA, Silvana Pires Rocha; DOS SANTOS, Ana Paula Marçal; BATISTA, Carla Erler Mattos. A trajetória e registro histórico da Biblioteca Coronel PM Francisco Eugênio de Assis no contexto da polícia militar do Espírito Santo. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 29., 2022. **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB, 2022. p. 1-10. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2511>. Acesso em: 2 fev. 2023.

ODDONE, Nanci Elizabeth. O IBBD e a informação científica no Brasil. **Ciência da Informação em Revista**, Brasília (DF), v. 7, n. 1, p. 10, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1152/1315> . Acesso em: 6 jun. 2021.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis, SC: EPAGRI, 1996. 523 p.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. *In: OLIVEIRA, M. de (coord.). Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. Cap. 1, p. 9-28.

OLIVEIRA, J. T. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã).

OLIVEIRA, Renan Rodrigues de; CARVALHO, Cedric Luiz de. **Bibliotecas Digitais e o Repositório Fedora**. Goiania: Universidade Federal de Goiás, Instituto de Informática, 2011. Disponível em: https://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF_002-11.pdf . Acesso em: 30 dez. 2021.

OLIVEIRA FILHO, Francisco Edilberto de. **As políticas de cultura no Espírito Santo entre 2007 e 2014**. 262f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (ES), 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1167/1/As%20politicass%20publicas%20de%200cultura%20no%20Espirito%20Santo%20entre%202007%20e%202014.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

OLIVEIRA, L. R. de.; BORGES, V. A. J. (Org.). **Balanco social 2014 Incaper**. 2. ed. Vitória, ES: Incaper, 2015. 72 p. (Incaper. Documentos, 236). Disponível em: <http://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/1033/1/BRT-balancosocial2014-incaper.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

OVERMAN, E. Sam; CAHILL, Anthony G. Information policy: A study of values in the policy process. **Review of Policy Research**, [s.l.], v. 9, n. 4, p. 803-818, 1990.

PACETE, Luiz Gustavo. Estônia: as oportunidades de um país celeiro de unicórnios. **Forbes**, [s.l.], 10 dez. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/12/referencia-em-sociedade-digital-estonia-tambem-atrai-investidores/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

PAIVA, Maria de Abreu Martins de. Bibliotecas Públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 251–251, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/Rwf5LqZphkGYf6vQJghDXzw/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2021.

PARANHOS, Ranulfo *et al.* Corra que o survey vem aí: noções básicas para cientistas sociais. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, Buenos Aires, n. 6, p. 7-24, 2013. Disponível em: <http://www.relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/113>. Acesso em: 3 jan. 2022.

PAULA, Ana Paula Paes de. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 127-144, 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6431> Acesso em: 15 dez. 2021.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília (DF): Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2008.

PEREIRA, L. C. B. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília (DF), v. 47, n. 1, p. 7 - 40, 1996. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702>. Acesso em: 2 set. 2021.

PERFIL dos estados brasileiros: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101769.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2021.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Proteção de dados pessoais**: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). São Paulo: Saraiva, 2021.

PLANO Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Espírito Santo. Vitória: Secretaria Estadual de Educação; Secretaria Estadual de Justiça, 2021. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/PLANO_ESTADUAL_DE_EDUCA%C3%87%C3%83O_PARA_PESSOAS_PRIVADAS_DE_LIBERDADE_E_EGRESSAS_DO_SISTEMA_PRISIONAL_DO_ESPIRITO_SANTO%20-%202021.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 23ed. Editora Brasiliense,

2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2.** ed. Novo Hamburgo: Ed. Feevale, 2013. Disponível em:

<https://www.feevale.br/institucional/ editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PÜLCHEN, R. E. **Veja o que realizou a Divisão de Informação:** de julho/1963 a junho/1964. Vitória: ACARES, 1964. Não paginado.

PÜLCHEN, R. E. **ACARES:** um relato sucinto de alguns acontecimentos importantes, e principais realizações: Triênio de 21/05/1969 a 20/05/1972. Vitória: ACARES, mar. 1972. 23 p.

RAMOS JUNIOR, Gerson Moreira. **A invisibilidade das bibliotecas públicas municipais do Estado do Espírito Santo:** um projeto neoliberal como barreira para uma biblioteca pública municipal orientada pelo agir comunicativo. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em:

https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_15614_Disserta%E7%E3o_Gerson%20Moreira%20Ramos%20Junior%20%20Vers%E3o%20final%20%282%29.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 19, n. 39, p. 43-58, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n39p43>. Acesso em: 29 jan. 2021.

REDARTE/RJ: Quem somos. Rio de Janeiro, © 2018. Disponível em: <https://www.redarte.org.br/> Acesso em: 31 jan. 2022.

REDE BIBLIOSUS. **Produtos e serviços:** instituições cadastradas. São Paulo: Rede BIBLIOSUS, 11 fev. 2023. Disponível em: <https://bibliosus.saude.gov.br/instituicoes-cadastradas/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

REYES, Ana Nieves Millán. Bibliotecas, centros de documentación y servicios especializados sobre discapacidad en España: guía de recursos. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, [s.l.], v. 102, p. 78–94, 2011. Disponível em: <https://www.aab.es/publicaciones/bolet%C3%ADn-aab/bolet%C3%ADn-102/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

REZENDE, Yara; MARCHIORI, Patrícia Zeni. Do acervo ao acesso: a perspectiva da biblioteca virtual em empresas. **Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 23, n. 3, p. 349-352, set./dez. 1994. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/533/533> Acesso em: 1 fev. 2022.

ROBREDO, Jaime. Contribuição da Biblioteca Nacional de Agricultura à bibliografia brasileira e outros serviços oferecidos. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.

8, n. 2, p. 143-173, 1980. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/29040/24782>. Acesso em: 1 fev. 2022.

RODRIGUES, P. N.; LACERDA, G. R. da S.; GOMES, L. de J. V.; RODRIGUES, M. O.; CARVALHO, S. M. S. de. O bibliotecário e sua inserção no mercado de trabalho: fatores que contribuem para a troca de profissões. **Biblioteca Escolar em Revista**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. e-188834, 2022. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/188834> . Acesso em: 20 fev. 2023.

RUAS, Elma Dias et al. Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável- MEXPAR. Belo Horizonte, 2006.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Ed. Todavia, 2018.

SALDANHA, Gustavo Silva. O que é nuvem? Cartas à biblioteca que vem. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 3–27, 2017. Disponível em https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/45/pdf_1. Acesso em: 4 jan. 2021.

SAMBAQUY, L. de Q. Da biblioteconomia à informática. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 7, n. 1, 1978. DOI: 10.18225/ci.inf.v7i1.125. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/125> . Acesso em: 22 jul 2022.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SANTA ANNA, Jorge Santa. O contexto organizacional e seus reflexos no desenvolvimento de coleções: um estudo à luz das diferentes modalidades de bibliotecas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 5-22, 2017. Disponível em: <https://www.revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/1267/pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

SANTO, Alexandre do Espírito. Implantação de um serviço de disseminação seletiva de informação em biblioteca especializada. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 1974. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75604>. Acesso em: 25 maio 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as Ciências**. 5. ed. 1987.

ESPIRITO SANTO, C.; SANTOS, J. M. A. dos. A importância das cinco leis da biblioteconomia na gestão por processos para a recuperação da visibilidade da biblioteca especializada. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 12, n. 3, p. 96–118, 2014. DOI: 10.20396/rdbci.v12i3.1596. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1596> . Acesso em: 27 fev. 2022.

SANTOS, Fabiana Bandeira dos. Informação eficaz e política econômica: a interface necessária. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão do Setor Público)- Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22770>. Acesso em: 22 out. 2021.

SANTOS, Fabiana Pimentel; DAVEL, Eduardo Paes Barreto. Gestão de equipamentos culturais e identidade territorial: potencialidades e desafios. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, v.33, n.1, p. 109-34, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28319>. Acesso em: 19 set. 2021.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 29 dez. 2020.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998. Disponível em: <https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2018/08/schneider-schmitt-1998-o-uso-do-metodo-comparativo-nas-ciencias-sociais.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2021.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Psicologia da educação e as tecnologias digitais de informação e comunicação. **Psicologia Escolar e Educacional [online]**, v. 18, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/dXNR87XJcBw5v74bxtsbNyf/?lang=pt>. Acesso em: 03 março 2022.

SECRETARIA da Agricultura. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 7, 23 set. 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20193&pesq=setembro&pagfis=34903>. Acesso em: 16 out. 2021

SERRA, L. G. **Bibliotecas do futuro**: gestão de acervos híbridos. 1 vídeo (1h. 28 min. 35 seg.). Publicado pelo canal Soluções Sophia - Gestão de escolas e bibliotecas. [2015?]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ksdmYYDnUT0>. Acesso em: 4 jul. 2022.

SHERA, Jesse Hauk. Special librarianship and documentation. **American Documentation**, [s.l.], v. 3, n. 3, p. 189-199, 1952. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/5464/librarytrendsv1i2D_opt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 jan. 2021.

SILVA, Carlos Robson Souza da; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; PALETTA, Francisco Carlos. As bibliotecas no contexto da educação profissional e tecnológica: fundamentos e identidades. *In*: COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO, APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, 5., Londrina, 2021. **Anais [...]**. Londrina: PPGCI/UDEL, 2021. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/60c0a807-a32d-43d6-9b97-de16fb29b91c/003043579.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2023.

SILVA, Elizabete Grigorio da. **Relações de gênero e trabalho: uma análise a partir da percepção dos bibliotecários do sistema integrado de bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo (SIB/UFES)**. 2018. Dissertação (Mestrado Sociologia Política)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade de Vila Velha, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uvv.br/handle/123456789/330>. Acesso em: 11 fev. 2023.

SILVA, Maria da Graça Miranda da. Colégios invisíveis na estratégia de bibliotecas especializadas: revisão de literatura. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília (DF), v. 9, n. 1, 1981. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/73148>. Acesso em: 25 maio 2022.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil: colônia, república, império**. São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Múltiplas interlocuções da informação no campo da Ciência da Informação no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17065>. Acesso em: 14 maio 2021.

SILVA, Antonio Elias; COSTA, Enio Bergoli da; DADALTO, Gilmar Gusmão; LOSS, Wolmar Roque. Síntese da Evolução da Agricultura Capixaba 50 anos. *In*: DADALTO, G. G.; SILVA, A. E. S. da.; COSTA, E. B. da.; GALVÊAS, P. A. O.; LOSS, W. R. (Ed.). **Transformações da agricultura capixaba: 50 anos**. Vitória: CEDAGRO; Incaper, 2016. 128p. Disponível em: <http://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/2344/1/BRT-transformacoesdaagriculturacapixaba-dadalto.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2021.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. Ciência da informação trans e interdisciplinar: para a superação de equívocos. *In*: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Ciência da informação: visões e tendências**, 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/128954>. Acesso em: 5 dez. 2021.

SILVA, Heberton. **Biblioteca Madeira de Freitas é ponto de doação de livros para o Centro de Referência das Juventudes de Castelo Branco**. Notícias, Cariacica: Prefeitura de Cariacica, 16 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cariacica.es.gov.br/noticias/71618/biblioteca-madeira-de-freitas-e-ponto-de-doacao-de-livros-para-o-centro-de-referencia-das-juventudes-de-castelo-branco>. Acesso em: 6 fev. 2023.

SILVA, Nele Nelson Machado; CAVALCANTE, André Anderson; BARBOSA, Everton Rodrigues. Organização e tratamento do acervo de instrumentos musicais: o caso da Instrumentoteca da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado, RS. **Anais eletrônico...** Gramado, RS, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/342283470/artigo-instrumentoteca-pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SILVA, Terezinha Elizabeth; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Políticas de informação no âmbito no ENANCIB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília (DF): ENANCIB, 2011. Disponível em: <http://www.ancib.org.br/pages/anais-do-enancib.php>. Acesso em 9 abr. 2022.

SPECIAL LIBRARIES. New York: Special Libraries Association, v. 1, n. 1, Jan. 1910. Disponível em: https://scholarworks.sjsu.edu/sla_sl_1910/1/. Acesso em: 22 jan. 2021

SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION. Connecting information professionals. **About SLA**. Virginia: SLA, ©2022. Disponível em: <https://www.sla.org/about-sla>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SIQUEIRA, Bianca Lopes; MACHADO, Elisa Campos; LÜCK, Esther Hermes. A trajetória da institucionalização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s.l.], v. 14, p. 27-45, 2018.

SMIT, Johanna Wilhelmina. The information in Information Science. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 84–101, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SMITH, Richard. Measuring research impact—all the rage but hard to get right. **The bmj Opinion**, London, 30 jul. 2018. Disponível em: <https://blogs.bmj.com/bmj/2018/07/30/richard-smith-measuring-research-impact-rage-hard-get-right/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SOBRINHO, A. B.; FEITOSA, C. de O. B. F.; MONJARDIM, C. Z.; SANTOS, S. M. dos. **Centralização das bibliotecas do sistema público agrícola do Estado do Espírito Santo**. Vitória: UFES, 1989. 17 p. (Projeto apresentado à Universidade Federal do Espírito Santo, como parte das exigências da disciplina Planejamento e Administração de Sistema no curso de especialização em Documentação e Informação).

SOUZA, Raquel Costa; OLIVEIRA, Eliane Braga. A biblioteca especializada na Ciência da Informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e os Ambientes de Informação**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 185–194, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39898>. Acesso em: 20 out. 2021.

SOUSA, Rosana de Vasconcelos. **Instrumento de Diagnóstico Organizacional para as Bibliotecas do Instituto Federal do Ceará**. Juazeiro do Norte, 2020. 48 p. Disponível em: <https://ppqb.ufca.edu.br/instrumento-de-diagnostico-organizacional-para-as-bibliotecas-do-instituto-federal-do-ceara/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 29, n. 2, p. 52–60, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/JJCz6RKQhDZNGG6yVdL9pQP/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2021.

TAKAHASHI, Tadao (Org). **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília (DF): Ministério Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: http://www.institinformatica.pt/servicos/informacao-e-documentacao/biblioteca-digital/gestao-e-organizacao/BRASIL_livroverdeSI.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

TARGINO, Maria das Graças. Evolução conceitual de biblioteca. **Cadernos de Biblioteconomia**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 59–64, 1984. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/64113>. Acesso em: 7 jul. 2022

TARGINO, Maria das Graças. Bibliotecas Universitárias e Especializadas de São Luís (MA). **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília (DF), v. 16, n. 1, 1988. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76249>. Acesso em: 25 maio 2022.

TAZIMA, Ivete Hissako. Microinformática em Bibliotecas Especializadas e Universitárias de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília (DF), v. 16, n. 1, 1988. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71019>. Acesso em: 25 maio 2022.

TEIXEIRA, Rui Fernando Frota Tendinha de Pimentel. **O produtor rural e os meios de comunicação na difusão de inovações**: levantamento da realidade em Marilândia, Espírito Santo. [S.l: s.n.], 1987.

TEIXEIRA, Ib. O Plano Salte. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 5, p. 60-62, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/49674> Acesso em: 19 dez. 2021.

TERRA, Ana Lúcia Silva. **As políticas de informação e de comunicação da União Europeia uma leitura diacrônica e exploratória no âmbito da Ciência Da Informação**. 2009. Tese (Doutorado Ciências Documentais, especialidade de Gestão da Informação e Serviços de Informação)-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/144016625.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

TERRA, Ana Lúcia. Políticas de informação para bibliotecas digitais: conceitos e componentes. *In*: TORRES VARGAS, G. A. (coord). Biblioteca Digital Acadêmica en Bibliotecología y Estudios de la Información. México: IIBI; UNAM, 2013. p. 19-48. [e-Book]. Disponível em: <https://universoabierto.org/2015/12/31/biblioteca-digital-academica-en-bibliotecologia-y-estudios-de-la-informacion/> Acesso em: 18 maio 2022.

SILVA, Hildebrando. Echos. **Tribuna do Sul**, [S.l.], 5 dez.1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=716090&pesq=Congresso%20Agropecu%C3%A1rio%20do%20Esp%C3%ADrito%20Santo&pagfis=3> . Acesso em: 16 out. 2021.

TORRES, Danielle; CASIMIRO, Lilian. Biblioteca Cláudio Tourinho Saraiva. *In*: ENCONTRO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA DO ESTADO DO RIO

DE JANEIRO, 1., 2019. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.gidjrj.com.br/wp-content/uploads/2020/12/I-EUNIJUR-DEGASE-2019.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

VALLS, V. M. O bibliotecário como gerenciador dos documentos do sistema de qualidade. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 33–44, 1998. DOI: 10.5433/1981-8920.1998v3n1p33. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1634> . Acesso em: 18 jun. 2021.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento. **DataGramZero**, [S. l.], v. 3, n. 4, 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/3837>. Acesso em: 31 ago. 2022.

VENTURA, J. A.; GIRELLI, L. S. Pesquisa agropecuária: a trajetória do conhecimento científico no Espírito Santo. **Incapere em revista**, Vitória, v. 4 e 5, p. 6-33, jan. 2013 a dez. 2014. Disponível em: <http://biblioteca.incapere.es.gov.br/digital/bitstream/item/1861/1/cap1-revista-incapere.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

VIEIRA, José A. Documentação e divulgação da Agricultura no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília (DF), v. 66, n. 3, p. 598-601, 1955.

VIEIRA, Keitty Rodrigues; LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira. Jesse Shera e sua contribuição para o campo da biblioteconomia e ciência da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 17-30, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p17> Acesso em: 23 jul. 2021.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. *In*: VILLASCHI, Alindo. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. Vitória: Flor & Cultura, 2011

VILELA, Cinara Littig; LEOPOLDO, Natiele Rodrigues; CHIERGHINI, Cristiani Chierighini. A função social da biblioteca especializada na área jurídica sob a visão do bibliotecário. **Múltiplos Olhares da Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16918> Acesso em: 4 dez. 2021.

VORMELKER, Rose L. Special library potential of the public library. **The Library**, Illinois, v. 8, n. 1, p. 200–209, 1952. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/5468/librarytrendsv1i2E_opt.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 19 fev. 2021.

WILSON, Thomas Daniel. A problemática da gestão do conhecimento. *In*: TARAPANOFF, Kira. **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília (DF): IBICT, 2006. p. 453.

ZAMITE, Adriana Izidoro da Silva. **O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri no Estado do Espírito Santo (ES)**. Vitória, 2022.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_16445_Disserta%E7%E3o%20de%20Adriana%20Isid%F3rio%20da%20Silva%20Zamite%20.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

ZOGHBI, Joseane. **Eficiência na gestão pública**. Brasília (DF): Fundação Mangabeira, 2015. 164p.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI/UFES)

Termo de Anuência (TAI)

Nome da Instituição:

Como dirigente da instituição acima, declaro para os devidos fins que a instituição está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado Biblioteca pública especializada e acesso à informação de interesse público, que tem como pesquisador responsável Merielem Frasson da Silva, que está sob a orientação da Prof^a Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento, com o objetivo de investigar como as Bibliotecas Públicas Especializadas do Estado do Espírito Santo contribuem para o acesso à informação de interesse público.

A instituição assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa, cuja estrutura compreende o acesso a do funcionário da biblioteca a internet para responder questionário online, no período de 01/06/2022 à 01/03/2023.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Informo que o acesso à instituição e início da coleta dos dados estão condicionados à apresentação do Parecer de Aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, devidamente credenciado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Atenciosamente,

[Vitória], [dia] de [mês] de [ano].

[Assinatura do dirigente institucional ou pessoa por ele delegada]

[Nome completo e função do (a) dirigente institucional ou pessoa por ele (a) delegada.

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI/UFES)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

O (A) Sr. (a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa intitulada “Biblioteca pública especializada e acesso à informação de interesse público” de responsabilidade do (a) pesquisador (a) Merielem Frasson da Silva, orientado pela Profa. Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento. O (A) Sr (a) está sendo convidado responder questionário *online* por que atua em uma biblioteca especializada estadual. Esse questionário terá a duração máxima de 3 minutos.

Para ter uma via assinada deste TCLE você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma via em pdf para guarda-lo em seu computador. Você também poderá solicitar aos pesquisadores do estudo uma versão assinada deste documento a qualquer momento por um dos e-mails registrados no final deste termo.

O (A) Sr. (a) tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste questionário.

O (A) Sr. (a) pode deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, o (a) Sr. (a) não mais será contatado (a) pelos pesquisadores.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, se houver você será ressarcido. Caso você, participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa você tem o direito a buscar indenização.

Solicito a autorização para registro de dados e asseguro a confidencialidade e privacidade, a garantia que não será identificado quanto a divulgação dos resultados e que as informações disponibilizadas serão utilizadas somente para fins científicos do presente projeto de pesquisa.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o (a) Sr. (a) são que o questionário respondido será armazenado em plataforma digital, porém após coleta o formulário será reenviado para que verifique se está de acordo com o uso das informações disponibilizadas, ficando livre para retirar quaisquer informações que comprometam sua integridade ou possa causar dano moral. Após período de dois anos iremos realizar o descarte dos dados coletados.

Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de exposição das informações pessoais. Nesse caso, ressaltamos que as informações serão tratadas de forma conjunta e nunca serão divulgadas isoladamente, mesmo após o encerramento da pesquisa. Asseguramos, pelos meios que nos cabe, o sigilo dos seus dados. Porém não podemos garantir eventuais vazamentos devido a falha no sistema de segurança da plataforma digital. Como medida de segurança, após a coleta será realizado download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: as informações que disponibilizar contribuirão para alcance do objetivo geral e, assim, o resultado final que será em prol de bem comum.

Se julgar necessário, o (a) Sr. (a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Asseguramos ao (à) Sr. (a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao (à) Sr. (a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O Sr. (a) terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento. No questionário *online*, o consentimento será realizado através de opção para o participante concordar e prosseguir com o questionário.

Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pelos pesquisadores.

Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados. O pesquisador garante a divulgação pública dos resultados, a menos que se trate de caso de obtenção de patenteamento; neste caso, os resultados devem se tornar públicos, tão logo se encerre a etapa de patenteamento. Os resultados também serão divulgados aos participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o (a) Sr.(a) pode contatar o(a) pesquisador responsável com Merielem Frasson da Silva, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: (27) XXXXXXXX, e-mail: mestrdomfs@gmail.com. Em caso de denúncias e ou intercorrências na pesquisa, o comitê de ética poderá ser acionado em caso de denúncias ou intercorrências com a pesquisa nos seguintes meios: telefone (27) 3145-9820, e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

Fui informado também que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE assinado para ter a minha via do TCLE e que posso solicitar uma versão dele assinada via e-mail para os pesquisadores.

CONCORDO PARTICIPAR - PROSSEGUIR

NÃO ACEITO PARTICIPAR

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL POR OBTER O
CONSENTIMENTO

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO

INÍCIO DO QUESTIONÁRIO

As perguntas dessa pesquisa são para instituições que possuem biblioteca especializada.

Se a instituição em que atua possui biblioteca, marque a opção **SIM** para prosseguir com a pesquisa.

Sim

Não

ADMINISTRAÇÃO

Nesta seção serão realizadas perguntas relativas a parte administrativa da biblioteca especializada.

1. Informe seu nome completo*

Sua resposta

2. Com qual gênero você se identifica?

O termo não-binário refere-se às pessoas que não se percebem como pertencentes a um gênero exclusivamente.

Escolher

3. Qual o nível de escolaridade do responsável pela biblioteca especializada? *

Escolher

4. O responsável pela biblioteca especializada possui alguma das formações abaixo? *

Arquivologia

Biblioteconomia

Ciência da Informação

Comunicação

Informática

História

Museologia

Não sei informar

Outro:

5. Marque as comissões/comitês ou conselhos dos quais o responsável pela biblioteca especializada faz parte: *

Comissão Local de Teletrabalho (COLT)

Conecta Cidadão

Conselho de Controle e Transparência

Conselho Estadual de Cultura (CEC)

Conselho ou Comitê Editorial

Comissão de Avaliação de Documentos (CADS)

Comissão de Biblioteca

Rede Qualivida

Unidade Executora de Controle Interno (UECI)

Unidade Executora do Programa de Integridade (UEPI)

Não faço parte de comissão ou conselho

Outro:

6. Escreva abaixo o nome da biblioteca especializada da instituição em que atua

*

Sua resposta

7. Agora escreva os contatos da biblioteca (telefone, e-mail e endereço) :*

Sua resposta

8. Informe abaixo os endereços do site da biblioteca (catalogo online, repositório digital, site, redes sociais, etc), se houver.

Sua resposta

9. Informe abaixo os dias e os horário de funcionamento da biblioteca.

Sua resposta

10. Qual o número de funcionários atuando na biblioteca, entre bibliotecários, bolsistas, estagiários e/ou auxiliares?

Sua resposta

11. Redes de cooperação entre bibliotecas podem ser presenciais ou virtuais e auxiliam bibliotecas com menos recursos, nas barreiras de acesso à informação. Informe abaixo a qual rede a biblioteca especializada faz parte.

Sua resposta

12. Marque abaixo a data aproximada da implantação ou inauguração da biblioteca especializada: *

Antes de 1960

Entre 1961 a 1979

Entre 1980 a 2000

Após 2001

Não sei responder

13. Qual a posição da biblioteca especializada na estrutura organizacional. *

Área Gestão Superior

Área Finalística

Área Administrativa

14. Como é a estrutura da biblioteca especializada da sua instituição: *

Escolher

15. Se a biblioteca em que atua **não** é uma central única, informe o número total de bibliotecas da instituição.

Sua resposta

16. Documentos institucionais são aqueles relacionados a instituição, sobre sua composição, regras e organização. Assinale os documentos institucionais que direcionam as atividades das bibliotecas. *

Planejamento estratégico

Regulamento geral

Política editorial

Relatório de gestão

Outro:

17. Os documentos oficiais são provenientes de atos oficiais e apresentam atos da administração pública que produzem efeito jurídico. Indique abaixo, os documentos da biblioteca especializada oficializados por portarias, resoluções ou instrução de serviço. *

Normas (regulamento, recomendações, etc).

Manuais (processos, procedimentos, etc.).

Documentos de criação da biblioteca.

Políticas (Informação, armazenamento, indexação, etc.).

Não possui

Outro:

18. Qual a origem ou a procedência dos recursos destinadas a manutenção e funcionamento da biblioteca especializada? *

Orçamento próprio

Projetos

Leis de incentivo

Não possui fonte de recurso

Outro:

19. Se a biblioteca especializada administra recursos financeiros, marque o valor orçamentário destinado a unidade: *

Escolher

ACERVO

Nesta seção serão realizadas perguntas relativas ao acervo da biblioteca especializada

20. Informe abaixo qual a temática predominante do acervo da biblioteca especializada. *

21. Quais os tipos de coleções existentes no acervo? *

Bibliografias

Clipping

Documentos cartográficos

Folhetos
 Fotografias
 Materiais audiovisual (CD, DVD, fitas, etc.)
 Periódicos
 Teses e dissertações
 Outro:

22. Qual o número de títulos do acervo de livros impressos catalogados no acervo:

*

Sua resposta

23. O código de classificação é utilizado para organizar os livros. Qual o código de classificação utilizado na catalogação de publicações na biblioteca especializada? *

Classificação Decimal de Dewey (CDD)

Classificação Decimal Universal (CDU)

Outro:

24. O código de catalogação é utilizado para descrever uma publicação. Qual o código de catalogação utilizado pela biblioteca especializada?

Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

Descrição e Acesso a Recurso (RDA)

Outro:

25. Quanto ao suporte, quais os tipos de publicações disponibilizadas pela biblioteca especializada? *

Somente impresso

Somente digital

Impresso e digital

26. Quais as formas de aquisição de materiais que irão compor o acervo? *

A permuta significa troca de publicações entre instituições, o intercâmbio é a aquisição através de duplicatas e a cooperação, a atividade de empréstimo entre bibliotecas.

Compra

Cooperação

Doação

Intercâmbio

Permuta

USUÁRIO

Neste bloco serão realizadas perguntas relativas aos usuários da biblioteca especializada

27. Informe o número de servidores ou empregados da instituição (efetivos, comissionados, terceirizados) na instituição em que atua. *

Escolher

28. De que forma o público pode ser atendido pela biblioteca especializada? *

Presencial

Online

Híbrido (presencial e online)

29. Indique o público atendido pela biblioteca especializada: *

Somente o público interno

Somente o público externo

Público interno e externo

Não atende ao público

30. Agora informe qual o tipo de público busca pelos serviços e informações na biblioteca especializada. *

Consultores

Comunidade do entorno da biblioteca especializada

Estudantes

Pesquisadores

Servidores/empregados públicos de outros órgãos públicos

Técnicos e gestores (profissionais das áreas meio e fim da instituição)

Outro:

TECNOLOGIA

Nesta seção serão realizadas questões a respeito da parte tecnológica da biblioteca especializada.

31. O sistema de gestão de bibliotecas controla e organiza todo o acervo de uma biblioteca. Indique qual o software de gestão adotado pela biblioteca especializada. *

Ainfo

BibLivre

Koha

Library

Pergamum

Sophia

Não adotou software

Outro:

32. Os repositórios são bases de dados online e sistemas que reúnem a produção científica ou de uma área temática. Informe abaixo se a instituição possui repositório e se a biblioteca especializada gerencia repositório. *

A instituição possui repositório e a biblioteca gerencia o repositório

A instituição possui repositório, mas não é gerenciado pela biblioteca

A instituição não possui repositório e a biblioteca não gerencia nenhum repositório

Outro:

33. Se a biblioteca gerencia o repositório, informe abaixo o tipo de repositório.

Repositório Institucional

Repositório de Dados

Repositório de Imagens

Outro:

34. Um repositório indexado permite que as publicações possam ser recuperadas em bases de dados internacionais. Se a biblioteca especializada possui ou gerencia um repositório, informe em qual base está indexada?

Google Acadêmico

OpenDOAR

Não está indexado

Outro:

35. Métricas são medidas de desempenho para acompanhar e analisar atividades. Marque quais ferramentas a biblioteca especializada, utiliza para extrair métricas.

Altmetric

Dimensions

Google Acadêmico

Google *Analytics*

Meta Business Suite

Publish or Perish

Plum Analytics

Relatórios do sistema gestor da biblioteca

Não realiza esse acompanhamento

Outro:

36. Se a biblioteca não possui repositório, informe como a instituição armazena as informações.

Site Institucional

HD externo

Nuvem institucional

Intranet

Não sei informar

Outro:

37. Se a instituição não possui repositório, informe que tipo de informação a instituição poderia disponibilizar em formato digital, em um repositório de acesso aberto.

Sua resposta

38. A melhoria contínua visa aperfeiçoar os resultados de uma instituição em um ciclo de oportunidades para gerar novos serviços e produtos. Indique abaixo que tipo de relatório com métricas da biblioteca especializada, são utilizadas na melhoria contínua institucional?

*

Relatórios de acessos digitais

Relatórios do sistema da biblioteca

Não se aplica

Outro:

39. Responda de que forma a biblioteca especializada contribui com a inclusão digital? *

Oferece computador para acessar a internet

Oferece acesso à internet via rede *wi-fi*

Ações de letramento digital

Nenhuma das opções anteriores

Outro:

ESTRUTURA

As questões abordadas nesse bloco são relacionadas a estrutura física da biblioteca especializada

40. Informe qual o tamanho da biblioteca especializada em metros quadrados: *

Sua resposta

41 . Assinale as salas que existem na biblioteca especializada. *

Auditório

Laboratório de Informática

Sala de Leitura

Sala de Estudo em Grupo

Sala de Estudo Individual

Sala de vídeo

Sala de processamento técnico

Sala multiuso/*makerspace*

Sala de acervo (geral, hemeroteca, outros)

Não se aplica

Outro:

42. A acessibilidade proporciona ganho de autonomia e mobilidade para usufruir de espaços, principalmente para portadores de necessidades especiais. Informe se a biblioteca especializada possui acessibilidade, assinalando as opções abaixo quando necessário: *

Elevador para acessar a biblioteca

Rampa para acessar a biblioteca

Computadores adaptados

Acervo com formatos acessíveis

Sinalização adequada

Equipe capacitada para atendimento especializado

Nenhuma das anteriores

Outro:

SERVIÇOS

43. Bibliotecas especializadas desenvolvem diversas atividades e serviços. Indique abaixo os serviços realizados pela biblioteca especializada:

Ação cultural

Atualização do website da biblioteca

Auxílio nos fluxos editoriais institucionais (bases indexadoras, políticas, editoração, etc.)

Consulta local ao acervo

Carro biblioteca

Digitalização de documentos

Disponibilização de tutoriais

Disseminação Seletiva da Informação (DSI)

Empréstimo domiciliar/renova/reserva

Empréstimo entre bibliotecas

Elaboração de ficha catalográfica de publicações oficiais da instituição

Empréstimo de *tablets* ou outro tipo de equipamento eletrônico

Informativos e/ou sumários correntes

Intercâmbio das informações
 Levantamento bibliográfico
 Normalização de publicações oficiais da instituição
 Solicitação de ISBN, ISSN e/ou DOI para publicações oficiais da instituição
 Solução digital de acesso a normas
 Solução digital de acesso a e-books
 Solução digital de acesso à periódicos
 Treinamento/orientação ao leitor
 Visitas orientadas
 Outro:

ACESSO À INFORMAÇÃO

No último bloco de questões são realizadas perguntas relativas ao acesso à informação de interesse público.

44. Informe abaixo os canais de atendimento ao público utilizados pela biblioteca especializada:

E-mail
 Fale conosco do site da biblioteca
 Mensageiros/comentários de redes sociais
 Telefone
 Videochamada
 WhatsApp
 Outro:

45. Marque abaixo que tipo de **informação digital** é armazenada e disponibilizada pela biblioteca especializada em acesso aberto.

Anais
 Artigo científico
 Boletins
 Circulares
 Clipping
 Dados
 Didáticos (desenvolvidos pela instituição)
 Estudos ambientais
 Informativos
 Legislação
 Livros
 Normas (ABNT ou outras)
 Notas
 Notícias
 Parecer
 Periódicos
 Projetos
 Relatórios
 Teses e dissertações
 Não disponibiliza informação nesse formato
 Outro:

46. A biblioteca especializada cobra pelo acesso à informação de interesse público?

Escolher

47. De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), qualquer cidadão pode solicitar informações aos órgãos e entidades. Indique abaixo tipos de pedidos de informações solicitadas a biblioteca especializada:

Pedidos que implicam localizar vários documentos bibliográficos informativos.

Pedidos de informação que implicam convertê-la para a linguagem simples.

Pedidos de informação que exigem na resposta, agregar informações não publicadas e evidências comprovadas por documentos.

Pedidos que implicam a ajuda de técnicos da instituição ou de instituições externas.

Pedidos que outros setores têm dificuldade em responder.

Pedidos de informação do portal da transparência da instituição.

48. A mediação da informação é um processo de interferência do profissional da informação em equipamentos informacionais, visando sua apropriação. Indique a contribuição da biblioteca especializada na mediação das informações institucionais:

Banca troca livros

Carro biblioteca

Clube de leitura

Concursos de desenho, poesias, contos, etc.

Contação de histórias

Doação de publicações institucionais

Exposição

Feira de livros

Oficinas

Palestras

Produção de conteúdo em redes sociais

Roda de conversa

Teatro

Não realiza esse tipo de atividade

Outro:

49. A apropriação da informação é um processo subjetivo de construção de significados para o desenvolvimento do cidadão e da sociedade. Informe como a biblioteca especializada observa a apropriação das informações disponibilizadas por ela.

Já recebeu depoimento a respeito da utilidade das publicações institucionais doadas pela biblioteca especializada

Já recebeu menções em matérias jornalísticas

Já recebeu menções em redes sociais

Já recebeu agradecimento ou elogio em trabalhos acadêmicos ou em redes sociais

Já teve links de arquivos digitais citados em trabalhos acadêmicos do Brasil

Já teve links de arquivos digitais citados em trabalhos acadêmicos publicados no exterior

Nenhuma das anteriores

Outro:

APÊNDICE D

ANO	CONCEITOS DE BIBLIOTECA ESPECIALIZADAS ENCONTRADOS NA LITERATURA PESQUISADA
1939	Um serviço organizado para disponibilizar qualquer experiência e conhecimento que além das atividades específicas de uma determinada organização ou grupo limitado, todos os membros dos quais têm um objetivo comum (MORLEY, 1939, tradução livre).
1947	Expresándolo simplemente, una biblioteca especializada es una colección, formada mediante métodos especiales, con fin de servir a una clientela especial. Más específicamente y como lo expresa una definición autorizada: "Una biblioteca especializada, es un servicio organizado con el objeto de facilitar toda la experiencia y los conocimientos que ampliarán las actividades y los objetivos comunes de una organización o agrupación determinadas que tengan un personal con conocimientos adecuados en el campo de la especialización y de las actividades de la clientela, y que así mismo tenga una preparación profesional." (SHERIER, 1947, p. 159)
1967	"[...] uma biblioteca quase exclusivamente dedicada a publicações sobre um assunto ou sobre grupo de assuntos em particular." (ASHWORTH, 1967, p.1).
1971	"Aquellas bibliotecas que dependen de una asociación, servicio oficial, departamento, centro de investigación, sociedad erudita, asociación profesional, museo, empresa... o cualquier otro organismo, y cuyos acervos pertenezcan en su mayoría a una rama particular; por ejemplo: ciencias naturales, ciencias sociales, historia, etc." (GARCIA, 1996 apud UNESCO, 1971)
1978	"[...] as bibliotecas especializadas são unidades pertencentes a instituições governamentais, particulares ou associações formalmente organizadas com o objetivo de fornecer ao usuário a informação relevante de que ele necessita, em um campo específico de assunto." (CESARINO, 1978, p. 238).
1979	"As bibliotecas especializadas são diferenciadas dos demais tipos de bibliotecas pela sua estrutura de orientação por assunto, e pelo fato de que as organizações as quais elas pertencem terem objetivos específicos, e estes objetivos, por sua vez, devem nortear todas as atividades da biblioteca, dentro das áreas de conhecimento abrangido pela empresa a qual ela serve." (FIGUEIREDO, 1979, p. 10)
1983	Bibliotecas especializadas são como unidades culturais que colaboram na formação do homem, da sociedade. Ela traz novas ideias através da investigação e sensibiliza a comunidade, socializando novos conhecimentos, provoca mudanças, cumprindo o papel social e econômico (GUTIÉRREZ MELENDEZ, 1983).
1984	A biblioteca especializada se aproxima da biblioteca universitária quanto ao nível de seus acervos e aos serviços prestados. No entanto, diferencia-se das demais pela sua estrutura de orientação por assunto, e pelo fato de que as organizações às quais elas pertencem mantêm objetivos específicos, que vão direcionar todas as atividades da biblioteca, dentro das áreas de conhecimento abrangidas pela empresa. (TARGINO, 1988, p. 20)
1989	"Bibliotecas especializadas ou de empresas: existem para atender às necessidades das organizações a que estão subordinadas." (VERGUEIRO, 1989, p. 21)
1991	"[...] deve ser vista sempre como centro de suporte à informação, cumprindo seu papel e

	ocupando espaço na cadeia de inovação tecnológica". (MAIA; PASSOS; COSTA, 1991, p. 688)
1996	De maneira geral, pode-se apontar que as bibliotecas especializadas da região latino-americana, resguardam uma grande riqueza documental especializada nos diversos ramos do conhecimento, pode-se dizer que sua contribuição à pesquisa e, portanto, ao desenvolvimento científico está na geração de conhecimentos que se materializam em diversos suportes impressos ou eletrônicos, que por sua vez são consultados para obter novos contributos para o conhecimento científico. (GARCIA, 1996)
1997	Biblioteca especializada é aquela que existe em função de um grupo restrito de usuários, reunindo e divulgado documentos de um campo específico do conhecimento (SILVA; ARAÚJO, 1997).
2003	[...] fonte de informações fundamentais para preservar a sua história e gerar conhecimentos através de sua divulgação. Esse controle é decisivo para a instituição garantir o seu legado à sociedade (NASCIMENTO; ALCÂNTARA, 2003, p. 8).
2007	"As bibliotecas especializadas são constituídas por acervo que visa suprir as necessidades da organização à qual se encontram inseridas, apesar de incluir sempre um certo número de obras sobre áreas afins ou relacionadas." (MIRANDA, 2007, p. 88)
2010	[...] uma biblioteca ou centro de documentação que depende de uma instituição pública ou privada, cujos fundos documentais, tratam de um tema específico, ou grupo de temas afins, com o objetivo de apoiar a tomada de decisão institucional, facilitar o acesso à informação sobre um tema, ou prestar serviços técnicos para o desenvolvimento de pesquisas do próprio corpo técnico de uma instituição ou de usuários externos. As bibliotecas especializadas podem ser organizadas em rede e realizar acordos de cooperação para prestar melhores serviços. (CONSEJO DE COOPERACIÓN BIBLIOTECARIA, 2010, p. 3, tradução livre)
2012	Uma unidade de informação especializada visa a incentivar ao aprofundamento e aprimoramento científico, tendo como sua missão atender aos profissionais na busca da informação. O seu público alvo, por sua vez, são usuários de características específicas, exigentes, objetivos e criteriosos. Destaca-se pelo acervo específico, que procura atender às demandas de usuários de uma determinada área. Dessa forma, unindo-se acervo e usuário, tem-se o conceito de biblioteca especializada, ou seja, uma unidade de informação com acervo especializado destinado à satisfação das necessidades informacionais de um público específico. (SILVA, CAVALCANTE, BARBOSA, 2012 p. 3)
2017	"Em síntese, pode-se admitir que as bibliotecas especializadas se propõem a reunir sistematicamente o material relativo a um tema específico e torná-lo acessível aos usuários de uma determinada organização facilitando estudos investigatórios sobre um assunto." (SOUZA, OLIVEIRA, 2017, p. 190)
2018	"As bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira auxiliarão na preservação e no resgate da memória e história, além dos aspectos econômicos e sociais das populações de origem africana. Além disso, a disseminação da informação sobre estas populações trará maior visibilidade e proporcionará maior conhecimento quanto à sua cultura, religião, história e sua parte na construção do nosso país."(LIMA et al., 2018, p. 13).

2018	As Bibliotecas Especializadas orientam-se para a construção do conhecimento de determinado público. Nesta ótica, bibliotecas pertencentes ao setor agropecuário quando fornecem informações relevantes para o apoio técnico e extensão rural, auxiliam técnicos, extensionistas e educadores, contribuindo para a atualização de conhecimentos técnicos dos servidores vislumbrando aprimorar o programa de transferência de tecnologia para agricultores que procuram maximizar o rendimento e a qualidade dos produtos agrícolas com a execução de métodos essenciais (FELIPE, 2018, p. 25).
2021	Voltada a um campo específico do conhecimento. Seu acervo e seus serviços atendem às necessidades de informação e pesquisa de usuários interessados em uma ou mais áreas específicas do conhecimento. É vinculada a uma instituição pública, ou privada podendo também se caracterizar como uma biblioteca universitária, quando vinculada a uma unidade de ensino superior. (SNBP, 2021)

APÊNDICE E

DADOS DO MAPEAMENTO DAS BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS			
CODIGO	UNIDADES DE INFORMACAO	INSTITUICAO	TIPO
Instituicao 1	Biblioteca Senador Joao Calmon	ALES	Legislativa
Instituicao 1	Centro de Memória e Bens Culturais	ALES	Legislativa
Instituicao 1	Centro de Documentação TV Assembleia Legislativa	ALES	Meio de Comunicacao
Instituicao 1	Biblioteca Setorial da Procuradoria	ALES	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 2	Biblioteca CEET Talmo de Freitas	SECTIDES	Profissionalizante
Instituicao 2	Biblioteca CEET Vasco Coutinho	SECTIDES	Profissionalizante
Instituicao 3	Biblioteca do Bandes	BANDES	Finanças e Economia
Instituicao 3	Centro de Documentação e Memória Bandes	BANDES	Finanças e Economia
Instituicao 4	Biblioteca UFI	IASES	Socioeducativa
Instituicao 4	Biblioteca UNIP I	IASES	Socioeducativa
Instituicao 4	Biblioteca UNIP SUL	IASES	Socioeducativa
Instituicao 4	Biblioteca Paulo Freire - UNIS Cariacica	IASES	Socioeducativa
Instituicao 4	Biblioteca Iases Regional Norte	IASES	Socioeducativa
Instituicao 5	Biblioteca ICEPi	SESA	Centro de Pesquisa
Instituicao 5	Biblioteca do Conselho Estadual de Saúde (CES)	SESA	Saúde
Instituicao 6	Centro de Documentação e Informação (Cidoc)	IEMA	Centro de Recursos
Instituicao 6	Biblioteca Comunitária Hermógenes Lima da Fonseca	IEMA	Extensao
Instituicao 7	Biblioteca Instituto Jones Santos Neves	IJSN	Centro de Pesquisa
Instituicao 8	Biblioteca Coronal PM Francisco Eugenio Assis (Academia da Polícia Militar)	PMES	Segurança Pública
Instituicao 9	Biblioteca Saul de Navarro - Academia de Letras	AEL	Arte
Instituicao 10	Biblioteca Desembargador Homero Mafra	TJ	Jurídica
Instituicao 11	Biblioteca Ministro Joao Lyra Filho	TCE	Jurídica
Instituicao 12	Biblioteca Desembargador Euripedes Queiroz do Valle	TER	Jurídica
Instituicao 13	Biblioteca Elias Faissal	MP	Jurídica
Instituicao 14	Biblioteca do MAES	MAES	Arquivos e Museus
Instituicao 15	Biblioteca FAPES	FAPES	Centro de Pesquisa
Instituicao 16	Biblioteca de Apoio	APES	Arquivos e Museus
Instituicao 17	Biblioteca Juiz Jayme Gurivitz	TRT	Jurídica
Instituicao 18	Bibliotecas CRJ Guarapari	SDH	Infanto Juvenil
Instituicao 18	Biblioteca do CRJ Cariacica	SDH	Infanto Juvenil
Instituicao 19	Biblioteca Jones dos Santos Neves	FAMES	Acadêmica ou universitária
Instituicao 20	Biblioteca da PGE	PGE	Jurídica
Instituicao 21	Biblioteca SEDU-ES	SEDU	Escolar
Instituicao 21	E.E.E.F.M. Antônio Engracio da Silva	SEDU	Escolar
Instituicao 21	CEEFMTI ASSISOLINA ASSIS ANDRADE	SEDU	Escolar
Instituicao 21	CEEFMTI JOAQUIM BEATO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	CEEFMTI PASTOR OLIVEIRA DE ARAUJO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	CEEFMTI PROFESSOR ELPIDIO CAMPOS DE OLIVEIRA	SEDU	Escolar
Instituicao 21	CEEFMTI GALDINO ANTONIO VIEIRA	SEDU	Escolar
Instituicao 21	CEEMTI AFONSO CLAUDIO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	CEEMTI LICEU MUNIZ FREIRE	SEDU	Escolar
Instituicao 21	CEEMTI MANOEL DUARTE DA CUNHA	SEDU	Escolar
Instituicao 21	CEEMTI MONSENHOR MIGUEL DE SANCTIS	SEDU	Escolar
Instituicao 21	CEEMTI PROF MAURA ABAURRE	SEDU	Escolar

Instituicao 21	EEEF JOSE RODRIGUES COUTINHO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEF TAQUARA I	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM ALICE HOLZMEISTER	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM ALMIRANTE BARROSO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM ANA LOPES BALESTRERO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM ANTONIO JOSE PEIXOTO MIGUEL	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM BELMIRO TEIXEIRA PIMENTA	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM BENICIO GONCALVES	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM CATHARINA CHEQUER	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM CLOTILDE RATO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM D JOAO BATISTA DA MOTTA E ALBUQUERQUE	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM DR JOSE MOYSES	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM JERONIMO MONTEIRO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM JOAO CRISOSTOMO BELESA	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM JOSE GIESTAS	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM MAJOR ALFREDO PEDRO RABAYOLLI	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM MARIA DE LOURDES POYARES LABUTO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM MARIA ORTIZ	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM MARINETE DE SOUZA LIRA	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM MESTRE ALVARO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM OLAVO RODRIGUES DA COSTA	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM PALMERINDO VIEIRA CAMPOS	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM PIO XII	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM PRESIDENTE GETULIO VARGAS	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM PROF HERMANN BERGER	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM PROF Joao LOYOLA	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM PROF MANOEL ABREU	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM PROF MARIA MAGDALENA DA SILVA	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM PROFESSORA ANTONIETA BANHOS FERNANDES	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM QUINTILIANO DE AZEVEDO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM ROMULO CASTELLO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM SAO JOAO BATISTA - CARIACICA	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM SATURNINO RANGEL MAURO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM THEODOMIRO RIBEIRO COELHO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM VILA NOVA DE COLARES	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEFM WILSON RESENDE	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEM COLÉGIO ESTADUAL DO ESPIRITO SANTO	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEM GODOFREDO SCHNEIDER	SEDU	Escolar

Instituicao 21	EEEM IRMA MARIA HORTA	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEM MARIO GURGEL	SEDU	Escolar
Instituicao 21	EEEM PROF JOSE VEIGA DA SILVA	SEDU	Escolar
Instituicao 22	Penitenciária Feminina de Cariacica	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	Queimados	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	Centro de Detenção Provisória de Guarapari - CDPG Plantão: (27) 99231-3890	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	Centro de Detenção Provisoria de Marataizes - CDPM	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	Centro de Detenção Provisoria de Sao Domingos	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	CENTRO DETENÇÃO Provisoria DE Sao MATEUS	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	CENTRO DE DETENÇÃO Provisoria DE VIANA II (CDPV II) II	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	Centro de Detenção Provosória e Vila Velha I	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	Presidio De Linhares	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PRCI - Presidio Regional de Cachoeiro de Itapemirim	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	CENTRO DE DETENÇÃO Provisoria DE COLATINA (CDPCOL)	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PENITENCIARIA Agricola DO Espirito SANTO (PAES)	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PENITENCIARIA DE SEGURANCA MAXIMA II (PSMA II)	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PSMA-I (Penitenciaria De Segurança Maxima I)	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PSMECOL - PENITENCIARIA de Segurança Média de Colatina	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PENITENCIARIA de Segurança Média II (PSME II)	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PENITENCIARIA Estadual de Vila Velha I	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PENITENCIARIA Estadual de Vila Velha II	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PENITENCIARIA Estadual de Vila Velha III	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PENITENCIARIA Estadual de Vila Velha V (PEVV 5)	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PENITENCIARIA Regional de Barra de Sao Francisco	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PRCI - Presidio Regional de Cachoeiro de Itapemirim	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PENITENCIARIA Regional de Linhares	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PENITENCIARIA Regional de Sao Mateus	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PENITENCIARIA Semiaberta de Vila Velha	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	PENITENCIARIA Semiaberta Masculina de Colatina - PSMCOL	SEJUS	Prisional
Instituicao 22	Unidade de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (UCTP)	SEJUS	Prisional
Instituicao 23	Biblioteca Rui Tendinha	Incaper	Centro de Pesquisa
Instituicao 23	ELDR AGUA DOCE DO NORTE	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR AGUIA BRANCA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR AFONSO CLA• UDIO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR ALEGRE	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR ALFREDO CHAVES	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	FE ALFREDO CHAVES	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	FE CAFUNDO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR ALTO RIO NOVO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR ANCHIETA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR APIACA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	EDDR GUARANA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR ARACRUZ	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR ATILIO VIVACQUA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR BARRA DE SAO FRANCISCO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura

Instituicao 23	ELDR BOA ESPERANCA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR BOM JESUS DO NORTE	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR BREJETUBA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	CT BANANAL DO NORTE	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	FE BANANAL DO NORTE	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR CARIACICA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR CASTELO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR COLATINA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR BRACO DO RIO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR CONCEICAO DA BARRA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR CONCEICAO DO CASTELO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR DIVINO SAO LOURENCO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR PARAJU	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR PEDRA AZUL	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR DOMINGOS MARTINS	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR DOMINGOS MARTINS	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	FE MENDES DA FONSECA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR DORES DO RIO PRETO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR ECOPORANGA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR FUNDAO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR GOVERNADOR LINDENBERG	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR GUACUI	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR GUARAPARI	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR IUNA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR IBATIBA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR IBIRACU	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR IBITIRAMA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR ICONHA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR IRUPI	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR ITAGUACU	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR ITAPEMIRIM	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR ITARANA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR JAGUARE	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR JERONIMO MONTEIRO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR JOAO NEIVA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR LARANJA DA TERRA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura

Instituicao 23	ELDR LINHARES	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	FE LINHARES	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR MANTENOPOLIS	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR MARATAIZES	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR MARECHAL FLORIANO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR MARILANDIA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	FE MARILANDIA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR MIMOSO DO SUL	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR MUCURICI	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR MUNIZ FREIRE	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR MUQUI	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR NOVA VENECIA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR PANCAS	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR PEDRO CANA• RIO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR PIUMA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR PINHEIROS	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR PONTO BELO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR PRESIDENTE KENNEDY	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR RIO BANANAL	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR RIO NOVO DO SUL	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR SAO GABRIEL DA PALHA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR Sao JOSE DO CALCADO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	EDDR NESTOR GOMES	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR SAO MATEUS	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR Sao ROQUE DO CANAA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR SANTA LEOPOLDINA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR SANTA MARIA DE JETIBA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR SANTA TERESA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR SERRA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR SOORETAMA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	FE SOORETAMA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR VARGEM ALTA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR VENDA NOVA DO IMIGRANTE	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	FE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	FE VIANA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	FE REGINALDO CONDE	Incaper	Extensao/Sala de Leitura

Instituicao 23	ELDR VIANA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR VILA PAVAO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR VILA VALERIO	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 23	ELDR VILA VELHA	Incaper	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 24	Biblioteca Lendo Sefaz	SEFAZ	Finanças e Economia
Instituicao 24	Agencia Alegre	SEFAZ	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 24	Agencia Aracruz	SEFAZ	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 24	Agencia Barra de Sao Francisco	SEFAZ	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 24	Agencia de Cachoeiro	SEFAZ	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 24	Agencia de Cachoeiro	SEFAZ	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 24	Agencia de Colatina	SEFAZ	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 24	Agencia de Linhares	SEFAZ	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 24	Agencia de Sao Mateus	SEFAZ	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 24	Agencia da Serra	SEFAZ	Extensao/Sala de Leitura
Instituicao 24	Agencia de Venda Nova do Imigrante	SEFAZ	Extensao/Sala de Leitura

APÊNDICE F

SUGESTÃO DE ORGANIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS EM REDES		
Rede de Bibliotecas de Arte		
Unidade de Informação	Instituição	Tipo
Biblioteca Saul de Navarro - Academia de Letras	AEL	Associação
Biblioteca do MAES	MAES	Arquivos e Museus
Biblioteca Maria Stella de Novaes	APES	Arquivos e Museus
Biblioteca Jones dos Santos Neves	FAMES	Acadêmica e universitária
Centro de Memória e Bens Culturais	ALES	Legislativa
Rede de Bibliotecas de Controle e Prestação de Contas		
Biblioteca Senador Joao Calmon	ALES	Legislativa
Biblioteca Ministro Joao Lyra Filho	TCE	Jurídica
Biblioteca Desembargador Euripedes Queiroz do Valle	TRE	Jurídica
Biblioteca da PGE	PGE	Jurídica
Rede de Bibliotecas de Finanças e Economia		
Biblioteca do Bandes	BANDES	Finanças e Economia
Centro de Documentação e Memória Bandes	BANDES	Finanças e Economia
Biblioteca Lendo Sefaz	SEFAZ	Finanças e Economia
Rede de Bibliotecas de Inovação		
Biblioteca ICEPi	SESA	Centro de Pesquisa
Biblioteca Instituto Jones Santos Neves	IJSN	Centro de Pesquisa
Biblioteca FAPES	FAPES	Centro de Pesquisa
Biblioteca Rui Tendinha	INCAPER	Centro de Pesquisa
Biblioteca CEET Talmo de Freitas	SECTIDES	Profissionalizante
Biblioteca CEET Vasco Coutinho	SECTIDES	Profissionalizante
Rede de Bibliotecas de Saúde		
Biblioteca ICEPi	SESA	Centro de Pesquisa
Biblioteca do Conselho Estadual de Saúde (CES)	SESA	Saúde
Centro de Estudos do Hospital Nossa Senhora da Gloria	SESA	Saúde
Rede de Bibliotecas de Saúde e Meio Ambiente ou de Saúde Ambiental		
Centro de Documentação e Informação (Cidoc)	IEMA	Centro de Recursos
Biblioteca do Conselho Estadual de Saúde (CES)	SESA	Saúde
Centro de Estudos do Hospital Nossa Senhora da Gloria	SESA	Saúde
Biblioteca ICEPi	SESA	Centro de Pesquisa
Bibliotecas Sedu/ES	SEDU	Escolar
Rede de Bibliotecas Jurídicas		
Biblioteca Desembargador Homero Mafra	TJ	Jurídica
Biblioteca Ministro Joao Lyra Filho	TCE	Jurídica
Biblioteca Desembargador Euripedes Queiroz do Valle	TRE	Jurídica
Biblioteca Elias Faissal	MP	Jurídica

Biblioteca Juiz Jayme Gurivitz	TRT	Jurídica
Biblioteca da PGE	PGE	Jurídica
Rede de Bibliotecas de Justiça e Segurança Pública		
Biblioteca Coronal PM Francisco Eugenio Assis (Academia da Polícia Militar)	PMES	Segurança Pública
Bibliotecas do Iases	IASES	Socioeducativa
Bibliotecas da Sejus/ES	SEJUS	Prisional
Biblioteca Juiz Jayme Gurivitz	TRT	Jurídica
Biblioteca Elias Faissal	MP	Jurídica
Biblioteca Desembargador Homero Mafra	TJ	Jurídica
Rede de Difusão Cultural		
Biblioteca Saul de Navarro - Academia de Letras	AEL	Arte
Bibliotecas Iases	IASES	Socioeducativa
Bibliotecas CRJs	SDH	Infanto-Juvenil
Bibliotecas Sedu/ES	SEDU	Escolar
Biblioteca Maria Stella de Novaes	APES	Arquivos e Museus
Biblioteca do MAES	MAES	Arquivos e Museus
Biblioteca Jones dos Santos Neves	FAMES	Acadêmica e universitária

APÊNDICE G

CATALOGO DE BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS

Ainfo (1)

Catálogo da Biblioteca Rui Tendinha (Incaper). O catálogo disponibiliza informações sobre agricultura e de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo instituto, para subsidiar as políticas de desenvolvimento rural sustentável. Reúne dados bibliográficos do acervo geral e está integrado a um repositório com acesso a produção editorial e técnico-científica institucional.

Link: <https://bibliotecaruitendinha.incaper.es.gov.br/>

Bibliivre (3)

Catálogo da Biblioteca 'Lendo Sefaz'. Disponibiliza registros bibliográficos do acervo técnico institucional, publicações jurídicas, contábil/financeiro, administrativo e literatura utilizada no lazer e em projetos de leitura.

Link: <http://biblioteca.sefaz.es.gov.br/Bibliivre5>

Catálogo da Biblioteca Cel PM Francisco Eugênio de Assis (PMES). Reúne bibliografias gerais e do estado relativo a segurança pública. Disponibiliza em formato digital trabalhos acadêmicos desenvolvidos por agentes de segurança pública desenvolvidos na Academia de Polícia Militar do Espírito Santo – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública.

Link: <https://biblioteca.pm.es.gov.br/Bibliivre5/>

Catálogo do Sistema de Bibliotecas Escolares. Base de dados bibliográfica com livros de literatura e técnicos, conforme a unidade escolar.

Link: <https://bibliotecas.sedu.es.gov.br/>

Library (1)

Catálogo da Biblioteca PGE. Disponibiliza registros de bibliografias de direitos e normas da Procuradoria Geral do Estado.

Link: <https://pge.es.gov.br/biblioteca>

Koha (2)

Catálogo da Biblioteca do ICEPi. Base de consulta com bibliográficas, periódicos, teses e dissertações da área de saúde pública. O repositório reúne todas as produções científicas da Instituição, sejam os Trabalhos de Conclusão de Curso (Monografias ou Artigos), as apostilas dos alunos, os manuais produzidos, bem como toda a produção do ICEPi passível de publicação para divulgação.

Link: <https://biblioteca.icepi.es.gov.br/>

Catálogo da Biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves. Base com registros bibliográficos e acesso digital a clippings, mapas, fotografias e a produção de informação técnico-científica institucional que subsidiam as políticas públicas de desenvolvimento estadual.

Link: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/>

Pergamum (2)

Catálogo da Biblioteca Jones dos Santos Neves (FAMES). Base com registros catalográficos de arte e música. Acesso digital a artigos e a produção de trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela instituição na área de musical.

Link: <http://biblioteca.fames.es.gov.br/pergamum/biblioteca/index.php>

Biblioteca Ministro João Lyra Filho (TCE). Catálogo da biblioteca jurídica do tribunal de contas.

Link: Indisponível

Sophia (2)

Catálogo da Biblioteca Senador João Calmon (ALES). Base de registros bibliográfico com publicações de Direito, Ciência Política, Literatura, Filosofia, Ética e Administração.

Link: <https://www.al.es.gov.br/Conteudo/Acervo#ancora-titulo-biblioteca>

Centro de Informação e Documentação (Iema). Base de registros e documentos digitais de meio ambiente.

Link: <http://servicos.iema.es.gov.br/biblioteca/>

APÊNDICE H

DIAGNÓSTICO DAS BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESPECIALIZADAS			
Biblioteca Jones dos Santos Neves (FAMES)			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração	Equipe técnica - CCBU - Possui instrumento normativo	Desenvolvimento de coleções - Relação institucional	Desenvolver políticas de biblioteca e integrar outras redes de cooperação
Acervo	Temática - Orçamento - Atualização	Tamanho do acervo - Acesso ao impresso	Incremento do acervo com permuta ou intercâmbio com outras instituições do estado e nacionais
Usuário	Atendimento	Serviços digitais	Empréstimo entre bibliotecas
Tecnologia	Catálogo online - acesso à internet, rede wi-fi	Preservação da informação digital	Repositório indexado - Difusão científica
Estrutura	Ampla e parcialmente acessível	Capacitação e acervo	Adequação para Integrar a Rede de Bibliotecas Acessíveis
Serviços	Ação cultural	Digitalização	Implementar outros serviços (bibliografias, catálogos institucionais e informativos).
Acesso à Informação	Serviço gratuito - Inclusão digital - mediação	Acesso somente ao impresso - métricas	Indexação do catálogo digital no Google - Repositório para tornar acessível a produção institucional
Biblioteca Cel PM Francisco Eugênio de Assis			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração	Equipe técnica - instrumento normativo - Orçamento	Desenvolvimento de coleções - Relação institucional interna e externa	Desenvolver políticas de biblioteca - Integrar redes de cooperação na temática do acervo

Acervo	Atualização - acesso ao impresso e digital - orçamento	Interface	Intercâmbio com outras instituições
Usuário	Atendimento híbrido	Atendimento somente interno	Capilaridade e aproximação com a sociedade
Tecnologia	Base de consulta e acesso a documentos digitais - Rede <i>wi-fi</i>	Preservação da informação digital	Implementar repositório - Difusão científica
Estrutura	Ampla e parcialmente acessível		Adequação para visitas orientadas - Adequação para acessibilidade
Serviços	Ação cultural - digitalização	Capacitação do usuário	Capacitação e tutoriais para usuários internos/externos
Acesso à Informação	Serviço gratuito - inclusão digital - acesso à informação digital - mediação	Preservação das informações digitais	Indexação do catálogo digital no Google - Políticas de preservação e acesso à informação digital
Biblioteca Maria Stella de Novaes			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração	Quadro técnico	Desenvolvimento de coleções - redes de cooperação - instrumento normativo	Articular criação da comissão de biblioteca e integrar outras redes de cooperação
Acervo	Produção editorial - acesso ao impresso e digital	Orçamento	Difusão e intercâmbio com outras instituições
Usuário	Atendimento interno/externo	Atendimento somente presencial	Difusão de publicações institucionais - Circuito de bibliotecas alinhado com a SETUR
Tecnologia		Automação - Preservação digital - acesso à internet	Organização dos fluxos editoriais institucionais em repositório indexado
Estrutura	Ampla sala de leitura com acesso a mídia analógica	Acessibilidade	Adequação para visitas orientadas

Serviços	Ação cultural - digitalização	Capacitação do usuário	Implementar outros serviços bibliografias, catálogos institucionais, visitas orientadas e informativos
Acesso à Informação	Serviço gratuito - acesso à informação digital - mediação	Inclusão digital - métricas	Organização, acesso e preservação das informações digitais.
Biblioteca 'Lendo Sefaz'			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração	Relação institucional - Orçamento	Equipe técnica - Desenvolvimento de coleções	Organizar um sistema de bibliotecas
Acervo	Produção técnica de servidores	Padrões - acesso presencial	Difusão e intercâmbio com outras instituições
Usuário	Atendimento híbrido	Atendimento somente público interno	Capilaridade e aproximação com a sociedade
Tecnologia	Catálogo online	Preservação da informação digital	Implementar repositório - Implantar formas de difusão
Estrutura	Ambiente amplo – sala <i>maker</i>	Acessibilidade	Adequação para visitas orientadas
Serviços	Digitalização - solução digital de acesso a periódicos	Capacitação do usuário	Implementar novos serviços
Acesso à Informação	Canais de informação - serviço gratuito - mediação da informação	Métricas	Disponibilizar informações institucionais em acesso aberto com repositório indexado
Biblioteca Rui Tendinha			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração	Equipe técnica - Relação institucional	Desenvolvimento de coleções - orçamento - Instrumento normativo	Articular criação da comissão de biblioteca - Organizar um sistema de bibliotecas
Acervo	Produção editorial e técnico-científica institucional - acesso ao impresso e digital	Atualização	Difusão e intercâmbio com outras instituições
Usuário	Atendimento híbrido - público interno e externo	Distância regional	Capilaridade e aproximação com a sociedade

Tecnologia	Catálogo online - acesso a informação digital	Preservação da informação digital	Implementar repositório de dados
Estrutura		Acessibilidade	Adequação para visitas orientadas - espaço <i>maker</i>
Serviços	Digitalização	Capacitação do usuário	Biblioteca de coisas
Acesso à Informação	Canais de informação - serviço gratuito - mediação da informação	Métricas	Implementar novas ferramentas de estatística - Implementar novos repositórios
Biblioteca PGE			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração	Equipe técnica	Desenvolvimento de coleções - Relação externa - Relação institucional - Orçamento	Integrar redes de cooperação na temática do acervo
Acervo	Acesso ao impresso e digital	Informação digital acessível	Organizar a produção editorial em software adequado com repositório de artigos
Usuário	Atendimento híbrido - Atendimento interno e externo		Empréstimo entre bibliotecas
Tecnologia	Base de consulta online	Preservação da informação digital	Implementar repositório - Implementar novas formas de difusão
Estrutura	Ampla	Acessibilidade	Adequação a visitas orientadas
Serviços	Ação cultural - digitalização	Capacitação do usuário	Capacitação e tutoriais para usuários internos/externos
Acesso à Informação	Serviço gratuito - canais de comunicação	Inclusão digital - acesso à informação digital - mediação	Indexação do catálogo digital no <i>Google</i>
Centro de Memória e Bens Culturais José Luiz Claudio Corrêa			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades

Administração	Possui instrumento normativo	Desenvolvimento de coleções - equipe técnica - relação institucional	Articular criação da comissão de biblioteca e integrar outras redes de cooperação
Acervo	Acervo imagético - orçamento	Acesso ao impresso	Subsídios à produção editorial interna
Usuário	Atendimento híbrido - atendimento interno e externo		Integrar o projeto Escola na Ales
Tecnologia	Uso de rede social de imagens	Preservação digital	Agência de imagens
Estrutura	Ampla	Acessibilidade	Visitas orientadas - Ação cultural
Serviços	Exposição	Ação cultural	Implementar novos serviços como oficina de fotografia
Acesso à Informação	Serviço gratuito	Inclusão digital - métricas	Implementar novas ferramentas de organização e acesso a informação digital com estatística e visualização

Biblioteca Fapes

Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração	Relação institucional - Instrumento normativo - Orçamento	Desenvolvimento de coleções - equipe técnica	Articular criação da comissão de biblioteca e integrar outras redes de cooperação
Acervo	Acervo impresso e digital	Formas de acesso	Organização e disponibilização de informações digitais
Usuário	Atendimento híbrido	Atendimento somente público interno	Organizar visitas técnicas para conhecer projetos de pesquisas desenvolvidas no Estado
Tecnologia	Maioria da informação produzida é digital – Rede <i>wi-fi</i>	Preservação digital - acesso à internet	Repositório de literatura cinzenta - Plataforma cooperativa de dados científicos - Difusão científica
Estrutura	Sala <i>maker</i>	Espaço reduzido	Biblioteca de coisas

Serviços	Digitalização e ação cultural	Capacitação do usuário	Implementar outros serviços - Realizar oficinas de elaboração de projetos
Acesso à Informação	Serviço gratuito	Inclusão digital - mediação - métricas	Visibilidade da produção científica cinzenta gerada em instituições de pesquisa do Estado
Biblioteca Senador João Calmon			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração	Equipe técnica - relação institucional - instrumento normativo	Desenvolvimento de coleções - Relação externa - Coordenação	Desenvolver políticas de biblioteca - integrar outras redes de cooperação - Coordenar sistematização dos ambientes da informação
Acervo	Atualização	Acesso somente ao impresso	Intercâmbio com outras instituições - Organização o acesso à produção editorial
Usuário	Atende o público interno e externo	Atendimento somente presencial	Integrar o projeto Escola na Ales - Circuito de integração para novos funcionários
Tecnologia	Catálogo online – Rede wi-fi	Preservação digital	Integrar o Sophia a um repositório - Difusão em redes sociais
Estrutura	Ampla e parcialmente acessível – Sala <i>maker</i>		Adequação para visitas orientadas - Integrar a Rede de Bibliotecas Acessíveis
Serviços	Digitalização	Ação cultural	Implementar outros serviços bibliografias, catálogos institucionais e informativos
Acesso à Informação	Serviço gratuito - inclusão digital - mediação	Métricas	Indexação do catálogo digital no Google - Repositório para armazenar a produção editorial institucional
Biblioteca ICEPi			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades

Administração	Equipe técnica - instrumento normativo - Criação em conjunto com a criação da instituição	Desenvolvimento de coleções - Relação externa - Relação institucional - Orçamento	Integrar outras redes de cooperação (Rede BiblioSUS)
Acervo	Acervo científico - acesso ao impresso e digital	Atualização	Intercâmbio com outras instituições
Usuário	Atendimento híbrido - Atende o público interno e externo		Capilaridade junto a Sesa/ES
Tecnologia	Catálogo online com acesso à informação digital - acesso à internet - Letramento digital	Indisponibilidade	Hospedagem e backup dos dados na Prodest - Difusão científica
Estrutura	Ampla e parcialmente acessível		Programa de integração aos novos estudantes - Integrar a Rede de Bibliotecas Acessíveis
Serviços	Integrados aos fluxos editoriais	Ação cultural - digitalização	Empréstimo entre bibliotecas e difusão da informação em escolas
Acesso à Informação	Canais de comunicação - Serviço gratuito - inclusão digital	Mediação da informação - Métricas	Indexação do catálogo digital no <i>Google</i>
Biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração	Equipe técnica - Instrumento normativo - Orçamento	Desenvolvimento de coleções - Relação externa - Relação institucional - Orçamento	Integrar outras redes institucionais e de cooperação
Acervo	Atualização - acesso ao impresso e digital - Produção editorial institucional		Intercâmbio com outras instituições
Usuário	Atendimento híbrido - Atende o público interno e externo		Empréstimo entre bibliotecas
Tecnologia	Catálogo online com acesso à informação digital	Métricas	Indexação
Estrutura	Ampla	Acessibilidade	Adaptação para integrar a Rede de Bibliotecas Acessíveis

Serviços	Integrados aos fluxos editoriais	Ação cultural - digitalização	Serviços que promovam de aproximação com a sociedade
Acesso à Informação	Canais de comunicação - Serviço gratuito	Mediação da informação - Métricas	Padronização de fluxos editoriais digitais - Implementar novas ferramentas de métricas - Difusão científica
Biblioteca Saul Navarro			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração		Desenvolvimento de coleções - Relação externa - Relação institucional - Orçamento - Equipe técnica - orçamento	Integrar outras redes institucionais e de cooperação
Acervo	Produção editorial institucional - Acervo histórico - Acesso impresso e digital	Formas de acesso	Digitalização e uso de repositório
Usuário	Autores institucionais - Atendimento híbrido - Atende o público interno e externo	Atendimento por agendamento	Projetos para captar recursos - Estágio voluntário para atendimento - Gestão pela Secretaria de Cultura
Tecnologia	Uso de site como alternativa ao acesso digital	Preservação digital	Gerar publicações adaptadas a diferentes suportes - Automação das atividades
Estrutura	Ampla - Prédio histórico	Acessibilidade	Projeto de acessibilidade - Visita guiada alinhado a Setur
Serviços	Ação cultural	Novos serviços	Disponibilizar agenda de apresentações, catálogo de serviços - catálogo de acadêmicos
Acesso à Informação	Canais de comunicação - Serviço gratuito - Mediação da informação	Estrutura para acesso à informação	Padrão de documentos editoriais digitais - Implementar novas ferramentas de acesso à informação digital - integrar a instituição a circuito de turismo
Biblioteca Ministro João Lyra Filho			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades

Administração	Equipe técnica - Instrumento normativo - Orçamento - Relacionamento externo	Relação institucional	Cooperação com outras bibliotecas jurídicas - Desenvolvimento de coleção
Acervo	Acesso digital	Indisponibilidade do sistema	Implementar novas fontes de informação digital
Usuário	Atendimento híbrido - Atende o público interno e externo	Consulta local	Ampliar relações com outros públicos
Tecnologia	Catálogo indisponível na internet	Preservação digital	Repositório indexado
Estrutura	Ampla	Acessibilidade	Novas divisões
Serviços	Acesso a soluções digitais	Ação cultural e DSI	Disseminação da informação com informativos direcionados a bibliotecas nacionais e estaduais
Acesso à Informação	Canais de comunicação - Serviço gratuito - Mediação da informação	Métricas	Implementar novas ferramentas de acesso digital com dados e relatórios estatísticos
Centro de Informação e Documentação (Cidoc)			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração	Equipe técnica - Relacionamento externo e institucional - Área finalística	Normatização	Formalização e elaboração de políticas de biblioteca
Acervo	Atualização - acesso ao impresso e digital - orçamento		Criar instrumentos de disseminação da produção institucional
Usuário	Atendimento híbrido - Atende o público interno e externo		Difusão segmentada e subsídios a identificação de demandas à produção editorial institucional
Tecnologia	Catálogo disponível na internet - Preservação da informação junto a Prodest - Rede <i>wi-fi</i>	Indexação	Repositório indexado

Estrutura	Ampla	Divisões	Acessibilidade e <i>layout</i>
Serviços	Acesso a soluções digitais - biblioteca itinerante - Ação cultural	DSI	Disseminação da informação com público segmentado
Acesso à Informação	Canais de comunicação - Serviço gratuito - Mediação da informação	Métricas	Indexação da base da biblioteca e o acompanhamento de métricas
Sistema de Bibliotecas Escolares do Estado			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração	Relacionamento externo e institucional - Área de Gestão Superior - Formalização	Formalismo - Orçamento - Equipe técnica reduzida	Participar de redes externas
Acervo	Acesso ao impresso e digital	Orçamento	Intercâmbio e novas fontes de informação
Usuário	Atendimento híbrido	Público restrito	Subsídios e identificação de demandas institucionais
Tecnologia	Catálogo disponível na internet - Rede <i>wi-fi</i>	Preservação digital - Indexação	Novas fontes de informação digital (acesso à produção acadêmico e técnico-científica de trabalhadores da rede estadual.
Estrutura	Acessibilidade	Sem layout padrão	Revitalização
Serviços	Ação cultural - biblioteca das coisas	DSI	Informativos ou sumário corrente
Acesso à Informação	Canais de comunicação - Serviço gratuito - Mediação da informação	Acesso a informação bibliográfica	Novas fontes de informação
Biblioteca Ceet Vasco Coutinho			
Categorias	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades
Administração	Área finalística - Orçamento	Equipe técnica	Ampliar relacionamento interno e externo
Acervo	Atualização	Acesso à informação digital	Intercâmbio e novas fontes de informação
Usuário		Público restrito	Ampliação do público da mesma rede

Tecnologia	Automatizada - Rede <i>wi-fi</i>	Indisponibilidade do catálogo na <i>web</i>	Novas fontes de informação digital (acesso à produção acadêmico e técnico-científica de trabalhadores e alunos)
Estrutura	Laboratório de informática	Espaço reduzido	Revitalização - espaço <i>maker</i>
Serviços	Carro biblioteca - digitalização	DSI e ação cultural	Informativos ou sumário corrente
Acesso à Informação	Canais de comunicação - Serviço gratuito	Mediação da informação - Métricas	Novas fontes de informação digital - disponibilizar o catálogo na <i>web</i> - Indexação

APÊNDICE I

RESULTADO MATURIDADE NO ACESSO À INFORMAÇÃO		
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca Jones dos Santos Neves	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca Cel PM Francisco Eugênio de Assis	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca Maria Stella de Novaes	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .

	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca "Lendo Sefaz"	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca Rui Tendinha	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação.

	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca PGE	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação.
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Centro de Memória e Bens Culturais José Luiz Claudio Corrêa	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.

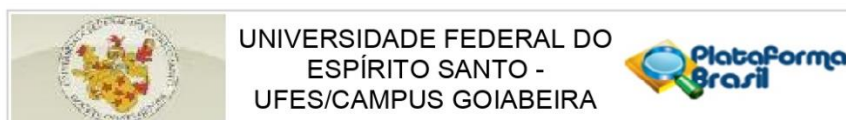
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca FAPES	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca Senador João Calmon	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca do ICEPi	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .

	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada (site, repositório digital, computadores com acesso à internet para usuários ou rede <i>wi-fi</i>) e evidências de acesso à informação.
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca Instituto Jones Santos Neves	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca Saul Navarro	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação

	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca Ministro João Lyra Filho	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Centro de Informação e Documentação (Cidoc)	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.

	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Sistema de Bibliotecas Escolares do Estado	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.
UNIDADE	NÍVEIS	CRITÉRIOS
Biblioteca Ceet Vasco Coutinho	1	Não possui estrutura para disponibilizar a informação via <i>web</i> .
	2	A biblioteca disponibiliza informação em acesso aberto, mas não possui evidências de acesso à informação.
	3	A estrutura de acesso à informação está parcialmente organizada e possui evidências de acesso à informação
	4	A estrutura para acesso à informação está organizada e padronizada e consegue acompanhar o desempenho através de métricas. A biblioteca ou servidores possui menções na mídia ou em trabalhos publicados, científicos ou não.
	5	A estrutura de acesso à informação está organizada e padronizada. Promove a apropriação da informação e inclusão digital e se utiliza métricas para a melhoria contínua e links da biblioteca citados foram em outros países.

ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA ACADÊMICO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: BIBLIOTECA ESPECIALIZADA E ACESSO À INFORMAÇÃO DE INTERESSE

Pesquisador: MERIELEM FRASSON DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 65330722.0.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.846.200

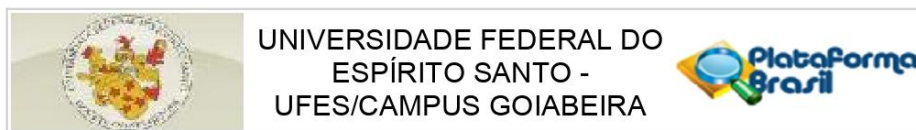
Apresentação do Projeto:

O presente estudo trata da "BIBLIOTECA ESPECIALIZADA E ACESSO À INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO".

A autora do projeto explica que:

O Estado do Espírito Santo possui bibliotecas especializadas em órgãos da administração pública estadual. Esta dissertação visa mapear e identificar essas bibliotecas, diagnosticar, buscando pontos fortes e fracos dessas instituições e refletir como as Bibliotecas Especializadas do Estado do Espírito Santo contribuem para o acesso à informação de interesse público. A seguir, utiliza a pesquisa do tipo exploratório descritivo, com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos utiliza metodologias mistas. Primeiro foi realizado estudo preliminar comparando a número de bibliotecas especializadas em 1979 com 2021, procedendo com pesquisas bibliográficas, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica e documental foi desenvolvida na base Illinois Digital Environment for Access to Learning and Scholarship, por documentos disponíveis na Biblioteca Rui Tendinha e periódicos do estado encontrados na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. A revisão de literatura sobre o estado da arte foi realizada na Base de Dados em Ciência da Informação. Quanto a pesquisa de campo será realizada através de questionário aplicado as 60 instituições encontradas no estudo preliminar. O projeto vai contribuir na observação da evolução da biblioteca especializada na administração pública e refletir sobre a

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.846.200

sua importância no acesso à informação de interesse público.

DESFECHO PRIMÁRIO:

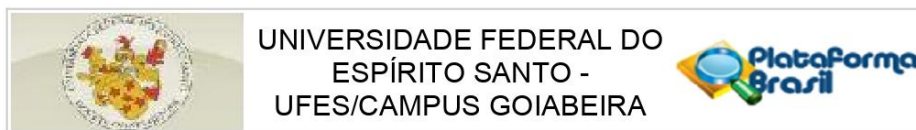
Mapeamentos das bibliotecas especializadas e sua contribuição no acesso à informação de interesse público.

METODOLOGIA PROPOSTA:

A autora do projeto descreve com clareza a metodologia que será utilizada, conforme descrito a seguir:

A pesquisa exploratório-descritiva foi constituída considerando o objetivo geral dirigido à investigação de características, classificação e interpretação de fenômenos, relativos à biblioteca pública especializada do estado do Espírito Santo. Quanto aos objetivos específicos, foram operacionalizados a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A dimensão qualitativa da pesquisa foi viabilizada a partir de levantamento bibliográfico e documental observando-se na pesquisa bibliográfica o estado da arte da literatura da área sobre a temática bibliotecas especializadas e na pesquisa documental a caracterização do objeto e do ambiente de pesquisa estudado. A revisão da literatura se apoiou no método dedutivo e no percurso histórico de surgimento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação trazendo para a realidade do Brasil e do Estado do Espírito Santo os efeitos ou ecos das ações e políticas do campo. A dimensão quantitativa da pesquisa, que concerne à identificação, mapeamento e caracterização da biblioteca especializada será realizada por meio de pesquisa de campo, instrumentalizada por levantamento de dados ou survey, através de questionário online, diagnosticando o quadro situacional dessas unidades. O universo da pesquisa é composto por 60 instituições estaduais levantadas no estudo preliminar, divido em 23 instituições com bibliotecas e 25 bibliotecas especializadas. Para o estudo foram selecionadas duas populações (Quadro 6). O estado tem cerca de 50 mil servidores públicos em seu quadro (IBGE,2019), logo, para evitar a dispersão da pesquisa, optou-se por dois tipos de amostras dependentes. Amostra 1 – A primeira amostra será a não probabilística, de seleção racional ou intencional. Essa amostra “[...] consiste em selecionar um subgrupo da população, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 98). A amostra é estratificada e proporcional (BARBETA, 2012), correspondente ao número de instituições que possuem bibliotecas especializadas estaduais e o questionário aplicado a 25 servidores que atuam nessas bibliotecas, pois, algumas têm mais de uma unidade de informação. Essa amostra também pode se expandir, dependendo do

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.846.200

número de bibliotecas independentes existentes nas instituições. Amostra 2 – A segunda amostra será a probabilística aleatória simples “[...] cada elemento da população tem oportunidade igual de ser incluído na amostra” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 99). Essa amostra é composta por instituições que não possuem bibliotecas especializadas, com objetivo de confirmar as informações do Quadro 6. No levantamento preliminar, registra-se a proporção de 38% das instituições da administração pública estadual possuem bibliotecas especializadas.

Consta no TCLE:

O (A) Sr(a) está sendo convidado responder questionário online por que atua em uma biblioteca especializada estadual. Esse questionário terá a duração máxima de 3 minutos.

Ainda, há o detalhamento das técnicas e referências que serão utilizadas nas páginas 8 a 27 do projeto detalhado.

REFERÊNCIA SUCINTA AOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:

Critério de Inclusão: Será incluídos na amostra 1, que irá responder ao questionário instituições que possuem bibliotecas especializadas estaduais e o questionário aplicado a 25 servidores que atuam nessas bibliotecas, pois, algumas têm mais de uma unidade de informação. Essa amostra também pode se expandir, dependendo do número de bibliotecas independentes existentes nas instituições.

Critério de Exclusão: Serão excluídas as instituições estaduais que não possuem bibliotecas especializadas, essas não precisarão responder ao questionário.

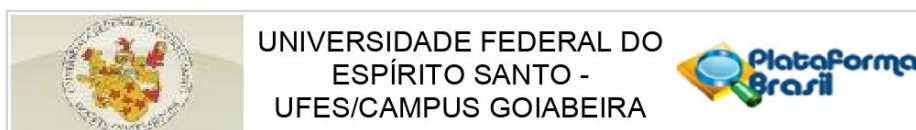
SOBRE OS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO - INTERRUPTÃO DA PESQUISA: Consta no TCLE:

O(A) Sr(a). pode deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, o(a) Sr.(a) não mais será contatado(a) pelos pesquisadores.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos do projeto serão:

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras CEP: 29.075-910
UF: ES Município: VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.846.200

Objetivo Primário: Investigar como as bibliotecas especializadas da administração pública do Estado do Espírito Santo, contribuem para o acesso à informação de interesse público.

Objetivo Secundário: - Mapear as bibliotecas especializadas em atividade junto aos Órgãos Públicos e Autarquias do Estado do Espírito Santo; - Discutir o estado da arte da temática biblioteca especializada junto à literatura em Biblioteconomia e Ciência da Informação; - Identificar o quadro situacional de bibliotecas especializadas junto a administração pública do Estado do Espírito Santo; - Caracterizar o papel das bibliotecas especializadas em atividade junto aos Órgãos Públicos e Autarquias do Estado do Espírito Santo; - Refletir a participação das Bibliotecas Especializadas na gestão e no acesso às informações de interesse público do Estado do Espírito Santo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme consta no TCLE, os RISCOS E DESCONFORTOS que o sujeito possa apresentar, assim como as medidas de segurança, são descritas a seguir:

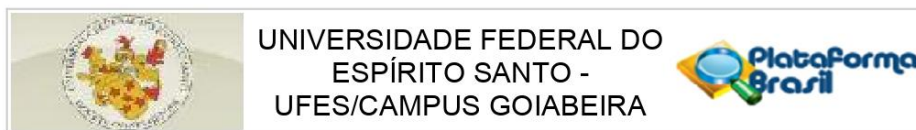
Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o(a) Sr.(a) são que o questionário respondido será armazenado em plataforma digital, porém após coleta o formulário será reenviado para que verifique se está de acordo com o uso das informações disponibilizadas, ficando livre para retirar

quaisquer informações que comprometam sua integridade ou possa causar dano moral. Após período de dois anos iremos realizar o descarte dos dados coletados. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de exposição das informações pessoais. Nesse caso, ressaltamos que as informações serão tratadas de forma conjunta e nunca serão divulgadas isoladamente, mesmo após o encerramento da pesquisa. Asseguramos, pelos meios que nos cabe, o sigilo dos seus dados. Porém não podemos garantir eventuais vazamentos devido a falha no sistema de segurança da plataforma digital. Como medida de segurança, após a coleta será realizado download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Conforme consta no Projeto informações básicas, os possíveis benefícios aos sujeitos são:

São esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: as informações que disponibilizar contribuirão para alcance do objetivo geral e, assim, o resultado final que será em prol de bem comum.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.846.200

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo de pesquisa trata-se de pesquisa de mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Com base na Resolução n. 466/2012 CNS, analisou-se:

** A Folha de Rosto: adequada. Consta o preenchimento correto, assinatura e carimbo.

** Projeto detalhado: o arquivo "brochura_projeto_merielem" consta o projeto completo.

** Quanto ao cronograma de execução do estudo: adequado, conforme consta nas informações básicas do projeto: (Páginas 4 e 5).

** Em relação ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido: o mesmo foi escrito de maneira completa e compreensível aos sujeitos do estudo, com concisão e objetividade e com a descrição suficiente dos procedimentos. Ressalta-se que foram apresentada as cartas de anuência da FAMES, IEMA, INCAPER, SEDU e da Academia Espírito-santense de Letras.

** Quanto ao orçamento do estudo: consta nas informações básicas do projeto: financiamento próprio.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

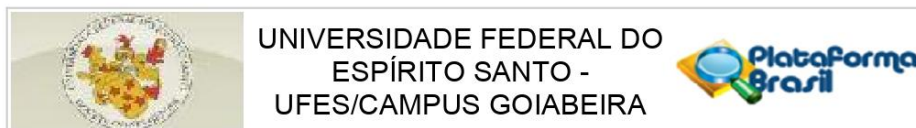
Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	A.pdf	06/01/2023 15:45:59	DEBORA DUMMER MEIRA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1881954.pdf	23/12/2022 19:50:53		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	brochura_projeto_merielem.pdf	23/12/2022 19:50:44	MERIELEM FRASSON DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA2_assinado.pdf	22/12/2022 19:04:12	MERIELEM FRASSON DA SILVA	Aceito
Outros	anuencia_arquivopublico.pdf	22/12/2022	MERIELEM	Aceito

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.846.200

Outros	anuencia_arquivopublico.pdf	19:03:00	DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimento4.pdf	22/12/2022 17:47:58	MERIELEM FRASSON DA SILVA	Aceito
Outros	anuenciasedu.pdf	16/11/2022 16:43:27	MERIELEM FRASSON DA SILVA	Aceito
Outros	anuencia_academiadeletras.pdf	19/10/2022 10:03:12	MERIELEM FRASSON DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_assinada1710.pdf	17/10/2022 15:32:57	MERIELEM FRASSON DA SILVA	Aceito
Outros	anuencia_incaper.pdf	17/10/2022 12:26:38	MERIELEM FRASSON DA SILVA	Aceito
Outros	anuencia_iema.pdf	17/10/2022 12:26:22	MERIELEM FRASSON DA SILVA	Aceito
Outros	anuencia_fames.pdf	14/10/2022 13:12:18	MERIELEM FRASSON DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 06 de Janeiro de 2023

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com

ANEXO B – ANUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA EM COPARTICIPAÇÃO DE PESQUISA

Em atendimento à CARTA Nº 0212/CONEP/CNS (da COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, de 21 de outubro de 2010), como representante legal da instituição CEET Vasco Coutinho, coparticipante do projeto de pesquisa **Biblioteca Especializada e Acesso à Informação de Interesse Público**, que tem como instituição proponente a Universidade Federal do Espírito Santo e como pesquisador responsável Merielem Frasson da Silva, declaro que:

- I. Temos conhecimento e daremos cumprimento às normas éticas vigentes no Brasil no que concerne às fases da pesquisa que serão executadas nas nossas dependências, descritas no projeto de pesquisa;
- II. Garantiremos a infraestrutura para a realização segura das fases da pesquisa em nossas dependências;
- III. Iremos ler o parecer ético do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e nos manifestaremos oportunamente em caso de alguma dúvida ou discordância; suspendendo a participação de seres humanos em nossas dependências até o saneamento de tais dúvidas ou discordâncias, em qualquer momento da pesquisa.
- IV. Concedemos, *a priori*, a autorização para a realização do projeto de pesquisa e assumimos, também, *a priori*, a corresponsabilidade pela realização da pesquisa nas nossas dependências. Essa autorização pode ser revogada em caso de óbice ético em qualquer fase da pesquisa em nossas dependências.

Vila Velha, 07 de fevereiro de 2023



Responsável institucional

Fabíola Silva Sant'Ana
Diretora
Port. Nº 010-S de 31/01/2016

Fabíola Silva Sant'Ana
Diretora
Port. Nº 010-S de 31/01/2016

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA EM COPARTICIPAÇÃO DE PESQUISA

Em atendimento à CARTA Nº 0212/CONEP/CNS (da COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, de 21 de outubro de 2010), como representante legal da instituição **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, coparticipante do projeto de pesquisa **Biblioteca Especializada e Acesso à Informação de Interesse Público**, que tem como instituição proponente a Universidade Federal do Espírito Santo e como pesquisador responsável Merielem Frasson da Silva, declaro que:

- I. Temos conhecimento e daremos cumprimento às normas éticas vigentes no Brasil no que concerne às fases da pesquisa que serão executadas nas nossas dependências, descritas no projeto de pesquisa;
- II. Garantiremos a infraestrutura para a realização segura das fases da pesquisa em nossas dependências;
- III. Iremos ler o parecer ético do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e nos manifestaremos oportunamente em caso de alguma dúvida ou discordância; suspendendo a participação de seres humanos em nossas dependências até o saneamento de tais dúvidas ou discordâncias, em qualquer momento da pesquisa.
- IV. Concedemos, *a priori*, a autorização para a realização do projeto de pesquisa e assumimos, também, *a priori*, a corresponsabilidade pela realização da pesquisa nas nossas dependências. Essa autorização pode ser revogada em caso de óbice ético em qualquer fase da pesquisa em nossas dependências.

Vitória, 26 de dezembro de 2022

BARBARA DEPS
BONATO:09090
605762



Assinado de forma
digital por BARBARA
DEPS
BONATO:09090605762

Responsável institucional



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA PRÉVIA

Eu, **VITOR AMORIM DE ANGELO**, na qualidade de responsável pela **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – SEDU/ES**, autorizo a realização da pesquisa intitulada “**Biblioteca especializada e informação de interesse público**”, a ser conduzida sob a responsabilidade da pesquisadora **Merieleme Frasson da Silva**, sendo orientada pela professora **Lucileide Andrade de Lima do Nascimento**. Declaro, ainda, que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa.

Esta declaração é válida apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa.

Vitória, 24 de outubro de 2022.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA EM COPARTICIPAÇÃO DE PESQUISA

Em atendimento à CARTA Nº 0212/CONEP/CNS (da COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, de 21 de outubro de 2010), como representante legal da instituição **Faculdade de Música do Espírito Santo 'Maurício de Oliveira'**, coparticipante do projeto de pesquisa **Biblioteca Especializada e Acesso à Informação de Interesse Público**, que tem como instituição proponente a Universidade Federal do Espírito Santo e como pesquisador responsável Merielem Frasson da Silva, declaro que:

- I. Temos conhecimento e daremos cumprimento às normas éticas vigentes no Brasil no que concerne às fases da pesquisa que serão executadas nas nossas dependências, descritas no projeto de pesquisa;
- II. Garantiremos a infraestrutura para a realização segura das fases da pesquisa em nossas dependências;
- III. Iremos ler o parecer ético do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e nos manifestaremos oportunamente em caso de alguma dúvida ou discordância; suspendendo a participação de seres humanos em nossas dependências até o saneamento de tais dúvidas ou discordâncias, em qualquer momento da pesquisa.
- IV. Concedemos, *a priori*, a autorização para a realização do projeto de pesquisa e assumimos, também, *a priori*, a corresponsabilidade pela realização da pesquisa nas nossas dependências. Essa autorização pode ser revogada em caso de óbice ético em qualquer fase da pesquisa em nossas dependências.

..... Vitória, 10 de Outubro de 2022



Responsável institucional

Graciela Moreira
Coordenadora de Biblioteca
CRB-6 ES 740/0
v.º Funcional 32844R16 - FAMES

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA EM COPARTICIPAÇÃO DE PESQUISA

Em atendimento à CARTA Nº 0212/CONEP/CNS (da COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, de 21 de outubro de 2010), como representante legal da instituição **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, coparticipante do projeto de pesquisa **Biblioteca Especializada e Acesso à Informação de Interesse Público**, que tem como instituição proponente a Universidade Federal do Espírito Santo e como pesquisador responsável Merielem Frasson da Silva, declaro, que:

- I. Temos conhecimento e daremos cumprimento às normas éticas vigentes no Brasil no que concerne às fases da pesquisa que serão executadas nas nossas dependências, descritas no projeto de pesquisa;
- II. Garantiremos a infraestrutura para a realização segura das fases da pesquisa em nossas dependências;
- III. Iremos ler o parecer ético do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e nos manifestaremos oportunamente em caso de alguma dúvida ou discordância; suspendendo a participação de seres humanos em nossas dependências até o saneamento de tais dúvidas ou discordâncias, em qualquer momento da pesquisa.
- IV. Concedemos, *a priori*, a autorização para a realização do projeto de pesquisa e assumimos, também, *a priori*, a corresponsabilidade pela realização da pesquisa nas nossas dependências. Essa autorização pode ser revogada em caso de óbice ético em qualquer fase da pesquisa em nossas dependências.

....., 22 de dezembro de 202...



Responsável institucional

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA EM COPARTICIPAÇÃO DE PESQUISA

Em atendimento à CARTA Nº 0212/CONEP/CNS (da COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, de 21 de outubro de 2010), como representante legal da instituição **Academia Espírito-santense de Letras**, coparticipante do projeto de pesquisa **Biblioteca Especializada e Acesso à Informação de Interesse Público**, que tem como instituição proponente a Universidade Federal do Espírito Santo e como pesquisador responsável Merielem Frasson da Silva, declaro que:

- I. Temos conhecimento e daremos cumprimento às normas éticas vigentes no Brasil no que concerne às fases da pesquisa que serão executadas nas nossas dependências, descritas no projeto de pesquisa;
- II. Garantiremos a infraestrutura para a realização segura das fases da pesquisa em nossas dependências;
- III. Iremos ler o parecer ético do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e nos manifestaremos oportunamente em caso de alguma dúvida ou discordância; suspendendo a participação de seres humanos em nossas dependências até o saneamento de tais dúvidas ou discordâncias, em qualquer momento da pesquisa.
- IV. Concedemos, *a priori*, a autorização para a realização do projeto de pesquisa e assumimos, também, *a priori*, a corresponsabilidade pela realização da pesquisa nas nossas dependências. Essa autorização pode ser revogada em caso de óbice ético em qualquer fase da pesquisa em nossas dependências.

.Vitoria, 11.,. de outubro. de 2022...



__Presidente_da AEL__

Responsável institucional



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA EM COPARTICIPAÇÃO DE PESQUISA

Em atendimento à CARTA Nº 0212/CONEP/CNS (da COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, de 21 de outubro de 2010), como representante legal da instituição Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA/GEA /Centro de Informação e Documentação- CIDOC coparticipante do projeto de pesquisa Biblioteca Especializada e Acesso à Informação de Interesse Público, que tem como instituição proponente a Universidade Federal do Espírito Santo e como pesquisador responsável Merieleem Frasson da Silva, declaro que:

- I. Temos conhecimento e daremos cumprimento às normas éticas vigentes no Brasil no que concerne às fases da pesquisa que serão executadas nas nossas dependências, descritas no projeto de pesquisa;
- II. Garantiremos a infraestrutura para a realização segura das fases da pesquisa em nossas dependências;
- III. Iremos ler o parecer ético do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e nos manifestaremos oportunamente em caso de alguma dúvida ou discordância; suspendendo a participação de seres humanos em nossas dependências até o saneamento de tais dúvidas ou discordâncias, em qualquer momento da pesquisa.
- IV. Concedemos, *a priori*, a autorização para a realização do projeto de pesquisa e assumimos, também, *a priori*, a corresponsabilidade pela realização da pesquisa nas nossas dependências. Essa autorização pode ser revogada em caso de óbice ético em qualquer fase da pesquisa em nossas dependências.

Cariacica, 17 de outubro de 2022

2022-7JC9Z4 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/10/2022 11:14 PÁGINA 1 / 2

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ROSILENE VIEIRA DA SILVA
ANALISTA DO EXECUTIVO
GEA - IEMA - GOVES
assinado em 17/10/2022 10:39:59 -03:00

ANNA CLÁUDIA APARECIDA DE ALCÂNTARA TRISTÃO
GERENTE
GEA - IEMA - GOVES
assinado em 17/10/2022 11:14:39 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 17/10/2022 11:14:40 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ROSILENE VIEIRA DA SILVA (ANALISTA DO EXECUTIVO - GEA - IEMA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-7JC9Z4>

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA EM COPARTICIPAÇÃO DE PESQUISA

Em atendimento à CARTA Nº 0212/CONEP/CNS (da COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, de 21 de outubro de 2010), como representante legal da instituição **Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural** coparticipante do projeto de pesquisa **Biblioteca Especializada e Acesso à Informação de Interesse Público**, que tem como instituição proponente a Universidade Federal do Espírito Santo e como pesquisador responsável Merielem Frasson da Silva, declaro que:

- I. Temos conhecimento e daremos cumprimento às normas éticas vigentes no Brasil no que concerne às fases da pesquisa que serão executadas nas nossas dependências, descritas no projeto de pesquisa;
- II. Garantiremos a infraestrutura para a realização segura das fases da pesquisa em nossas dependências;
- III. Iremos ler o parecer ético do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e nos manifestaremos oportunamente em caso de alguma dúvida ou discordância; suspendendo a participação de seres humanos em nossas dependências até o saneamento de tais dúvidas ou discordâncias, em qualquer momento da pesquisa.
- IV. Concedemos, *a priori*, a autorização para a realização do projeto de pesquisa e assumimos, também, *a priori*, a corresponsabilidade pela realização da pesquisa nas nossas dependências. Essa autorização pode ser revogada em caso de óbice ético em qualquer fase da pesquisa em nossas dependências.

Vitória, 17 de outubro de 2022

Vanessa Alves Justino Borges
Responsável institucional

2022-8QWFD5 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/10/2022 08:30 PÁGINA 1 / 2

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

VANESSA ALVES JUSTINO BORGES

GERENTE

GTTC - INCAPER - GOVES

assinado em 17/10/2022 08:30:32 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 17/10/2022 08:30:32 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MERIELEM FRASSON DA SILVA (ANALISTA DO EXECUTIVO - INCAPER - INCAPER - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-8QWFD5>

Re: Fale conosco ouvidoria (Solicitação) Externa Caixa de entrada x



Ouvidoria Geral <ouvidoriageral@banestes.com.br>
para mim ▾

ter., 11 de out. 16:28 (há 7 dias) ☆ ↶ ⋮

Senhora Merielem,

Informamos que nossas agências não possuem biblioteca e nem centro de memórias.

Atenciosamente,



OUVIDORIA GERAL DO SISTEMA FINANCEIRO BANESTES
0800 727 0030